

# **Cultura Impressa e Educação da Mulher**

Lições de política e moral no periódico mineiro

O Mentor das Brasileiras (1829-1832)

**Mônica Yumi Jinzenji**

**Mônica Yumi Jinzenji**

## **Cultura Impressa e Educação da Mulher**

Lições de política e moral no periódico mineiro  
O Mentor das Brasileiras (1829-1832)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa

Belo Horizonte, 07 de Março de 2008

Tese apresentada e aprovada em 7 de março de 2008 pela a banca examinadora constituída por:

Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa – Orientadora  
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Isabel Lustosa  
Fundação Casa de Rui Barbosa

Profa. Dra. Eliane Marta Santos Teixeira Lopes  
Unincor

Prof. Dr. Wlamir Silva  
Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta  
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho  
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga - Suplente  
Universidade Federal de Minas Gerais

A quem me ensinou a gostar de frutas e verduras, e a me proteger do sol.

## Agradecimentos

---

Estou muito feliz e aliviada por ter conseguido concluir a tese. Neste momento de euforia, e após passado tanto tempo desde o início desta pesquisa, a memória se torna ainda mais imprecisa, o reconhecimento de gratidão não me parece ser suficiente e admito que, aqui, faço apenas uma tentativa.

Cristina tem sido minha orientadora desde a Iniciação Científica. Apesar de preferir e me sugerir que eu “mudasse de ares” no doutorado, agradeço a ela por ter aceitado continuar me orientando. “Continuar”, seria apenas uma forma de dizer pois, em cada etapa, fomos pessoas diferentes; minha (trans)formação (em)como pesquisadora em História da Educação se deve principalmente a ela; sua orientação “leve”, suas críticas bem dosadas e precisas contribuíram para que estes quatro anos fossem bem mais tranquilos do que eu imaginava.

Agradeço aos professores/as Isabel Lustosa, Wlamir Silva, Luiz Carlos Villalta, Eliane Marta Santos Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive Veiga, por participarem desta banca. Além de terem sido referências importantes para minha pesquisa, inspiram novos projetos.

O professor Luciano Mendes de Faria Filho tem sido presença constante na minha formação e no desenvolvimento desta pesquisa. Nos grupos de discussão nos quais tive oportunidade de participar, sob sua orientação, foram gestadas idéias importantes que auxiliaram no encaminhamento desta pesquisa. Seu constante incentivo para buscar novos desafios tem tornado a carreira acadêmica ainda mais interessante para mim.

A professora Eliane Marta S. Teixeira Lopes contribuiu, em diversos momentos desta pesquisa, com sugestões e perguntas provocativas; foi leitora cuidadosa de versões pré-preliminares dos meus textos, e foi decisiva no encaminhamento para o pedido de Bolsa Sanduíche. Seu pioneirismo no campo da História da Educação e Gênero em Minas é muito inspirador para pesquisadoras iniciantes como eu, que têm profundo interesse pelo tema e pretendem contribuir com o desenvolvimento desta área.

Os professores Jean Hébrard, Luiz Carlos Villalta e Marco Morel sugeriram leituras e novas possibilidades para a pesquisa, o que foi muito importante para que este trabalho e a própria pesquisadora ganhassem uma forte marca da História Cultural e da História da Leitura.

O tratamento metodológico que venho buscando aprimorar é, em muito, devedor das discussões realizadas nas disciplinas dos professores Luiz Alberto Gonçalves e Peter Guardino, professores que passei a admirar cada vez mais.

Agradecimento especial à professora Sueann Caulfield, da Universidade de Michigan, pelo apoio à minha ida aos Estados Unidos, onde pude cursar disciplinas, realizar pesquisas em arquivos e bibliotecas. Estendo o agradecimento ao professor David Frye, a Elizabeth Martins e Mercedes Santos-Garay, pelo suporte técnico e emocional.

Na Universidade de Indiana, as professoras Arlene Diaz, Kirsten Sword e Lassie Jo Frazier, gentilmente me ajudaram a identificar, da vasta produção historiográfica norte-americana sobre feminismo e gênero, aquela que mais poderia me auxiliar na pesquisa. Nessa mesma Universidade, sou muito grata a Luis González e Andréa Siqueira, que viabilizaram meu acesso às Bibliotecas e demais serviços.

O apoio institucional do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, da FaE-UFMG) foi sempre importante para viabilizar a participação em eventos científicos, e sempre tivemos secretários/as que deram “o sangue” pela causa acadêmica: André Coura, Larissa Assis, Gabriel Vianna e Hércules Santos. As atividades acadêmicas do Grupo propiciaram e propiciam o alargamento de horizontes e o estreitamento dos laços, e aqui destaco a disponibilidade das professoras e professores em atender às minhas dúvidas, em especial Cynthia Greive Veiga, Thaís Nívia Fonseca, Ana Maria de Oliveira Galvão, Raquel Martins e Bernardo J. de Oliveira.

Impossível esquecer o apoio de colegas e amigos que encontrei no GEPHE, a quem agradeço primeiramente pela amizade; algumas, de longa data, outras, recém-nascidas, e ainda: a Christianni Morais, Fabi (...ana Viana), Aleana Jota Moreira e Kelly Julio, agradeço pela disponibilidade em compartilhar algumas fontes, o que sempre facilita nosso árduo trabalho de garimpagem. Agradeço especialmente à Chris pela hospedagem em São João del-Rei e pelas inúmeras dicas de quem conhece o acervo documental daquela cidade, de olhos fechados; a Denise Malaquias, Cecília Nascimento, Matheus Zica, Du (Marileide Santos), agradeço pelas sugestões bibliográficas; a Tuca (Antônia Gomes), Carminha (Maria do Carmo Xavier), Roberto Eustáquio Santos, Andréa Moura, e várias/os outras/os pesquisadoras/es que encararam a “tripla jornada de trabalho”, e que admiro profundamente; a Carol Mafra de Sá, amiga de todos os momentos, e a todas e todos que fazem acontecer as festas do GEPHE.

Agradeço a oportunidade de ter participado da representação discente no programa de pós-graduação, responsabilidade dividida com Teresinha Kawasaki (comissão de bolsas), Regina Mendes, Cipriano e Wilder (agradeço também aos veteranos Mill e Maria José). Assumi a função mais por curiosidade que por inclinação, e aprendi como é delicada a função de lidar com as opiniões divergentes e tentar coordená-las numa linguagem comum, apresentando essa diversidade para nossos coordenadores e professores. Contamos com o apoio de muitos colegas e também conseguimos alguns desafetos, o que me parece normal, quando se ocupa um lugar “público”. Percebi a importância de alunos e professores se aliarem visando a melhoria do nosso programa, o que muitas vezes foi

entendido como lutas de interesses de um lado contra o outro, fruto de uma comunicação ainda ineficiente, mesmo estando na “era da comunicação”. Nesse sentido, acredito que temos muito para aprender, e que a representação discente se encontra ainda enfraquecida, muito em função do desinteresse de nós, alunos, nesse aspecto da vida acadêmica. Tendemos a pensar exclusivamente nas nossas pesquisas e menos no nosso pertencimento institucional e em termos da pós-graduação no Brasil.

Teresinha e Regina, minhas colegas de representação, se tornaram minhas grandes amigas; não sei se contribuo, com minhas tentativas atrapalhadas de ajudar de alguma forma, mas tenho aprendido muito com o convívio e conversas com duas pesquisadoras de áreas tão diferentes da minha. Agradecimento extra à Teresinha pela valiosa ajuda na escrita do inglês, na etapa inicial do doutorado sanduíche.

Da turma do doutorado de 2004, composta por pessoas de vários lugares, cores, estilos, idéias, com quem criei afinidades de todos os tipos, agradeço a amizade, indicações de leitura, discussões frutíferas, especialmente de Shirley Miranda e Elânia de Oliveira.

Durante parte do doutorado, fui beneficiada com bolsa do CNPq (dois anos e meio finais) e da CAPES (Doutorado Sanduíche). Ser bolsista possibilitou lidar com o tempo de forma flexível, tive mais liberdade e disponibilidade para participar de eventos científicos e realizar minha coleta de dados nos diversos lugares em que as fontes me faziam mover, como São João del-Rei (Biblioteca do campus Dom Bosco da UFSJ), Campinas (Arquivos Edgard Leuenroth), Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional) e Bloomington IN-EUA (Lilly Library), onde sempre fui muito bem atendida.

Os aspectos burocráticos e operacionais da vida acadêmica não teriam sido tão facilmente enfrentados sem a competência e o sorriso de: Rose, Adriana, Raquel, Chico e os demais meninos da secretaria da pós; Sheila da livraria, Marly e demais funcionários da biblioteca da FaE e demais bibliotecas da UFMG.

Acredito que no doutorado, pus realmente em prática o ensinamento familiar que se encontra mais vivo na minha lembrança, de colocar os estudos acima de tudo. Incorporei esse investimento, visto que era colocado em cada palavra, em cada olhar e gestos, desde que eu era muito pequena e aprendia sobre a importância da escola. Isso se desdobrou em escolhas que, cada vez mais, transformavam a escola em meu alimento diário. Estudei além das expectativas familiares e fiz da escola, meu mundo do trabalho. Levei isso tão a sério, que me vejo colocando os estudos acima da própria família. Pior para o Bira, de quem as contingências me fizeram ficar longe na etapa final, da escrita da tese. Mas o afastamento talvez tenha sido providencial, poupando-o da convivência com alguém sempre à beira de um ataque de nervos.

Bira merece um agradecimento especial: utilizando-se de todo o seu conhecimento de físico experimental e dos 15 anos de convivência, tem sido persistente em ajudar a me tornar uma pesquisadora e uma pessoa mais humilde e generosa: tremendo desafio! Com seus pais, Sr. Ignacio e D. Adélia, e com o meu pai, Mikio, me esforcei em aprender que a vida, mesmo durante o doutorado, pode ser mais leve e mais alegre pois, segundo o provérbio que ouço frequentemente durante o convívio familiar, “temos que trabalhar pra viver, e não, viver pra trabalhar”. Combine-se a isso minha tendência em seguir os princípios da minha mãe, Katsuko, que, se compartilhasse da cultura oral brasileira, diria que “a vida é dura pra quem é mole”.

Por fim, agradeço a todos e todas que ajudaram a tornar esta fase da minha vida mais alegre e menos solitária: às extensas famílias de Vitória, São Paulo, Contagem e Betim, e à família da Eulália; aos meus irmãos e irmãs de sangue e de coração: Tina, Cleidson, Matilde, Gustavo, Pituca, Alberto, Érika, Cássia, Akô e Marta; aos amigos e amigas da física (Prof. Oscar Mesquita e família, Nathan, Erlinda, Steve, Vanessa, Luisa & Marc, Simone, Aline, Márcio, João, Mário, Camilla, Clara, Lili, Bob, Alvarot, Alvarinho, Gordinho, Costela, Mikita.... considerem-se todos aqui), aos amigos de Bloomington (Léo, Jenny, Shiva, Alfredo e toda a turma do “Samba Wireless”), às amigas do Uni-BH (Geralda, Terezinha, Mairy, Cida, Laura, Tatiana, Jacqueline, Nátala), e ao Guilherme, meu analista.

Mais uma vez, um muito obrigada, me desculpem por qualquer inconveniente (s), e para quem fiquei devendo livros, artigos, fontes, visitas, dinheiro, ou alguma outra coisa, por favor, entrem em contato seis meses após a defesa, quando provavelmente estarei mais centrada, e com a vida reorganizada. (em relação ao dinheiro, favor estender o tempo para 10 anos).



Figura 1. *Educação da virgem*, Georges de La tour (1593-1652). Fonte: [www.iuo.it](http://www.iuo.it)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>PARTE I : O CIRCUITO DO IMPRESSO</b> .....	42
<b>Capítulo 1 – A imprensa periódica no cenário político-cultural mineiro</b> .....	44
1.1 – O jornal no cotidiano dos centros urbanos.....	58
1.2 – Práticas de leitura.....	67
<b>Capítulo 2 – Materialidade dos jornais</b> .....	76
2.1 – Aspectos tipográficos e editoriais.....	76
2.2 – O redator do Mentor das Brasileiras.....	89
2.3 – A interlocução do Mentor das Brasileiras com outros textos.....	96
2.3.1 – As cartas.....	198
2.3.2 – Os livros.....	105
2.3.3 – Os jornais.....	111
<b>PARTE II : DA EDUCAÇÃO DO BELLO SEXO</b> .....	114
<b>Capítulo 3 – Leituras selecionadas e interpretações corretas para leitoras ideais</b> .....	116
3.1 – As lições das fábulas.....	117
3.2 – Um romance de grande circulação: <i>As Aventuras de Telêmaco</i> .....	130
3.3 – Lições de economia política por uma escritora inglesa.....	135
3.4 – <i>Da Lei Natural</i> de Volney.....	140
3.5 – História do Brasil.....	143
3.6 – Outras indicações e contra-indicações de leitura.....	152
<b>Capítulo 4 – Gênero e virtudes</b> .....	155
4.1 – A beleza como virtude.....	158
4.2 – Prejuízo que o luxo causa ao Estado e à família.....	164
4.3 – O casamento.....	172
4.4 – Maternidade e paternidade.....	180
4.5 – Amor à Pátria > Amor à Família.....	189
<b>Capítulo 5 – Imprensa e educação escolar</b> .....	190
5.1 – O estabelecimento de escolas públicas de primeiras letras para meninas.....	192
5.2 – Rotinas escolares como rituais urbanos: espetáculo e forma de controle.....	203
5.3 – Escola, espaço de produção de diferenças.....	214
<b>Conclusão</b> .....	219
<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b> .....	222
<b>Anexos</b> .....	237

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Lista dos periódicos citados por <i>O Mentor das Brasileiras</i> .....	37
<b>Tabela 2:</b> Periódicos impressos na Vila de São João del-Rei no período de 1827 a 1835.....	57
<b>Tabela 3:</b> Periódicos disponíveis para leitura na Biblioteca Pública de São João del-Rei em Outubro de 1829.....	64
<b>Tabela 4:</b> Seções que compunham o jornal <i>O Mentor das Brasileiras</i> .....	97
<b>Tabela 5:</b> Jornais mais citados por <i>O Mentor das Brasileiras</i> .....	111
<b>Tabela 6:</b> Quadro das escolas de meninas da Província de Minas Gerais Criadas pelo Conselho do Governo em 28 de Março de 1828 e data do provimento.....	199
<b>Tabela 7:</b> Resumo do Mappa Geral das Cadeiras de Primeiras Letras da Província de Minas Gerais, Dezembro de 1836.....	199
<b>Tabela 8:</b> Relação das alunas matriculadas nas escolas públicas de São João del-Rei, Ouro Preto e Baependi e alunas presentes nos exames públicos entre 1829 e 1832.....	207

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> <i>A Educação da Virgem</i> , de Georges de La Tour (1593-1652).....	epígrafe
<b>Figura 2:</b> Primeira página de <i>O Mentor das Brasileiras</i> .....	17
<b>Figura 3:</b> Parte superior da primeira página do <i>Astro de Minas</i> .....	24
<b>Figura 4:</b> <i>Leitura</i> , de Pierre-Antoine Baudoin (1723-1769).....	88
<b>Figura 5:</b> <i>Jovem lendo</i> (1776), de Jean-Honoré Fragonard (1732-1806).....	79
<b>Figura 6:</b> Folha de rosto do volume I de <i>Histoire du Brésil</i> , de Alphonse de Beauchamp.....	145
<b>Figura 7:</b> Foto comparativa do volume I de <i>History of Brazil</i> , de Southey e volume I de <i>Histoire du Brésil</i> , de Beauchamp.....	151
<b>Figura 8:</b> Primeira página do primeiro número de <i>O Simplicio</i> .....	165
<b>Figura 9:</b> Relação dos estabelecimentos literários existentes em Ouro Preto e seu termo com especificações do número de alunos que freqüentavam.....	200
<b>Figura 10:</b> Hino de autoria da professora Beatriz Francisca de Assis Brandão.....	213
<b>Figura 11:</b> Primeira parte das “Máximas” voltadas para as senhoras brasileiras.....	219

## Resumo

Esta pesquisa visa analisar a imprensa periódica como instrumento educativo. Para tanto, investiga a produção, circulação e recepção do periódico *O Mentor das Brasileiras*, impresso em São João del-Rei – MG no período entre 1829 e 1832. Produzido por um segmento dos liberais moderados mineiros, *O Mentor* afirmava estar suprimindo a deficiente educação das senhoras brasileiras a partir do entendimento de que, como esposas e mães, as mulheres representavam a parte mais influente da sociedade. Tratava-se de um veículo de difusão dos princípios liberais e um instrumento por meio do qual se pretendia educar leitoras e leitores, tornando-os sujeitos patriotas e virtuosos. Esses eram os principais referenciais a partir dos quais diversos textos, provenientes de livros, jornais e cartas foram selecionados, adaptados e inseridos no periódico para a produção de seus números. Esse trabalho de apropriação revela o cuidadoso procedimento de adaptação dos textos para o público leitor ao qual o jornal se dirigia, o que resultava em um texto híbrido. Outrossim indica que a produção do jornal dava origem a novos textos e novas significações para eles, assim como a criação de um novo público, novas formas de leitura e novos usos para os textos. O jornal estabelecia também uma interessante interlocução com a educação escolar, instituição ainda incipiente no início do século XIX. É por meio dele que a temática da instrução pública e algumas atividades escolares ganhavam ampla circulação, o que auxiliava na legitimação da escola enquanto instância educativa e de *O Mentor* como promotor da educação feminina. Este estudo busca, portanto, contribuir para uma melhor compreensão das propostas educativas voltadas para o público feminino, nas primeiras décadas do século XIX.

## Abstract

The goal of this research is the analysis of newspapers as educational instruments. It investigates the production, circulation, and reception of the newspaper *O Mentor das Brasileiras* (The Brazilian Women Mentor), printed in São João del-Rei, Minas Gerais, Brazil, between 1829 and 1832. Produced by a segment of moderate liberal politicians from Minas Gerais, *The Mentor* claimed to supplement Brazilian women's deficient education stating that as wives and mothers, women represented the most influential part of the society. It was a vehicle for the diffusion of liberal principles and an instrument to educate readers so that they would become patriotic and virtuous citizens. These were the main parameters from which diverse texts, proceeding from books, other newspapers and letters were selected, adapted, and inserted in this weekly publication. This practice of appropriation reveals the careful procedure of text adaptation for the readers, and it resulted in a hybrid text. It also indicates that the production of this newspaper resulted in new texts and new meanings for them, as well as the creation of new readers, new forms of reading, and new uses for the texts. *The Mentor* also established an interesting discussion pertaining school education, an institution that was still incipient at the beginning of XIX century. Through it, the subject of public instruction and some school activities gained wide circulation, and this contributed to legitimate school as an educative instance and *The Mentor* as a promoter of female education. This study intends, therefore, to contribute to a better understanding of the educational proposals directed toward women in the first decades of XIX century.

## Resumé

Cette recherche vise à analyser la presse périodique comme instrument éducatif. Pour cela nous investiguerons la production, la circulation ainsi que la distribution du journal "*O Mentor das Brasileiras*" (Le Mentor des Brésiliennes), imprimé à *São João del-Rei – Minas Gerais* - Brésil entre 1829 et 1832. Produit par un des segments modérés des libéraux du *Minas Gerais*, *Le Mentor* affirmait fournir une éducation aux femmes brésiliennes, qui était déficiente avant l'existence de ce périodique, se basant sur l'affirmation, qu'elles étaient la partie la plus influente de la société. Le journal était un instrument de diffusion des principes libéraux qui prétendait éduquer lectrices et lecteurs, afin qu'ils deviennent patriotes et vertueux. Ces idées étaient les principaux objectifs à partir desquelles plusieurs textes venant de livres, de journaux ainsi que de lettres furent sélectionnées, adaptées et insérées pour la rédaction du *Mentor*. Ce travail d'appropriation révèle le soin apporté à la procédure d'adaptation des textes, qui eu comme résultat des textes hybrides. Démontrant que de sa rédaction résultait des nouveaux textes avec des significations différentes. De fait cela créa de nouveaux publics, de nouvelles formes de lectures, ainsi que divers autres usages pour ces textes. Le journal créa aussi un intéressant dialogue avec les institutions scolaires naissantes au début du XIX siècle. C'est grâce à ce journal que l'éducation et des activités scolaires devinrent des sujets discutés publiquement. Cela eu comme résultat une légitimation de l'école en tant qu'institution éducative, et fit du *Mentor* le promoteur de l'éducation féminine. Cette étude cherche donc à contribuer à une meilleure compréhension des propositions éducatives visant le public féminin au début du XIX siècle.

## Introdução

---

Numa quarta-feira, dia 28 de julho de 1830, o periódico *O Mentor das Brasileiras* publicava a seguinte fábula:

Uma Águia altaneira havia apanhado os filhinhos de uma Raposa, e os deitou no seu ninho, em uma árvore alta, para servir de alimento aos seus. A Raposa, banhada em pranto, com toda humildade, lhe suplicava que não lhe causasse tanto desgosto, que atendesse aos sentimentos de uma mãe terna, e carinhosa; porém a Águia, que se considerava assaz segura pela altura de sua morada, desprezou tão [ilegível] súplica. A sagaz Raposa, enchendo-se de indignação por um tal orgulho, arrebatou uma faixa de fogo, com que incendiou os ramos baixos da árvore, dispondo-se a misturar o sentimento de seu sangue com a ruína de sua inimiga. Esta, para escapar do perigo da morte com os seus, restituiu à Raposa os filhinhos sãos e salvos. [destaque meu]

Logo em seguida, sob o título de *Moralidade*, seguia uma discussão sobre a mesma:

Diz o autor desta Fábula, que os homens, posto que elevados em altas dignidades, devem, contudo, temer aos pequenos; porque a dócil sagacidade sempre alcança meios de vingança. Lição esta a mais digna de atenção, e que os grandes e potentados, que manejam as rédeas de um governo jamais devem desprezar! A História continuamente nos apresenta fatos convincentes de que a opressão de um tirano é que forma o desespero do povo, o qual para desabafar as suas mágoas, rompe nos maiores [ilegível] e nem já se importa de perder a vida com tanto que o seu opressor não se regozije impune de seus males. (...)[destaques meus]

*O Mentor das Brasileiras*, um dos primeiros periódicos brasileiros voltados para o público feminino<sup>1</sup>, foi impresso na vila de São João del-Rei no período de 30 de novembro de 1829 a 01 de junho de 1832. Esta fábula, uma entre as várias que recorrentemente eram trazidas para compor as suas páginas, representa a confluência de duas das temáticas que,

---

<sup>1</sup> *O Mentor das Brasileiras* foi antecedido apenas por *O Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828. No anexo 1 se encontra a relação das datas de cada número e os números desaparecidos.

constituindo a cultura política das primeiras décadas do período imperial brasileiro, serão discutidas nesta tese: o caráter educativo dos jornais e a produção da mulher virtuosa e patriota.

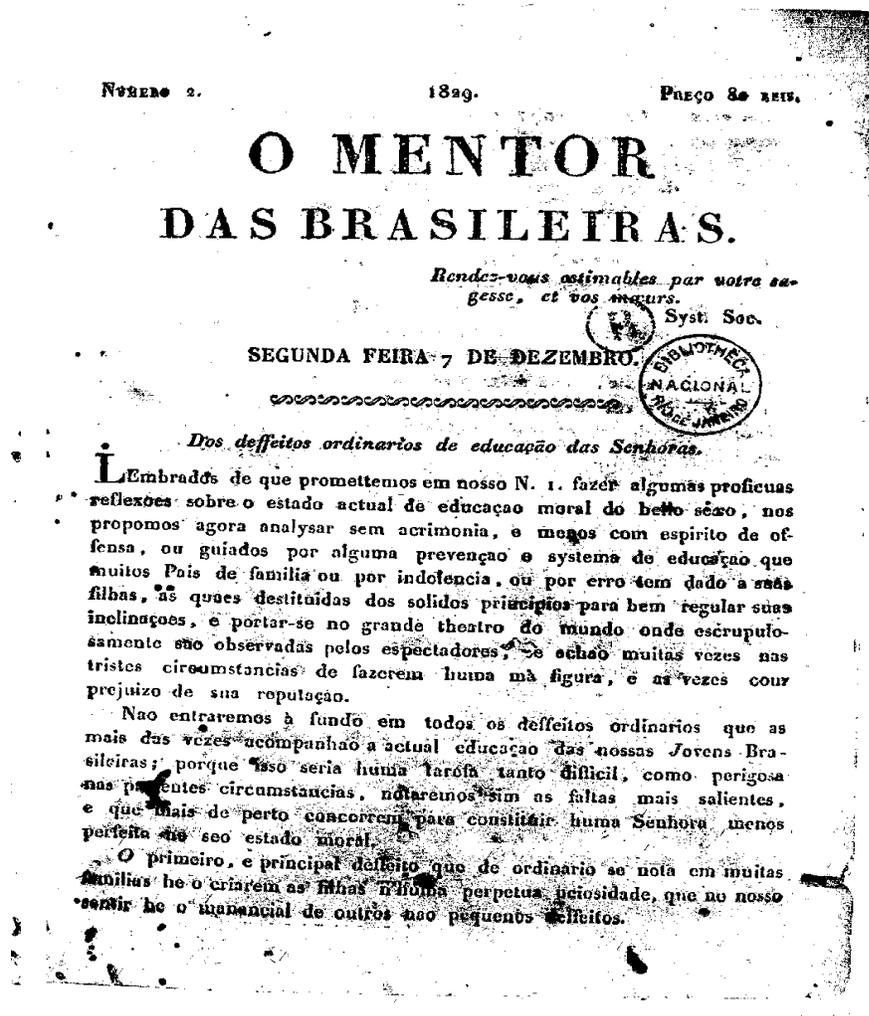


Figura 2. Primeira página de *O Mentor das Brasileiras*. Fonte: *O Mentor das Brasileiras*, n. 2, 07/12/1829, p. 9. Versão digitalizada a partir do microfilme disponível na Biblioteca Nacional, RJ.

Após a instalação da Imprensa Régia em 1808, que marca a origem oficial da imprensa brasileira<sup>2</sup>, o Império assistiu ao nascimento e à rápida expansão das publicações periódicas, caracterizada, em sua primeira fase, pela imprensa áulica. As discussões ocasionadas pelo período pré e pós independência deram origem a uma outra série de publicações que, em fins da década de 20, já se alastrava pelos principais centros urbanos<sup>3</sup>. Pasquins, folhetos e panfletos dividiam o espaço, nas rotinas das tipografias, com os jornais, que eram utilizados como veículo para a expressão e debate das temáticas que fervilhavam no momento. Idéias relacionadas a *liberdade, constituição, patriotismo*, confrontadas com as de *despotismo, tirania e escravidão*<sup>4</sup>, passaram a circular com mais intensidade entre os leitores<sup>5</sup> através dessas folhas periódicas, que constituíam um *espaço político* de coalisões e enfrentamentos, protagonizando “uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes”<sup>6</sup>. A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a *cultura política* do século XIX brasileiro, entendendo que sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas *atividades políticas* desenvolvidas nesse momento histórico.

A produção jornalística é tratada neste trabalho, como *atividade política* que, segundo Baker (1987), constitui discursos e práticas nos quais indivíduos ou grupos de uma dada sociedade articulam, negociam e implementam reivindicações divergentes entre si, estando relacionados aos grupos aos quais pertencem ou dos quais são excluídos, constituindo, assim, a *cultura política* de um período numa dada sociedade<sup>7</sup>.

Em meio a esse cenário, *O Mentor das Brasileiras* se afirmava como defensor e difusor dos ideais liberais, podendo ser caracterizado como representante da tendência moderada<sup>8</sup>. Entre os interlocutores privilegiados, se encontravam os demais jornais em

<sup>2</sup> Embora no período anterior o impresso já circulasse; cf. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do Cônego; como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. São Paulo: Ed. USP, 1981; e o livro organizado por Márcia ABREU. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: ALB, FAPESP, Mercado de Letras, 1999.

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

<sup>4</sup> NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1922). Rio de Janeiro: FAPERJ; Ed. Revan, 2003.

<sup>5</sup> Entendendo-se que mesmo aqueles que não eram capazes de ler entravam em contato com essas temáticas, seja como ouvintes das leituras públicas oralizadas, seja debatendo essas temáticas nos diversos espaços de sociabilidade.

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto: 1988, p.13, citando expressão de Clóvis Rossi.

<sup>7</sup> BAKER, Keith M. Introduction. In: BAKER, K. (org.). *The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture*. Oxford: Pergamon Press, 1987. V.1. p.XII.

<sup>8</sup> Tendência política em fortalecimento especialmente no período pós-independência, e atingindo o auge de seu poder durante as regências, se caracteriza pela defesa da Monarquia Constitucional, num justo equilíbrio entre o Parlamento e o Monarca. Tratarei dessa discussão na primeira parte do capítulo seguinte. Ver cap. 3 de MOREL,

circulação e, conforme característica do período, *O Mentor* buscava se aliar com aqueles que se identificavam com os mesmos princípios políticos, tratando com hostilidade aqueles que considerava “conservadores” ou restauradores. Entretanto, seu posicionamento político aparentemente não foi suficientemente explicitado em seus primeiros números, não sendo reconhecido pelos seus pares, donde podemos pensar que não teve a acolhida esperada. Em resposta a esse fato, o redator, José Alcibíades Carneiro,<sup>9</sup> publicava uma nota crítica e ao mesmo tempo irônica:

Muito folgamos com a aparição da nova Folha = A constituição em triumpho =, cujo primeiro N. nos parece liberal; e se bem que os Redatores daquele Periódico, enumerando os Periódicos desta Vila, não nos contemplassem como tal, talvez pela pequenez de nossa folha, ou por nosso pouco desenvolvimento em matérias políticas, contudo não usaremos de reproches, e lhes perdoamos essa afronta, congratulando ao Brasil pelo progresso das Luzes, que pela maravilhosa arte da imprensa, se tem espalhado por todo este vasto Império.<sup>10</sup>

Além do desconforto, causado pelo fato de não ter sido listado entre os periódicos liberais da Vila de São João del-Rei, percebe-se, nesse trecho, que as balizas que delineavam as tendências políticas não eram tão bem definidas, tanto para o redator do *Mentor* quanto para o da *Constituição em Triumpho*, o mesmo podendo se estender aos leitores e leitoras. Ao se dirigir ao público feminino, *O Mentor das Brasileiras* pode ter sido considerado como um jornal liberal exaltado, tendência política que trazia como uma de suas bandeiras distintivas, a defesa da participação política das mulheres<sup>11</sup>. Apesar de exaltados e moderados possuírem algumas afinidades, nem sempre se relacionavam de forma pacífica entre si. Seria essa mais uma marca da cultura política do período, segundo o qual discursos heterogêneos e contraditórios se interpenetravam e eram remodeladas, transformadas, ou simplesmente coexistiam no interior de um mesmo grupo<sup>12</sup>.

---

Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

<sup>9</sup> Professor de gramática latina da Vila de São João del-Rei, cujo perfil e papéis serão discutidos no capítulo 2.

<sup>10</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 07, 13/janeiro/1830

<sup>11</sup> BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lucia M. B.P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M.B. da C. (Orgs.). *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2006, pp. 60-93.

<sup>12</sup> Baker, op cit.

No esforço para fugir de adjetivos indesejáveis, fossem eles, *restaurador*, *anarquista* ou *apolítico*, o redator do *Mentor* passou a adotar uma outra medida, esta mais duradoura, introduzindo “lições de política”, com o qual havia se comprometido no prospecto, mas que até o seu quinto número, não havia cumprido. Segundo o redator,

Vacilávamos na escolha dos assuntos próprios para um sexo, que ainda não consideramos naquela perfectibilidade de princípios, capazes de o tornar hábil para a compreensão de matérias difíceis por sua natureza, qual a política tomada em seu rigoroso sentido<sup>13</sup>.

O redator do jornal utilizou, para isso, de fábulas, trechos de livros, como o de Jane Marcet, Volney, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Alphonse de Beauchamp, notícias, cartas, jornais, entre outros; adaptou esses textos ao seu objetivo político-pedagógico-moral, e seguiu, por dois anos e meio, prescrevendo valores e comportamentos para as “estudiosas brasileiras”.

A imprensa periódica, vista como agente da história e não simplesmente registro dela, comporta vários sentidos específicos: segundo Bastos (2002), a mesma “procura engendrar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – no seu destinatário, constituindo um público-leitor”<sup>14</sup>. A imprensa como “fazedor[a] de opinião”, segundo Remedios (2003), possui, em sua vertente católica, o caráter doutrinário<sup>15</sup>; Carlos e Veiga (2005) salientam a “especificidade das estratégias jornalísticas na formação da opinião pública”<sup>16</sup>. Para Lustosa (2003), no início do desenvolvimento da imprensa no Brasil, “o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos”<sup>17</sup>.

\*

<sup>13</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 05, 05/dezembro/1829

<sup>14</sup> BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel. A imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.) *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; EDUFU, 2002.

<sup>15</sup> REMEDIOS, Maria José. O jornal Novidades: sentido (s) do educar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 6, julho/dezembro 2003.

<sup>16</sup> CARLOS, Denise M. & VEIGA, Cynthia G. A produção da opinião pública sobre a educação escolar em Minas Gerais: um estudo do periódico “Correio Oficial de Minas” (década de 50 do século XIX). Anais do III CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. São João del-Rei, 2005.

<sup>17</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

No Brasil, especialmente durante as primeiras décadas do século XIX, o processo de *escolarização*<sup>18</sup> ainda não havia se consolidado. Assistia-se à produção de aparatos legais visando a organização do ensino, sendo esta, uma das principais intervenções do Estado naquele período<sup>19</sup>. Desse modo, tanto as dimensões físicas e materiais quanto a legitimação socio-cultural da escola enquanto instância de ensino e aprendizagem se encontravam ainda em sua fase germinal.

A Constituição Política do Império determinava a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos livres; em 1827, a primeira Lei Imperial referente à instrução pública, determinava a criação de escolas, estabelecia o método de ensino e os parâmetros para o exercício do magistério. Com o Ato Adicional de 1834, delegou-se às províncias a organização do ensino primário e secundário. Apesar dos esforços no ordenamento legal, investimentos financeiros e mobilizações de dirigentes provinciais e imperiais, na primeira metade do século XIX, o ensino de primeiras letras na província de Minas Gerais estava mais a cargo da iniciativa particular que pública, tanto no número de escolas quanto na quantidade de alunos que atendia<sup>20</sup> e, mesmo assim, estava longe de atingir uma parcela significativa da população.

Em se tratando de um período em que a escolarização era pensada de forma separada para meninos e meninas, este segundo público era excluído das escolas públicas até o ano de 1814. No ano seguinte, quando sua presença passou a ser registrada nesses estabelecimentos, as meninas constituíam 8% do total de alunos matriculados e no final do século, em 1889, a proporção chegou a 35%<sup>21</sup>. Várias eram as razões para a desproporção do público feminino nas escolas, estando entre elas, a resistência das famílias. Fosse por questões de natureza moral ou pela importância das filhas e filhos como força de trabalho para a

---

<sup>18</sup> FARIA FILHO define escolarização de três formas: 1- políticas voltadas para a produção de uma rede de instituições destinadas ao ensino; 2- a produção de representações em torno da escola como *locus* de socialização da infância e juventude; 3- “processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”. In: INÁCIO, Marcilaine S.; FARIA FILHO, Luciano M. de; ROSA, Walquíria M.; SALES, Zeli E. S. de. *Escola, Política e Cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2006.

<sup>19</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marte T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. De; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 135-150.

<sup>20</sup> SALES, Zeli E. *O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2005. Dissertação de mestrado, p. 19; INÁCIO, Marcilaine S. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2003. Dissertação de mestrado, p. 193.

<sup>21</sup> MUNIZ, Diva do Couto G. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas Minas oitocentistas (1834-1889). In: LOPES, Ana Amélia Borges M.; GONÇALVES, Irlen Antônio et all (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002; 298-299

manutenção familiar, isso indica que a legitimação da escola na sociedade enfrentou percursos tortuosos. Não se pode desconsiderar, no entanto, que o Estado proporcionou oportunidades diferenciadas para meninos e meninas, inicialmente possibilitando a elas um acesso tardio às escolas públicas, em relação aos meninos, além de determinar conteúdos diferenciados, e flexibilizar a obrigatoriedade do público feminino de frequentar a escola<sup>22</sup>.

Ao mesmo tempo, a emergência da necessidade de educação da mulher, se desdobrava do conjunto de transformações ocorridas no mundo ocidental na modernidade. O século XVIII teria assistido à separação mais definida dos domínios da vida privada e pública, sendo a primeira, identificada com o meio familiar e doméstico, distinto da “vida pública”, relacionada aos espaços e meios de produção no mundo burguês. A família foi se constituindo, aos poucos, como o espaço de refúgio e recolhimento, “o centro do espaço privado”<sup>23</sup>, implicando na produção de novos sentidos e configurações espaciais no interior dos domicílios e nas relações familiares. A mulher passaria a ter um papel fundamental, de guardiã e gestora da intimidade familiar, conjugal e educadora das novas gerações. Nesse ínterim, acompanhada da necessidade de distinção de comportamentos entre os sexos, se encontrava a idéia de que a mulher “não somente era ‘educável’, como deveria ser educada”<sup>24</sup>. Essa educação, que em alguma medida poderia ser viabilizada por meio da escolarização do público feminino, não se restringiria a este aspecto, sendo acompanhada pela produção e circulação, cada vez mais ampliada, em especial no século XIX, de publicações especializadas, voltadas para esse público<sup>25</sup>.

\*

O termo *instrução* e seus derivativos aparecem com uma freqüência significativa nos jornais e demais documentos do período; entretanto, seu uso nem sempre parece coincidir com o significado encontrado nas definições dos dicionários da época. Nestes, os verbetes *educação* e *instrução* aparecem sempre relacionados um ao outro, havendo a diferenciação no que diz respeito à finalidade de uma e de outra ação: “o fim da educação é desenvolver as

---

<sup>22</sup> Ver MUNIZ, Diva do C.G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003; GOUVÊA, Maria Cristina S. de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.). *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp.189-212.

<sup>23</sup> ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 3.

<sup>24</sup> VEIGA, Cynthia G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano M. de. *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. Belo Horizonte, Autêntica, 2004, pp. 35-82, p. 59.

<sup>25</sup> VEIGA, op. Cit, p. 48

faculdades morais, enquanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intelectivas”<sup>26</sup>. Assim, apesar de se enfatizar a defesa da *instrução*, e muitas vezes isso estar relacionado à escolarização da população, seria limitado considerar que tanto os impressos como as instituições escolares se restringissem a essa função – ou a esse objetivo; as qualidades morais e o “cultivo das virtudes”, sobretudo quando se referem à população feminina, aparecem como elementos-chave dos discursos que defendem a instrução, se referindo, portanto, a uma ação *educativa*.

Para analisar as primeiras décadas do século XIX, além dessa noção ampliada de educação, é necessário considerar que a ação educativa era exercida por várias “instituições”; concomitantemente à escola, os meios/espços não-escolares de formação tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos. Entre tais meios/espços, se encontram a produção e circulação de romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como sociedades literárias, científicas e bibliotecas<sup>27</sup>.

Segundo Pallares-Burke (1998), assim como na Europa, os jornais produzidos no Brasil do século XIX tinham como princípio, o projeto iluminista de veicular valores e idéias visando educar o público leitor, dentro de um projeto civilizatório. Sobretudo após a conquista da independência, “a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”<sup>28</sup>. A autora identifica uma grande quantidade de periódicos brasileiros e latino-americanos do período, cujos títulos se referem à “metáfora da luz”, à sua função educativa. São eles variações dos termos: “Luz”, “Lanterna”, “Despertador”, “Mentor”, “Farol”, “Aurora” etc., seguidos de prospectos que retificavam a mesma tendência.

O periódico que trago para análise não foge a essa característica, imprimindo a “metáfora” tanto no título, *O Mentor das Brasileiras*, quanto no prospecto e na epígrafe, tendo ainda, sido impresso na tipografia do periódico *Astro de Minas*, que traz na primeira página a

<sup>26</sup> CAMPAGNE, E. M. *Diccionario Universal de Educação e Ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886. Tomo I.

<sup>27</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Caderno de Pesquisa*, n.104 p.144-161, jul. 1998; CHAMON, Carla. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2002; MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Faculdade de Educação-UFMG, 2002. Dissertação de mestrado.

<sup>28</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Caderno de Pesquisa*, n. 104, jul. 1998, pp. 147.

imagem do sol, com feições humanas, irradiando muitos feixes de luz, conforme a figura 3, a seguir.



Figura 3. Parte superior da primeira página do *Astro de Minas*  
 Fonte: *Astro de Minas*, n.2, 22/11/1827, digitalizado do microfilme disponível na Biblioteca da FAFICH-UFMG.

Ao mesmo tempo em que os jornais se auto-denominavam difusores das luzes, faziam uma forte campanha em defesa da escolarização da população. No principal jornal mineiro da primeira metade do século XIX, *O Universal* (1825-1842), publicado em Ouro Preto e de forte tendência liberal, ganhava destaque a recorrência na publicação de matérias relacionadas a essa temática<sup>29</sup>. Bernardo Pereira de Vasconcelos, um de seus redatores, atuou na política em Minas Gerais e no governo Imperial, destacando-se na defesa da instrução pública. Defensor também da liberdade de imprensa, considerava-a como um dos principais difusores das luzes pela sociedade, além de representar um instrumento de suporte à melhoria da instrução pública, ao proporcionar a divulgação e/ou denúncias sobre seu estado<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

<sup>30</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). São Paulo: Ed. 34, 1999. Coleção Formadores do Brasil.

É importante lembrar também que, conforme características do liberalismo moderado, assim como a *liberdade* era pensada em sentido restrito, a defesa da instrução não se confundia com o ideal de ensinar “tudo a todos”. O próprio periódico *O Universal* veiculou um debate no qual diversas vozes buscavam defender seus pontos de vista acerca do que deveria ser ensinado a quem, girando sempre em torno da necessidade de se manter a ordem e a hierarquia entre as diversas camadas sociais<sup>31</sup>.

É indubitável que há um gênero de instrução o qual todos devem possuir, e que há outro que só compete a certos indivíduos. O que se destina aos trabalhos do campo, ou à manipulação das oficinas, não carece de ser instruído no mesmo grau como o que se destina à arte militar, ou ao governo da república<sup>32</sup>.

Na seqüência da matéria, desenvolve-se a reflexão de que “saber é poder”, o que justificaria, portanto, temer o excesso de saber nas camadas menos favorecidas socialmente. Um outro discurso estabelecia um contraponto a este argumento, mas era complementar, pois seguia argumentando na mesma direção da necessidade de controlar as camadas pobres.

Há quem receie esta instrução nos operários, nos trabalhadores, no povo em fim; nós somos de opinião contrária, e estamos profundamente convencidos de que o perigo não está no povo instruído, mas sim no povo ignorante; (...) porque o aperfeiçoamento da razão humana conduz ao refreamento das paixões, e estas são mais temíveis em espíritos incultos do que naqueles em que a educação penetrou: a ignorância é a companheira da anarquia e da demagogia; quando por outra parte, se tem observado que os hábitos de reflexão, que são inseparáveis do gosto da leitura, ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento nos que a ela se dedicam<sup>33</sup>.

A defesa da instrução, vista como “o credo ou a bíblia dos Liberais, ou se se quiser, um dos seus investimentos ideológicos mais importantes,”<sup>34</sup> teria se desdobrado na rejeição à invisibilidade da mulher que, segundo tal discurso, teria sido herdada do antigo regime. Aos absolutistas era atribuída a visão retrógrada, a estagnação intelectual e cultural, o que facilitaria a submissão da população ao regime. No entanto, conforme alerta Lopes

<sup>31</sup> JINZENJI, Mônica Y. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2002. Dissertação de mestrado, p. 57.

<sup>32</sup> *O Universal*, n. 93, 17/02/1826.

<sup>33</sup> *O Universal*, 14/06/1841

<sup>34</sup> LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*. Portugal: Tipografia Peres, 2005, p. 20

(2005), é importante buscar relativizar sempre essa visão dualista. Atribuir aos liberais o caráter de inovação e ruptura em relação à instrução da mulher e aos papéis femininos na sociedade a partir do século XIX, pode parecer simplista e por demais uniformizador<sup>35</sup>.

Inicialmente, considero que está fora do alcance e dos propósitos desta pesquisa discutir sobre as crenças ou concepções dos diversos grupos políticos em torno da instrução da população. Procuo analisar os discursos e práticas em torno dessa temática, acessíveis, uma vez tornadas “públicas” através da palavra escrita; ou seja, a forma como sujeitos e grupos constituíram posicionamentos políticos e utilizaram determinados argumentos para construir uma imagem de si. Nesse sentido, penso que, ao mesmo tempo em que a imprensa periódica contribuiu para a simplificação de oposições político-ideológicas, buscando produzir uma bipolaridade, nem sempre tão evidente, entre liberais e conservadores<sup>36</sup> – ou *corcundas* e *constitucionais*<sup>37</sup>, segundo vocabulário político da época –, entendo que essa dicotomia serviu de suporte para a produção de um discurso que passaria a ser difundido como “bandeira” dos grupos intitulados liberais: o discurso segundo o qual eles seriam os verdadeiros defensores da instrução, e a civilização do povo como alicerce para a constituição de uma nação livre e moderna. Tal imagem, uma das que foram produzidas no conturbado contexto político do período imperial brasileiro, tem sido conservada até os nossos dias, sob os testemunhos registrados em inúmeros periódicos e demais documentos<sup>38</sup>.

A defesa da educação das mulheres, como parte do discurso difundido pelas elites políticas liberais, deve ser matizada com a iniciativa de um cidadão mineiro, em desenvolver um instrumento educativo voltado para um público feminino mais ampliado. Segundo o redator do *Mentor*, cabe às senhoras brasileiras uma instrução “mais sublime” e “sólida”, pois como esposas e mães, “deveres que lhes são inerentes, fazem o fundamento principal da sociedade humana” e, portanto, são capazes de promover o “bem geral da Nação”<sup>39</sup>. Se por um lado os papéis de esposa e mãe eram vistos como deveres *inerentes*, existiriam maneiras “mais adequadas” de exercer esses papéis, o que justificaria a existência do jornal. De acordo

<sup>35</sup> LOPES, op. Cit.,

<sup>36</sup> Inspirado na interpretação de BAKER, sobre o papel da imprensa no período pré-Revolução Francesa, Introdução, pp.xii, e discussão que Peter GUARDINO realiza, relendo Baker, no estudo da cultura política popular em *The time of liberty*. Popular political culture in Oaxaca, 1750-1850. Durham; London: Duke University Press, 2005, pp. 73.

<sup>37</sup> NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Corcundas e Constitucionais*.

<sup>38</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. s.l., Ed. Portuguesa: Imprensa Nacional, 1997, vol 1, p. 104; ver também MOREIRA, Luciano. *Imprensa e Política*. Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006. Dissertação. Na Introdução ele discute sobre a conservação dos periódicos liberais e a quase inexistência dos periódicos restauradores.

<sup>39</sup> O *Mentor* das Brasileiras, 30 nov 1829. N. 1, Prospecto.

com o conteúdo “genericado” da fábula, “a raposa e a águia”, citada no início desta introdução, a mulher deveria ser uma mãe “terna e carinhosa”, mas a ira e a vingança também seriam legítimas, se movidas pela nobre causa da defesa da família. O bem-estar familiar refletiria no bem geral da nação, tendo a mulher, uma contribuição importante no estabelecimento dessa harmonia<sup>40</sup>.

Cabe salientar que os qualificativos “terna” e “carinhosa” provavelmente foram acrescentados quando da produção desse número do jornal, visto que, na mesma fábula encontrada em “The fables of Phaedrus”, de 1745<sup>41</sup> e “Fabulas de Phedro”, de 1785<sup>42</sup>, não se faz qualquer menção a essas características maternas. A este primeiro movimento de modificação do texto segue-se outro, na reflexão moral sugerida no jornal, em que não há menção a nenhum aspecto da maternidade ou da vida familiar, mas ao potencial “bélico” do povo contra um governo “tirânico”, numa alusão à Monarquia Absolutista. Esta interpretação também não se encontra em *Phedro*, que se limita a dizer: “Men, even in the highest station, should be cautious of provoking those below them, because opportunities of revenge are always ready to Men of Spirit and Address.”<sup>43</sup> Ao conjugar elementos da vida familiar com discussões relativas ao âmbito das formas de governo, produz-se (ou se idealiza) um lugar para a mulher traduzido na figura da boa mãe, guardiã da família e ao mesmo tempo patriota, fiel aos ideais de lutar por uma nação independente, difundidos pelas elites políticas liberais.

Este caminho de análise me possibilita discutir dois aspectos que considero centrais no desenvolvimento desta tese: a investigação das práticas de leitura, da *apropriação* de textos e das práticas de produção de *O Mentor das Brasileiras* enquanto práticas políticas para forjar a mulher virtuosa e patriota; e a reflexão acerca da necessidade de relativizar ou complexificar a distinção entre público x privado no entendimento dessa “nova” mulher.

\*

---

<sup>40</sup> ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 3, pp. 8.

<sup>41</sup> The Fables of Phaedrus ....London, 1745. A tradução é fiel, à exceção dos adjetivos mencionados. Fedro era um fabulista romano do século I d.C., e suas fábulas são fortemente inspiradas em Esopo.

<sup>42</sup> Fabulas de Phedro, escravo forro de Augusto Cesar...Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1785. Nesta obra e na referida na nota anterior, encontram-se as versões em Latim que foram gentilmente traduzidas pelo Senhor Ignacio Agero Hernandez a meu pedido. Naquela versão, igualmente inexistem os adjetivos relacionados à maternidade.

<sup>43</sup> Há fortes indícios de que o redator do jornal teria sido o autor dessas transformações nos textos, pelo conjunto da análise das fábulas, realizada no capítulo 3. Entretanto, não posso afirmá-lo, desconhecendo a versão da qual se extraiu o referido texto.

O discurso que forja essa “nova” mulher é resultado da leitura e do crivo estabelecidos pelo redator e responsáveis pela sua produção, que operam uma cuidadosa montagem, coletando diversos tipos de texto para compor cada número do jornal. Reflexões de autoria própria dividem o espaço das páginas com textos anônimos, trechos de outros periódicos, correspondências de leitoras e leitores, trechos de livros. Nessa ação, o redator<sup>44</sup> não se resume a um compilador, mas um leitor de vários textos que, ao retirá-los de seus suportes originais e reagrupá-los com vários outros textos, realiza um trabalho de *apropriação*, produzindo novas significações a cada um desses textos e ao conjunto deles; ou, segundo De Certeau (1990), “inventam nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles”<sup>45</sup>. Para Pallares-Burke (1996), a adaptação de textos originados em outros contextos para a produção de jornais, configura uma “infidelidade criativa”, testemunha do encontro entre culturas divergentes e da habilidade do autor em manipular textos diversos buscando produzir algo que faça sentido para seus leitores<sup>46</sup>, tendo como referência um *leitor modelo*<sup>47</sup>. À adaptação do conteúdo segue a transformação do suporte original, sendo estes, livros, cartas e jornais de outras localidades, muitas vezes distantes. Segundo Chartier (1998),

a forma que o torna disponível [o impresso] para a leitura também participa da construção do sentido. O ‘mesmo’ texto, fixo em sua letra, não é o ‘mesmo’ se mudarem os dispositivos do suporte que o transmite a seus leitores, a seus ouvintes ou a seus espectadores.<sup>48</sup>

Chartier nos lembra aqui da importância da materialidade dos textos para a produção de sentidos pelo leitor e, essa transformação na forma e no suporte, operada pelo redator do *Mentor*, propicia a criação de um novo público, novas formas de leitura e de novos usos para os textos<sup>49</sup>. As fábulas, como exemplo, presentes desde o mundo clássico, tomam, no século XVII, principalmente com La Fontaine, o caráter de instrumento educativo, sendo

<sup>44</sup> Ao longo da tese, refiro-me ao “redator” como responsável principal pela produção do jornal para simplificação da escrita e também por ter sido a única personagem cuja participação no jornal, pude identificar; reconheço que várias outras pessoas teriam contribuído para a produção do periódico.

<sup>45</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 264.

<sup>46</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 152-153

<sup>47</sup> ECO, Umberto. *Lector in fabula*. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger. Não encontrei a fonte exata da citação, mas tal idéia pode ser encontrada também em *A ordem dos Livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1998, p. 22

<sup>49</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 22

voltado tanto para os adultos quanto para as crianças, vindo a ser posteriormente relacionadas a esse segundo público, “seja pela simplicidade narrativa, seja pela exemplaridade dos casos morais, que as tornam idôneas também para a recepção infantil, ou assim se espera e se crê.”<sup>50</sup>. O recurso ao potencial educativo das fábulas constitui uma marca que diferencia *O Mentor das Brasileiras* dos periódicos daquele mesmo período, o que indica a percepção de que, para atingir o público feminino, era necessário o uso de uma linguagem figurativa e mais simplificada. Dessa forma, *O Mentor* se propunha a tornar acessível às mulheres assuntos considerados “áridos” para o seu entendimento, mas essenciais para que tenham o posicionamento político considerado “correto”; eis, portanto, o discurso num tom prescritivo.

O trabalho de apropriação realizado pelo redator do *Mentor* envolve, portanto, a expansão da cultura impressa, através da disponibilização e difusão a um número maior de leitores e ouvintes – ou um público para o qual esses textos não haviam sido destinados inicialmente - dos textos e informações até então restritos aos proprietários de livros, aos assinantes de jornais de outras localidades e aos que estabeleciam trocas epistolares.

Outro aspecto da transformação da materialidade dos textos está relacionado aos limites impostos pelo próprio formato do periódico. Os textos, em especial os livros, mesmo quando não lhe eram omitidos ou acrescentados trechos a partir do original, eram apresentados ao público de forma fragmentada, em números às vezes sucessivos, e outras vezes, com intervalos maiores que o de um número a outro do jornal. Isso resulta na imposição de novas formas de ler, possibilitando a releitura, ou um tempo maior para reflexões e debates.

Trata-se de uma transformação na própria cultura impressa local, na qual as obras consideradas canônicas e eruditas passaram a ser “popularizadas”, proporcionando a ampliação do repertório de leitura do público; acontecimentos isolados em províncias distantes passaram a fazer parte dos assuntos debatidos em São João del-Rei e por onde circulasse esse periódico. Essas novas temáticas, ao se tornarem conhecidas pela comunidade de leitores do periódico, tiveram, potencialmente, o poder de imprimir um novo repertório de comportamentos, valores e opiniões.

\*

---

<sup>50</sup> CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 314-315.

Segundo alguns estudos, os periódicos franceses e ingleses do século XVIII tiveram papel central na naturalização da “mulher doméstica”<sup>51</sup>. Há, no entanto, que se repensar a exclusão da mulher, desse “mundo público”, enquanto *metáfora historiográfica* que possui seus limites na compreensão da complexa estrutura social do mundo moderno.

A produção de determinados papéis para a mulher, pelo discurso liberal<sup>52</sup>, pode ser melhor compreendida, se refinarmos o esquema interpretativo que identifica o universo feminino à esfera privada, em contraste ao universo da atuação política e dos meios de produção, entendido como de domínio masculino<sup>53</sup>. Para Rosaldo (1980), trata-se de um modelo simplificador das relações sociais, e pensar a sociedade baseada nesse dualismo “acaba gerando a idéia de que a mulher deve ser entendida não em termos de interação – com outras mulheres e com os homens – mas em termos de diferença e separação”<sup>54</sup>. O dualismo não nos permite enxergar que, ao invés de dois universos separados, existem interpenetrações.

Várias pesquisas indicam que, como aspecto do mundo sócio-histórico, não havia uma separação tão lapidar entre *público* e *privado*, ou a restrição da mulher a uma dimensão privada, por exemplo, quando se tem como foco de análise o período colonial brasileiro; os espaços reservados à intimidade ainda se constituíam e o seu contraponto, a “vida pública”, se referia à estrutura colonial mais geral<sup>55</sup>. Segundo Nicole Castan (2001)<sup>56</sup>, essa divisão não se adapta à época moderna, e a autora dá exemplos de como, nos séculos XVII e XVIII europeus, a interpenetração dos espaços e a ambivalência dos papéis não correspondiam a essa divisão. A releitura do cotidiano dá mostras dessa sobreposição dos espaços, como a liberdade das mulheres de dispor dos próprios bens de acordo com suas preferências, realizar empréstimos, escolher e fiscalizar os lacaios, realizar partos clandestinos e exercer controle social, formando opinião através de rumores, funções consideradas exemplos de uma “circulação subterrânea” de dinheiro, objetos e serviços realizada sem o conhecimento ou interferência dos homens.

<sup>51</sup> PALLARES-BURKE, 1996, p.97.

<sup>52</sup> Refiro-me aos discursos de parte de um grupo, que se intitula liberal, os quais estou analisando neste trabalho.

<sup>53</sup> ARIÈS, 1991, p. 8

<sup>54</sup> ROSALDO, M.Z. The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding. *Signs*, vol. 5, n. 3 (spring, 1980), p. 409. [tradução minha]. Ver também BLOCH, Ruth. *Gender and morality in Anglo-American culture, 1650-1800*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.

<sup>55</sup> NOVAIS, Fernando. Prefácio e Condições da privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de M. e.(Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol 1. (Coordenador geral da coleção: Fernando A. Novais).

<sup>56</sup> CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.) *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Vol. 3, pp. 413-454.

A historiografia brasileira, nos estudos voltados para o contexto mineiro, indica como o modo de ocupação fortemente voltado para a mineração contribuiu para a caracterização de uma população predominantemente urbana, levando ao desenvolvimento de uma economia diversificada e de funções terciárias, nas quais as mulheres se inseriam de forma significativa, como as ocupações de parteira, doceira, lavadeira, costureira, vendedoras ambulantes, prostitutas<sup>57</sup>. Essa mesma particularidade teria favorecido a miscigenação, o concubinato e as uniões ilegítimas, não sendo desprezível a presença de mulheres chefiando fogos e domicílios no início do século XIX.<sup>58</sup> Tendo como um dos exemplos a Vila Rica de 1804,  $\frac{3}{4}$  da população adulta livre era solteira e, desse total, 45% dos chefes de domicílios eram mulheres<sup>59</sup>, indicando a participação feminina tanto nas atividades domésticas como no mundo do trabalho<sup>60</sup>. Tais estudos permitem refletir sobre as “múltiplas possibilidades de construção dos papéis femininos, não redutíveis a uma situação de dependência e subjugação ao universo masculino”<sup>61</sup>.

Alguns trabalhos buscam alternativas que relativizam a dualidade público x privado inspirados no conceito desenvolvido por Habermas, de *esfera pública*<sup>62</sup>, que seria uma “arena intermediária” entre a esfera privada e o Estado, nas sociedades burguesas, onde grupos produziam opinião pública através do debate. Maria de Lourdes Lyra (2006) analisa mobilizações coletivas de mulheres através de escritos, que chama de *manifestos políticos*, enquanto participação das mulheres na esfera pública, presentes desde o período colonial brasileiro à campanha abolicionista em fins do período imperial<sup>63</sup>. Sarah Chambers (1999) localiza a atuação de homens e mulheres das classes populares na luta pela independência do

<sup>57</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999; FURTADO, Junia F.; VENÂNCIO, Renato P. Comerciantes, tratantes e mascates. In: Mary del Priore (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de estado*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, v.1, p. 93-113.

<sup>58</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; LEITE, Miriam Moreira. Mulheres e famílias. In: SAMARA, Eni (Org.). *Família e grupos de convívio*. Revista Brasileira de História. N. 17. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, fev. 1989; SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 107-136; ALGRANTI, Leila M. Família e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de M. e. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Vol 1. p. 83-154

<sup>59</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As idéias e os números do gênero*. Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Hucitec, DECHAL/FFLCH-USP, 1997, pp.45

<sup>60</sup> Aqui, não estou negando a existência de trabalho no ambiente doméstico.

<sup>61</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas na sala de aula: dilemas na escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 193

<sup>62</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>63</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação das mulheres na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. *Almanack Braziliense*. n. 03, maio/2006, pp. 105-122.

Peru, como constituindo essa esfera pública proposta por Habermas<sup>64</sup>. Mary Kelley (2006) utiliza o conceito de *sociedade civil* como uma expansão do espaço público, ampliando-o para além da dimensão política do Estado. Assim, segundo a autora,

a presença das mulheres na esfera pública da sociedade civil [como educadoras e escritoras, casos em que ela discute] desconstrói o falso binário que identifica as mulheres exclusivamente à família, e coloca em questão a relação simbólica entre esse espaço institucional e discursivo, e a condição masculina<sup>65</sup>. [comentário meu]

Tais autoras apontam outras possibilidades interpretativas para o papel das mulheres na sociedade oitocentista em diversos contextos culturais, embora tragam ainda como referência, a noção de separação entre diversos espaços. Jan Lewis (1987), Nina Baym (1995) e Marcus Carvalho (2006) apresentam, a meu ver, propostas que se ajustam melhor aos caminhos analíticos que busco seguir, ao considerarem que, embora empiricamente, a presença das mulheres na dimensão pública do mundo social, especificamente na atuação junto aos governos, fosse significativamente restringida, o “significado social” dos papéis de esposa e mãe no período em estudo não pode ser dissociado dessa dimensão política. Segundo Lewis (1986), a partir do momento em que a família passa a ser vista como “sociedade em miniatura”, e “when the courtship and marriage are infused with political meaning, women inevitably and inescapably become political beings”<sup>66</sup>. As mulheres são, portanto, sujeitos de ação política quando apóiam maridos e filhos a participarem de batalhas e quando protestam contra tal acontecimento<sup>67</sup>. Conforme Baym (1995), não há como desconhecer a dimensão pública da família, sendo ela considerada “espaço onde cidadãos e a cidadania são

<sup>64</sup> CHAMBERS, Sarah. *From subjects to citizens*. Honor, gender, and politics in Arequipa, Peru (1750-1854). University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999, pp. 10.

<sup>65</sup> KELLEY, Mary. *Learning to stand and speak*. Women, education, and public life in America’s republic. Williamsburg: Published for the Omohundro Institute of Early American History and Culture; Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006, pp. 15. [tradução minha]

<sup>66</sup> LEWIS, Jan. The republican wife: virtue and seduction in the Early Republic.(1763-1815)*The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser. Vol. 44, n. 04, oct. 1987, pp.698; o próprio *dote*, como prática relacionada aos casamentos, faz com que a mulher seja parte do universo político e econômico da sociedade. Ver: NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Ver também a edição especial sobre essa temática: DAVIDSON, Cathy N. *American Literature*, vol 70, n. 3, sept 1998. No more separate spheres!. Duke University.

<sup>67</sup> No Mentor das Brasileiras são citados vários “exemplos históricos” de mulheres que agiram desse modo, por exemplo; Mentor das Brasileiras n. 1, 30/novembro/1829, pp.8 (Magnanimidade das mulheres); n. 4, 23/dezembro/1829, pp. 32 (Belo exemplo de heroísmo).

produzidos”<sup>68</sup>, e que constitui o próprio discurso produzido e veiculado, sobretudo no século XIX, acerca do “poder civilizador da maternidade”<sup>69</sup>. Além de a família representar um microcosmo da pátria, a

representação da boa esposa também era importante para a construção das noções de dignidade e honra masculinas. Do homem também era exigido um bom casamento. Envelhecer solteiro poderia significar pobreza, infertilidade, devassidão ou homossexualismo<sup>70</sup>.

Dessa forma, a idéia de interpenetração ou, melhor dizendo, a diluição de fronteiras fixas, permite pensar numa “esfera” sócio-cultural ao mesmo tempo única, em termos da ausência de fronteiras, e múltipla, no sentido de que as relações sociais se configuram a partir de discursos e práticas concorrentes, contraditórios e em constante transformação. Segundo Scott (1990), essa configuração das relações está presente em todas as relações sociais, no interior das instituições – família, igreja, escola, mundo do trabalho etc. -, e as significações de *gênero* e *poder* se constroem reciprocamente, na medida em que vai sendo instituído “um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos”<sup>71</sup>.

\*

Os jornais, vistos como espaço de discussões políticas e um dos elementos contribuintes para a formação da opinião pública, circulavam por *espaços públicos*, indicados por Habermas (1984), como as tabernas e cafés – espaços reconhecidamente frequentados por homens, no século XVIII -, mas igualmente circulavam por outros espaços culturais, incluindo-se as bibliotecas e as casas, de modo que as mulheres também poderiam participar da produção dessa opinião pública. No caso de *O Mentor das Brasileiras*, era comum o registro da opinião das leitoras, através de supostas correspondências por elas enviadas à redação. A dificuldade na verificação da fidedignidade dessas cartas se dá pelo uso de

<sup>68</sup> BAYM, Nina. *American women writers and the work of history, 1790-1860*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1995, pp. 6.

<sup>69</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, pp. 17; THERIOT, Nancy. *Mothers & daughters in nineteenth-century America*. The biosocial construction of femininity. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1996, especialmente cap. 1.

<sup>70</sup> CARVALHO, Marcus F. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lucia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B da C. (Orgs.) *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2006, pp. 176-199, p.184.

<sup>71</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRS/Faced, v. 15, n.2, 1990, pp. 88.

pseudônimos, tais como “A Brasileira Constitucional”, “Huma sua Patrícia”, “A Patriota Baependyana”, “Brasileira inimiga do despotismo”. Isso não descarta, entretanto, a importância da seção de *correspondências* deste jornal. Se redigidas por leitoras, elas indicariam como o público feminino se apropriava do discurso veiculado pelo periódico, fazendo uso do vocabulário político em circulação para demonstrar sua filiação partidária, ou para produzir a idéia de simpatia, no caso específico, pela ideologia liberal. No caso de serem correspondências forjadas por homens ou pelo redator, indica aquilo que, a partir dos referenciais masculinos, definiria a brasileira virtuosa e patriota.

Uma das poucas exceções para o não uso de pseudônimos, envolveu Beatriz Francisca de Assis Brandão, professora da escola elementar de Ouro Preto, que contribuiu de forma inovadora, enviando escritos poéticos. O poema a seguir possui 19 estrofes e tematiza a independência do Brasil.

Ergue o colo, ó Pátria amada,  
 Teu triunfo livre canta  
 De servil férrea cadeia  
 Os braços livres levanta.  
 ...<sup>72</sup>

As professoras públicas das escolas elementares estavam entre as poucas mulheres a terem seus nomes revelados por *O Mentor das Brasileiras*, geralmente associados aos discursos proferidos por elas, como parte do ritual que antecedia os exames públicos de meninas. Tais discursos e a descrição dos exames eram publicados no jornal, como contribuição de alguém que supostamente presenciou esse evento público. Um trecho desse discurso, proferido pela professora Policena Tertulliana de Oliveira no ato do primeiro exame público da primeira escola pública elementar para meninas da vila de São João del-Rei, ilustra como a figura da professora era associada ao patriotismo feminino e ao discurso liberal em prol da defesa da instrução das mulheres, sempre trazendo a crítica aos antepassados, entendidos aqui como a Monarquia Absolutista e o sistema colonial:

...Se eu vos tenho tratado com docilidade, e brandura, he mesmo para perderdes esse pânico terror, de que tanto se jactavam os nossos

<sup>72</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 14, 05/março/1830, pp. 111 e 112

antepassados, quando o viam em seus subalternos. Um governo liberal reprova hoje esse mau sistema de educação. A timidez é sempre um defeito, que produz de ordinário o acanhamento, e impede a expressão de nossas idéias. Fazei, portanto, que não sejam baldadas as esperanças de nossos Legisladores na criação deste novo estabelecimento de Escolas; mostrai que as letras não são unicamente um objeto privativo dos homens, que o nosso sexo é capaz de grandes progressos, aplicada a atenção e o estudo. São João, 19 de Dezembro de 1829<sup>73</sup>. [destaques meus]

A escola e a professora conjugam os elementos familiares (“docilidade” e “brandura” são equivalentes aos qualificativos maternos “ternura” e “carinho” da fábula) e políticos, assim como as alunas, cujo aproveitamento era avaliado não somente na aprendizagem da leitura, escrita, operações matemáticas e doutrina cristã, mas também na recitação da Constituição do Império de cor.

Como se pode perceber, a participação na imprensa através da escrita, como mais uma possibilidade de expressão das mulheres, é ainda incipiente nas primeiras décadas do século XIX brasileiro. É a partir da segunda metade do século XIX que jornais redigidos e dirigidos por mulheres começam a surgir no Brasil, dando origem à chamada *Imprensa feminina*. O *Jornal das Senhoras* é tido como o primeiro deles, dirigido por Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro, a partir de 1852. Após o pioneirismo carioca, a década de 1870 marcou a produção de um grande volume de jornais e revistas com características feministas<sup>74</sup>. Foi nessa década que surgiu o primeiro periódico mineiro dirigido por mulheres, *O Sexo feminino* (1873-1878), na cidade de Campanha, sob a responsabilidade da professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz<sup>75</sup>. Esses periódicos registram as reivindicações femininas, muitas delas semelhantes às presentes nas primeiras décadas do oitocentos, como o direito das mulheres à instrução. Nesses termos, *O Mentor das Brasileiras*, baseado na sensibilidade masculina, soube supor qual seria a principal reivindicação feminina, décadas antes da conquista do espaço da imprensa pelas mulheres, para torná-la pública por elas mesmas? Ou será que o direito das mulheres à instrução foi e continuou sendo usado como argumento, meio para se atingir outros fins? Ou ainda, talvez a instrução feminina seguiu sendo negligenciada ou vista como insatisfatória até o final do período Imperial brasileiro?

<sup>73</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 4, 23/dezembro/1829.

<sup>74</sup> DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: *Estudos Avançados*. USP/São Paulo. Vol 17, n. 49, set/dez 2003, pp. 151-172.

<sup>75</sup> NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)*. Faculdade de Educação/UFMG, 2004. Dissertação de Mestrado.

\*

Esta pesquisa foi delimitada no intervalo entre 1829 e 1832, período de publicação do periódico *O Mentor das Brasileiras*. Analiso este jornal considerando-o modelar do investimento em uma produção impressa periódica para a educação da mulher, por parte da elite liberal moderada mineira.

Ao buscar investigar os aspectos tipográficos, essenciais para um estudo profundo sobre os impressos, deparei com a constatação, já então de conhecimento público, embora impreciso, de que a Tipografia do Astro de Minas, onde *O Mentor das Brasileiras* foi impresso, havia sofrido um incêndio, não restando nenhum documento relacionado àquele estabelecimento. A ausência de informações referentes à produção, circulação e recepção de *O Mentor* me fizeram procurar por respostas consultando outros periódicos contemporâneos e que foram citados por ele; a leitura desse conjunto de periódicos forneceu informações esparsas, que foram conjugadas com outras pesquisas, que auxiliaram na compreensão dos elementos tipográficos e relacionados à materialidade desse impresso, bem como da sua circulação.

A leitura de diversos periódicos possibilitou verificar as interlocuções que estabeleciam entre si, constituindo uma rede de intercomunicação. Dos 67 periódicos citados pelo *Mentor*, 46 aparentemente foram lidos e deles, retirados trechos. Desse grupo, os que foram encontrados, foram lidos e analisados de forma sistemática, buscando perceber as apropriações operadas pelo redator. Segue a lista de todos os periódicos mencionados, com destaque para os que foram citados.

**TABELA 1: Lista dos periódicos citados pelo Mentor das Brasileiras**

Nome do periódico	Citação direta	Local e data	N. de citações
* O Amigo da verdade	X	São João del Rei, 1829-1831	4
* Amigo do Povo		Pernambuco	BN
* Alchymista	X		1
* Analysta		? – 1830	
Astréa	X	Rio de Janeiro, 1826-1832	BN 3
Astro de Minas	X	São João del Rei, 1827-1839	BN 2
Aurora Fluminense	X	Rio de Janeiro, 1827-1835;1838,1839;1855	BN 11
O Bahiano	X	BA? RJ?	BN 3
* O Brasileiro Imparcial		Rio de Janeiro, 1830-	BN
O Brasileiro	X	Maranhão	1
Campeão Brasileiro		Bahia	

O Constitucional		Vários	BN	
Constitucional Riograndense				
A Constituição em Triunfo		São João del Rei, 1830		
Correio dos cidadãos				
Correio Mercantil		Rio de Janeiro, 1830-	BN	
Courrier des E.U.	X			1
* Cruzeiro		Pernambuco; Portugal	BN	
Despertador das Brasileiras	X	Bahia		3
Diário	X	(?) Vários	BN	3
Diário Fluminense	X	Rio de Janeiro	BN	
Diário de Pernambuco	X	Pernambuco, 1825-	BN	4
Diário Mercantil		Rio de Janeiro, 1824,1825,1826,1827		
Dr. Tira Teimas	X	Rio de Janeiro		1
O Eco d'Olinda	X	Pernambuco		1
Escudo da Constituição	X	Bahia	BN	3
O Espelho Diamantino	X	Rio de Janeiro, 1827-1828	BN	4
Estrella Mariannense	X	Ouro Preto, 05/1830 -	BN	1
Extractor				1
O Farol Paulistano	X	São Paulo, 1827-1833	BN	5
Filantropo	X	Rio de Janeiro		1
Filho do simplício	X			3
* Gazeta da Costa		???-1830		
Gazeta de Minas		Ouro Preto, 1831		
Gazeta Pernambucana		PE, 1822-	BN	1
Genio Brasileiro	X	Resende - RJ		
Jornaes de Pariz	X			1
Jornaes da França	X			1
* Hum Jornal Buenosayriano				
Journal d'éducation et d'instruction				
Jornal do Com.	X	Rio de Janeiro, 1827-	BN	1
* Luz Brasileira	X	Rio de Janeiro, 1829-	BN	2
Manual das Brasileiras	X	São Paulo		11
Matutina Meiapontense	X	Meia Ponta - GO, 1830-1834		3
Mercúrio de Nueva York	X			1
Mulher do Simplício	X			1
O Nacional	X	Rio de Janeiro, 1832,1833,1861,1872,1895		1
Narciso	X	Rio de Janeiro		1
Nova Luz Brasileira	X	Rio de Janeiro, 1829-	BN	6
O Novo Argos	X	Mariana, 1829-1834	BN	5
Observador Constitucional	X	São Paulo, 1829-	BN	1
O Popular	X	PE, 1830-	BN	6
Patriota Brasileiro	X			2
O Pregoeiro Constitucional	X	Pouso Alegre - MG, 1830-	BN	3
O Republico	X	Rio de Janeiro, 1830- ?; Pernambuco - ?	BN	5
Semanário Cívico		Bahia		
* Semanário Mercantil	X	Ouro Preto, Rio,		1
Sentinella				1
Sentinella da Liberdade	X	Porto Alegre	BN	1
Sentinella do Pirajá	X	BA, 1831-	BN	1
Sentinella do Serro	X	Vila do Príncipe, 1827-1832		4
O Simplício	X	Rio de Janeiro, 1831-	BN	24
Sonâmbulo		Pernambuco		

* Telégrafo		Ouro Preto – MG	
Tribuna do povo	X	Rio de Janeiro, 1830-	BN 6
O Universal	X	Ouro Preto, 1825-1842	7
Voz Paulistana	X		1

Fonte: O Mentor das Brasileiras; Biblioteca Nacional-RJ

\* considerados absolutistas.

BN=aqueles localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A dificuldade em localizar os periódicos considerados restauradores é, de acordo com Moreira (2006), resultado da seleção operada pelos grupos hegemônicos de cada época, na administração dos arquivos e demais instâncias responsáveis pela guarda, registro e conservação desses materiais, resultando em acervos que representam “o resultado do empenho de determinada sociedade em impor ao futuro uma imagem de si”<sup>76</sup>. Há que se considerar, também, as vicissitudes no âmbito da política, que condicionam a descontinuidade da produção de periódicos ou mesmo do funcionamento das tipografias, como é o caso da tipografia do *Universal*, cujos tipos “mandou seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade para a rebelião”<sup>77</sup> (referência à Revolução Liberal de 1842, às vésperas da qual o periódico foi extinto). Outras pistas esparsas permitem inferir sobre o destino dos periódicos regressistas, como num anúncio publicado em 1830 no *Universal*: “Há para se vender uma porção de papel sujo quase todo Telégrafos, e por módico preço”<sup>78</sup>, numa referência ao *Telégrafo*, periódico conterrâneo que circulara entre 1828 e 1829. Desse modo, o acesso aos periódicos restauradores, durante esta pesquisa, foi mínimo, o que determinou centrar-me mais nos discursos veiculados pelos periódicos liberais, ficando o ponto de vista daqueles, obscurecido pelo tom depreciativo com os quais os primeiros se referem.

A identificação dos livros utilizados para compor o jornal apresentou muitas dificuldades, principalmente porque, em sua maior parte, a citação da fonte não era suficiente para localizá-los; ou era citado somente o autor (que geralmente tinha publicado várias obras) ou somente o título. Este obstáculo, característico do período, abre espaço para uma outra discussão pertinente ao estudo das práticas de leitura e da produção de textos: embora seja mais seguro investigar as apropriações a partir das declarações do que se leu, ou das citações, não se pode desprezar o fato de que, mesmo os textos considerados de autoria própria são, em boa parte, resultados da elaboração de leituras. A análise de todo o texto de *O Mentor* levaria a um trabalho interminável, além de exigir uma extraordinária erudição. Sendo assim, foi

<sup>76</sup> MOREIRA, Luciano. *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Belo Horizonte: FaFiCH, Departamento de História, 2006. Dissertação de mestrado, pp. 34.

<sup>77</sup> VEIGA, J.P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

<sup>78</sup> O Universal, no 410 – 01/03/1830, apud Wlamir Silva, pp. 279.

possível localizar algumas “tendências” que caracterizavam os discursos e, quando os livros puderam ser identificados e consultados, foi feito o trabalho de comparação entre os textos.

Dentre essa bibliografia heterogênea<sup>79</sup>, identifiquei a história do Brasil extraída de Alphonse de Beauchamp, fábulas de Phaedrus, uma bibliografia inglesa, incluindo Adam Smith, Jane Marcet, Jonathan Swift, Thomas Paine, além dos franceses Volney, Montesquieu, Voltaire e Pierre Blanchard. Essa heterogeneidade desperta questões acerca da biblioteca do redator, José Alcibíades Carneiro, que supostamente seria composta por livros escritos nas línguas inglesa e francesa. Isso leva a pensar sobre suas habilidades de leitura, pois também sabia latim, idioma que lecionava antes e durante o período de redação de *O Mentor*. Essas questões ainda não puderam ser respondidas, pois não consegui localizar seu inventário ou testamento para verificar a composição de sua biblioteca, nem mesmo o local e a data de sua morte. O cruzamento dessa bibliografia com pistas acerca das obras que compunham a biblioteca pública de São João del-Rei no período compreendido pela minha pesquisa, permitem algumas inferências, que serão discutidas no capítulo 2.

Buscando conhecer mais a fundo as professoras públicas de escolas de meninas, mencionadas pelo jornal, consultei no Arquivo Público Mineiro, o fundo referente à instrução pública. A legislação educacional e fontes manuscritas, referentes às atividades escolares, possibilitaram o cruzamento de informações com os conteúdos publicados no jornal, permitindo matizar os aspectos escolares e da profissão docente que se buscava enfatizar e difundir entre as leitoras e leitores. Isso possibilitou pensar sobre as interlocuções realizadas entre os jornais e a educação escolar, num período em que essas duas instituições buscavam se afirmar enquanto agentes privilegiados para a instrução do povo.

No Arquivo Público Mineiro, encontrei também pistas que, podendo ser consideradas secundárias, auxiliam a visualizar o jornal e o seu entorno, como documentos relacionados às demais tipografias mineiras, aos correios – uma das formas de circulação dos jornais –, às câmaras municipais – onde descobri o gradativo envolvimento de José Alcibíades Carneiro com as atividades políticas na Câmara de São João del-Rei -, e a legislação Imperial, que permitiu acompanhar a intensa discussão acerca da liberdade de imprensa, seus limites e punições, a taxação na circulação de periódicos etc.

Utilizando-me desse *corpus* heterogêneo e lacunar, busquei escrever a minha história, num movimento de tentar “fazer falar o corpo que se cala”, acreditando que do

---

<sup>79</sup> Ver no Anexo 2 uma lista dos livros que tiveram o título ou a autoria citada.

presente em que me encontro, sou capaz de produzir um saber inteligível sobre o passado. A ausência de várias informações específicas referentes ao *Mentor das Brasileiras* me levou a buscar, no amplo universo dos periódicos da mesma época, elementos para sustentar algumas afirmações. Nesse sentido, se o *macro* tem relações com o *micro*, acredito que o estudo de *O Mentor das Brasileiras* pode contribuir para melhor compreendermos a imprensa nas suas primeiras décadas de existência no Brasil.

\*

Organizei a tese em duas partes, partindo de uma análise mais relacionada ao jornal e seu entorno, para posteriormente explorar seu conteúdo. A primeira parte tem como título *O Circuito do Impresso*, sendo composta por dois capítulos. No capítulo 1, discuto sobre o surgimento de *O Mentor das Brasileiras*, explorando como este jornal se insere nas discussões políticas do período e se afirma como liberal moderado. Discuto também sobre as características urbanas da vila de São João del-Rei e a ampla circulação dos periódicos nas casas, na Biblioteca Pública e estabelecimentos voltados à promoção da instrução da população, indicando as diversas formas de acesso e leitura. O capítulo 2 traz a análise da materialidade do jornal em estudo; os aspectos tipográficos, editoriais, e a composição do jornal, dando destaque aos três tipos de texto mais presentes: as cartas, os livros e os jornais. Neste capítulo, discuto também sobre a participação de José Alcibíades Carneiro que, iniciando sua história em São João del-Rei como professor de gramática latina, foi um dos redatores de *O Mentor* e aos poucos foi se envolvendo mais ativamente com a política local e provincial.

A segunda parte da tese foi intitulada *Da Educação do Bello sexo*, e a análise tem como foco o conteúdo veiculado pelo jornal. Dividida em três capítulos, no capítulo 3, analiso, a partir das leituras sugeridas para as senhoras, as apropriações de textos realizadas no ato de produção de *O Mentor*. Para isso, foi feita a comparação dos trechos de alguns dos livros inseridos no jornal com os textos de origem, o que indicou o trabalho de omissões e acréscimos realizados pelo redator, em função do público leitor almejado e das representações femininas idealizadas.

No capítulo 4, discuto sobre as *virtudes* femininas difundidas pelo jornal, mostrando como alguns temas, tais como a beleza e o luxo faziam parte do universo feminino, mas eram tratados de forma tensa e ambígua. Em seguida, aponto como os papéis de mãe e

esposa eram ao mesmo tempo imbuídos de significado político e religioso, e como o amor à pátria deveria sobrepor o amor à família.

No quinto e último capítulo, faço uma reflexão sobre as interlocuções realizadas entre *O Mentor das Brasileiras* e o processo de escolarização de meninas, analisando o jornal enquanto aliado e ao mesmo tempo instância de vigilância e controle das atividades escolares. Aponto a contribuição do jornal para a difusão e fortalecimento da instituição escolar, da profissão docente e da condição de aluna.

\*

Para facilitar a leitura das citações de textos de época, foi feita a atualização ortográfica e de pontuação.

## I Parte

### O CIRCUITO DO IMPRESSO

---

A invenção da impressão utilizando tipos móveis por Guttemberg, no século XV, representou a possibilidade de difundir textos em quantidades até então impensáveis através da prática de reprodução manuscrita. Essa nova técnica revolucionou de forma definitiva, no Ocidente, a ampliação da circulação da palavra escrita, reduzindo os custos e o tempo de produção dos textos, promovendo, inicialmente nos centros urbanos, novas formas de informação, conhecimento, entretenimento e de relação com o poder e o sagrado<sup>80</sup>.

No Brasil, antes do estabelecimento da Imprensa Régia em 1808, algumas iniciativas isoladas e de curta duração marcaram a história da produção impressa, tais como o primeiro prelo do qual se tem notícia, instalado em Recife (1703-1706) e o prelo que funcionou no Rio de Janeiro (1747-1749), ambos tendo o funcionamento interrompido após conhecimento pela Metrópole<sup>81</sup>. Com a vinda da família real, o Brasil conheceu a tipografia oficialmente, em contraste com vários países da América Espanhola que realizaram suas primeiras impressões ainda no século XVI<sup>82</sup>. O estabelecimento da imprensa marcou o desenvolvimento de novas práticas culturais no Brasil, já que, além dos documentos oficiais, se passaria a imprimir também outros tipos de materiais, incluindo-se os jornais e obras de cunho científico e literário<sup>83</sup>. A ampliação na circulação dos impressos foi acompanhada de medidas de controle, inicialmente sob responsabilidade da Junta Diretora, que foi logo em seguida substituída pela Mesa do Desembargo do Paço, a quem cabia examinar previamente todo o material a ser impresso, e também as obras importadas, buscando preservar “a religião, a moral e os bons costumes”<sup>84</sup>. A liberdade de imprensa seria posta no papel pelo decreto de 18 de junho de

---

<sup>80</sup> CHARTIER, Roger; BOUREAU, Alain (Orgs.). *The culture of print: power and the uses of print in early modern Europe*. Princeton: Princeton University, 1989. Introdução.

<sup>81</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Ed. USP, 2005, p. 88.

<sup>82</sup> SODRÉ, 1999; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005, pp. 62;

<sup>83</sup> NEVES, Lucia M.B.P. das; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 1.

<sup>84</sup> NEVES, op. cit, p.49.

1822, que vigorou até 1823 e, finalmente, passou a compor o Artigo 179, no item IV da Constituição do Império, segundo o qual “Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura”, salvo em casos de abuso.

Não só as condições políticas, mas também as condições materiais (a necessidade de importar ou construir uma tipografia, os altos preços do papel, a ausência de funcionários capacitados para o trabalho) fizeram com que a imprensa áulica prevalecesse durante a primeira década da produção de periódicos no Brasil, sendo que no período pós-independência, começaram a surgir oficinas tipográficas nas principais vilas de várias províncias, entre elas, em Minas Gerais, dando origem à produção impressa nessas localidades.

Robert Darnton (1990) sugere que, ao invés de “História do livro”, o campo deveria se chamar “História sócio-cultural da comunicação pelo impresso”, se referindo às pesquisas interessadas em investigar os impressos, seus usos e seus efeitos<sup>85</sup>. Para tanto, segundo ele, é necessário investigar todas as etapas de seu ciclo de vida: autoria, edição, impressão, distribuição, venda e leitura. Este último “completa o circuito, pois ele influencia o autor antes e depois do ato da composição”, enquanto leitores implícitos ou enquanto críticos<sup>86</sup>. Perseguindo este objetivo, esta primeira parte da tese busca explorar o circuito do jornal *O Mentor das Brasileiras*.

---

<sup>85</sup> DARNTON, Robert. What is the History of Books? In: *The kiss of Lamourette*. Reflections in Cultural History. New York, London: Norton & Company, 1990, pp. 107.

<sup>86</sup> DARNTON, op cit, p.111.

## Capítulo 1

### A IMPRENSA PERIÓDICA NO CENÁRIO POLÍTICO-CULTURAL MINEIRO

---

“Muito folguei com a certeza de ter já aparecido nesta Vila de S. João d’El-Rei os caracteres redondos a que os nossos Pais prostavam tanta veneração e infalibilidade”<sup>87</sup>, escrevia um leitor, saudando os redatores do primeiro periódico da vila, o *Astro de Minas*, que teve seu número inicial impresso aos 20 de novembro de 1827, na tipografia com o mesmo nome, à rua Direita, n. 380. São João del-Rei era a segunda vila da província mineira a estabelecer uma tipografia e a imprimir um jornal, o que, ao que parece, era aguardado com muitas expectativas.

Cerca de 20 anos antes, Minas Gerais assistira ao surgimento dos “caracteres redondos”; saía a primeira obra impressa na província de Minas Gerais, anterior mesmo à instalação da imprensa régia no Rio de Janeiro. Em Vila Rica, o padre José Joaquim Viegas de Menezes construiu uma prensa artesanal e rudimentar, na qual imprimiu um panegírico de 18 páginas, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcellos, em homenagem ao então governador da Capitania e sua mulher<sup>88</sup>. Mas o primeiro periódico mineiro surge mesmo em 13 de outubro de 1823, em Ouro Preto, na “Oficina Patricia de Barbosa e Cia.”, sendo suas peças e tipos construídos pelo português Manuel José Barbosa Pimenta e Sal na mesma Imperial Cidade<sup>89</sup>. O periódico foi chamado de *O Compilador Mineiro*, tendo circulado até 9 de janeiro de 1824, e sendo imediatamente substituído pelo *A Abelha do Itaculmy*, em 12 de janeiro de 1824. Este foi impresso até 11 de julho de 1825 e, logo em seguida, a tipografia passou a publicar, em 18 de julho do mesmo ano, o que viria a ser o periódico mais longo da província no período imperial, *O Universal*, que se despede com seu último número em 1842.

Pouco tempo após a iniciativa de Barbosa em Ouro Preto, em outros pontos da província, novas tipografias artesanais eram construídas, como a do ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes, no Tejuco, em 1828, que deu origem ao periódico *Eco do Serro*, e, no mesmo

---

<sup>87</sup> *Astro de Minas*, n. 06, 01/12/1827, p.3, correspondência.

<sup>88</sup> SODRÉ, Nelson W. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

<sup>89</sup> VEIGA, J.P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898.

ano, no arraial do Itambé, a do também ourives Geraldo Pacheco de Melo, que deu origem ao periódico *Liberal do Serro*<sup>90</sup>. Essas primeiras tipografias artesanais eram confeccionadas a partir da associação entre habilidades manuais; adaptação do conhecimento em ourivesaria para a fundição dos tipos, e a construção e montagem das peças; tudo isso mesclado a conhecimentos técnicos advindos da Europa, adquiridos através da vivência ou da leitura de livros. Houve também, para o mesmo período, iniciativas individuais ou a associação de pessoas que, às próprias custas, adquiriam uma tipografia e iniciavam a produção de periódicos, como é o caso das primeiras tipografias da vila de São João del-Rei.

O surgimento e o desenvolvimento da imprensa estão relacionados a um conjunto de condições, sejam elas materiais, políticas, geográficas ou culturais. A associação entre o processo de desenvolvimento da imprensa e o processo de urbanização é pertinente, na medida em que a imprensa encontra condições necessárias a seu funcionamento em locais com estruturada atividade econômica, política, social e cultural. Minas Gerais foi, durante o século XVIII e boa parte do XIX, a região mais populosa e mais urbanizada do Brasil, contando, em 1833, com 900.700 habitantes<sup>91</sup>. Se a mineração foi responsável pelo impulso inicial do processo de urbanização na província, a agricultura, a pecuária, a manufatura e o comércio foram responsáveis pelo seu desenvolvimento a partir de fins do século XVIII<sup>92</sup>. Entre os principais núcleos urbanos do Brasil colonial e imperial, encontra-se São João del-Rei, elevada à condição de vila em 1713 e, no ano seguinte, a sede da Comarca de São José do Rio das Mortes<sup>93</sup>. Possuía uma situação geográfica que a tornava rota de passagem para/entre as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo, portanto, região de intensa circulação de pessoas e mercadorias, exercendo papel fundamental no abastecimento (de produtos alimentícios e de consumo em geral) da província Mineira e da Corte<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> SANTOS, apud COSTA FILHO, Miguel; CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS. A imprensa mineira no Primeiro Reinado: independência política, Imperador constitucional e integridade do Império. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.

<sup>91</sup> PAULA, João A. de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.35.

<sup>92</sup> PAULA, op cit, p. 41

<sup>93</sup> Limitada pela Serra da Mantiqueira, se localizava próxima à divisa entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>94</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. A marcha da civilização. As vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844). Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH-UFMG,1998, (dissertação) p. 44; SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História, 2002. Tese, p. 39-40

Em 1833, São João del-Rei contava com 1.442 fogos<sup>95</sup>, a população livre de 5.235 habitantes e a população escrava de 1.823 habitantes, sendo uma das vilas mais populosas da província<sup>96</sup>. Suas características urbanas mereciam comentários de viajantes que por lá passaram nas primeiras décadas do século XIX. O médico, botânico e mineralogista austríaco, Johann Emanuel Pohl registrou que, em fins da década de 1810, a vila possuía 7.000 habitantes, sendo marcada pela intensa atividade comercial e agropecuária. Além disso,

Esta cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil. (...)1.000 casas, na maioria de um só andar, limpamente caiada e com pomares verdes, exuberantes, em que se erguem belas bananeiras. As igrejas, inteiramente construídas de pedra, com torres bem proporcionadas, algumas ornadas com relógios, o que é uma raridade no país, ultrapassam os próprios templos da cidade do Rio de Janeiro<sup>97</sup>.

A apreciação estética da cidade e o destaque dado aos relógios, enquanto ornamento das igrejas, podem ser vistos como reflexo do desenvolvimento urbano; com a expansão das atividades comerciais e burocráticas, tornava-se imprescindível “sincronizar o número crescente das atividades humanas, e dispor de uma rede de referências temporais cuja extensão regular pudesse servir de quadro de referência<sup>98</sup>”. A regulação do tempo, “condicionada pela impessoalidade da marcação rígida”, viabilizava o funcionamento dos meios de transporte, comércio e serviços, programação de espetáculos e demais eventos sociais, típicos da vida cidadina<sup>99</sup>. A existência de relógios nas torres das igrejas da vila indica o empreendimento em busca da racionalidade e civilização, entendidas como referências dos Estados ditos modernos<sup>100</sup>, o que ainda contrastaria com outras partes do Império. Pohl refere-se também às condições sanitárias da cidade que se destacava pela limpeza e, além disso,

<sup>95</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/33, Caixa 271, pacotilha 11, 10/01/1833.

<sup>96</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: V SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Belo Horizonte, UFMG: CEDEPLAR, 1990. p. 23

<sup>97</sup> POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. USP, 1976, p. 86-87.

<sup>98</sup> ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 46.

<sup>99</sup> AZEVEDO, Ricardo Marques. Uma idéia de Metrópole no século XIX. *Revista Brasileira de História*. Vol.18, n. 35. São Paulo, 1998, p. 2. Scielo.

<sup>100</sup> A relojoaria teria se desenvolvido de forma significativa no século XVIII, sobretudo na Inglaterra, nos primórdios do capitalismo industrial. Em: LOPES, Marcos A. Um tempo para a história. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel*. Tempo e História. Rio de Janeiro: FGV, s.d., pp. 61-100. Entretanto, nos séculos XVI, são poucas as cidades italianas desprovidas de relógios, de acordo com PETITAT, André. *Produção da escola-produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 91.

dizia que “o hospital público merece elogios”<sup>101</sup>, comentário semelhante feito pelo pastor inglês Robert Walsh, no final da década de 1820<sup>102</sup>. A construção de pontes e chafarizes seriam outros indicativos da busca pela melhoria na qualidade de vida, não só na vila<sup>103</sup> como em toda a província mineira, destacando-se em relação ao restante do Brasil<sup>104</sup>.

A complexa composição populacional da província mineira incluía a maior concentração de escravos do Império, durante o século XIX - que, entre 1833 e 1835 representou 33% da população da província<sup>105</sup> - e uma heterogênea camada racialmente diversificada e constituída de pequenos e médios proprietários de terras e escravos, comerciantes, proto-industriários, artesãos, enfim, um enorme contingente de trabalhadores livres e assalariados ligados a ocupações diversas, em especial à economia de abastecimento. Por fim, uma camada de pessoas livres e pobres, nômades e sem ocupação<sup>106</sup>. A indústria têxtil doméstica teria sido um espaço privilegiado de trabalho para as mulheres, livres e escravas, representando uma atividade que “desconhecia distinções por condição, idade ou classe social”<sup>107</sup>. Os homens de letras – bacharéis, padres, advogados, professores –, ainda que constituíssem uma camada ínfima da população, merecem destaque pela participação ativa na máquina administrativa do mundo do governo ou pela atuação na difusão e fortalecimento das idéias liberais.

Segundo Wlamir Silva (2002), o grupo dos políticos liberais mineiros era composto por um perfil heterogêneo tanto em relação à origem social quanto à sua trajetória, estando entre eles, magistrados, fazendeiros, comerciantes, padres e professores. Nesse grupo, além da atuação em várias instâncias do governo provincial e imperial, vários de seus integrantes eram fundadores e dirigentes dos mais importantes jornais de tendência liberal-moderada, opção que caracterizaria o liberalismo em Minas Gerais. A produção de uma

---

<sup>101</sup> POHL, op. Cit., p. 87.

<sup>102</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1985, p. 74.

<sup>103</sup> MORAIS, Christianni C. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Faculdade de Educação-UFMG, 2002. Dissertação de mestrado, p. 63-64.

<sup>104</sup> PAULA, op cit, 45.

<sup>105</sup> MARTINS, Roberto Borges; FRAGOSO, João Luiz; LIBBY, Douglas, apud SILVA, Wlamir, pp. 37-38.

<sup>106</sup> A literatura vem questionando as leituras que enfatizavam o predomínio da pobreza em Minas Gerais com o declínio da mineração e realçando a heterogeneidade no desenvolvimento de atividades econômicas múltiplas e concomitantes com a atividade de extração aurífera, sendo fortemente ligadas aos centros urbanos; tal releitura busca desconstruir também, a existência de uma aristocracia agrária em grande escala na província. Tal debate não é o foco deste trabalho, e busco aqui sintetizar panoramicamente o cenário mineiro que assistiu ao surgimento e circulação do periódico *O Mentor das Brasileiras* no início do século XIX. Ver: GRAÇA FILHO, A. A. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: ANNABLUME, 2003. v. 1

<sup>107</sup> LIBBY, Douglas, apud SILVA, Wlamir, p. 50.

imprensa periódica seria um dos objetivos da pedagogia política liberal para participar das lutas políticas e atingir as demais camadas da população<sup>108</sup>.

Nesse grupo, encontram-se o bacharel coimbrão Bernardo Pereira de Vasconcellos, fundador e principal redator do periódico *O Universal (1825-1842)*, em Ouro Preto; o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, que adquiriu uma tipografia e fundou os periódicos *Pregoeiro Constitucional (1830-1831)* e *Recopilador Mineiro (1833-1836)*, ambos em Pouso Alegre; o padre José Antônio Marinho, que teve importante colaboração na imprensa liberal em Ouro Preto, São João Del Rei, chefiando, ainda, a redação do *Correio Mercantil*, no Rio e o *Constitucional*, em Ouro Preto; o militar Teófilo Otoni, colaborador dos periódicos *Astro de Minas (S.João del-Rei)*, *Eco do Serro (Tijuco)* e *Astréa (Rio de Janeiro)*; José Pedro de Carvalho, um dos redatores de *O Universal* e de *O Parlamentar (Rio)*; Antônio José Ribeiro Bhering, padre e professor, colaborou com diversos periódicos e foi redator do *Novo Argos* e do *Homem Social*, ambos em Mariana, e o comerciante Baptista Caetano de Almeida, fundador do *Astro de Minas*<sup>109</sup>. A atuação desses sujeitos, para além do cenário político provincial, corresponde à intensa circulação dos impressos que, ultrapassando as diversas fronteiras, formavam uma “rede de difusão política sustentada pela imprensa”; um verdadeiro “comércio de pensamentos”.<sup>110</sup> Segundo Morel (2005), em análise da composição política da Corte,

Se havia um movimento de expansão do centro sobre as periferias nacionais, punha-se o movimento na direção contrária, de ocupação dos espaços públicos do centro do Império por agentes oriundos das províncias. Podiam atuar como intermediários, trazendo algumas demandas de seus locais de origem, mas também funcionando como elos da centralização homogeneizadora nacional. Eram elites que se tornavam nacionais, isto é, que passavam a se posicionar como agentes da centralização nacional, mas que também, em alguns casos, poderiam estar buscando alterar o jogo de forças no âmago do Império, atuando na capital como representantes de interesses diversificados<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lucia M. B. P. Das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006, p.v 42.

<sup>109</sup> SILVA, Wlamir, op cit., pp. 101-112

<sup>110</sup> SILVA, 2002, p. 122

<sup>111</sup> MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*, Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.p. 174.

A atuação nos postos da burocracia administrativa, na imprensa e nas associações políticas e culturais pode indicar a “tentativa destes representantes diretos do poder monárquico em ocupar esses espaços públicos que extrapolavam do controle direto da Coroa”, indicando “a complexidade que escapa aos esquemas explicativos que enxergam a onipresença do Estado em todas as atividades públicas”<sup>112</sup>. Além disso, sendo a imprensa periódica uma das instituições partícipes da construção do Estado Imperial, a participação na redação de um periódico e, principalmente, o anonimato conferido a muitos desses redatores possibilitavam aos políticos “dizer o que não ousariam na tribuna da Câmara ou do Senado”, representando ainda, um fórum alternativo onde grupos políticos minoritários ou sem representação oficial podiam se manifestar<sup>113</sup>.

Essas elites políticas possuíram, também, uma importância intelectual, visto que muitas delas transitavam entre as instituições culturais, nacionais e internacionais do período, além de terem deixado obras impressas de importância para a história e para o conhecimento científico e literário do Brasil<sup>114</sup>.

Desse grupo de liberais mineiros, um personagem merece destaque devido à sua significativa participação tanto no cenário político quanto cultural da vila de São João del-Rei, estando diretamente vinculada ao surgimento da imprensa naquela vila: o comerciante Baptista Caetano d’Almeida. Nasceu em Camanducaia a 03 de maio de 1797, sendo o filho mais velho do Capitão Manoel Furquim de Almeida, e tinha mais três irmãs e cinco irmãos. Os apontamentos biográficos, feitos por um de seus irmãos mais novos, Francisco de Assis Almeida, não trazem dados sobre sua mãe<sup>115</sup>. Segundo o mesmo, Batista Caetano de Almeida foi enviado para São João del-Rei aos 14 anos para completar a educação primária e, na companhia do tio, o Capitão Pedro de Alcantara de Almeida, aplicar-se ao comércio. Nessa época, a vila contava com professores particulares, aulas régias para ensinar a ler, escrever e contar, além da aula régia de latim, tida como a primeira da capitania, instituída em 1774<sup>116</sup>. A trajetória escolar de Baptista Caetano é desconhecida, havendo referências à sua formação autodidata. Segundo Almeida, embora seu irmão não tivesse tido estudos regulares, aprendeu a traduzir o francês, fato notado por Saint-Hilaire em outras partes da província, em que

---

<sup>112</sup> MOREL, Op. Cit, p. 189.

<sup>113</sup> CARVALHO, José Murillo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 46.

<sup>114</sup> NEVES, Lucia M. B. P. Das. *Corcundas e constitucionais*. P. 75

<sup>115</sup> ALMEIDA, Francisco de Assis. Apontamentos biográficos de Batista Caetano d’Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano X, p. 37-40.

<sup>116</sup> VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte, 1953, p. 49.

vários homens liam os principais autores franceses sem jamais terem tido mestres<sup>117</sup>. Isso indica também a inserção de Baptista Caetano nas tendências do mundo letrado da época, uma vez que, a partir de fins do século XVIII, o francês concorria com o latim como língua culta e as obras publicadas nessa língua tornavam-se cada vez mais freqüentes nas bibliotecas particulares brasileiras<sup>118</sup>.

A aprendizagem através da leitura e da prática autodidata, provavelmente, constituíram o percurso de formação de Baptista Caetano que, “como tinha talento natural e apreciava muito a leitura e instrução, adquiriu conhecimentos práticos das coisas e negócios públicos”<sup>119</sup>, vindo a se tornar advogado, num período em que se concedia licença para advogar para homens não formados, em locais onde não havia bacharéis<sup>120</sup>.

Visto como um entusiasta pela causa da instrução da população, segundo Christianni Morais (2002), Baptista Caetano d’Almeida foi o mentor e principal responsável pela fundação da biblioteca pública de São João del-Rei, inaugurada em 19 de agosto de 1827, a primeira da província mineira. Além de contribuir com recursos financeiros para a sua criação, arcou com os ordenados do bibliotecário e do contínuo até próximo à sua morte, em 1839; doou cerca de 800 livros de sua biblioteca particular como acervo inicial da biblioteca pública, que funcionou inicialmente numa das salas da Santa Casa de Misericórdia, e posteriormente foi transferida para uma das salas da Câmara Municipal da vila<sup>121</sup>. Um outro feito de sua autoria e às suas custas, em nome da ilustração, foi “mandar vir” uma tipografia que seria a responsável pela impressão do primeiro periódico da vila, o *Astro de Minas*, e de *O Mentor das Brasileiras*. O estabelecimento da tipografia deve ter se dado pouco após o da biblioteca, visto que em novembro já saía o primeiro número do *Astro de Minas*, que seria impresso três vezes por semana: às terças, quintas e sábados. O padre Francisco de Assis Braziel acumulava as funções de bibliotecário e de redator do jornal *Astro de Minas*.

Ainda segundo os apontamentos bibliográficos, Baptista Caetano se ocupou da educação de seus irmãos após o falecimento de seu pai. Para isso, teria contratado um português emigrado, Francisco Freire de Carvalho, ex-professor de história em Coimbra, para ensinar seus irmãos e para um curso de belas letras, que funcionou entre 1830 e 1833, onde o

<sup>117</sup> SAINT-HILAIRE, apud VILLALTA, Luis Carlos. O que fala e o que se lê. Língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1, p. 346.

<sup>118</sup> VILLALTA, Luis Carlos. Op cit, p. 346

<sup>119</sup> ALMEIDA, op cit, p. 38.

<sup>120</sup> APM IP1/51 Caixa 01, pacotilha 10, 09/05/1828

<sup>121</sup> MORAIS, 2002.

Padre José Joaquim de Santana ensinava francês, latim, música e dança<sup>122</sup>. Com isso, além da preocupação literária, Baptista Caetano deu mostras de buscar prover a vila com os demais recursos ligados ao seu desenvolvimento, imprescindíveis para uma sociedade urbana e distinta, em que os concertos, reuniões e bailes faziam parte do seu cotidiano<sup>123</sup>.

Suas habilidades nos negócios fizeram dele um próspero comerciante e, a basear-se nos escritos biográficos, Baptista Caetano teria adquirido e doado terrenos à Câmara Municipal de São João del-Rei, onde posteriormente se estabeleceram a Casa da Câmara, a biblioteca e a cadeia pública. Em função de suas atividades comerciais, freqüentava a Corte com regularidade, e ocupou cargos na administração local e provincial, como o de vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei, de juiz de paz e o de Deputado pela província mineira, este último, entre 1830 e 1833, reeleito para o período de 1834 e 1837<sup>124</sup>. Após esse período, já na segunda reeleição, não pôde assumir devido a problemas de saúde, passando o cargo, em 1838, para seu suplente José Alcibíades Carneiro e, em 1839, para o padre José Antônio Marinho. O primeiro havia sido redator de *O Mentor das Brasileiras* e o segundo também teria contribuído com a imprensa mineira e carioca. Baptista Caetano faleceu em 1839 e, no mesmo ano, o periódico *Astro de Minas* encerrava suas publicações.

Em passagem por São João del-Rei no início da década de 1830, Robert Walsh a considerava, depois de São Paulo, “a cidade mais liberal e ativa intelectualmente, de todo o Brasil”; seus habitantes, vistos como muito “inteligentes”, apoiavam com entusiasmo a independência e o sistema constitucional<sup>125</sup>. O estabelecimento da tipografia do *Astro de Minas* representou mais um instrumento de atuação a serviço da pedagogia liberal. A liberdade de imprensa, mencionada como decisiva para o seu funcionamento efetivo na vila, era entendida pelos redatores do *Astro de Minas* como uma liberdade restrita de acordo com os interesses que buscavam defender. Na primeira passagem do prospecto desse periódico, publicado no primeiro número, tem-se a impressão de que apenas alertavam os possíveis colaboradores para que evitassem ofensas pessoais, o que era recorrente nos prospectos dos demais jornais estudados:

---

<sup>122</sup> VIEGAS, Augusto. Op cit, p. 50, citando relatório de 1831 apresentado pela “Comissão do ensino” ao Governo da Província e “Livro de Registros de documentos de 1831 a 1835, p. 23 a 45; APM PP 1/33 Cx 270-1824-1831, pacotilha 61. Segundo correspondência da Câmara Municipal à Presidência da Província (1831), trata-se de um Collegio particular.

<sup>123</sup> SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 111.

<sup>124</sup> CINTRA apud MORAIS, 2002; ALMEIDA, Francisco de Assis, op cit.

<sup>125</sup> WALSH, 1985, vol 1, p. 79

Oferecendo-nos pela liberdade da imprensa, aos nossos Concidadãos, seguros meios de acelerar os progressos da razão, e de multiplicar as vantagens das luzes, no artigo Correspondência, estamos bem longe de justificar, e assinar a audácia, e a licença. Importa à conservação da autoridade pública, que ela seja respeitada<sup>126</sup>.

No desenvolver do assunto, os exaltados, como destinatários específicos da mensagem, se tornam mais evidentes:

Longe de nós, esses Escritores temerários, que não conhecem freio; que em seu orgulho confundem todas as classes, e atacam sem pudor tudo o que deve ser objeto da veneração dos Povos. Tanto é vergonhoso e lacho [?] ser indiferente às desgraças da humanidade ou não defendê-las, se não com uma voz fraca e trêmula; quanto é perigoso e repreensível afrouxar os laços da submissão dos povos para com o poder tutelar. Todos esses exaltados panegeristas de uma liberdade sem limites, e da igualdade natural dos homens, todos esses declamadores turbulentos, que se envolvem no manto da filosofia, e não temem alterar a harmonia geral, são muito mais devorados da sede de fama, do que abrasados do amor da humanidade.

Mesmo se considerando que os liberais exaltados não tiveram força significativa ou não agiram de forma organizada para que fossem considerados como uma terceira tendência em Minas Gerais<sup>127</sup>, é importante notar que representavam uma referência à qual se explicitavam reservas ou, conforme Silva (2002), na “cotidiana construção da identidade política moderada, (...) esta[va] em pauta a caracterização de seus contrários”<sup>128</sup>. Avessos, portanto, à liberdade irrestrita e à idéia de igualdade entre os homens, os moderados construía sua identidade política buscando depreciar os demais; os exaltados. De acordo com essa concepção, eram caracterizados como anarquistas e revolucionários por se oporem ao poder monárquico e defenderem a soberania popular. O entendimento de liberdade e igualdade deve, portanto, ser matizado e mesmo ser considerada como flexível no interior de um mesmo grupo político. Trata-se de um período no qual os posicionamentos e pertencimentos políticos não podem ser delineados de forma tão precisa e “monolítica”, mesmo porque “a defesa do liberalismo político era majoritária (...), como a apologia de tudo

<sup>126</sup> Astro de Minas, n. 1, 20/11/1827, prospecto.

<sup>127</sup> SILVA, 2002, p. 265.

<sup>128</sup> SILVA, 2002, p. 238.

que era constitucional”, sendo necessário analisar que Constituição e que liberdade eram defendidas para quem.<sup>129</sup>

Mas era ao grupo dos restauradores que os liberais moderados se dirigiam com mais freqüência, e de forma mais pejorativa. A crítica à matriz antiliberal e à defesa da soberania monárquica em relação à soberania popular, alimentava boa parte da “artilharia verbal”<sup>130</sup> presente nas páginas, tanto do *Astro de Minas*, quanto de *O Mentor das Brasileiras*, sendo os restauradores recorrentemente designados de *déspotas* ou *corcundas*. Utilizando-se muitas vezes da ironia, as matérias destinadas a criticar os corcundas muitas vezes fugiam às questões políticas e repousavam em supostas características físicas ou morais.

No trajar são os corcundas afeminados; gostam de se enfeitar com bagatelas, que bem denotam a cabeça oca e falta de miolos; conservam um andar afetado, e próprio de um petimetre; a variedade de trejeitos que tomam de momento a momento é a prova mais evidente da tolice que lhes é inata.<sup>131</sup>

Para os *liberais moderados*, o período pós-independência pedia a instauração de uma nova ordem, superando o chamado “Antigo Regime”, mas não a ponto de provocar uma revolução nacional. Associada à idéia de soberania da razão, entendida como ilustração, a moderação pode ainda ser relacionada com noções como: “*juste milieu*, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambigüidade diante da idéia de revolução”<sup>132</sup>. Segundo Morel, é possível acompanhar uma tendência nas transformações e deslocamentos da noção de *juste milieu*:

...em 1821 indicava guardar a unidade entre Brasil e Portugal; após 1822 punha-se como a defesa da Independência do Brasil associada ao imperador; durante o Primeiro reinado a preocupação era distanciar-se dos absolutistas e Exaltados. Em 1830 cuidava-se de mudar o ministério e manter o monarca. E em abril de 1831, para ser Moderado, era preciso destituir o mesmo monarca – e logo em seguida o almejado equilíbrio consistia em evitar a anarquia<sup>133</sup>.

<sup>129</sup> MOREL, 2005, p. 63

<sup>130</sup> Expressão usada por BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990, p.85

<sup>131</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 10, 01/02/1830, pp. 76-77. Signaes característicos dos corcundas e dos liberais.

<sup>132</sup> MOREL, 2005, p. 120

<sup>133</sup> MOREL, 2005, p. 124

A maleabilidade não era a única característica dos grupos políticos; a própria noção contemporânea de partido daria uma idéia anacrônica e talvez limitadora, pois

Um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. Tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não<sup>134</sup>.

Sendo assim, o bem sucedido político e comerciante Batista Caetano de Almeida, e suas iniciativas para a ampliação das oportunidades de instrução da população não eram apreciadas por todos; ou, pelo menos, havia os que desconfiavam de suas intenções, indicando que essa “cidade liberal”, observada por Walsh, era uma São João del-Rei dividida, que recebeu a tipografia e o jornal *Astro de Minas* não com unanimidade, mas envolta em tensões, que podiam estar relacionadas aos diferentes posicionamentos políticos, mas também, aos diferentes grupos de pertencimento e afinidade, conforme matéria a seguir:

Quando se soube que o Sr. Baptista Caetano d’Almeida tinha mandado vir uma Tipografia para esta Vila, a maledicência principiou logo a assoalhar, que era para insultar famílias, e para patentear a vida privada dos Cidadãos, que se tinha feito uma tal aquisição. Esta voz, que a princípio foi mui fraca, engrossou-se de tal sorte depois da vinda da Tipografia, que chegou a iludir a algumas pessoas, aliás, cordatas. Apareceu o primeiro número do nosso Periódico, e por ele se conheceu verdadeiramente o alvo, em que levávamos a mira; então, algumas dessas mesmas pessoas, que iludidas por falsos boatos, prevenidas contra o nosso Periódico, procuravam talvez empecê-lo, vieram espontaneamente aumentar o número dos nossos Subscritores, sinal não equívoco de já estarem desenganadas, que o nosso fim era muito diferente, do que se supunham (...).<sup>135</sup>

Os rumores, boatos e expectativas compartilhadas constituíam, também, parte do processo de produção de uma opinião pública acerca das novidades – como a chegada da tipografia, um aparato novo e desconhecido – e, por desdobramento, das identidades políticas;

<sup>134</sup> MOREL, 2005, p. 67

<sup>135</sup> *Astro de Minas*, n. 10, 11/12/1827, p. 3-4

e esse canal de comunicação estava disponível para pessoas das mais diversas condições econômicas, com as mais variadas habilidades de leitura, homens e mulheres. Essas falas, gritos e vozes “constituem uma forma de ocupação dos espaços públicos, ainda que simbólica e efêmera”<sup>136</sup>.

A insatisfação de alguns grupos em relação ao que era noticiado pelo *Astro de Minas* foi utilizada como justificativa para o estabelecimento da segunda tipografia na vila, que deu origem ao periódico *Amigo da verdade*, cerca de um ano e meio após o estabelecimento da primeira. De acordo com sua epígrafe, “C’est le choc des idées qui produit la vérité, comme le choc des corps durs produit la lumière.”<sup>137</sup> Em seu segundo número, explica que “boa parte dos cidadãos da vila” adquiriu essa tipografia com o objetivo de publicar um periódico para reagir a ataques injustos, manter a ordem e o equilíbrio social e para fazer brilhar a verdade por meio da discussão<sup>138</sup>. O *Amigo da verdade* acabou “se tornando” representante da tendência regressista em São João del-Rei.

Esse microcosmo envolvendo o desenvolvimento da imprensa em São João del-Rei, pode ser ilustrativo do que ocorria nas demais localidades. As discussões políticas alimentavam boa parte do conteúdo desses impressos, e estes se multiplicavam vertiginosamente.

O periódico *Aurora Fluminense*, quando surgiu no cenário brasileiro em 1828, afirmava existirem 32 jornais em circulação no Brasil; já em dezembro de 1835, esse número teria aumentado para 54, segundo Xavier da Veiga. Ainda segundo este mesmo historiador, até 1835, circularam na província mineira, ao todo, 42 jornais<sup>139</sup>, sendo que, para o mesmo período, São João del-Rei contou com 8 títulos, conforme a tabela a seguir. Note-se que *O Mentor das Brasileiras*, além de ser o único voltado para o público feminino, era o terceiro periódico impresso na vila, sendo o segundo mais longo.

---

<sup>136</sup> MOREL, 2005, p. 231.

<sup>137</sup> Cita como fonte, *Philosophie de la nature*, Tom 7, pag 88.

<sup>138</sup> O Amigo da Verdade, n. 2, 12/05/1829, p. 8

<sup>139</sup> XAVIER DA VEIGA, 1898, pp. 196-209.

**TABELA 2 - Periódicos impressos na Vila de São João del-Rei no período de 1827 a 1835**

Nome do Periódico	Período de circulação
Astro de Minas	1827-39
O Amigo da Verdade	1829-31*
A Constituição em Triunfo	1830
O Constitucional Mineiro	1832-33*
O Mentor das Brasileiras	1829-32*
O papagaio	1833
A Legalidade em Triunfo	1833
Oposição Constitucional	1835

Fonte: XAVIER DA VEIGA, 1898, p.202

\* Dados alterados por mim a partir de consultas complementares, como CAMPOS (1998, p.176) e os periódicos referidos.

Considerando-se o público alvo do jornal, a busca por periódicos brasileiros voltados para as mulheres indica que o *Espelho Diamantino – periódico de política, litteratura, bellas artes, teatro e modas, dedicado ás senhoras brasileiras* é o primeiro do qual se tem notícia, impresso no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828, tendo como redator dos primeiros números Julio Floro das Palmeiras. Em prospecto sem data, anuncia-se que o primeiro número sairia no dia 20 de setembro de 1827, sendo previstas impressões quinzenais, sempre no primeiro e no décimo quinto dia de cada mês, na Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot<sup>140</sup>. “Tem por especial destino promover a instrucção e entretenimento do bello sexo desta Corte apresentando-lhe as noticias, e novidades mais dignas de sua attenção”<sup>141</sup>. O número de páginas era variado, sendo por volta de 18, em média, e era vendido a 1\$600 por trimestre (ou seja, cerca de 266 reis por número). Trazia matérias de variados temas, conforme previsto no prospecto e indicado no sub-título, algumas das quais em língua francesa. Segundo um leitor que envia uma matéria para publicação, “se julgais conveniente a inserção da minha carta, dou-vos o conselho que a imprimeis em Francez, todas vossas assignantas fallão esta língua, a do bom tom em todo o Mundo”<sup>142</sup>. Percebe-se o caráter de erudição desse impresso, que procurava distinguir suas leitoras e leitores a partir do

<sup>140</sup> Tipografia do importante editor, recém chegado da França, Pierre Planchet. Ver MOREL, 2005.

<sup>141</sup> O Espelho Diamantino, Prospecto s.d. p. 3

<sup>142</sup> O Espelho Diamantino, n. 04, 01 de novembro de 1827, p.72.

conhecimento da língua francesa, o que sugere, para a própria sociedade imperial, o domínio da língua francesa como elemento de distinção.

O último número do *Espelho* foi impresso no dia 28 de abril de 1828, tendo sido aparentemente um solitário precursor nesse propósito de promoção da instrução das senhoras nesse período em que circulou. Em 30 de novembro de 1829 surge então, na vila de São João del-Rei, *O Mentor das Brasileiras*, após o intervalo de cerca de um ano e meio sem nenhuma publicação destinada ao *bello sexo*. Alguns meses se seguem até que em São Paulo fosse impresso o *Manual das Brasileiras*<sup>143</sup> e, logo em seguida, na Bahia, o *Despertador das Brasileiras*<sup>144</sup>. Posteriormente, um número considerável de periódicos começou a ser produzido, visando o público feminino. Em Recife, em primeiro de fevereiro de 1831, surge o *Espelho das Brasileiras* e, posteriormente, o *Jornal de Variedades* (1835), o *Relator de Novellas* (1838) e o *Espelho das Bellas* (1841). No Rio de Janeiro, surgem *A mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada* (1832-1846), o *Correio das Modas* (1839-1841) e o *Marmota* (1849-1864)<sup>145</sup>.

Esses periódicos marcam a primeira fase da produção de periódicos voltados para o público feminino, caracterizada pela autoria e direção masculinas e um discurso mais prescritivo proveniente desse universo. Nesses periódicos, a participação das mulheres assume um caráter secundário, muito embora a presença delas se faça de forma significativa, seja através de correspondências, anúncios ou mesmo o envio de pequenos textos para serem incorporados nos jornais. A partir da segunda metade do século XIX inaugura-se uma nova fase, em que as mulheres começam a assumir as funções de redação e direção de jornais, dando origem a uma nova série de impressos com características diferenciadas dos anteriores, marcados pela reivindicação de direitos<sup>146</sup>.

<sup>143</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n. 12, de 15 de fevereiro de 1830, anuncia o surgimento, em data próxima, do periódico *Manual das Brasileiras*. No n. 33, de 14 de julho de 1830, transcreve pela primeira vez, uma matéria desse periódico.

<sup>144</sup> Os redatores do *Mentor* parabenizam o surgimento do *Despertador das Brasileiras* no n. 43, de 24 de setembro de 1830 e em números posteriores transcreve diversas matérias do mesmo.

<sup>145</sup> BUITONI, Dulcélia Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>146</sup> O primeiro jornal mineiro redigido e dirigido por mulheres foi *O Sexo feminino*, por Francisca Senhorinha da Mota Diniz em Campanha.

## 1.1-O jornal no cotidiano dos centros urbanos

No início da década de 1830, a comunicação por terra, entre as dispersas localidades do império, se dava através de trilhas acidentadas que só eram utilizáveis por cavaleiros e comboios de mulas<sup>147</sup> e esse meio de transporte só veio a ser parcialmente substituído pelas estradas de ferro a partir da segunda metade do século XIX<sup>148</sup>; “os poucos rios navegáveis raramente corriam na direção desejada e eram bloqueados por frequentes quedas d’água e corredeiras. Em tais condições, o correio pelo interior (...) não cobria, em vinte e quatro horas, mais do que uma média de trinta quilômetros”<sup>149</sup>. Havia, portanto, essa precariedade nos meios de transporte, e o tempo gasto para se chegar da corte ao interior do império era bastante longo, todavia para essa população urbana em expansão, a chegada dos correios era aguardada com grandes expectativas, pois este representava, em boa parte, o vínculo com as outras partes da província, do Império e do mundo. Podemos dizer que o correio era a instância mais importante de comunicação entre os lugares distantes e detinham especial importância para os jornais, obviamente por serem seu principal veículo de circulação, mas também, por trazerem alguns dos ingredientes utilizados pelos redatores para a elaboração dos mesmos: jornais de diversas localidades e cartas particulares<sup>150</sup>. Assim, era bastante comum a publicação das notícias ser antecedida de comentários do tipo:

A chegada deste correio foi certamente de grande regozijo para os habitantes desta Vila que, ansiosos, esperavam a verificação das notícias dos acontecimentos da corte. Logo que se leram as folhas públicas e cartas particulares, os amantes da liberdade pareciam extasiados de gosto, divisava-se mesmo a alegria pintada no semblante de todos...<sup>151</sup>

Entretanto, a chegada das novidades podia ser retardada ou interrompida por motivos diversos. Um deles era a condição climática; em épocas de chuva, as péssimas condições das estradas, ou mesmo os alagamentos, podiam dificultar ou impedir o trânsito

<sup>147</sup> MATTOS, Ilmar Rohlof de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994; HALLEWELL, Laurence op cit, p. 125.

<sup>148</sup> RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 51.

<sup>149</sup> HALLEWELL, Laurence, op cit, 125.

<sup>150</sup> A inserção de trechos de outros jornais e de cartas particulares nas matérias de *O Mentor* será discutida no próximo capítulo.

<sup>151</sup> *Astro de Minas*, n. 531, 21 de abril de 1831, p.2,3

entre as localidades e o tempo gasto pelos correios para percorrerem o caminho entre a Corte e Ouro Preto podia ser de duas semanas ou mais<sup>152</sup>. Tais atrasos causavam transtornos à população que, residente a uma, duas léguas de distância da sede dos correios, compareciam à hora marcada para a retirada de correspondências e acabavam retornando sem as mesmas. A recorrência desses atrasos levou Bento Pinto de Vasconcelos, morador de Baependy, a dirigir uma correspondência à Presidência da Província solicitando providências a tal respeito.

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr<sup>s</sup>

Devendo pela marca da Tabela, achar-se nesta Vila o Corr<sup>o</sup> ao meio dia, nunca sucede assim, com grave dano do público porque pessoas há que distando sua morada uma e duas léguas da V.<sup>a</sup>, não lhes é penoso virem a hora marcada e voltarem, o que é impossível por q. sempre chega o Corr<sup>o</sup> anoitecendo e às vezes mais tarde. Consta que o Administrador tem feito participações; mas sem q apareçam provid<sup>as</sup> a tal resp<sup>to</sup>, o que me conduz a prez<sup>a</sup> de V.<sup>a</sup> Ex<sup>cia</sup> a implorar as provid<sup>as</sup> que exige o cômodo de tantos q como eu tem a ventura de viver de baixo da tutela de V.<sup>a</sup> Ex<sup>cia</sup> que Deos Guarde M<sup>s</sup> ann<sup>s</sup>.

Baep<sup>e</sup> 12 de 9br<sup>o</sup> de 1829<sup>153</sup>.

Segundo Carlos Rizzini, as primeiras tentativas de estabelecimento de um correio oficial em terras brasileiras data de 1666, com a criação do ofício de correio-mor, sem grandes sucessos, em especial nas terras do interior nas quais os condutores de gado, mercadoria e escravos é que realizavam esse serviço, sem qualquer relação com as determinações oficiais<sup>154</sup>. Posteriormente, no início do século XVIII, iniciativas isoladas buscavam efetivar o estabelecimento de um canal de comunicação entre as localidades; em Vila Rica, tem-se notícia de que, em 1713, os vereadores estabeleceram Antônio Alves da Costa como representante do correio-mor, destinando-lhe um aparelhamento postal e fixando valores, tempo de percurso até o Rio de Janeiro de 15 dias e escolhendo o sábado como dia de correio da vila. Segundo esse mesmo autor, é atribuída aos mineiros a introdução dos correios na colônia, com o estabelecimento de uma regularidade na condução de correspondências. Entretanto, apenas com uma organização postal definida pela Metrópole em 1798 teria havido a instalação de agências em Vila Rica, Sabará, São João del-Rei e Vila do Príncipe, com o

<sup>152</sup> MOREIRA, Luciano. Tipografia e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842). In: SEMINÁRIO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 01, 2004, Rio de Janeiro. p. 7

<sup>153</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/8, caixa 17, pacotilha 22.

<sup>154</sup> RIZZINI, 1977, p.53.

estabelecimento do tráfego e os tempos de percurso entre as mais diversas localidades<sup>155</sup>. A vinda da família Real para o Brasil teria representado um importante impulso na instalação de agências e na ampliação das redes de comunicação terrestre, levando ao entrelaçamento das principais vilas das capitanias.

É importante assinalar que o estabelecimento desse novo recurso por vias oficiais contou com um período inicial de descompasso com as práticas predominantes de então. Antes da introdução dos correios, as cartas eram entregues em mãos, diretamente nos domicílios, sem custo para quem as enviava ou recebia, circulando através de mercadores, tropeiros e viajantes. O pastor inglês, Robert Walsh, em sua viagem do Rio de Janeiro a São João del-Rei em 1829, registrou o fato de ele ter sido incumbido de levar cartas para o Ouvidor<sup>156</sup>. O também viajante inglês John Luccock relata o contato com mineiros que seguiam viagem de um arraial próximo para a vila de São João del-Rei “trazendo consigo o último número da Gazeta do Rio”<sup>157</sup>. As proibições aos passageiros e capitães de navios de conduzirem cartas pareciam inúteis e, mesmo a redução do valor cobrado para a realização do serviço levava a uma tímida adesão ao uso dos correios oficiais. A própria organização e distribuição das correspondências pelas agências parecia carecer inicialmente de um modo de funcionamento eficiente, levando a muitos extravios.<sup>158</sup>

Quanto à rotina de funcionamento dos correios, relatos de viajantes indicam recorrentemente que negros rápidos e ágeis carregavam às costas, a pé, sacos de algodão ou de couro, que seriam as malas postais<sup>159</sup>. Segundo o viajante Robert Walsh, em relação ao correio da corte,

Deixa o Rio cada dez dias a caminho das diferentes e remotas regiões do interior. Evidentemente não são usadas carruagens, mas muitas vezes encontrei nas estradas as malas postais, sendo levadas por dois negros que seguravam nas mãos e portavam uma comprida maleta amarrada transversalmente em suas costas. Eles viajavam a pé, percorrendo uma légua por hora. Não eram acompanhados por nenhuma guarda e sentiam tanta segurança que muitas vezes tive oportunidade de ver suas maletas de cartas na beira da estrada sem que nenhum deles estivesse tomando conta; deixavam-nas aí enquanto iam a um rancho ou vila distante para fazerem

---

<sup>155</sup> RIZZINI, 1977, p. 55.

<sup>156</sup> WALSH, 1985, p. 76

<sup>157</sup> LUCCOCK, John, p. 284, apud SILVA, Wlamir, 2002, p. 55.

<sup>158</sup> RIZZINI, 1977, p. 58.

<sup>159</sup> LUCCOCK; MALWE, apud RIZZINI, 1977, p. 58

sua refeição. Ainda não ouvi dizer que a correspondência tenha sido roubada<sup>160</sup>.

A possível “negligência” dos transportadores pode também ter gerado, em alguns casos, atraso ou perda de correspondências, o que é agravado, segundo redatores e leitores de jornais, pelo fato do transporte ser realizado por escravos.

Neste Correio não tivemos Periódicos, que nos informassem de muitas cousas, que desejávamos; hum dos estafetas que conduzia duas malas huma para esta Villa, e outra para o Ouro Preto fugio antes de chegar a Barbacena, onde se dividem os dous correios, apenas para aqui vierão mui poucas cartas, e essas de pouco interesse. Em verdade esperamos as providencias que urgem sobre taes faltas pelo prejuiso, que pode causar não so nos negócios públicos; como no de muitos particulares. Este facto da falta do correio não he novo, e em quanto os estafetas forem cativos; he de se esperar que continuem em tão reprehensivel procedimento.<sup>161</sup>

A fuga dos escravos transportadores, a partir de algum ponto do itinerário, deixava os “ávidos leitores” a desejar e sugeria-se, ao mesmo tempo, que a solução seria a substituição desses escravos por pessoas escolhidas e bem pagas para essa função. Entretanto, as queixas em relação ao atraso e extravio das malas recaem também sobre a má administração e o não cumprimento dos horários por parte dos funcionários<sup>162</sup>. Enfim, trata-se de um órgão imprescindível para a dinâmica de circulação de informações entre as diversas regiões do Império, cujo funcionamento, nessas primeiras décadas do século XIX, se caracterizava pela precariedade, ou melhor dizendo, estava aquém das necessidades e demandas da população. Logo, a circulação de jornais estava subordinada ao funcionamento dessa estrutura, que acabava por imprimir um novo ritmo para a regularidade inicial estabelecida pelos periódicos.

No entanto, com maior ou menor dificuldade, as notícias chegavam dos mais diversos pontos do Império, seja através de cartas ou periódicos. Com a regularidade de uma média de duas semanas, a chegada dos correios era anunciada por foguetes no alto do Morro da Forca, local onde se localizava a sede dos correios em São João del-Rei. “A vila se

<sup>160</sup> WALSH, 1985, Vol. 1 p.205

<sup>161</sup> Astro de Minas n. 570, 21 de julho de 1831, p.1-2

<sup>162</sup> O Universal n. 624, 25 de julho de 1831; O Universal n. 676, 23 de novembro de 1831.

alvorozava na expectativa das próximas notícias da sede da colônia. E assim, durante duas semanas, andavam ainda frescas as últimas novidades na boca daquela gente (...)”<sup>163</sup>.

Os periódicos, que geralmente realizavam sua distribuição a partir de assinaturas trimestrais, semestrais ou anuais, chegavam endereçados a assinantes particulares ou a estabelecimentos que proporcionavam sua leitura a quem tivesse interesse. A Biblioteca Pública de São João del-Rei seria um desses espaços. Após o seu estabelecimento, que se deu em agosto de 1827, O jornal *O Universal*, de Ouro Preto, anunciava que a referida biblioteca, além de possuir 2.000 livros, possuía todos os jornais do Rio de Janeiro<sup>164</sup>. Walsh acrescenta que todos os jornais publicados no Brasil eram recebidos e colocados na sala de leitura da biblioteca, além dos periódicos *Times* e *Chronicle*. Quanto ao número de livros, diz que existiam aproximadamente 1.000<sup>165</sup>.

Dentro do conjunto de iniciativas visando a difusão das luzes entre a população de São João del-Rei, o acesso aos periódicos das mais diversas localidades, certamente contribuiu para ampliar as possibilidades de leitura da população sanjoanense. A aquisição de “todos os periódicos” publicados no Brasil foi facilitada pelo uso de influências políticas por parte de Baptista Caetano d’Almeida que enviou à Comissão Auxiliar da Fazenda um requerimento solicitando a isenção de taxas alfandegárias e portos secos dos periódicos e livros vindos do Império ou de fora para a biblioteca, o que foi concedido em Resolução de 10 de outubro de 1827, que isentou ainda os portes de correio<sup>166</sup>. Um desdobramento dessa resolução ocorreu em 1831 com o sancionamento da Lei que isenta as despesas postais dos periódicos, conforme matéria publicada no *Universal*:

Está sancionada a Lei que isenta de portes nos Correios os Periódicos Nacionais. Quanto esta providência seja interessante ao Brasil não é mister demonstrá-lo; cada um conhece que a instrução pública lucrará com a facilidade de comunicações entre os diversos pontos do Estado, ao que muito se opunha o gravoso porte dos impressos; a imprensa animada por uma mais rápida extração das suas obras tomará novo vôo, e muitos que por suas posses não podiam carregar a dupla despesa de subscrições e portes, se verão hoje habilitados para lerem as folhas periódicas não só deste, como de muitos outros lugares do Império. Bem haja a Assembléia que assim promove a instrução pública no Brasil<sup>167</sup>.

<sup>163</sup> VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte, 1953, p. 101.

<sup>164</sup> *O Universal* n. 43, 22 de outubro de 1827, p.4

<sup>165</sup> WALSH, 1985, vol. 1, p. 78

<sup>166</sup> *O Universal*, n. 49, 05 de novembro de 1827.

<sup>167</sup> *O Universal*, n. 622, 20 de julho de 1831, p.1

Tem-se notícia, também, de que alguns periódicos eram doados por cortesia pelos redatores, conforme anúncio a seguir, sobre um periódico carioca:

Temos o prazer de anunciar aos nossos Leitores, que o Sr. Luiz Augusto May, acha-se novamente escrevendo a sua bem aceita folha – a *Malagueta*. (...) Recomendamos a leitura desta folha, que de certo agradará aos Mineiros, bem como agradou nas outras ocasiões, em que o seo Redator saiu a campo. Anunciamos igualmente que por generosa oferta do Sr. May, acham-se na Biblioteca desta Vila, 10 exemplares.<sup>168</sup> [destaque no original]

O depoimento do redator do *Universal* permite inferir sobre outra forma de cortesia, aparentemente comum para o período:

O Redator da *Astréa* fez-nos o obséquio de enviar a sua folha em troco da nossa, assim como já fez a mais tempo o do *Diário Fluminense*; temos mais uma fonte, donde poderemos tirar muitas cousas úteis aos nossos leitores: e sentimos unicamente que a troca seja tão desigual da nossa parte<sup>169</sup>.

A troca de exemplares entre os jornais seria uma estratégia inteligente para ampliar a divulgação das folhas em outras localidades, o que corresponde, no caso dos exemplos acima, à província de Minas Gerais e a Corte. Além dessas, várias outras práticas podem ter contribuído para que a biblioteca construísse um acervo de periódicos, sobre o qual foi encontrado um único anúncio, publicado no jornal *Astro de Minas* em outubro de 1829, constando a lista dos periódicos que se encontravam na biblioteca para leitura. São ao todo 18, provenientes de várias províncias, e o anúncio foi assinado por Francisco de Assis Brasiel, bibliotecário e um dos redatores do periódico *Astro de Minas*.

---

<sup>168</sup> *Astro de Minas*, n. 140, 09/10/1828.

<sup>169</sup> *O Universal*, n. 194, 11/10/1826 p.778

**TABELA 3 - Periódicos disponíveis para leitura na Biblioteca Pública de São João del-Rei em outubro de 1829**

<b>Título</b>	<b>Local e período de publicação</b>
Farol Maranhense	
Abelha Pernambucana	
Diário de Pernambuco	Pernambuco, 1825-?
Cruzeiro	
Amigo do Povo	Pernambuco, 1829-1830
Gazeta Parahybuna	
Bahiano	
Farol Paulistano	São Paulo, 1827-1833
Diário Fluminense	Rio de Janeiro,
Aurora	Rio de Janeiro, 1827-1835
Astréa	Rio de Janeiro, 1826-1832
Malagueta	
Luz Brasileira	Rio de Janeiro,
Jornal do Commercio	Rio de Janeiro, 1827-?
Courier	
Universal	Ouro Preto, 1825-1842
Amigo da Verdade	São João del-Rei, 1829-?
Astro de Minas	São João del-Rei, 1827-1839

Fonte: Astro de Minas n. 304, 29 de outubro de 1829, p.4

Após a publicação desta lista, o *Astro de Minas* anunciava, em 07 de junho de 1831, que “Faz-se publico, que d’ora em diante se hão de abrir na Bibliotheca Pública desta Vila as folhas, que para ali se dirigirem, e lá permanecerão para todas as pessoas, que os quiserem ler”<sup>170</sup>. Nessa data, a biblioteca já havia sido transferida para um dos salões da Câmara Municipal e ficava aberta de nove da manhã à uma da tarde<sup>171</sup>. Embora não se saiba muito sobre o envolvimento da população com as possibilidades de leitura disponibilizadas pela biblioteca, é expressiva a publicação de um segundo aviso, logo no número seguinte do *Astro*, em que se ampliam os horários de funcionamento da biblioteca, visando contemplar leitores interessados, mas com incompatibilidade de horários.

<sup>170</sup> Astro de Minas n. 551, 07 de junho de 1831, p.4

<sup>171</sup> WALSH, 1985, vol. 1, p.77

Não podendo a maioria dos Cidadãos desta Vila, aproveitar-se da leitura dos Periódicos nos dias úteis pela complicação dos seus empregos, anuncia-se que nos dias Santos de tarde, se franqueara a sua leitura na Bibliotheca Pública, onde haverão não só os Jornais da Província como os da corte, e outras algumas Províncias<sup>172</sup>.

Essa seqüência de avisos, impressos num intervalo de dois dias, sugere algumas reflexões no tocante à recepção do jornal *Astro de Minas* pelo público leitor da vila: primeiramente, reforça a observação feita pelo viajante Walsh, quando de passagem por São João del-Rei, de que, quando os jornais começaram a circular pela vila, “são lidos em toda parte com avidez”<sup>173</sup>. Avidez, compreendida no sentido de que o primeiro aviso foi lido tão logo entrou em circulação e, possivelmente, por meio dos rumores, teria chegado ao conhecimento de várias outras pessoas que desconheciam o fato. Pode-se pensar também, que a biblioteca era freqüentada por um reduzido número de leitores (em relação ao que se desejava) e, portanto, buscou-se ampliar esse público, divulgando sobre a disponibilização de seu acervo. Os leitores, então, *ávidos* pela leitura, mas impossibilitados devido a incompatibilidades com o mundo do trabalho, teriam solicitado a ampliação dos horários de funcionamento da biblioteca para além das quatro horas em que ficava aberta, de nove à uma da tarde. Por fim, ao se referir à ampliação dos horários da biblioteca para a leitura de periódicos, cabe refletir sobre os mil ou dois mil livros que também compunham o acervo da biblioteca pública. Seria razoável a afirmação de que a população de São João del-Rei preferia a leitura de periódicos à de livros? Seguindo este raciocínio, a possibilidade de freqüentar a biblioteca somente nos dias de feriado à tarde, dificultaria a leitura de textos mais densos e extensos como os livros? Ou essa euforia em torno dos periódicos se devia, simplesmente, ao fato de que eles não podiam ser tomados para empréstimo? Faltam elementos que permitam alguma conclusão; entretanto, parece fazer sentido, em alguma medida, que

os periódicos facilitavam o aprendizado (...), difundiam o conhecimento mais amplamente que os livros, da mesma forma que os livros o difundiam mais amplamente que os manuscritos. Alguns leitores se sentiam intimidados pelos livros e preferiam não mantê-los em casa. O periódico,

<sup>172</sup> *Astro de Minas* n. 552, 09 de junho de 1831, p.4

<sup>173</sup> WALSH, 1985, vol. 1, p. 60

porém, era mais amigável. Apresenta-se como um amigo que só quer soprar uma palavra em seu ouvido.<sup>174</sup>

Considerando a materialidade dos dois suportes, o livro e o jornal, podemos inferir que, se para certos homens de letras, a posse de livros significaria a propriedade de um *capital cultural* que o distinguiria dos cidadãos comuns, possivelmente outros leitores, igualmente interessados pela informação e formação, se sentissem menos intimidados pelo jornal, que no início do século XIX, em sua maioria, tratava-se de um objeto de cerca de quatro páginas, de 20 x 30 centímetros, com linguagem coloquial e marcado pela oralidade.<sup>175</sup>

A disponibilização dos jornais para leitura também ocorria em outros centros urbanos, como em Ouro Preto, no gabinete de leitura estabelecido na casa do Padre Antonio Ribeiro Bhering<sup>176</sup>, e na Sociedade Promotora d’Instrução Pública, localizada em uma das salas do Palácio do Governo, sendo anunciado no jornal, com convite aberto para todos aqueles cidadãos interessados na leitura. Na vila da Campanha da Princeza, o professor Ignácio Gomes Midões também deixou pistas de seu acesso gratuito ao *Universal*: “lendo um dos números das suas folhas, de que sou leitor grátis (...)”<sup>177</sup>.

Antes da isenção de portes de correio e alfândega, o *Observador Constitucional*, de São Paulo, fazia uma campanha para uma ampla difusão dos periódicos:

Lembramos a todos os nossos Colegas, Redatores de Periódicos assim da Corte, como das Províncias, que remetam às Bibliotecas públicas um exemplar de cada uma de suas folhas; porque é este um meio muito eficaz de se derramar a instrução pelas diferentes Províncias, onde há tais Estabelecimentos; pois acontece, que bem pouca gente lê os Periódicos da Corte, e das Províncias, não só pelo preço importante da assinatura, como pelo porte do Correio. Assim esperamos, que os nossos ditos Colegas se prestarão gostosos a este nosso convite; e que bem depressa veremos concorrer muita gente às Bibliotecas para lerem com avidez as folhas públicas<sup>178</sup>.

<sup>174</sup> BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento* – de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 160.

<sup>175</sup> Discutirei detalhadamente sobre a materialidade dos jornais no próximo capítulo.

<sup>176</sup> O *Universal* n. 398, 01 de fevereiro de 1830

<sup>177</sup> O *Universal* n. 49, 07/11/1825, p. 193-194. Entendendo que ser “leitor grátis” significa ter acesso gratuito ao periódico.

<sup>178</sup> O *Observados Constitucional*, n. 122, 31/01/1831, p. 487

No Brasil do século XIX, começaram a surgir as primeiras bibliotecas públicas, e sabe-se que em janeiro de 1831, período do referido anúncio, já existiam as bibliotecas públicas da Bahia (1811), a Biblioteca Real (1810) e a de São João del-Rei (1827). Além das bibliotecas, surgiam também os gabinetes de leitura e sociedades literárias que, como pudemos ver, abrigavam não apenas livros, mas também periódicos. Esses estabelecimentos representavam a possibilidade de difundir os jornais para um público maior, driblando as dificuldades financeiras, sendo estas, apontadas em destaque como a causa de um suposto diminuto público leitor. Cabe perguntar se seriam as condições econômicas os únicos obstáculos para ampliar a leitura desses periódicos. As habilidades de leitura, num contexto em que isto era de domínio de uma minoria, não representariam, também, obstáculos? Ou não se importava com aqueles que não sabiam ler, pois estariam automaticamente excluídos da discussão e participação política? Pode-se pensar, também, que a prática de leitura coletiva, em voz alta, estaria suprimindo a incapacidade de leitura, não sendo este um obstáculo para o acesso aos periódicos. Mas, provavelmente, o discurso que enfoca o aspecto econômico seria uma estratégia de persuasão para convencer os governantes da necessidade de abolir as taxas e portes, o que seria concretizado posteriormente.

Suponho que *O Mentor das Brasileiras*, ao ser lançado, também foi colocado disponível para leitura na biblioteca de São João del-Rei, visto que os outros dois jornais da vila, (*Astro de Minas* e *Amigo da verdade*) anteriores a ele, constavam na lista. Considero ainda que a análise das condições de acesso e circulação dos impressos permite inferir que *O Mentor* teria composto o repertório de leitura que surgia e que contribuía para alimentar a formação da opinião pública.

## **1.2-Práticas de Leitura**

Segundo Chartier, a “segunda revolução da leitura” se caracterizou, na Europa do século XVIII, pelo crescimento na produção de livros, a multiplicação e transformação dos jornais, o triunfo dos livros de pequeno formato e a proliferação de instituições, como sociedades de leitura, clubes do livro, bibliotecas de empréstimos. Tudo isso, resultou na

possibilidade de ler livros e periódicos sem ter que comprá-los<sup>179</sup>. O acesso a um número maior de textos provocou a transformação das modalidades de leitura tradicionais, que se caracterizavam pela releitura das mesmas obras, num processo de memorização e recitação, o que pode ser chamado de *leitura intensiva*. Os novos leitores passaram a ler num ritmo mais rápido e um volume e uma variedade maior de textos, praticando a *leitura extensiva*.

Muito embora essa interpretação e a própria denominação de “revolução” gere debates e questionamentos, as críticas, a meu ver, não desqualificam essa caracterização, da qual alguns aspectos contribuem para a compreensão do período em estudo nesta pesquisa. Certamente, a leitura mais rápida, superficial e o uso dos livros apenas para consulta existiram desde antes do século XVIII<sup>180</sup>, e seria demasiado simplificador considerar mudanças culturais como processos lineares<sup>181</sup>. A *leitura intensiva*, devocional, continuou existindo, assim como a leitura silenciosa não suplantou a leitura oralizada. O próprio periódico, que foi se constituindo porta-voz e arena de debates políticos, era visto, pela elite social e intelectual do século XVIII, como sublitteratura desprovida de valor e prestígio<sup>182</sup>. Segundo Rousseau,

O que é um livro periódico? Uma obra efêmera, sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelos letrados, só serve para dar às mulheres e aos tolos vaidade sem instrução<sup>183</sup>.

Impossível, entretanto, desconsiderar as transformações na cultura impressa brasileira, inicialmente com a introdução da prensa e, em seguida, com a proliferação de periódicos e as facilidades no acesso aos mesmos. O redator de *O Mentor das Brasileiras* utilizou ao menos 46 jornais diferentes para compor suas matérias, além de mais de uma dezena de livros. O próprio jornal, com as características resultantes da compilação, seria um exemplo de um texto que induz à *leitura extensiva*.

As dificuldades em se identificar a parcela da população brasileira capaz de ler, no início do século XIX, repousa em vários obstáculos. Inicialmente, trata-se de um período que guarda, ainda, marcas dos séculos anteriores, em que a aprendizagem da leitura antecedia ao

<sup>179</sup> CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: FAPESP, ABL, Mercado de Letras, 1999, p. 24.

<sup>180</sup> BURKE, 2003, p. 161

<sup>181</sup> DARNTON, Robert. *The kiss of Lamourette*. Reflections in Cultural History. London; New York: W.W. Norton & Company, 1990, p. 133

<sup>182</sup> ALBERT, Pierre; TERROU, Fernand. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 11.

<sup>183</sup> Apud ALBERT, P. ; TERROU, F. p. 11

da escrita<sup>184</sup>. Nesse sentido, pode-se supor que aqueles que sabiam escrever, necessariamente sabiam ler; já nem todos os que liam sabiam escrever. Levando-se em conta a análise de inventários feitos em Mariana até o ano de 1822, Villalta verifica que 63,2% deles eram assinados e as mulheres assinariam numa proporção de um terço em relação aos homens. Esses dados indicam que para esse grupo, formado pelas camadas proprietárias, a capacidade de assinar o próprio nome era razoavelmente difundida<sup>185</sup>, não indicando, no entanto, a capacidade de leitura e nem mesmo a capacidade de escrever, já que a ausência de prática, pode fazer com que se perca a habilidade de escrita, que pode se resumir unicamente na assinatura<sup>186</sup>. No caso das mulheres, deve-se considerar que a aprendizagem da escrita era proibida nas sociedades antigas, por ser visto como inútil e perigosa<sup>187</sup>. Muitas leitoras jamais aprenderam a escrever ou assinar, tornando mais trabalhosas as pesquisas envolvendo os leitores e leitoras do passado.

A análise da situação dos estabelecimentos de ensino formais no período tampouco auxiliam na produção de um cenário razoável para a compreensão das práticas de leitura ou da relação das pessoas com os diversos textos disponíveis para leitura. Os leitores podem ser em número maior em relação aos alunos frequentadores das escolas, visto que o ensino da leitura, escrita e cálculo ainda se dava, em boa medida, pela iniciativa privada<sup>188</sup> e, por que não, pelo autodidatismo. Entretanto, saber a quantidade de leitores de um dado período seria apenas uma informação inicial que levaria a várias questões, tais como saber o que as pessoas liam ou, se liam, como liam e o que faziam da leitura – ou o que a leitura lhes provocava.

Para o período em estudo, sabe-se que era ínfima a parcela de leitores na sociedade<sup>189</sup>, o que não pode levar à interpretação de que o domínio dessa habilidade era necessário para se ter contato com o conteúdo dos textos. A leitura em voz alta se desenvolvia nos espaços de sociabilidade e no âmbito doméstico, sendo bastante significativo por contemplar o público não leitor. Ao se considerar esta prática de leitura, o elo entre ser alfabetizado e ser leitor se torna frágil e insuficiente para tentarmos nos aproximar da relação

---

<sup>184</sup> HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: FAPESP, ABL, Mercado de Letras, 1999, p. 33-78; CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.) *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. V. 3.

<sup>185</sup> VILLALTA, Luiz. O que se fala e o que se lê..., 1997, p. 356.

<sup>186</sup> CHARTIER, Roger. As práticas da escrita, 1990, p. 116

<sup>187</sup> CHARTIER, Roger. As práticas da escrita, 1990, p. 117.

<sup>188</sup> MUNIZ, 2003; INACIO, 2003; VILLELA, 2000. No Brasil.

<sup>189</sup> Lília Schwarcz cita o recenseamento de 1872 segundo o qual 16% da população brasileira era alfabetizada. SCHWARCZ, Lília. *As barbas do IMPERADOR*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 118.

entre o público e os jornais no século XIX. Se por um lado as referências à mulher leitora e ouvinte não dão pistas quantitativas ou sobre a abrangência dessa prática, ao menos indicam representações relacionando o universo feminino ao das práticas de leitura, como o trecho a seguir, que possibilita algumas reflexões nesse sentido:

Muito curiosas, muito amigas de saber são as mulheres e por isso não deixam, algumas, de serem discretas. Tendo eu em minha companhia uma Senhora pobre, mas respeitável pelos seus anos e virtudes, que passa todas as horas do dia e da noite a mover os beiços, e as contas de um grosso rosário que traz na mão, quando me chegam as cartas do Rio, e com elas a Gazeta do Brasil, que me envia um amigo; como tenho o costume ou defeito de ler alto, eis que a tal Senhora a passos ligeiros e sempre rezando, se aproxima a ouvir-me, fazendo cruces, e benzendo-se a cada parágrafo, que ouve ler; ora, notando eu que ela, com a leitura dos outros Periódicos, não só mudava de fisionomia, dando-lhes toda a atenção, mas até fazia parar o giro das contas, e o manejo das cruces: com a minha costumada pachorra, só para ouví-la, pois que me não era estranho o motivo, lhe perguntei = Senhora o que diz Vm. a estas coisas, que tem ouvido? Por que razão ouve satisfeita, e sem rezar o Diário, o Farol, o Echo, e a Astréa, e se persigna com o semblante pesado, ouvindo a Gazeta? Esta me parece melhor folha do que aquelas e para prova disto, diz o Gazeteiro ter 700 subscriptores, quase o quádruplo dos que elle diz ter a Astrea, o que basta para decidir da melhora da tal Gazeta, Sr., me disse ela em resposta = quando eu era moça, nunca ouvi tantas sandices, tanta soltura de língua, palavradadas tão indecentes, e a caridade para com o próximo tão escandalosamente insultada.<sup>190</sup>

Esta cena, seja ela parcial ou totalmente criada, representa um fragmento factível do cotidiano oitocentista. A intenção inicial, de mostrar que uma senhora pobre e iletrada tem bom senso para estabelecer afinidade política com os periódicos liberais e rejeitar um periódico restaurador, mostra também a interpenetração dos universos dos leitores e não-leitores no ambiente doméstico, o que resulta na formulação de uma opinião – ou ao menos se espera que isso ocorra. O redator atribui a sua leitura em voz alta ao costume ou defeito, o que nos permite pensar que sua prática não se refere à leitura coletiva, mas à leitura individual oralizada. Seria ele um neófito e inábil leitor, incapaz de ler em silêncio, incapaz de compreender o que lê, quando não escuta sua própria voz<sup>191</sup>, o que o faz considerar sua leitura “defeituosa”? A senhora não seria destinatária ou interlocutora dessa leitura, visto que ela se aproxima após iniciada a mesma, tendo, portanto, uma participação casual, secundária. Em

<sup>190</sup> O Universal, n. 40, 15/10/1828, p. 3

<sup>191</sup> CHARTIER, Roger. As práticas da escrita, 1990, p. 126

um outro trecho, em *O Mentor das Brasileiras*, um correspondente comenta que “certa senhora desta vila da Campanha, ouvindo ler o n. da Aurora Fluminense ...”<sup>192</sup> o que indica que a interação entre leitores e ouvintes ocorre, mas segue sendo importante estabelecer a distinção entre quem lê e quem escuta a leitura, visto que foi destacada a forma como a senhora campanhense teve acesso à informação do periódico.

Podia-se *ouvir ler* também em ambientes públicos, mas íntimos, onde se lia para um grupo de pessoas. Era comum nos séculos XVII e XVIII europeus a “sociabilidade intelectual da reunião entre amigos seletos”, nos salões, cafés, nas sociedades literárias, nas carruagens, onde não só se lia, mas se emprestava livros e se discutia sobre os mesmos<sup>193</sup>. No século XIX, segundo Chartier, a leitura em voz alta passou a ser feita predominantemente em espaços institucionais, como na escola, nas igrejas, universidades e tribunais, diminuindo as inúmeras formas de lazer e sociabilidade que eram caracteristicamente sustentadas por essa modalidade de leitura<sup>194</sup>. No Brasil do início do século XIX, podem ser encontrados indícios da institucionalização da leitura em voz alta, associada à sociabilidade, e também, a leitura de quem sabia ler para quem sabia menos, ou não lia. Como exemplo, temos o estatuto da Sociedade Philopolytechnica de São João del-Rei, um estabelecimento projetado para ampliar as práticas de leitura na vila<sup>195</sup>, que previa a assinatura de periódicos nacionais e estrangeiros e, no gabinete de estudos, o estatuto previa que “os Periódicos em línguas menos vulgares poderão ser lidos a muitos por um intérprete, que queira a isso prestar-se”<sup>196</sup>.

Nos jornais, também são recorrentes as referências às mulheres leitoras. *O Mentor das Brasileiras*, ao iniciar o segundo trimestre de publicação, dizia:

Chegamos com felizes auspícios ao n. 14 de nossa folha, a qual consta-nos ter obtido bom acolhimento pelas nossas Patrícias não só de Minas como também da Corte, as quais em grande número têm assinado a presente folha<sup>197</sup>.

<sup>192</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 47, 22/10/1830, p. 370

<sup>193</sup> CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 149-150.

<sup>194</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 143.

<sup>195</sup> MORAIS, 2002, p. 94

<sup>196</sup> Projectos d'Estatutos para a Organização da Sociedade Phylopolitechnica emprehendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Ano IV, 1899, p. 829. Importante salientar que a Sociedade Philopolitechnica não chegou a se estabelecer. De acordo com parecer do Visconde de Cayrú, um dos motivos seria a localização remota da corte e portanto, estar longe dos “olhos do governo”. Idem, p. 839

<sup>197</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 14, 05/03/1830, p. 105

Um outro periódico voltado para as mulheres também começava a circular, não sendo esse o seu público exclusivo, de acordo com uma correspondência publicada, em que um jovem escreve a seu pai: “Remeto esse Periodicozinho intitulado = Manual das Brasileiras = dedicado às mulheres, para minha Mãe e Manas: é uma folha bem boa, e meu Pai há de gostar muito dela”<sup>198</sup>. Não podemos esquecer que esses comentários estão sendo veiculados pelos próprios jornais, que certamente, buscavam favorecer sua auto-imagem. Produz-se, através desse discurso, a imagem da mulher como leitora ávida dos periódicos liberais, interessada e atuante nos negócios públicos. Segundo o *Tribuna do Povo*, elas “são por natureza amantes da liberdade e nós vemos que a maior parte das Senhoras Brasileiras se dedicam à leitura dos Periódicos Liberais, e tomam parte nos negócios de seus Concidadãos”<sup>199</sup>[grifo meu]. Em uma correspondência privada, publicada em *O Mentor*, a redatora dizia: “Tenho notado que a maior parte das senhoras, principalmente aquelas em quem transluz alguma instrução, não se tornam indiferentes aos negócios públicos: elas se dão à leitura dos Periódicos com muita avidez, e disputam com juízo com alguns publicistas”<sup>200</sup>[grifos meus].

À leitura, se seguia alguma ação de tomada de posição em relação aos “negócios públicos”, que pode ser entendida como participação nos debates relativos à conjuntura política, o que poderia ocorrer nas casas e nos demais espaços de sociabilidade dos centros urbanos, como praças, ruas, vendas, igrejas, festas, teatros, salões. Essas leituras podem também ter sido catalizadoras de agrupamentos mais organizados de pessoas em “sociedades secretas”, em que se planejavam “levantes contra a autoridade estabelecida”<sup>201</sup>. Em São João del-Rei, dias antes da abdicação de D. Pedro I, panfletos impressos e distribuídos por um desses grupos que se reuniam secretamente<sup>202</sup> incendiavam a tranqüilidade pública da vila, tendo repercussão provincial. O então juiz de paz suplente, Martiniano Severo de Barros, escrevia para a presidência da província acerca da situação atual na vila.

(...) Desde já apressando-me a comunicar a V. Ex<sup>cia</sup>, que desde a data d’aquela meu ofício, nenhuma ocorrência mais tem havido nesta Vila, que mereça peculiar atenção: a tranqüilidade não tem [ilegível] alterada, e o

<sup>198</sup> Astro de Minas, n. 363, 16/03/1830, p. 4, se referindo ao periódico impresso em São Paulo.

<sup>199</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 63, 18/02/1831, p. 502, citando trecho retirado do Tribuna do Povo, periódico do Rio de Janeiro.

<sup>200</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 27, 04/06/1830, p. 214

<sup>201</sup> MOREIRA, 2006, p. 141.

<sup>202</sup> Impressos na Typografia de J. Max. Bap. & Comp., responsável pela impressão do periódico Amigo da Verdade, opositor do Astro de Minas.

mesmo receio inculcido pela instalação da Sociedade denominada = União e lealdade =, se tem diminuído diariamente, e creio que talvez se desvaneça absolutamente em pouco tempo. Os Cabeças da associação, que publicaram os dois impressos, que já enviei a V Ex<sup>cia</sup>, aparecem já menos empenhados [ileg.] sustentação dela, e deixam entrever que reconhecem agora que o seu procedimento foi inconsiderado e ilegal; mas todavia não o dizem expressamente.

Dia 2 do corrente publicaram ainda e fizeram girar pequeno impresso, que junto remeto, no qual buscam desculpar-se. A razão por que os associados [ileg.] agora menos audazes, talvez seja por que não acharam nas Autoridades Superiores a aprovação, que esperavam de seu ilegal procedimento (...).<sup>203</sup>

Em resposta à população, os representantes da “ordem” também fizeram uso da imprensa para convencê-la a não integrar-se ao grupo dos “sediciosos”, pois segundo Martiniano Severo de Barros, “consta-me que os cabeças e membros influentes da sociedade, que talvez sejam mais de vinte, continuam a reunirem-se algumas vezes”<sup>204</sup>, perturbando a estabilidade política da vila. Foi impresso na tipografia do *Astro de Minas*, uma página de autoria do mesmo juiz de paz, com o seguinte teor:

HABITANTES DE S. JOÃO D’EL REI! O imperioso e sagrado dever, que a meu cargo tenho, de zelar a pública tranqüillidade, visivelmente ameaçada pela Sociedade, que entre nós, e para nossa vergonha, se insurgiu, me ordena que vos fale, e vos desengane, a fim de que não vos deixeis iludir, e não comprometais vossos nomes em uma associação manifestamente invasora dos poderes públicos. (...) A Sociedade, que vemos erigir-se entre nós, com o título d’*União e Lealdade*, é criminosa; e para o ser, basta ver-se que ela se há organizado por uma maneira punível segundo a lei, e que seus cabeças tem se arrogado o exercício d’huma função pública, qual a de proclamar aos povos, que so às authorities legitimamente constituídas pertence; e por isso ainda mesmo que ela tivesse em seus disgnios, fins justos e honestos, nunca merecia ser por vós seguida, mas sim odiada. Porém ela principia anarquicamente intrometendo-se no exercício de funções públicas, desacreditando as Autoridades policiais e judiciárias legalmente estabelecidas, assacando injúrias, alvitres, e afrontas a nós todos, chamando-nos claramente federalistas, e celerados, que queremos o assassinato, e o roubo, e quem enceta sua carreira por tal modo não quer por certo a ordem, e a tranqüillidade.(...) Consta-me que alguns honrados Cidadãos têm sido seduzidos, e se tem alistado de baixo das bandeiras da nova sociedade; a estes cumpre reconhecer seo erro, e reclamar em lista que (para esse fim tão somente destinada) se abre perante mim, as assinaturas que nessa sociedade houverem feito. Cidadãos! Vós que ainda não

<sup>203</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/18, Caixa 187, 1829-1834, pacotilha 06, S. João 10 abril 1831.

<sup>204</sup> Arquivo Público Mineiro, mesma carta

assinastes, não vos deixeis iludir; e vós, que haveis assinado, reclamai perante mim, e lavai em tempo essa nódoa, e vergonha.<sup>205</sup>

Esta mesma carta à população foi publicada pelo *Mentor das Brasileiras*<sup>206</sup>, indicando o jogo de forças que envolvia os impressos em busca da conquista da opinião favorável da população. Ambos os grupos conheciam o poder do impresso para formar a opinião pública e buscavam utilizar-se dela para atingir o maior número de pessoas em curto espaço de tempo. A estratégia da Sociedade secreta *União e Lealdade* aparentemente obteve sucesso, tendo conseguido a adesão de “honrados cidadãos”, a ponto de preocupar a oposição (o governo).

Os governistas, por sua vez, também realizavam suas reuniões, e a sociedade política mais conhecida nas primeiras décadas do século XIX foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Essa entidade surgiu inicialmente em Santos, sendo a do Rio de Janeiro, criada em 13 de março de 1831, a que centralizava uma rede composta pelas demais sociedades. Agregava os liberais moderados e contribuiu para a definição da linha política durante os primeiros anos da Regência, sendo também considerada como uma espécie de “governo paralelo”<sup>207</sup>. Após a iniciativa carioca, várias outras Sociedades Defensoras foram sendo instaladas pelo Império, inclusive nas principais vilas da província mineira<sup>208</sup>, totalizando 28 em Minas e 89 em todo o Império<sup>209</sup>. Em São João del-Rei, a Sociedade foi estabelecida em 02 de outubro de 1831, e as reuniões aconteciam numa das salas da Câmara Municipal<sup>210</sup>. Tanto *O Mentor das Brasileiras* como o *Astro de Minas* passaram a reservar um espaço especial para anunciar as reuniões, os novos membros, os conselheiros eleitos, o estatuto da Sociedade entre outros assuntos a ela relacionados. O estatuto da Sociedade Defensora de São João del-Rei é semelhante ao da Sociedade do Rio de Janeiro, diferenciando-se deste pela adição de artigos relacionados à participação feminina, entre outros assuntos:

Art. 2. O Conselho fará publicar as suas Sessões por via dos Jornais.

<sup>205</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/18 Caixa 187, 1829-1834, pacotilha 06, S. João 03/04/1831.

<sup>206</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 69, 08/04/1831, p. 547-549

<sup>207</sup> MOREL, 2005, p. 277

<sup>208</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/7 Caixa 01.

<sup>209</sup> MOREL, 2005, p. 277

<sup>210</sup> VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte, 1953, p. 123.

Art. 3. Considerar se hão Sócias honorárias todas as Senhoras, que se oferecerem a prestar qualquer auxílio à Sociedade. A sua entrada, e quota mensal será igual a dos Sócios.

Art. 4. A sua admissão será feita com as mesmas formalidades com que se procede as dos Sócios, remetendo-lhes o Secretario o seu diploma<sup>211</sup>.

*O Mentor das Brasileiras* e o *Astro de Minas* passaram a publicar o nome dos sócios e sócias e, após a primeira sessão ordinária, a Sociedade admitiu 14 homens e 11 mulheres como membros<sup>212</sup>. As atividades na sociedade da capital do Império cessaram em 1835, com o enfraquecimento do grupo dos liberais moderados. Essa instituição representou mais um “local” de discussão política e contou com a participação das mulheres nos “negócios públicos”, ao menos em São João del-Rei. Teria havido, nesta vila, mais que em outras localidades, uma participação mais significativa das mulheres nas discussões políticas, no sentido estrito? *O Mentor das Brasileiras* teria alguma relação com um suposto perfil mais “politizado” da mulher sanjoanense? Não ousaria negar nem afirmar, mas reservo para futuras investigações.

Os indícios sutis das leituras dos jornais e dos leitores e leitoras do período não devem obscurecer uma outra prática de leitura de um leitor singular: o redator José Alcebíades Carneiro. Este estudo de *O Mentor das Brasileiras* constitui, em parte, o estudo das práticas de leitura do redator, partindo do pressuposto de que um texto citado é um texto lido. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, esse “método das citações”, utilizado para o estudo da leitura no Brasil na década de 1840, busca analisar “a incorporação ou a rejeição de determinados conteúdos”<sup>213</sup>, mas é limitado por não levar a questionamentos do tipo “onde leu essa obra?” “possuía o livro ou consultou?” e por possibilitar a análise apenas de autores, o que não representa uma parcela significativa da população. As características específicas da presente pesquisa se beneficiam desse método que, se associado à análise do jornal como objeto material, à circulação de impressos (numa noção ampliada de “posse de livros”) e às redes de sociabilidade nas quais o redator se inseria, possibilita ir além das incorporações ou omissões e aproximar das intenções, objetivos e dos significados produzidos por esse leitor/redator. Início o próximo capítulo com essa discussão.

<sup>211</sup> *Astro de Minas*, n. 604, 08/10/1831, p. 4. Em comparação com o estatuto da Sociedade Defensora do Rio, publicado em: *O Republico*, n. 73, 07/06/1831, p. 339-341.

<sup>212</sup> Sessão ordinária de 09 de outubro de 1831, lista publicada no *Astro de Minas*, n. 609, 20/10/1831, p.4 e n’O *Mentor das Brasileiras*, n. 97, 21/10/1831, p. 773

<sup>213</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; ALB, FAPESP, 1999, p. 156

## Capítulo 2

### MATERIALIDADE DOS JORNAIS

---

#### 2.1- Aspectos tipográficos e editoriais

No início do periodismo no Brasil, havia várias designações utilizadas para se referir ao impresso periódico; além de *periódico*, cabia igualmente o uso dos termos *jornal* e *folha*. O dicionário de Antonio de Moraes Silva, edição de 1813, não traz nenhum dos três verbetes com as definições específicas esperadas, assim como está ausente, em outros verbetes, a referência aos periódicos: *Imprensa* se refere à *máquina de imprimir livros*; *Editor* é aquele *que faz edição de livros*. Antes dessas três designações (jornal, periódico, folha) serem incorporadas pelo uso formal, pude encontrar na definição de *gazeta* aquilo a que o objeto remetia: “papel de notícias públicas, que sai regularmente”, embora esse não seja um termo tão usual nos textos da época. Esse termo teria sido utilizado primeiramente em Veneza no século XVI quando, na venda de um periódico público então criado, denominou-se-lhe *gazzetta*, “nome da moeda por que era vendido nas ruas, ou do nome de um pássaro, a pega, *gazza*.”<sup>214</sup>

É possível notar, no entanto, que o uso do termo *periódico* era o mais freqüente, porém sem haver distinção entre aquilo que cada verbete designava, já que, algumas vezes, os termos *periódico* e *folha* apareciam se referindo ao mesmo título. Quando matérias eram transcritas de outros periódicos, usava-se o acréscimo das partículas do/da, mas sem aparente ligação com algum tipo de diferenciação entre *periódico*, *folha*, *jornal* ou *gazeta*, mas com o gênero do nome designado, por exemplo: *Do Universal*, *Da Aurora*, *Do Astro* etc. Dessa forma, parece não haver maiores impedimentos no uso indiferenciado dos quatro termos, como tem sido feito até aqui, no presente trabalho, o que pode ser notado também nos demais estudos que analisam a imprensa no século XIX.

Os periódicos do início do século XIX tinham em comum várias características, em termos de sua materialidade, e discutirei, dentro desse aspecto, algumas especificidades de

---

<sup>214</sup> RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 84

*O Mentor das Brasileiras*, que o tornavam bastante peculiar para o período. Inicialmente, temos a referência à “pequenez” desse jornal, conforme matéria já referida na introdução<sup>215</sup> e considerada pelo redator como um dos motivos pelos quais *O Mentor* não havia sido considerado liberal. As primeiras hipóteses que considereí, para compreender essa referência, incluíram o fato de ser um periódico ainda jovem, “recém-nascido”; ou, sendo um pouco menos imparcial, poderia ser interpretado pela menor valia do público a quem se dirigia. Entretanto, a oportunidade de consultar o original impresso na Biblioteca Nacional possibilitou tomar suas medidas, que são 14,7 x 19,7 centímetros. Apesar das medidas dos diversos jornais do início do século XIX variarem, parecendo indicar a não existência de uma padronização entre eles, se comparadas às de *O Mentor*, indicam que este era visivelmente menor que os demais. O *Universal*, de Ouro Preto, media 30 x 21 cm; o *Farol Paulistano*, 35 x 25 cm e em 1831 reduziu suas dimensões para 32 x 23 cm; o carioca *Astréa*, media 31 x 21 cm; O *Espelho Diamantino*, o primeiro voltado para as mulheres, media 22 x 15 cm, e era o único que mais se aproximava das medidas de *O Mentor*. O periódico paulistano o *Manual das Brasileiras* provavelmente também tinha tamanho reduzido, visto ser referido como “periodicozinho” ou “pequena folha”.

As dimensões das folhas dos periódicos não correspondiam exatamente à padronização das dimensões dos livros. Estes costumavam ser em três tamanhos, de acordo com o número de vezes em que a folha era dobrada. Os *in folio* eram os maiores, do tamanho das folhas, os *in quarto* tinham as folhas dobradas duas vezes, e os *in octavo*, três vezes, medindo este último 16,5 x 10,5 centímetros, um oitavo do tamanho da folha<sup>216</sup>. Uma correlação possível, é o fato de os livros voltados para o público feminino e para a educação de jovens terem sido predominantemente impressos em tamanho *in octavo*,<sup>217</sup> como alguns dos que foram utilizados para compor matérias de *O Mentor: Tesouro de Meninos*, de Pierre Blanchard, *Princípios fundamentais da economia e política*, de Jane Marcet e *A lei da natureza*, de Volney. Às mulheres seria produzida uma bibliografia em formato reduzido, pois elas estariam familiarizadas à leitura de obras com essas características, como pode ser verificado em gravuras do século XVIII em que jovens são retratadas portando pequenos livros (figuras 4 e 5).

<sup>215</sup> “Muito folgamos com a aparição da nova Folha = A constituição em triumpho =, cujo primeiro N. nos parece liberal; e se bem que os Redactores daquelle Periodico, enumerando os Periódicos desta Villa não nos contemplassem como tal, talvez pela **pequenez** de nossa folha, ou por nosso pouco desenvolvimento em matérias políticas...” *O Mentor das Brasileiras*, n.07, 13/01/1830.

<sup>216</sup> HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil- sua história*. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Ed. USP, 2005, p. 218.

<sup>217</sup> Hipótese levantada pelo Prof. Luciano M. Faria Filho, na qualificação.



Figura 4. *Leitura*, de Pierre-Antoine Baudoin (1723-1769)

Fonte: <http://web.mit.edu/21h.418/www/Images/18thReading.html>



Figura 5. *Jovem lendo* (1776), de Jean-Honoré Fragonard (1732-1806)  
 Fonte: <http://luradoslivros.wordpress.com/2007/04/29/estudo-marktest-sobre-a-leitura-dos-portugueses/>

Possivelmente a produção de *O Mentor das Brasileiras* e dos demais jornais voltados para as mulheres tinha, como referência, essa materialidade já característica dos livros voltados para esse público. Embora esses jornais fossem um pouco maiores que as obras *in octavo*, a dimensão de suas páginas era resultante das páginas dos demais jornais dobrados ao meio. De fato, para o período, o elemento mais dispendioso na produção do impresso era o papel, representando cerca de 75% do custo total<sup>218</sup>, e a pequenez no tamanho seria compensada pelo maior número de folhas; *O Mentor das Brasileiras* possuía 8 páginas, e o preço cobrado era 80 réis por número, mesmo preço cobrado pelos principais periódicos de grande circulação no período, que possuíam, no geral, 4 páginas. Para se ter noção do valor relativo de um número de jornal na Capitania de Minas Gerais no final do século XVII, o mestre de primeiras letras recebia o equivalente a \$416 por dia<sup>219</sup>; uma empada com recheio

<sup>218</sup> DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 152 e 401.

<sup>219</sup> SILVA, Diana de C. *O processo de escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2004, dissertação de mestrado, p. 68. Com o salário, o mestre ainda tinha que alugar o local para as aulas.

de ave custava \$100<sup>220</sup>; um escravo de ganho recebia diariamente \$80 e as obras de Montesquieu em 6 volumes custavam, na livraria Plancher, no Rio de Janeiro, 20\$000<sup>221</sup>.

As características tipográficas também possuíam algumas especificidades: enquanto na maioria dos jornais cada página era dividida em duas colunas, no caso de *O Mentor*, não havia essa divisão, e as letras eram maiores. Logo, na tipografia, havia um conjunto específico de tipos para produzir *O Mentor*, diferente daquele usado para produzir *Astro de Minas*. Além disso, a paginação em *O Mentor* era contínua, ao longo dos números, enquanto em vários outros periódicos, a paginação era feita por número. Podemos supor que o conjunto dos números seria encadernado num único volume, formando um pequeno livro, como o exemplar encadernado da Biblioteca Nacional. Na Paris revolucionária, essa prática era recorrente entre os panfletos periódicos em formato *in octavo*, que não eram concebidos originalmente como periódicos, mas como folhas de novidades, cujo formato reduzido os tornava mais convenientes para serem agrupados em volumes, não necessitando de nenhum equipamento especial<sup>222</sup>. A prática de encadernar os jornais pode ter sido mais comum do que se tem conhecimento, como sugerem alguns anúncios que solicitam números atrasados para compra: “quem tiver os n. 37, 52, 56,60,61,63,64 e 65 do Universal; querendo vendê-los, traga a esta oficina que se lhe pagarão a 100 cada um.”<sup>223</sup> Pagava-se um preço maior pelos números atrasados em relação ao valor original, que era de \$80.

Esse crescimento da importância do jornal, que se popularizava, principalmente no século XIX, entre os leitores que habitualmente não liam livros, chegou a alimentar a expectativa de que o jornal mataria o livro<sup>224</sup>. Isso definitivamente não aconteceu, mas percebemos que ao jornal se conferiu um status diferente à de papel descartável, havendo o interesse em conservá-lo para a posteridade.

A periodicidade prevista para *O Mentor* era semanal e esse intervalo foi mantido, embora em sua fase inicial, nos anos de 1829 e 1830, alguns números tivessem saído

<sup>220</sup> NEVES, Lucia M. B. P. Uma nova cultura política. In: NEVES, Lucia M.B.P. & MOREL, Marco (Orgs.) *Colóquio História e Imprensa*, Rio de Janeiro, Uerj, 1998, p. 9; apud LUSTOSA, Isabel. O macaco brasileiro: um jornal popular na independência. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil*. Objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, ALB, FAPESP, 2005, p. 261.

<sup>221</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, p. 58-59.

<sup>222</sup> POPKIN, Jeremy D. Journals: the new face of news. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Editors). *Revolution in Print*. The press in France 1775-1800 Los Angeles; London: University of California Press, 1992, p. 151-154.

<sup>223</sup> O Universal, n. 89, 06/02/1828, p. 4. Outros anúncios em O Universal n. 272, 275, 281; Astro de Minas n. 91.

<sup>224</sup> SILVA, Inocêncio F. Da & ARANHA, Brito. *Diccionario Bibliographico Portuguez (1858-1923)*, apud BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 20.

atrasados ou adiantados, ficando, por fim, a sexta-feira como o dia mais regular de lançamento dos números, até o seu encerramento<sup>225</sup>. A falta de regularidade ou de pontualidade não era rara numa época em que as várias etapas do ofício da produção de um periódico podiam estar concentradas numa mesma pessoa. Além disso, tratava-se de um contexto “onde não ha[via] abundância de operários de oficinas tipográficas que [pudessem] ser chamados para quaisquer serviços, no impedimento daqueles que vi[viam] disso, e que não [eram] em grande número”<sup>226</sup>. A sobrecarga de trabalho podia fazer com que os operários trabalhassem em dias santos e feriados<sup>227</sup>. Há referências à precariedade na saúde desses trabalhadores como causa para a dificuldade em se cumprir prazos<sup>228</sup>. Considerando que nesse período um compositor era capaz de ordenar entre 1.000 e 1.200 caracteres (cerca de uma página *in octavo*) em uma hora<sup>229</sup>, tem-se a dimensão do trabalho de lançar um periódico de oito páginas semanalmente.

Quanto à circulação de *O Mentor das Brasileiras*, aparece ao final do primeiro número que:

Subscreve-se para esta folha, que sairá huma vez por semana, nesta Typographia, no Rio de Janeiro em casa do Sr. Evaristo Ferreira da Veiga e C., em Ouro Preto na Typographia do Universal, na Campanha em casa do Sr. Ignácio Gomes Midões, em Sabará em casa do Sr. Bento Rodrigues de Moura e Castro pelo preço de 800 rs por trimestre<sup>230</sup>.

Pode-se perceber a articulação do redator com algumas das principais vilas de Minas Gerais do período, e com a Capital Imperial, indicando a intenção de que o periódico fosse difundido para além das fronteiras da vila e da província. Evaristo Ferreira da Veiga iniciou no ramo de vendas de livros, no Rio de Janeiro, junto com o pai e o irmão, em 1823,

<sup>225</sup> Como dito anteriormente, teriam sido impressos, 129 números, dos quais faltam os seguintes: números 36, 37 e 38, que correspondem ao final do mês de julho e início do mês de agosto de 1830 e os números 84 e 85, que correspondem ao final do mês de julho de 1831. Houve também um erro de numeração, em que o número 114 foi saltado e automaticamente passou-se a numerar a partir do número 115 em diante. Os números faltantes aparentemente foram impressos, pois as páginas seguintes a eles respeitam o intervalo esperado. Foram impressos, portanto, 128 números, dos quais temos acesso a 123, totalizando 984 páginas. (ver anexo 1)

<sup>226</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/54 caixa 03, pacotilha 11, 03/03/1835.

<sup>227</sup> Arquivo Público Mineiro PP 1/54 caixa 03, pacotilha 34, 12/06/1845.

<sup>228</sup> Arquivo Público Mineiro PP 1/54 caixa 03, pacotilha 10, 20/02/1835.

<sup>229</sup> MINARD, Philippe. Agitation in the work force. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Editors). *Revolution in Print. The press in France 1775-1800*. Los Angeles; London: University of California Press, 1992, p. 114.

<sup>230</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 01, 29/11/1829, p.8

quando a corte contava com cerca de 18 lojas. Em 1827, se separou do irmão e montou sua loja à Rua dos Pescadores, num período de expansão do comércio de livros<sup>231</sup>. Evaristo da Veiga era também o principal redator do jornal *Aurora Fluminense*, que iniciou sua circulação em dezembro de 1827, era considerado um dos principais representantes dos ideais liberais moderados<sup>232</sup> e foi o primeiro secretário na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro<sup>233</sup>.

Em Ouro Preto, a tipografia do *Universal* receberia as assinaturas de *O Mentor*, sendo, nesse período, ainda dirigida pelo importante político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos. O representante de Campanha, Ignácio Gomes Midões, contribuía com algumas matérias para o periódico *Universal*<sup>234</sup> nos seus primeiros anos, tendo sido nomeado professor de instrução intermédia pública de latinidade, em 1859<sup>235</sup>. Possivelmente, sua “casa” se referia a um estabelecimento comercial, em que também se vendiam impressos, assim como a de Bento Rodrigues de Moura e Castro; ao que tudo indica, este último era negociante<sup>236</sup>, tendo sido secretário e, posteriormente, presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Sabará<sup>237</sup>.

Os pontos de venda e subscrição de *O Mentor das Brasileiras* configuravam redes de sociabilidade em que a política liberal moderada era um dos eixos de sustentação. Além de alguns de seus representantes terem sido membros atuantes nas Sociedades Defensoras, outros elementos também permitem enquadrá-los no perfil dessa elite política<sup>238</sup>, como a ligação com o comércio e o ensino.

*O Mentor*, assim como a grande maioria dos jornais da época, se mantinha, ao menos em parte, através das assinaturas, além da venda dos números em avulso. Enquanto muitos jornais propunham assinaturas trimestrais, semestrais e/ou anuais, *O Mentor* encerrava seu ciclo de assinaturas somente trimestralmente, cobrando-se \$800; não fica claro se estas deveriam ser pagas antecipadamente ou posteriormente ao período de publicação, mas pode-se perceber que era comum o atraso no pagamento. Isso fazia o trabalho de produção do periódico uma tarefa árdua, visto que “os custos [...] eram altos e o retorno obtido com as

<sup>231</sup> SODRÉ, 1999, p. 38.

<sup>232</sup> SAINT PRIEST, apud MOREL, 2005, p. 75.

<sup>233</sup> *Aurora Fluminense*.

<sup>234</sup> Em *O Universal* n. 49, de 07/11/1825, fez um ensaio analítico sobre as águas “virtuosas” para tratamento de enfermidades, situadas próximas à vila de Campanha; e no n. 141, de 09/06/1826, fez previsões meteorológicas.

<sup>235</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 05.

<sup>236</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/7 Caixa 01, pacotilha 01.

<sup>237</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/7 Caixa 01, pacotilhas 08 e 48.

<sup>238</sup> SILVA, 2002.

subscrições mal davam para pagá-las”<sup>239</sup>. Assim, não só *O Mentor* como outros periódicos costumavam anunciar o final do período de vigência da assinatura, solicitando que os assinantes efetuassem o pagamento.

Com este N. finda-se o 3º trimestre do 2º ano da assinatura desta folha; rogamos aos Srs. Subscritores, que ainda não contribuíram com o produto de suas assignaturas, queiram mandar buscar a esta Tipografia os seus recibos.<sup>240</sup>

Com este N. finda se o trimestre, e redação desta folha; o Mentor agradece cordialmente o bom acolhimento que sempre lhe prestaram os seus benignos leitores; roga a todos os Srs. Assignantes o obséquio de mandarem saldar as suas assinaturas o mais breve que puderem.<sup>241</sup>

As informações acerca do número de assinantes ou uma lista nominal dos/das assinantes em muito contribuiria para a análise do perfil dos leitores e da dimensão de sua circulação. Entretanto, não consegui encontrar documentos que fornecessem tal tipo de informação. Nos primórdios da imprensa, num contexto em que a produção de jornais ainda era incipiente, se afirmar enquanto assinante de um periódico significava assumir um posicionamento político. Dessa forma, de acordo com Morel,

...parece ser mais plausível acreditar que as vendas avulsas (quando o anonimato era preservado) teriam peso quantitativo maior, pois preservavam leitores da acusação, em voga na época, de faccioso, de tomar partido e de não contribuir para a harmonia e unidade da nação que se formava. Dessa maneira, a divulgação de uma lista de assinantes de um jornal oposicionista tinha gosto de ameaça e podia prejudicar as pessoas que aí tivessem inscrito seus nomes. Ao contrário, os assinantes de jornais governistas podiam beneficiar-se de um sistema de aparências e se mostrarem como fiéis leitores vinculados ao governo imperial monárquico brasileiro.<sup>242</sup>

Mesmo considerando essas limitações, é possível fazer algumas aproximações e inferências para tentar visualizar aspectos relativos à tiragem e ao número de assinantes dos

<sup>239</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 54-55.

<sup>240</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 90, 02/09/1831, p. 720

<sup>241</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 129, 01/06/1832, n. 1024

<sup>242</sup> MOREL, 2005, p. 212-213.

periódicos da época. Recorrentes “resenhas” publicadas nos jornais buscavam fornecer um panorama do estado dos periódicos em circulação. Uma delas, publicada no *Astro de Minas*, indicava que, dos periódicos impressos na corte, o *Diário Fluminense* teria 1.500 assinantes, a *Astréa* 1.400, *O Echo*, periódico redigido em francês, 700 e a *Gazeta do Brasil*, 380.<sup>243</sup> Somente na província de Minas, a *Astréa* teria mais de 200 assinantes, enquanto a *Gazeta do Brasil* teria, no máximo, seis.<sup>244</sup> Tais análises, feitas sem a intenção de manter a imparcialidade, buscavam transmitir a impressão de que os periódicos restauradores estavam reduzidos ao fracasso, em termos de recepção, como é o caso do *Gazeta do Brasil*.

...mas enfim, a *gazeta* urra de raiva e inveja, porque apenas conta 200 assignantes, e daqueles, que publicou o nome Patrício o Sr. Ledo entretanto que a *Astréa* se vai regalando com os seus 1;400 assinantes, cujo N. cresce diariamente. Não escapa à viperina língua da gazeta esse excelente periódico Paulistano = *O Farol* = mas o *Farol* é lido com avidez em todo o Brasil, e na mesma Europa culta, onde se tem reimpresso e em diversas línguas.<sup>245</sup>

Independente da veracidade dos números, essas informações sugerem que, para o período, atingir 1.400 assinantes era um marco expressivo, ainda que possivelmente irreal. Outros dados complementares indicam que no período entre 1821 e 1823, segundo Lustosa, devido a dificuldades de comunicação, os periódicos da Corte não circulavam entre as províncias, atingindo apenas o público de onde era impresso; sendo assim, possuíam uma tiragem que dificilmente ultrapassava o marco de duas centenas<sup>246</sup>.

As correspondências enviadas ao jornal também podem indicar a circulação e recepção do mesmo e, no caso de *O Mentor*, se considerarmos a fidedignidade dessas cartas impressas pelo jornal, pode-se afirmar que era lido por moradores e moradoras de Ouro Preto, Baependy, Campanha, Tamanduá, São Paulo e Rio de Janeiro. Quanto a isso, fontes complementares bastante enriquecedoras são os jornais das mais diversas localidades, que citavam *O Mentor*, seja anunciando seu aparecimento ou dele extraindo trechos para compor seus próprios números.

<sup>243</sup> *Astro de Minas*, n. 14, 20/12/1827, p. 3

<sup>244</sup> *Astro de Minas*, n. 20, 03/01/1828, p. 3-4

<sup>245</sup> *Astro de Minas*, n. 26, 17/01/1828, p. 2

<sup>246</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na imprensa. 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28.

Em Ouro Preto, *O Universal* dedicou mais de meia página para comentar o aparecimento de *O Mentor* e tecer elogios ao redator.<sup>247</sup> E até quando prossegui lendo aquele jornal, por volta de junho de 1832, várias outras matérias foram extraídas de *O Mentor*, indicando que o mesmo circulou em Ouro Preto durante todo o período de sua existência. Outros periódicos de Ouro Preto também o mencionavam, como o *Novo Argos*<sup>248</sup> e o *Estrella Mariannense*<sup>249</sup>.

O *Farol Paulistano*, primeiro periódico da província de São Paulo, também saudava o aparecimento de *O Mentor*.

Temos diante dos olhos – *O Mentor das Brasileiras*, publicado em S. João d’El Rei. Não nos parece mau este Jornal, dedicado à instrução do belo sexo. Temos que seria bem bom que alguém n’esta Província se lembrasse de redigir uma **pequena folha** dedicada unicamente às Senhoras, e que contivesse instrução acomodada à capacidade d’ellas infelizmente pelo mísero estado da nossa educação, e não por defeito da natureza, que com elas foi assaz pródiga de viveza e de graças, infelizmente dizíamos pequena. O belo sexo tem muito mais influência social do que muita gente pensa, e as nossas Paulistas são tão inclinadas à Constituição, que bem mereciam que fossem instruídas, e ilustradas convenientemente.<sup>250</sup> [grifo meu].

A sugestão de que a província de São Paulo também devesse seguir o exemplo da iniciativa mineira, foi concretizada logo após esse anúncio e, já em janeiro de 1830, temos notícia do aparecimento do *Manual das Brasileiras*, periódico também de formato pequeno que “veio a encher o vazio que as quartas feiras apresentavam nesta Cidade já ávida de ler periódicos.”<sup>251</sup>

No Rio de Janeiro, a *Luz Brasileira*, após voltar de um breve intervalo em que suspendeu a impressão de seus números, anuncia *O Mentor das Brasileiras* como um dos novos periódicos que tinham surgido em Minas. Sobre ele, diz:

<sup>247</sup> *O Universal*, n. 374, 04/12/1829, p.4

<sup>248</sup> *Novo Argos*, n. 06, 18/12/1829, p. 4 ; n. 40, 12/08/1830, p. 3

<sup>249</sup> *Estrella Marianense*, n. 14, 07/08/1830, p. 56

<sup>250</sup> *O Farol Paulistano*, n. 287, 21/12/1829

<sup>251</sup> *O Observador Constitucional*, n. 23, 15/01/1830

A gazeta – *Mentor das Brasileiras* – é folha constitucional, instrutiva, decente, e a primeira, oferecida ao nosso Bello Sexo, que tem estado no esquecimento, segundo as máximas dos absolutistas, que são esquecer e atrasar, para não ILUMINAR. (...) O *Mentor das Brasileiras* é folha digna de estimação, e nós recomendamos sua leitura aos Pais e Mães Brasileiras para instrução das nossas Jovens Patrícias.<sup>252</sup> [grifos no original].

Ainda no Rio de Janeiro, *O Republico* afirmava que recebia todos os periódicos da província de Minas Gerais e, em um de seus números, transcreve uma fábula extraída de *O Mentor*, intitulada *O cão e o crocodilo*, que havia sido publicada recentemente pelo periódico mineiro<sup>253</sup>. A *Aurora Fluminense* também transcrevia matérias de *O Mentor*, desta vez uma matéria intitulada “O belo sexo”. Cada um desses três periódicos do Rio de Janeiro era impresso em uma tipografia diferente, e isso indica uma circulação significativa de *O Mentor* pela capital Imperial, seja o próprio jornal ou suas matérias compiladas em outras folhas. Ampliando as distâncias para além das províncias contíguas, o periódico *O Popular*, de Pernambuco, também citou ao menos uma matéria extraída de *O Mentor*, que tinha sido publicada cerca de três meses antes, sobre o “Belo Sexo”,<sup>254</sup>.

Essas matérias por ora são analisadas quanto à ampla circulação atingida por *O Mentor das Brasileiras*. A inexistência ou a dificuldade de acesso a vários periódicos de outras províncias mais distantes, e que foram citados por *O Mentor*, impossibilita dimensionar essa circulação de forma mais satisfatória. O jornal carioca *Luz Brasileira* chegou a considerá-lo como o primeiro periódico voltado para as mulheres, se esquecendo do conterrâneo *Espelho Diamantino*, que teria circulado entre os anos de 1827 e 1828.

Assim como a grande maioria dos periódicos do período, *O Mentor* possuía uma epígrafe, que pretendia ser o *slogan* do jornal. Aparecia sempre na primeira página e dizia “Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vos moeur”. Segundo tradução explicativa do próprio redator, o periódico tem por único fim “tornar as senhoras estimáveis pela sabedoria e bons costumes”<sup>255</sup>. Cabe ressaltar que a escolha de uma epígrafe em língua francesa não se limita a uma particularidade deste periódico. Os principais jornais mineiros seguiam essa

<sup>252</sup> Luz Brasileira, n. 27, 06/02/1830, p. 106

<sup>253</sup> O Republico, n. 26, 01/01/1831, p. 126-127

<sup>254</sup> O Popular, n. 07, 23/06/1830, p. 27

<sup>255</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 32, 07/07/1830, p. 251.

mesma tendência<sup>256</sup>, sendo possível ainda constatá-la em periódicos de outras províncias<sup>257</sup>, o que permite verificar a significativa penetração da língua francesa no universo impresso brasileiro, movimento este que teria se iniciado já em fins do século XVIII, concorrendo com o latim como língua culta, e representando elemento de distinção entre as elites letradas locais<sup>258</sup>.

A autoria de *O Mentor das Brasileiras* não é declarada oficialmente no periódico - o que era comum no período -, talvez como estratégia de se resguardar de conflitos políticos mais intensos; ou porque já era sabido por todos, não havendo a necessidade de divulgação. O fato de ser impresso na tipografia do *Astro de Minas*, de cujo jornal um dos redatores era o padre Francisco de Assis Braziel, levanta suspeitas de que talvez ele também tenha participado da produção de *O Mentor das Brasileiras*. Temos notícia do aparecimento de *O Mentor das Brasileiras*, quatro dias antes de sair seu primeiro número, publicada pelo periódico *Astro de Minas*, que assim dizia:

#### ANÚNCIO

Brevemente se publicará nesta Vila um novo Periódico dedicado às Senhoras Brasileiras. Seus Redatores, desejosos de concorrer para a instrução do belo sexo, procurarão matérias apropriadas a tal fim: artigos dos mais simples de política, literatura, poesia, extratos de história e notícias, serão a matéria desta interessante folha. Publicar-se-há por ora uma por semana.<sup>259</sup>

A primeira e única pista significativa sobre a autoria de *O Mentor*, foi encontrada em uma matéria com o título “VIVA A LIBERDADE”, inserida no número 71, de 22 de abril de 1831. A matéria comemorava a abdicação de D. Pedro I em 07 de abril.

Brasileiras! o vosso Mentor não vem agora dar-vos lições de boa conduta; hoje para vós é dia feriado; ele só vem congratular-se convosco repetindo

<sup>256</sup> O Amigo da Verdade trazia como epígrafe: C'est le choc des idées qui produit la verité, comme le choc des corps durs produit la lumière. Philosophie de la nature. Tom 7 pag 88; O *Astro de Minas*: Plus...l'instruction deviendra commune á tous les hommes, plus aussi les delits seront rares dans la societé. BONNIN; O *Universal*, em sua primeira fase : Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est aimable. Voltaire.

<sup>257</sup> O Farol Paulistano trazia a seguinte epígrafe: *La libertè est une enclume qui userà tous lès mateaux.*

<sup>258</sup> VILLALTA, 1997, P. 346. Ver também MALDONADO, 1998, sobre francofilia chilena no início do século XIX. A epígrafe em latim pôde ser encontrada apenas em um dos periódicos consultados: *O Telegrapho*, de Ouro Preto: Neque quisquam hominum libidin simul, et usui paruit.

<sup>259</sup> *Astro de Minas*, n. 316, 26/11/1829, p.4

com excessivo prazer *Parabéns, Parabéns*. Brasileiras, perdoai ao vosso Mentor hoje alguma falta de ligação de idéias; a sua alma está ainda perturbada pela alegria extraordinária, que ocupa: deixai, que o vosso Mentor se desabafe, desabafai-vos também; dai expansão ao vosso prazer, entregai vossos espíritos a um doce, mas inocente contentamento. (...) Brasileiras, minhas queridas patrícias aceitai os Parabéns do vosso Mentor, a quem o júbilo obriga a declarar, que é o vosso patrício, e sincero respeitador de vossas virtudes o Cidadão

*José Alcibíades Carneiro*

[destaques no original]

De ilustre desconhecido, José Alcibíades Carneiro tornou-se uma importante “pista” para melhor compreender o jornal *O Mentor das Brasileiras*.

## 2.2- O Redator do Mentor das Brasileiras

Cerca de um ano antes da declaração acima referida, numa matéria do *Astro de Minas*, José Alcibíades Carneiro já havia se declarado redator de *O Mentor*; desta vez, quando respondia a supostas acusações dirigidas a ele pelo periódico *Amigo da Verdade*. Optei por uma citação mais extensa, pois a mesma traz elementos que orientarão a compreensão dos temas que desenvolverei posteriormente.

Diz o Sr. *Não entendo*, que sou um mau servidor (da Nação) pois me distraio em outras diferentes ocupações, quais de Advogado, de Curador Geral e de Redator de certo periódico intitulado = *Mentor das Brasileiras* = Colaborador de outro denominado = *Astro de Minas* =. Jamais negarei quaisquer dos fatos, de que me acusa o meu antagonista, e os tenho antes por muita honra; negarei sim, que estas ocupações, e empregos me tenham tomado todo o tempo de maneira, que eu não possa cuidar em outros deveres, quais o estudo do Latim, cuja cadeira ocupo como Professor Público; pois que sei repartir com economia o tempo de meus trabalhos, e nunca gostei de estar em ociosidade; e como não me chegará o tempo, se eu não ando nos marimbos, nos bailes, (1) nos passeios à cavalo, e em outros divertimentos de semelhante natureza? Ora quem vive quase sempre em huma vida mais solitária, entregue as suas ocupações, e só cuidando na sustentação de sua família pode bem facilmente preencher todos os seus deveres sem que se mate muito;

(...)

Ora ocorre me agora mais huma reflexão, e é que se eu fosse (como me convidaram para o ser) o Redator do *Amigo da Verdade*, talvez que o Sr. *Não entendo* entendesse, que eu podia bem servir conjuntamente ambos os Empregos, mas como sou Redator do *Mentor das Brasileiras*, há incompatibilidade de servir a ambos. Enquanto o Emprego de Advogado, eu já o tinha quando era Professor de Latinidade de Baependy, e sempre pude desempenhar bem o meu dever (...)

José Alcibíades Carneiro.

(1) Isto é dito sem ânimo de ofender a muitos, que se divertem em algumas noites em sociedades, aos quais consagro inteira amizade.<sup>260</sup>

Repleta de elementos novos, esta correspondência nos apresenta um sujeito exercendo atividades múltiplas e variadas, o que provavelmente possibilitou que circulasse por diversos grupos e ambientes de sociabilidade. A atividade profissional que tomo como ponto de partida é a de professor de latim, visto ser através dela que nosso redator se estabelece na vila de São João del-Rei.

<sup>260</sup> *Astro de Minas*, n. 373, 10/04/1830, p. 2-3

No ano de 1823, José Alcibíades Carneiro era morador de Itabira do Campo (atual Itabirito) e, tendo sido opositor da Cadeira de Gramática Latina de Ouro Preto, solicitava autorização para se opor à de Baependy<sup>261</sup>. Pode-se supor que não tenha sido aprovado à Cadeira de Ouro Preto e estivesse tentando em outra localidade, sendo aprovado para esta segunda, conforme atestado que segue:

Atestamos que José Alcibíades Carneiro foi o único Opositor, que compareceu à Cadeira de Gramática Latina da Vila de Santa Maria de Baependi no dia 12 de Janeiro do corrente ano, prazo diferido por S. Ex<sup>cia</sup> [ilegível], do que estava estabelecido, a requerimento do outro Opositor / que assim mesmo não compareceu /, e com efeito na Presença do Mesmo Ex<sup>mo</sup> Senhor procedeu aquele Opositor ao Exame por nós fiscalizado, no qual saiu aprovado, e com graduação de muito bom, tanto na tradução, como na composição do Latim, e assim o afirmamos com juramento, sendo necessário. Mariana em [ilegível] Episcopal aos 12 de Janeiro de 1824.

Cônego Ignácio José de Sousa Ferreira  
[ilegível] Egidio da Cunha Ozório,  
Professor de Gramática Latina do Seminário<sup>262</sup>

Alguns anos após o período em que José Alcibíades prestava exames para Cadeiras de Gramática Latina, o Conselho Geral da Província, criado em 1825, realizava discussões acerca do estado da instrução pública na província mineira, discussão essa que envolvia as ditas Cadeiras. Segundo Salles, Bernardo Pereira de Vasconcelos, conselheiro designado para promover a instrução pública, avaliava como insatisfatório o seu desenvolvimento na província, e propôs, segundo ata de 21 de fevereiro de 1828, entre outras coisas, a criação de novas Escolas de Primeiras Letras, diminuindo as de Latim. Aparentemente, a proposta visava substituir o ensino de Latim, nas escolas a serem extintas, pelo ensino da Gramática Brasileira. A Escola de Gramática Latina de Baependy seria uma das destinadas à extinção, ficando, no entanto, a decisão adiada para uma próxima reunião<sup>263</sup>.

A imprensa também noticiava as discussões do Conselho Geral da Província e através dela ficamos sabendo que a Cadeira de Gramática de Baependy acabou sendo extinta. O *Astro de Minas*, em matéria em que comenta as propostas de Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a criação e extinção de escolas, assim dizia:

<sup>261</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 1/6 Caixa 01, pacotilha 01, 1823. *Opor*, aqui, significa candidatar-se a.

<sup>262</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 1/6 Caixa 01, pacotilha 01

<sup>263</sup> SALLES, Zeli E. *O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2005. Dissertação. p. 72-73

Propôs o Sr. Vasconcellos a criação de cem Cadeiras de primeiras letras nos lugares mais apropriados pela sua posição, e população, e não é demasiado o número. Esta Província orça por 700:000 habitantes, cabendo assim uma escola a 7.000 habitantes. (...)

Julgou, porém, o mesmo Sr. (ah! Com que dor o digo!) que se deviam abolir a metade das Cadeiras de Gramática latina desta Província. Lá se foram pois as muito luminosas Cadeiras da dourada gramática latina do Salgado, Rio Preto, Conceição do Serro, Tejuco, Caeté, Queluz, S. José, e a do Sr. Alcibíades em Baependy: valha-nos Deus com esta calamidade! Quanto não chorarão os novos Jesuítas do Brasil, vendo diminuir-se o número das escolas de gramática latina, poderosas alavancas, com que promoviam o embrutecimento do Povo os seus detestáveis antecessores!<sup>264</sup>

O sarcasmo e a crítica mordaz ao ensino de latim tinham como destinatário privilegiado, o professor Alcibíades com quem o *Astro* já havia estabelecido diálogos ásperos. Alcibíades teria encaminhado uma correspondência ao *Astro* em que argumentava em defesa das Cadeiras de Gramática Latina, que estariam ameaçadas. Mesmo defendendo posição contrária, o redator do *Astro* teria prometido publicar essa correspondência, mas acabou por não fazê-lo, como sugere o trecho a seguir:

Em o N. 40 asseguramos ao Sr. José Alcibíades, que daríamos lugar neste Periódico à sua correspondência, logo que satisfizéssemos a outros nossos correspondentes; e porque a afluência de matérias é tal, que temos perdido as esperanças de o conseguir, pedimos ao mesmo Sr. a permissão de transcrever o objeto de sua correspondência, e os argumentos, com que a desenvolve, visto que a sua impressão não pode ter lugar nos estreitos limites desta folha.

Estarão nossos leitores lembrados, de que em o nosso N. 29 nos declaramos contra o grande numero de Cadeiras de gramática Latina nesta Província. O Sr. José Alcibíades combate nossa muito humilde opinião, e o que talvez não fosse necessário, nos enche de baldões, e de impropérios. Diz o Sr. José Alcibíades, que nunca a Missa se rezará em língua Brasileira, porque a Latina não só é a língua mais universal, mas a que sendo imutável, deve nela conservar-se, e não passar-se para as línguas vivas, diariamente alteradas. Primeiramente negaremos ao Sr. Alcibíades essa mutabilidade das línguas vivas, como ela avança; em segundo lugar, dada essa mutabilidade, podia fazer-se nas traduções as alterações, que a necessidade exigisse, no que nenhuma dificuldade se depararia; em terceiro lugar, porque a Missa no tempo dos apóstolos se rezava em vulgar, e é nesse tempo, que o Sr. Alcibíades deve procurar a pureza da disciplina

<sup>264</sup> *Astro de Minas*, n. 59, 03/04/1828, p. 2-3

Eclesiástica; em quarto lugar a Missa em França, Reino Catholicíssimo, é em vulgar...<sup>265</sup>

A correspondência redigida ao jornal por Alcibíades teria originado a fúria dos redatores que, portanto, comemoraram com regozijo a extinção da Cadeira na qual aquele era professor. Essa tensão, no entanto, indica que não estavam em jogo somente interesses pessoais ou opiniões, mas a própria disputa política do momento em que os valores associados ao “antigo regime” ou ao passado colonial eram repudiados pelos grupos políticos liberais, ao mesmo tempo em que estes defendiam a soberania nacional e a ratificação da independência com Portugal, de todas as formas possíveis. Assim, o ensino de Gramática Latina estaria perdendo espaço para o de Gramática Brasileira, sendo esta considerada a “legítima” representante dos valores nacionais.

Mas Alcibíades não era prejudicado por essas mudanças na instrução pública propostas por Vasconcellos. Em resposta a uma consulta do presidente da província de Minas Gerais ao Governo sobre a possibilidade de abolir os vencimentos dos professores cujas Cadeiras tinham sido extintas, a Decisão n. 195, de 17 de dezembro de 1828 reforça o determinado pela Lei de 15 de Outubro de 1827, segundo a qual os professores não podem ser privados do magistério nem de seu ordenado, sendo este segundo, vitalício<sup>266</sup>. O Governo mineiro parecia particularmente incomodado com essa condição dos professores, tendo sido repreendido por outra Decisão do Governo que determina a revisão da suspensão dos ordenados de dois professores de Gramática Latina, suspensão essa que teria sido feita com base em interpretações equivocadas da Lei de 15 de outubro de 1827.<sup>267</sup>

Paralelamente a esses acontecimentos, e coincidentemente, a Escola de Gramática Latina da vila de São João del-Rei havia sido fechada subitamente. Esse acontecimento aparentemente causou um forte abalo na comunidade ligada à escola, e o *Astro de Minas* reservou um suplemento para que se discutisse essa questão. Nele, o Corregedor da Comarca, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, faz um extenso relato sobre o fato, afirmando que o Padre Manoel da Paixão e Paiva, então professor de Gramática Latina da vila, havia recebido uma carta de jubilação do Imperador por não ter apresentado diploma, conforme solicitado. Em seguida, por conta própria, o professor teria fechado a escola, sem informar a Câmara nem ao Ouvidor sobre os motivos. Segundo o Corregedor, “Sou instado, e requerido por

<sup>265</sup> *Astro de Minas*, n. 46, 04/03/1828, p. 1-2

<sup>266</sup> Coleção das Leis do Império. Índice das Decisões do Governo, n. 195, 17/12/1828, p. 163.

<sup>267</sup> Coleção das Leis do Império. Índices das Decisões do Governo, n. 244, 25/11/1829, p. 214-215

alguns Pais de famílias para dar providências como Corregedor da comarca, a fim de evitar que seus filhos esqueçam o que já sabiam”<sup>268</sup>, sendo que muitos pais já estariam contratando professores particulares para que seus filhos dessem continuidade aos estudos.

Alguns meses depois, a Câmara da vila de São João del-Rei julgava e aprovava o requerimento de Alcibíades para ser transferido de Baependi para a Cadeira vaga de Latim, deixada por Manoel da Paixão e Paiva, justificando que, conforme informações de pessoas fidedignas, o candidato estava em condições de bem desempenhar o magistério.<sup>269</sup> Não possuo mais informações sobre o desenrolar dos acontecimentos, fato é que, ironicamente, o *Astro de Minas* publicaria, em abril de 1829, um anúncio em favor daquele com quem havia realizado ásperas trocas verbais, meses atrás.

#### AVISOS

José Alcibíades Carneiro Professor público de Gramática Latina e D. Policena Tertuliana de Oliveira, mestra pública de meninas fazem saber ao público que se acham com suas aulas abertas na Rua Direita n. 392, prontos a receberem com agrado os alunos e alunas que comparecerem.<sup>270</sup>

E assim, inicialmente como professor de Gramática Latina de São João del-Rei, José Alcibíades Carneiro logo se integraria às várias outras instâncias públicas da vila, como já sabemos, se tornando colaborador do periódico *Astro de Minas* e, pouco mais de quatro meses após o anúncio de abertura de sua aula de Latim, redator de *O Mentor das Brasileiras*. Sua aproximação com a política e a administração pública iniciaram-se como cidadão comum que, aparentemente preocupado com a segurança pública da vila, encaminhava uma correspondência à Câmara Municipal, na qual defendia a criação de uma Guarda Nacional<sup>271</sup>, em julho de 1831 – quando já redigia *O Mentor das Brasileiras*. A Câmara respondeu positivamente e agradeceu a preocupação e a atenção prestadas.

Enquanto redator de *O Mentor*, Alcibíades tornou o jornal permeável e interlocutor dos movimentos políticos de então, dos quais se destaca a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Uma análise inicial indica que muitos dos membros da Sociedade Defensora de São João del-Rei possuíam cargos administrativos na política, além de Policena

<sup>268</sup> *Astro de Minas*, Suplemento ao n. 108, 26/07/1828

<sup>269</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/33, Caixa 270, pacotilha 31, 07/08/1828

<sup>270</sup> *Astro de Minas*, n. 217, 07/04/1829 p.4

<sup>271</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/33, Caixa 270, Pacotilha 59, 20/07/1831

Tertulliana de Oliveira e José Alcibíades Carneiro, que eram professores de escolas públicas. Em reunião realizada em fevereiro de 1832 para a eleição dos 12 Conselheiros da Sociedade, José Alcibíades Carneiro foi eleito um deles<sup>272</sup>. O mandato era de quatro meses e, quando de nova eleição para a composição do novo Conselho, em 03 de junho de 1832, Alcibíades foi re-eleito<sup>273</sup>. A segunda eleição teria se dado dois dias após o encerramento da publicação de *O Mentor das Brasileiras*, com o argumento de problemas de saúde do redator.

Incômodos continuados de saúde obrigam ao *Mentor das Brasileiras* interromper a sua publicação. Ele agradece aos benéficos Leitores o acolhimento, que lhe tem prestado, e promete às Srs. Brasileiras, que voltará à mesma tarefa logo que cessem os impedimentos, que o privam de fazer maior aplicação, pois que o seu grande prazer é sem dúvida promover a educação do *belo sexo*, a quem a Sociedade deve tanto a sua ventura.<sup>274</sup>

Apesar da alegação de incômodos de saúde, após o encerramento da publicação de *O Mentor das Brasileiras* é que José Alcibíades Carneiro passou a se envolver de maneira mais intensa com as atividades políticas, em sentido estrito, ocupando vários cargos na administração pública. Foi vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei nos anos de 1833, 1834 e 1835<sup>275</sup> e, em sessão da Câmara de 21 de maio de 1833, foi nomeado um dos Promotores Públicos, sendo que, ao que tudo indica, continuou acumulando outras atividades.

Para Promotores Públicos. O Advog<sup>do</sup> José Alcibíades Carneiro, Professor Público de Gramática Latina, e com m<sup>ta</sup> inteligência, de reconhecido patriotismo, probidade, e tem prestado relevantes serviços à causa pública.<sup>276</sup>

Conforme dito no capítulo anterior, José Alcibíades Carneiro foi suplente e substituiu Baptista Caetano de Almeida no primeiro ano do segundo mandato de Deputado por Minas Gerais, no ano de 1838. As atividades posteriores ao período aqui estudado não foram investigadas. Seu perfil sugere que, tendo sido um homem que exercia múltiplas atividades simultâneas, a redação do jornal provavelmente não se constituía como a principal delas, muito porque, para o período estudado, o jornalismo não se configurava ainda como

<sup>272</sup> Astro de Minas, n. 656, 07/02/1832, p.4

<sup>273</sup> Astro de Minas, n. 712, 19/06/1832, p.4

<sup>274</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 129, 01/06/1832 p. 1.017

<sup>275</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/33, Caixa 271, pacotilha 18

<sup>276</sup> Arquivo Público Mineiro, PP 1/33, Caixa 271, pacotilha 32

categoria profissional, sendo exercido por “qualquer indivíduo letrado que desejasse atuar na vida pública, fosse médico, clérigo, filósofo ou militar”<sup>277</sup>.

Tendo tido ou não a intenção inicial de exercer atividades políticas, Alcibíades acabou encaminhando sua trajetória nessa direção. Se teria utilizado a função de redator para alcançar tal objetivo, não tenho indícios para afirmá-lo. Tampouco estão claras as motivações, as intenções em instruir as senhoras brasileiras. A leitura dos trechos citados anteriormente sugere que ele teria sido o único redator. Mas várias matérias são assinadas em nome de *Redatores do Mentor*, no plural, assim como a maior parte das correspondências são dirigidas para os *Srs. Redatores do Mentor*. Fica a dúvida se ele possuía algum colaborador ou colaboradora, e quem seria (m). No prospecto que inaugurou o primeiro número de *O Mentor*, o redator encerrava as “cartas de intenções” do jornal da seguinte forma:

Mas conhecendo, que nos faltam muitos dados para bem desempenharmos esta tão nobre tarefa, rogamos a nossos patrícios nos queiram coadjuvar com suas locubrações [sic], e com especialidade convidamos as Senhoras para que nos dirijam os seus ensaios de literatura, que contenham matéria importante por sua natureza, ficando certas de nosso inviolável segredo quando assim o exijam.<sup>278</sup>

Este trecho sugere, na sociedade feminina local, a existência de escritoras que produziam ensaios de literatura, e o conhecimento de que havia quem desejasse ou precisasse permanecer no anonimato. Pode-se contabilizar um número não desprezível de correspondências de leitoras que, utilizando pseudônimos, expressavam sua opinião sobre o jornal ou algum outro assunto veiculado por ele. Essas são participações circunstanciais, que não sugerem uma colaboração mais constante ou uma adesão à rotina de produção do jornal. Podemos levantar hipóteses como a de que Francisco de Assis Braziel, o bibliotecário e um dos redatores do *Astro de Minas*, ou mesmo, Baptista Caetano de Almeida, fundador da tipografia, teriam participado de alguma etapa de produção de *O Mentor*, sugerindo livros, selecionando textos e cartas, fornecendo jornais. Considerar essa hipótese abre espaço para pensar que outras pessoas podem ter contribuído ou interferido na produção do jornal. Como é necessário trabalhar a partir de parâmetros seguros e uma vez que o nome de José Alcibíades Carneiro é a única pista localizada até o momento, ele vem sendo considerado o redator responsável pelo conteúdo veiculado por *O Mentor das Brasileiras*; aquele que fez as seleções

---

<sup>277</sup> MOREL, 2005, p. 49

<sup>278</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 01, 30/11/1829, p. 03

e omissões, se apropriando daquilo que considerou mais importante e significativo para a instrução das mulheres.

### 2.3 – A interlocução de *O Mentor das Brasileiras* com outros textos

A partir do prospecto<sup>279</sup>, podemos enumerar alguns temas que se pretendia que constituíssem as páginas de *O Mentor das Brasileiras*. Entre eles, estão previstos os assuntos relacionados a: 1. *política*, especificamente sobre o sistema de governo em vigor, “sucintas notícias do que se passar (e for interessante) nos Tribunais, nas Assembléias e nos Gabinetes Nacionais e Estrangeiros”; 2. obras cujas narrações sejam destinadas a um fim *moral*; 3. trechos da *história moderna*, com exemplos de ações virtuosas de heroínas que mereçam ser seguidos; 4. *bellas artes*, para dirigir as potencialidades intelectuais das mulheres; 5. atualidades relacionadas à *educação moral*, *modas* e *enfeites* relativos ao belo sexo; 6. restrições seriam feitas a correspondências que desmoralizem as mulheres, assim como as que contivessem críticas a autoridades políticas e demais pessoas.

Desse modo, podemos classificar *O Mentor das Brasileiras* como um periódico *político, noticioso e literário*. No aspecto político, é prescritivo, carregado por um discurso persuasivo e, não raras vezes, sarcástico e áspero com os inimigos políticos. O uso de gírias e expressões típicas da oralidade são as marcas do jornalismo desse período, de modo que “o campo divisor entre a linguagem literária e popular fosse reduzido: a linguagem utilizada pelos jornais parece ocupar um espaço intermediário entre as duas”<sup>280</sup>. Essa característica do periodismo desse contexto, também presente em *O Mentor*, leva a algumas reflexões, segundo as quais havia, para cada público e de acordo com cada redator, um estilo que marcava os jornais. Os redatores, portanto, sabiam quem eram seus interlocutores e leitores e é inegável que uma parcela do escrito era dirigida a seus pares<sup>281</sup>. Em *O Mentor*, o conteúdo voltado para o público feminino era mesclado a essa rotina de agressões verbais, e a linguagem formal,

<sup>279</sup> O prospecto geralmente compunha o início do primeiro número dos jornais e visava apresentar aos leitores o conteúdo previsto. Ver no anexo 3 o prospecto transcrito de *O Mentor das Brasileiras*.

<sup>280</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na imprensa 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 36

<sup>281</sup> LUSTOSA, Isabel. Op cit, p. 26.

literária, das obras filosóficas e morais, fazia um “balanço” em cada número, entre diferenciados estilos e linguagens.

A despeito dessa caracterização mais geral, *O Mentor das Brasileiras* não possuía uma “rotina” em termos de seções e matérias. Não é possível perceber uma regularidade que o torne previsível, sendo mais marcado pela flexibilidade que pela “estabilidade”. Dessa forma, é possível apenas enumerar alguns títulos que compreendo como tentativas de estabelecer seções, visto serem impressas em destaque, em letra maiúscula, e possuírem uma incidência um pouco maior em relação a outros tantos textos que aparecem uma única vez, muitas vezes sem títulos ou outros elementos textuais que permitam classificá-los. Entre essas seções recorrentes, temos as seguintes, que apresento em ordem alfabética:

**TABELA 4: Seções que compunham o jornal O Mentor das Brasileiras**

<b>Título</b>	<b>Descrição</b>	<b>Incidência</b>
Anedota	História curta, fictícia ou não, de alguma situação do cotidiano	18
Aviso	Término de ciclos trimestrais de assinatura do jornal e 1 evento local	5
Correspondência	Cartas de leitores dirigidas à redação	26
Educação	Reflexões sobre educação	3
Escolas da primeira infância	Prescrições sobre como deve ser uma escola para crianças pequenas	3
Fábula	Fábula seguida de comentário prescritivo moral	27
Interior	Assuntos relacionados à vila e província	44
Modas	Vestimentas e penteados	3
Notícias estrangeiras	Notícias variadas de diversas localidades	4
Notícias nacionais	Notícias políticas de diversas partes do Império	24
Parte Histórica	Transcrição de partes de livro sobre história do Brasil	94
Política	Notícias variadas sobre eleições, e administração pública	6
Variedades	Conteúdo equivalente a Anedota	15

Fonte: *O Mentor das Brasileiras*, 1829-1832.

Pode-se perceber que, em boa medida, os assuntos agrupados acima seguem as tendências estabelecidas no prospecto, com exceção das *Bellas artes*, contempladas em uma única matéria e, mesmo assim, sem título que destacasse. Entretanto, a análise realizada a partir dessas seções levaria a uma distorção em relação à incidência quantitativa dos temas, pois, nem sempre os títulos correspondiam ao conteúdo ou, por exemplo, assuntos relacionados a *Educação* se encontram dispersos entre as seções *Interior*, *Notícias nacionais*

ou mesmo sem título, não sendo contabilizadas acima; na seção *Interior*, encontram-se notícias nacionais; há dificuldade em distinguir os conteúdos das seções *Anedotas* e *Variedades*. Considerando ainda que, somente cerca de um terço do conteúdo do jornal se enquadra nas seções acima, decidi por desconsiderar a tentativa de estabelecimento de seções feita pelo redator e reorganizar o conteúdo, levando em consideração dois elementos: 1- Os temas mais recorrentes, entendendo que a maior incidência indica uma maior importância dada a elas, ou se tratavam de temas em debate naquele contexto; 2- os tipos de texto mais comuns, inseridos no jornal, devido ao interesse desta pesquisa em analisar a produção do jornal e, portanto, seus principais interlocutores.

Iniciarei a análise do conteúdo veiculado por *O Mentor* discutindo sobre os diversos gêneros textuais que constituem o jornal: as cartas, os livros e os jornais. São textos incorporados ao jornal e, constituindo sua maior parte, contribuem para a formação de um texto final híbrido.

### 2.3.1 - As Cartas

Percebe-se que as correspondências dirigidas aos jornais e as cartas particulares representavam um importante elemento constituinte dos periódicos das primeiras décadas do século XIX. Em ambos os casos, não tendo acesso direto a elas, ficamos somente com as que foram publicadas pelos jornais, o que impossibilita maiores inferências. Ainda assim, é interessante notar que os jornais, desde então, incorporavam esses textos às suas páginas, talvez como forma de explicitação da existência de um público leitor de seus números, numa época em que a quantidade de periódicos crescia vertiginosamente, mesmo considerando-se que ainda representavam uma novidade na cultura impressa brasileira.

À prática de “enxertar” as cartas aos periódicos antecede uma história em que as trocas epistolares satisfaziam a ânsia de contar e receber novidades. Conforme Rizzini, o desenvolvimento da tipografia não absorveu nem substituiu automaticamente as cartas particulares e esta prática cultural, de trocar informações por cartas, não via, de antemão, as possibilidades que a tipografia oferecia, de multiplicar e avolumar as notícias<sup>282</sup>. Segundo este

---

<sup>282</sup> RIZZINI, 1977, p. 59.

autor, nos séculos XVI, XVII e XVIII, as cartas particulares, na Europa, possuíam um maior conteúdo informativo que as gazetas à mão e as folhas impressas, estas segundas, devido ao maior controle a que eram submetidas pelos governos autoritários. Sobretudo a partir do século XVII, com o desenvolvimento satisfatório dos correios, que asseguravam a periodicidade, o conteúdo das correspondências entre autoridades políticas, filósofos, entre outros, era caracterizado por “resenhas” políticas e de acontecimentos sociais que, pelo detalhamento e “fidedignidade”, faziam com que essas cartas fossem não só lidas publicamente ou passadas para outros leitores interessados, mas também copiadas, distribuídas e colecionadas, promovendo o que o autor designa como uma “consciência profissional” desses correspondentes e a criação de uma denominação para os praticantes dessa função: *gazetiérs*<sup>283</sup>.

Essas correspondências noticiosas, que se realizavam ainda sob marcas de diletantismo e pela escrita “por cortesia”, passaram a se caracterizar pela remuneração dos correspondentes na segunda metade do século XVIII e o praticavam na França, entre várias personalidades conhecidas, o abade Prévost, Voltaire, Diderot, o abade Raynal, d’Alembert, La Harpe etc<sup>284</sup>. Semelhante modo de circulação de notícias, que visava burlar a censura, o controle dos governos e garantir o baixo custo, era feito pelas gazetas manuscritas, reproduzidas por copistas e vendidas abordando os possíveis leitores nas ruas. A clandestinidade assegurava a segurança pessoal e de sobrevivência dessas gazetas, um dos motivos pelos quais prevaleceram mesmo com a invenção da prensa com tipos móveis.

No Brasil do século XIX, presenciamos o surgimento dos jornais e a sua convivência simultânea com as cartas que, além de não serem substituídas em sua função, muitas vezes serviam de subsídio para a sua produção. Estas, algumas vezes, eram transcritas, outras vezes, comentadas, e provinham de diversas localidades do Império e de outros países. Pode-se dizer que Ouro Preto era um bom exemplo de capital cosmopolita, visto que pelo seu correio chegavam correspondências de várias localidades da América do Sul e da Europa e estas, recorrentemente, passavam a fazer parte de suas páginas, se explicitando sempre a origem da informação. Essa prática também era comum em *O Mentor das Brasileiras*, que iniciava as notícias provenientes de correspondências, anunciando: “Por cartas particulares da Capital...”; “Por cartas recebidas recentemente consta que Barcelona...”; “Consta por cartas particulares de pessoas fidedignas, que...”.

---

<sup>283</sup> Ibid, p. 66.

<sup>284</sup> Ibid, p. 83

Com a inserção das cartas particulares nos jornais, as informações que anteriormente estariam restritas a um indivíduo, ou ao seu grupo de convívio mais direto, passavam a fazer parte de uma comunidade mais ampla de leitores. Estes passavam a compartilhar de novidades e acontecimentos oriundos da Capital Imperial, de outras províncias e outros países, se beneficiando da ruptura proporcionada pelo periódico, de possibilitar o acesso a conteúdos originários de línguas estrangeiras de domínio de poucos. A correspondência representaria, portanto, um “ato de sociabilidade”, por pertencer a uma prática social ampla, e permitir a interpenetração do privado e do público<sup>285</sup>.

Uma outra forma bastante interessante de interlocução com as cartas é a inserção de correspondências dirigidas aos jornais<sup>286</sup>. Ao contrário do que se possa esperar, não eram publicadas somente as correspondências elogiosas, mas também as críticas feitas por leitores, geralmente insatisfeitos, que solicitavam mudanças ou demandavam assuntos. Considerando-se essas correspondências verídicas, elas representariam o feedback dos leitores e leitoras e, constituindo uma importante etapa do “circuito do impresso”, contribuiriam com o redator, com os elementos que indicariam a recepção de seus escritos. Através da análise dessa interessante interação é possível avaliar em que medida os periódicos eram permeáveis aos interesses e preferências do público leitor, e se constituíam como veículos em construção. Na contrapartida negativa, podemos considerar que essas correspondências foram forjadas pelo redator visando justificar uma mudança de rumo ou tendência que se pretendia operar.

Uma interessante crítica dirigida aos redatores do periódico *Universal* promove mudanças estruturais no próprio jornal, indicando a incorporação das críticas de leitores, ao mesmo tempo em que sugeria a existência de leitores exigentes.

Sr. Redactor do Universal

Que novidade foi esta? O seu n. 80 com meia página vazia! Já se acabou aquele eloqüentismo, famoso, e adulatório discurso do Orador Marianense? Não tinha algum artigo sobre a descoberta das Minas? Não podia estender o

<sup>285</sup> TREBITSH, apud GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 166.

<sup>286</sup> A fidedignidade dessas cartas merece ser discutida com mais cuidado. Segundo Maria Lúcia B.P. Neves, existem indícios de que muitas das cartas publicadas nos periódicos das primeiras décadas do século XIX eram de autoria dos próprios redatores dos jornais que buscavam simular debates políticos mais intensos (em banca de defesa da dissertação de Luciano da Silva Moreira: *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais 1828-1842*. Departamento de História – FAFICH/UFMG)

discurso da Economia para acabarmos de uma vez com essa carta do Sr. Americus? Ou pretenderá V.m. fazer daqui em diante o seu Periódico coirmão dos Diários do Conselho, que pela maior parte vinham com a última pagina em branco? Tenha escrúpulo, Sr. Redactor, aquele Periódico custava 60 rs., e o seu custa 70; é preciso que V.m. não queira vender-nos papel em branco, como se fosse escrito<sup>287</sup>.

De fato, para o período, mesmo sendo o papel o elemento mais dispendioso na produção do impresso,<sup>288</sup> para o leitor, a informação era o elemento pelo qual se pagava, e de nada valia o papel se nele nada havia de novidade. Após esta crítica, salvo algum descuido na minha observação, não foi mais encontrado nenhum pedaço deste jornal que não contivesse algo impresso, ainda que fossem pensamentos ou anúncios de fim de página.

Outros exemplos do esforço dos jornais em se modelarem e responderem às expectativas dos leitores podem ser identificados a partir da correspondência enviada por alguém que assina *Huma que não se esquece ao Mentor das Brasileiras*. Ela se queixava do súbito desaparecimento da seção *Parte Histórica*, que constituía uma narrativa sobre a história do Brasil, desde seu descobrimento. Esse conteúdo costumava ocupar de uma página a página e meia de quase todos os números até então, e a publicação fragmentada, interrompida a cada número, levava a uma leitura também fragmentada e sucessivamente interrompida.

Como sei que quando se promete alguma coisa (ao Público principalmente) está o prometente obrigado a satisfazê-la, cuido que não levará a mal que lhe faça uma pergunta. Porque se não tem continuado a História do Brasil, havendo desempenhado tão dignamente até aqui a parte política que lhe corresponde? Não sei a que atribua uma tão criminosa falta (...)<sup>289</sup>

Logo em seguida a essa correspondência, o redator se desculpa, justificando a retirada desse assunto, que teria sido substituído por outros, a partir da sugestão de alguns amigos. Desde então, a seção, que estava ausente do jornal desde seu número 18, voltou a ser impressa no número que seguiu à réplica - o 32 -, estando presente em cada número até o fim da circulação de *O Mentor*. A flexibilidade apresentada pelo redator sugere, em princípio, a preocupação em responder às expectativas dos leitores e leitoras como estratégia de

<sup>287</sup> O Universal, n. 81, 20/01/1826, pp. 323

<sup>288</sup> DARNTON, 1996; 152.

<sup>289</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 31, 30/06/1830, pp. 245.

sobrevivência do próprio jornal, visto que a “fidelidade” dos leitores era imprescindível para a manutenção de sua produção. Mas isso indica também que o leitor possuía um lugar privilegiado na produção de jornais no período, sendo inerente nesse processo, a sua participação; o feedback do leitor indicaria, em alguma medida, o nível de aceitação do periódico.

A correspondência acima pode representar, também, uma estratégia do redator de manter uma linha editorial que, mesmo sendo criticada por alguns leitores e leitoras, ele pretendia levar adiante, usando para isso, de uma correspondência forjada. Podemos extrapolar e pensar que tal polêmica nunca existiu, sendo uma criação do redator para simular a existência de leitores atentos e reivindicativos. Diante de todas essas hipóteses, resta seguir a idéia de que o redator é o elemento central dessa trama, publicando aquilo que seria um balanço entre o que ele queria, podia e precisava. Seu crivo, estabelecido solitariamente ou de acordo com as respostas de leitores, nem sempre seguia a linha estabelecida no prospecto, sendo um dos exemplos mais claros, a discussão referente à moda. Anunciado como tema importante para as mulheres, as matérias referentes à moda estiveram presentes nos primeiros números e foram abolidas posteriormente. Algumas leitoras, insatisfeitas, solicitavam a presença desse assunto, como aquela que assina *A Sentinella do Mentor*.

Srs. Redactores do Mentor

Bem certa estou, que v.m. prometeu no seu prospecto dar-nos alguns artigos sobre modas, a cujo prometido satisfizes em parte no N. 6, porém até agora não tem aparecido mais artigo algum a semelhante respeito, o que se tem feito assaz notável mormente por estarmos em tempos de festividades, em que é usual a variedade no traje (...)<sup>290</sup>

Ao que os redatores respondem logo em seguida, no mesmo número:

*Reflexões*

Muito agradecemos à nossa Correspondente a advertência, que nos faz pela falta que temos tido em não apresentarmos mais artigos sobre modas; porém é desculpável o nosso silêncio a semelhante respeito, por quanto não nos permite ter sempre notícias frescas da Corte sobre as modas, que por lá

<sup>290</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 19, 10/04/1830, p. 148-149

estão na melhor aprovação de bom gosto, e mesmo quando nos fosse fácil obtê-las, nós não seríamos pródigos em espalhá-las; por isso mesmo, que não desejamos na nossa pátria a superfluidade do luxo, causa principal da ruína total de muitas famílias, que constituindo todo o seu patriotismo no vestuário cavam a ruína dos filhos, as vezes com a mesma perca dos bons costumes. O nosso alvo principal é a ilustração do espírito das Jovens filhas do Brasil, e por isso cuidaremos menos em modas, que em sãs doutrinas. Além disto, nos parece uma espécie de pouco senso o querer-se sempre imitar no traje aos Estrangeiros, como se eles sejam os proprietários do *bom gosto*; por ventura as nossas patrícias não são igualmente dotadas de bastante vivacidade de espírito para por si mesmas excogitarem o melhor gosto de trajar? De certo que sim; pois então cuidemos, sendo precisos, nós mesmos na invenção das modas; e não vamos ser unicamente imitadores das Nações estrangeiras.

Percebe-se que, mesmo antes dessa resposta, *O Mentor* estaria caminhando para uma tendência ao repúdio às modas e ao luxo, apoiada por outros periódicos e outras leitoras, numa crítica insistente à importação de padrões franceses em prol da valorização de estilos e produtos nacionais. Ainda assim, a polêmica não se encerra. Uma outra leitora, a *Amiga do bom gosto*, escreve uma extensa correspondência, que segue.

Srs. Redactores do Mentor.

Suposto me tenham satisfeito as suas reflexões sobre o luxo, e as modas, com as quais tanto se importam as pessoas do meu sexo, contudo eu ainda não me posso inteiramente acomodar com suas idéas por vezes expendidas; pois se eu pretendesse fazer a apologia do *luxo* e das *modas* poderia autorizar-me com o exemplo de quase todos os povos do Mundo, desde os antigos Patriarcas até o nosso tempo. Entre os presentes que Abimelech fez a Abraão destinou quarenta peças de prata para que comprasse um véu a Sara, e se um véu custava então quarenta peças de prata, que equivalem a 50 moedas, devemos supor que o *luxo* daqueles tempos não cedia ao das nações modernas. (...) Verdade é que o *Luxo* e as *Modas* foram sempre o alvo de crítica dos filósofos; mas estes ataques não puderam prevalecer ainda contra a força irrepitível do costume; porque o costume é a principal base da opinião pública, desta Soberana caprichosa, que estende o seu império por toda a terra.

É certo que o *Luxo* e as *Modas* têm os seus inconvenientes; mas também produzem grandes vantagens, promovendo os progressos das Artes, e fomentando diferentes ramos da indústria, que fazem subsistir muitos milhares de indivíduos, que a impossibilidade de se entregarem à cultura da terra reduziria à ultima miséria.

Portanto, Srs. Redatores, sem que eu seja taxada de nimamente [sic] cobiçosa das modas e muito menos de [ilegível] em falar em objetos tão delicados, de que melhor as deviam encarregar os grandes economistas,

jamais aprovarei o total abandono do luxo e das Modas prudentes, que nos dando certo realce que nos deve ser próprio, não são todavia incompatíveis com a verdadeira virtude; pois que bem certa estou, em que a mediocridade é que constitui a virtude a que todos os extremos são sempre viciosos.

Perdoe-me Srs. Redactores, se eu nestas reflexões tenho ultrapassado os limites da civilidade; pois que não acostumada a [ilegível] por escritas minhas idéias talvez escapasse sem reflexão algum [ilegível] pouco culta; mas no entanto, tirando qualquer acrimônia que possa ter, queira publicar pela sua estimável folha, no que muito obriga a huma que se assigna a

*Amiga do bom gosto*<sup>291</sup>

Apesar do protesto manifestado pela carta da leitora, o assunto *moda*, que tinha tido uma inserção tímida até então, não voltou a ser publicado, salvo nos números 26, que discute sobre a moda em Paris<sup>292</sup>, e 34, em que se discute sobre penteados<sup>293</sup>. O que parece ter sido uma tentativa de dissuadir as mulheres a se interessarem por esse assunto, sofreu idas e vindas, sugerindo dificuldade em tomar um posicionamento definitivo. Uma solução que parecia ser viável foi a de deslocar o foco para assuntos políticos, como sugere a citação abaixo, supostamente uma correspondência entre amigas que foi cedida por uma delas para publicação.

Vós me importunais para que eu vos dê notícias sobre as modas, que mais se usam nesta corte; mas eu sou sincera, e por isso atrevo a estranhar-vos esse vosso demasiado desejo de um objeto, que (apesar da natural propensão do meu sexo) eu o reputo digno de mui pouca atenção; quisera antes, que me importunásseis pelas notícias do Estado, que parecendo longe do nosso alcance, não consideram contudo dignas do desprezo das pessoas do nosso sexo (...)<sup>294</sup>

F

A partir de janeiro de 1831, com o surgimento do periódico carioca *O Simplício*, *O Mentor* passaria a citar números seguidos desse periódico que traz, sempre em tom irônico, críticas ao luxo e modas das moças e rapazes, passando a mostrar um posicionamento mais definitivo acerca desse assunto. Seria esse um lugar de equilíbrio, ainda que instável, a ser difundido a partir de 1831, da reflexão política sobrepondo o interesse das mulheres pelas modas; ou ao menos parece ser o lugar que se pretendia produzir para a mulher oitocentista.

<sup>291</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 23, 05/05/1830, p. 182-183

<sup>292</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 26, 28/05/1830, p. 207

<sup>293</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 34, 21/07/1830, p. 270.

<sup>294</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 27, 04/06/1830, p. 211-212

O assunto das modas gerou ainda uma correspondência cujo conteúdo permite pensar em outro tipo de expectativa em relação ao jornal; a de que ele pudesse substituir as cartas particulares. Uma leitora, que assina com o pseudônimo de *Sentinella do Mentor*, se queixa da ausência de notícias sobre moda, previstas no prospecto, e comenta sobre a insatisfação de uma amiga em semelhante assunto:

Eu tinha uma amiga no Rio de Janeiro que continuamente me comunicava as modas existentes; com a aparição do Mentor mandei-lhe dizer que lhe poupava aquele trabalho; porém fiquei enganada, e no entanto nem de cá nem de lá tenho notícia das modas da Corte.<sup>295</sup>

Por fim, o que pode ser concluído é que redatores e leitoras/leitores buscavam um consenso que nem sempre poderia atender às diferentes demandas. Existiam também alguns assuntos, como as Belas artes, igualmente prometido no prospecto, que foi contemplado por apenas uma matéria, referente à música. Este assunto, ou sua ausência, no entanto, parece não ter causado maiores incômodos às leitoras e leitores, visto que não houve manifestações cobrando a maior incidência de tal assunto, e não se tornou um assunto em debate. Esses exemplos possibilitam reforçar a idéia do periódico como um texto flexível e um instrumento em construção que envolve a participação ativa dos leitores e leitoras e mudanças de posicionamento do redator no processo de produção desse impresso. E dentro desse processo, as cartas, ou as representações em torno desse material, constituíam ingredientes que tornavam o periódico mais dinâmico e dialógico.

### 2.3.2 – Os Livros

Os jornais costumavam reservar, ao final da última página de cada número, um espaço para anúncios e avisos; o *Astro de Minas* publicava-os gratuitamente para os subscritores<sup>296</sup>; o *Universal* cobrava 20 rs por linha<sup>297</sup>. Era nesses espaços que se divulgava,

<sup>295</sup> O Mentor das Brasileiras, n.19, 10/04/1830, p.148-149

<sup>296</sup> Astro de Minas, n.02, 22/11/1827 p.4

<sup>297</sup> O Universal, n. 01, 16/07/1827 (3º ano)

entre outras coisas, a venda de impressos nas tipografias e lojas - leis encadernadas, folhinhas de algibeira, folhetos e livros – assim como o interesse pela compra de impressos, como alguns livros específicos e números de jornais antigos. Estes anúncios geralmente incluíam os respectivos preços, e a variedade de títulos indica a presença tanto de obras estrangeiras - em idioma original ou traduzidas -, como as de autoria brasileira.

Se o espaço reservado para os anúncios, por si só, já permite um estudo da circulação de livros e demais impressos no cotidiano das cidades e vilas, a presença de excertos de obras, de capítulos de livros, ou mesmo a impressão de livros completos em números sucessivos dos jornais, permite discutir sobre uma das formas de utilização desses impressos, ou seja, o trabalho de apropriação<sup>298</sup> operado pelos redatores desses jornais, que incorporavam aos seus números, das mais diversas formas, obras de cunho filosófico, moral, religioso, educativo e literário, com o objetivo de produzir um veículo de cunho educativo.

Os usos do impresso, conforme salientado por Chartier, estavam ligados a diversas dimensões do cotidiano, fossem elas a devoção, entretenimento, informação e conhecimento<sup>299</sup>, havendo ainda outras formas de significação desse objeto, relacionadas ao status conferido à posse de livros e ao ornamento<sup>300</sup>. Ainda assim, associada à idéia de erudição e distinção dos proprietários de livros, ganha destaque a noção de que o livro era fonte de conhecimentos, e seu uso para fins de instrução, ganhando ressalva o papel formador atribuído ao romance e ao teatro, já no século XVII<sup>301</sup>. Uma matéria publicada no periódico *O Amigo da Verdade*, traz indícios do uso dos livros da Biblioteca de São João del-Rei.

Enchi-me de admiração os dias passados, vendo sair da Biblioteca Pública desta Vila uma prodigiosa quantidade de traças e baratas, que para ali se haviam conduzido com seus petrechos, e máquinas costumadas, a fim de ocupar este ponto, que julgavam deserto, e abandonado à voracidade de suas naturais incursões, sendo tão precipitada a fugida destes mortais inimigos da letra redonda, que uns se atrapalhavam nas bombas, que haviam cautelosamente levado para apagar o fogo; outras em fim largavam insensivelmente a casca, para desabrocharem as asas com que deviam voar; e passando a examinar a causa de tão extraordinário sucesso, soube com certeza, que o Redator do Astro fora unicamente o que dera motivo a tão grande movimento entrando apressadamente a procurar um livro, (1) para

<sup>298</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1990.

<sup>299</sup> CHARTIER, Roger. Os usos do impresso. 1989, p. 1

<sup>300</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999b, p. 204.

<sup>301</sup> CAMBI, 1999, p. 312

contestar a doutrina que expendi na minha correspondência, que vem inserta no n. 29 de sua excelente folha, para o que se havia preparado d'antimão, (...) ora Sr. Redator do Astro, digo eu, para que se enfadou tanto pelo haver comparado aos vulcões do Hecla, do Vesúvio e do Ethna? Que diria V. M. se eu me tivesse lembrado do outro Vulcão do Pico de Teneriffe?

(1) E que obra procurou o Snr Redactor do Astro, que nada tem de realidade, se não as imaginações, e fantasias d'um poeta!<sup>302</sup>

O tom irônico do extrato acima, movido inicialmente por dissidências pessoais de fundo político, permite afirmar menos sobre um possível abandono da Biblioteca de São João del-Rei, que a procura por livros com o objetivo de fundamentar acusações e contestações que alimentavam as disputas políticas e intrigas pessoais envolvendo personalidades locais<sup>303</sup>. O livro, aparentemente, era buscado em função da procura pelo conhecimento, muito embora a motivação original tenha sido a construção de metáforas provocativas associando vulcões a temperamentos humanos.

Segundo Villalta, se no Brasil dos séculos XVI e XVII a posse de livros era bastante restrita e os títulos eram predominantemente de caráter literário e de cunho religioso, a partir do século XVIII, a sua propriedade tornou-se mais disseminada e, sobretudo no final do século, pôde-se perceber uma maior variedade na composição das bibliotecas particulares, com a abertura de espaço para as “ciências e os saberes profanos, sendo ecos da ilustração perceptíveis nos títulos das obras”<sup>304</sup>. Segundo esse autor, ainda que os detentores de livros representassem uma parcela bastante insignificante da população, é interessante a correlação entre a posse de livros e a posse de terras e de escravos, muitas vezes associada também ao exercício da carreira sacerdotal, jurídica, à cirurgia e farmácia, e ainda ao comércio, navegação, atividades militares e ao exercício de cargos públicos<sup>305</sup>, indicando o uso dos livros como fonte de saber para o exercício profissional. É relevante a constatação de que os advogados estavam entre as categorias profissionais levantadas por Villalta<sup>306</sup> e Moraes<sup>307</sup>, cujos inventários e testamentos de fins do século XVIII e início do século XIX indicam a

<sup>302</sup> O Amigo da Verdade, n. 33, 28/08/1829, p. 136

<sup>303</sup> Conforme dito no capítulo anterior, o Astro de Minas e O Amigo da Verdade, são ambos de São João del-Rei; o segundo surge com o objetivo de combater o primeiro e possuem posicionamentos políticos divergentes. A crítica à Biblioteca provavelmente se deve ao fato do fundador do Astro de Minas ser também o da Biblioteca.

<sup>304</sup> VILLALTA, 1999b, p. 183-212., p. 188.

<sup>305</sup> VILLALTA, op cit., p. 189.

<sup>306</sup> VILLALTA, op. Cit., p. 192

<sup>307</sup> MORAIS, 2002, p. 135

posse de uma biblioteca particular; Morais localiza ainda alguns professores de São João del-Rei, que também constituem esse grupo da elite intelectual.

Além do fato de José Alcibíades Carneiro integrar o perfil dos possuidores de livros do período, não consegui mais nenhuma outra informação acerca da existência de uma biblioteca particular de sua propriedade, ou de ter possuído algum livro. Em caso negativo, o acesso aos livros da Biblioteca de São João del-Rei, facilitado pelas estreitas relações que manteria com seu bibliotecário e com seu principal fundador, poderia ter contribuído para que as páginas de *O Mentor das Brasileiras* recebesse trechos de um heterogêneo conjunto de livros<sup>308</sup>.

Dos autores citados em seu periódico, percebe-se que alguns fizeram, de alguma forma, parte do universo impresso em circulação em São João del-Rei, seja por compor o acervo da Biblioteca, ou por constar em inventários ou testamentos de subscritores da mesma<sup>309</sup>, como Adam Smith, Diderot, Plutarco, La Fontaine, Montesquieu, Rousseau, Thomas Paine e Voltaire. Outros, como Bonnin, Fenelon, Volney e Jouy, são autores cujas obras aparecem entre os títulos bastante solicitados entre os pedidos encaminhados à Mesa do Desembargo do Paço-RJ, no início do século XIX, igualmente constantes em inventários referentes ao Rio de Janeiro<sup>310</sup>.

Pode-se perceber a presença dos filósofos iluministas, merecendo destaque pela recorrência expressiva, Montesquieu e sua obra *Do Espírito das Leis* (1748) e Voltaire, que seriam representantes da primeira geração de pensadores das Luzes<sup>311</sup>, além de Fenélon. Tais autores são citados em função do desenvolvimento de temas relacionados aos sistemas de governo, e crítica ao despotismo e absolutismo.

Devido à referência incompleta das obras das quais se extraía trechos, a identificação das mesmas foi muito dificultada. A prática de se referir somente ao autor ou fornecer dados não muito precisos sobre os títulos das obras (ao menos para os pesquisadores da atualidade) parece ser bastante comum nos séculos XVIII e XIX, visto ser recorrente também entre as listas de livros encomendados para serem adquiridos em Portugal, assim

---

<sup>308</sup> Ver a lista dos livros no anexo 2.

<sup>309</sup> MORAIS, 2002.

<sup>310</sup> ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo FAPESP, 2003.

<sup>311</sup> GAY, apud VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. USP, Departamento de História, 1999a, Tese de doutorado, p. 103.

como nos catálogos de bibliotecas particulares<sup>312</sup>. Dos livros que puderam ser identificados, localizados e lidos, predomina a bibliografia de origem inglesa e francesa.

A história do Brasil, conteúdo que fez parte de 94 dos 129 números impressos<sup>313</sup>, foi, na sua quase totalidade, extraído do livro *Histoire du Brésil*, volumes 1 e 2 (1815) de Alphonse de Beauchamp (1769-1832)<sup>314</sup>. A persistência deste tema, que se destaca em relação aos demais, ilustra o que Morel indica: que a *História* constituía o principal “filão editorial” no início do século XIX no Brasil, representando 25% das prateleiras de livraria Plancher, no Rio de Janeiro<sup>315</sup>.

Da bibliografia francesa, encontra-se ainda, do escritor francês Constantin François Volney (1757-1820), o livro *Da Lei Natural ou princípios físicos da moral deduzidos da organização do homem e do Universo*. Embora esta não tenha sido a obra deste autor, que circulou com maior intensidade no Brasil, o mesmo já era conhecido pelo *Les ruines ou méditation sur les Révolutions des Empires*, que fazia parte das leituras proibidas durante o período imperial e recheava as prateleiras da livraria Plancher<sup>316</sup>.

Um outro conjunto de textos bastante recorrente nas páginas de *O Mentor* eram as fábulas, por vezes nomeadas de apólogos. São ao todo 33 e na sua maior parte, sem referência à autoria, salvo uma de La Fontaine, uma de Phedro<sup>317</sup>, uma do livro *Thesouro de meninos*, do editor e educador<sup>318</sup> francês Pierre Blanchard (1772-1856) e uma traduzida do italiano. As *fábulas de La Fontaine* era uma das obras de grande circulação desde fins do século XVIII no Brasil<sup>319</sup>, e tudo indica que fez parte do acervo da Biblioteca pública de São João del-Rei, não se sabe quando da circulação de *O Mentor*, mas consta como tendo sido adquirido por

---

<sup>312</sup> ABREU, 2003, p. 32-37.

<sup>313</sup> Incidência aproximada, visto que alguns números do *Mentor* não foram conservados.

<sup>314</sup> A obra é constituída de 3 volumes.

<sup>315</sup> MOREL, 2005, p. 38.

<sup>316</sup> MOREL, 2005, p. 42.

<sup>317</sup> Fabulista latino do século I d.C. que imita as fábulas de Esopo, lhes dando um tom poético. In: GRUFFAT, 2003.

<sup>318</sup> Utilizo o termo educador por referência à sua biografia, em que consta que no início do século XIX, abriu uma instituição para a educação de jovens e começou a escrever obras pedagógicas; visando difundir essas obras mais facilmente, teria se tornado editor. Ver: Dictionnaire de Biographie Française. Roman D’amat; R. Limouzin-Lamothe. Paris VI. Librairie Letouzey et Ané. 1954. Vol 6, p. 607.

<sup>319</sup> ABREU, 2003, p. 130.

Baptista Caetano de Almeida para compor o acervo da biblioteca<sup>320</sup> e um exemplar em francês foi doado por José de Resende Costa em 1842<sup>321</sup>.

As *fábulas de Phedro* e o *Thesouro de Meninos* também constavam nas listas de livros solicitados à censura portuguesa, com destino ao Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX<sup>322</sup>. Sabe-se que a segunda obra foi impressa em português pela Imprensa Régia, sendo dedicada a D. Miguel, segundo filho do Rei, para auxiliar em sua instrução, pois a obra contém ensinamentos de moral, virtude e boas maneiras<sup>323</sup>.

Entre as obras de origem inglesa, encontram-se *The beauties of Swift: or, the favourite offspring of wit and genius*, do escritor Johathan Swift (1667-1745)<sup>324</sup>, *Os princípios fundamentais da Economia, Política e excitação da Indústria pela Instituição da Propriedade*, de Jane Marcet (1769-1858), escritora inglesa de obras de ciências e economia política, e *O castigo da prostituição*, do escritor Edward Young (1673-1765) e *Cartas sobre a educação das meninas* (1814), aparentemente de autoria de uma argentina exilada na Inglaterra.

Conforme dito anteriormente, essas obras tinham em comum o formato *in-octavo*, além do fato de serem voltadas principalmente para o público juvenil. Além de pequenos, os livros não eram muito extensos e eram impressos em letras grandes. A versão inglesa de Volney, de 1796, possuía 173 páginas, divididas em 12 capítulos. Cada capítulo ocupava duas páginas de *O Mentor*, que provavelmente havia previsto publicar o livro na íntegra, mas conseguiu fazê-lo até o 10º capítulo, quando o periódico sai de cena.

À exceção do *Cartas*, o livro de Young, as *Fábulas de Phedro* e o *Thesouro de Meninos*, não consegui verificar se os demais livros foram traduzidos para o português e qual a versão utilizada na redação do jornal. Isso dificulta um pouco a análise das apropriações, das seleções e omissões feitas, pois os trechos omitidos podem ter sido resultado do trabalho de tradução. Mas isso não diminui a força dos discursos em circulação e os valores em vigor no período, que influenciaram e resultaram em versões singulares desses textos, quando

---

<sup>320</sup> MORAIS, 2002, p. 86.

<sup>321</sup> MORAIS, 2002, anexo 4.

<sup>322</sup> ABREU, 2003, p. 93, 107.

<sup>323</sup> Luccock, apud HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*, p. 111.

<sup>324</sup> SWIFT, Jonathan. *The veauties of Weift: or, the favourite offspring of wit and genius*. Dublin, 1783. Eighteenth Century Collections Online. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>. acessado em 25 de abril de 2007.

introduzidos no Brasil ou no ato de produção de *O Mentor das Brasileiras*, tendo sempre como referência, os valores e comportamentos esperados para as leitoras.

### 2.3.3 – Os Jornais

Pode-se dizer que os interlocutores privilegiados dos jornais eram os outros jornais vindos de vilas e cidades próximas, de outras províncias, outros países, e até, os da mesma localidade. Isso permite avaliar como a circulação de jornais acontecia de forma bastante dinâmica. Se os jornais mineiros anunciavam com entusiasmo o surgimento de novos títulos nas diversas províncias e citavam matérias dos mesmos, a contrapartida também é verdadeira; podem-se encontrar, nos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e num jornal de Pernambuco, a referência aos jornais mineiros dos quais estamos tratando neste trabalho<sup>325</sup>, o mesmo ocorrendo no interior da província, em que os jornais costumam se referir uns aos outros.

Para a produção de *O Mentor*, foram utilizados ao todo 46 jornais, sendo 10, citados mais de cinco vezes, conforme lista abaixo.

**TABELA 5: Jornais mais citados pelo Mentor das Brasileiras**

Simplício (Rio de Janeiro)	24
Aurora Fluminense (Rio de Janeiro)	11
Manual das Brasileiras (São Paulo)	11
O Universal (Ouro Preto-MG)	7
Nova Luz Brasileira (Rio de Janeiro)	6
O Popular (Pernambuco)	6
Tribuno do Povo (Rio de Janeiro)	6

<sup>325</sup> O Farol Paulistano (São Paulo), n. 72, 15/12/1827; n. 287, 21/12/1829; O Observador Constitucional (São Paulo), n. 131, 04/03/1831; O Republico (Rio de Janeiro), n. 36, 05/02/1831; Aurora Fluminense (Rio de Janeiro), n. 37, 25/04/1828; n. 188, 11/05/1829; n. 197, 1º/06/1829; n. 342, 26/05/1830; O Popular (Pernambuco), n. 07, 12/06/1830

Farol Paulistano (São Paulo)	5
O Republico (Rio de Janeiro)	5
Novo Argos (Mariana-MG)	5

Fonte: O Mentor das Brasileiras, 1829-1832

Os assuntos retirados desses periódicos referem-se à discussão sobre o patriotismo das mulheres, o seu amor à liberdade e à nação independente. Essas matérias buscam reconhecer a participação ativa das mulheres nos assuntos relacionados à política e às guerras, em várias partes do império e em outros países; por vezes faz-se o uso de exemplos da história, até mesmo da história antiga para que servisse de modelo ou justificasse a necessidade de posicionamento político. A seguinte anedota é ilustrativa de como o tema era tratado:

Calígula Imperador dos Romanos, quando brincava com a sua estimada Sesonea, dizia, passando-lhe a mão pelo pescoço com ar de afeto e ternura: *este belo colo será cortado logo que eu quiser.*

Esta anedota deu ocasião ao Redator da Luz Brasileira n. 8, de fazer vivíssimas reflexões sobre o comportamento dos déspotas para com aquelas mesmas pessoas, a quem eles presam demais, e que nós apresentaremos em sucinto. Nenhuma classe de pessoas é segura com estes déspotas.(...) Nós também, com o Redator da Luz Brasileira convidaremos o sexo encantador para fazer guerra ao governo despótico, e absoluto; e para estabelecer o Império da Lei, e da razão, com o meio mais fácil, mais poderoso, e totalmente ao seu alcance, queremos dizer com a educação liberal dos filhos, que tanto lhe recomendamos.

O sexo feminino sempre teve a maior influência nos governos, e sempre há de tê-la, a nosso ver, porque raras vezes os homens têm a força de resistir à seduções: falaremos claro: raros são os estóicos; é por isso necessário que a educação das mulheres seja atendida com o maior desvelo: a dança, a música, etc. são coisas mui boas, mas não é esta a educação de que entendemos falar, é da educação moral e cívica. É das mães que os homens recebem as primeiras impressões, talvez mais duráveis do que quaisquer outras. Importa então grandemente que sejam boas, que uma mãe possa ensinar ao seu menino a ser de bem, e para poder fazê-lo, é necessário que ela mesma seja também, que aprecie a virtude, não as frioleiras, não o [ilegível] e ame a sua pátria, as instituições liberais, o bem de toda sociedade. Pais de família educai bem as vossas filhas, se não quereis passar pela vergonha de vê-las um dia interceder pela injustiça, corromper os Magistrados, subverter a ordem social...

Raras vezes uma senhora está no caso de reger por si os negócios externos da sua família, é preciso que se confie a pessoas estranhas, que facilmente e com toda a segurança enganam-na. Muitas vezes temos visto no Brasil acabarem casas de comércio respeitáveis, pela morte do marido (...).

Quiséramos nós que as mulheres durante a sua mocidade não fossem tidas às escuras de tudo o que pertence aos negócios fora de casa, e que em caso de desgraça pudessem não se ajudar, mas também suprir o marido<sup>326</sup>.

Esses discursos veiculam a imagem de uma mulher instruída ou amante da instrução e interessada em aprimorar seus conhecimentos dos negócios públicos, e que despreza o luxo e as preocupações com enfeites e modas. Enaltecem também a docilidade feminina, sugerem, com as matérias voltadas para discutir a educação das crianças, uma maternidade exemplar que garanta a formação do mesmo espírito patriótico nas novas gerações. A crítica às modas, em especial inspiradas nos países estrangeiros, recaía também sobre os rapazes excessivamente preocupados com a aparência, vistos, com deboche, como afeminados.

Nenhuma cousa há de mais galanterio do que a perspectiva de um *Adonis* vestido no rigor da exótica moda: sapato com talão de um dedo de altura, meias cor de onça rajada; calças de rasto pela lama, com a maior largura, onde a perna é mais fina; colete até entre pernas, metade abotoado; camisa cheia de tufos, e de botões já desta, já daquela cor; grossa corrente de ouro estrangeiro ao pescoço; bucras no cabelo, preparados maravilhosamente por Mr. *Mugiganga*; chapéus de abas enroladas à semelhança das antigas cabeleiras; luvas apesar do excessivo calor; uma varinha de baratana com branco cachorrinho de osso na extremidade, que trazem sempre entre os beijos, entretanto na algibeira *nada!* Assim passeiam às ruas da Cidade (...) Ora quem deixará de rir, e de lastimar a fofice de tais embonecados?<sup>327</sup>

A intensidade com que se discute sobre os papéis femininos na sociedade merece destaque nos periódicos *O Tribuno do Povo*, *O Simplício* e *O Popular*. A concentração de matérias dessa natureza nesses três periódicos não ofusca, no entanto, a preocupação bastante generalizada em atrair as mulheres e envolvê-las nesse contexto, indicando que, mesmo quando não se tem um periódico especificamente criado para as mulheres, há o espaço para tematizá-las.

Partirei agora, para uma análise de tópicos específicos que selecionei, para discutir sobre o conteúdo veiculado por *O Mentor das Brasileiras*, analisando como o conteúdo era elaborado a partir da interlocução com outros tipos de texto, especificamente os livros e jornais.

<sup>326</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 3, 14/12/1829, p. 22-23, extraído do Observador Constitucional

<sup>327</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 62, 11/02/1831, p. 494-495, extraído do Simplício

## II Parte

# DA EDUCAÇÃO DO BELLO SEXO

---

*O Mentor das Brasileiras* tem a metade de seu segundo número ocupado por uma extensa matéria intitulada “Dos defeitos ordinários da educação das senhoras”. O propósito desta é apontar os aspectos da educação familiar que, na opinião do redator, são inadequados e acabam prejudicando a constituição moral das mulheres. Em suas palavras,

(...) Nos propomos a analisar sem acrimônia, e menos com espírito de ofensa, ou guiados por alguma prevenção, o sistema de educação que muitos Pais de famílias ou por indolência, ou por erro têm dado a suas filhas, as quais destituídas dos sólidos princípios para bem regular suas inclinações, e portar-se no grande teatro do mundo onde escrupulosamente são observadas pelos expectadores, acham-se muitas vezes nas tristes circunstâncias de fazerem uma má figura, e às vezes com prejuízo de sua reputação<sup>328</sup>.

Segundo essa análise, se as famílias não cometem equívocos baseados na negligência, o fazem por uma atuação inadequada, baseada na falta de conhecimento. Como exemplo, ao deixarem as jovens “entregues a si mesmas” e ao ócio, provocam seu prejuízo físico e moral, fazendo com que criem aversão ao trabalho; por outro lado, a ânsia por instruí-las faz com que consintam a leitura de novelas não apropriadas. Outras tantas matérias, baseadas nesse pressuposto, vez ou outra retornavam às páginas de *O Mentor*.

As críticas voltadas aos costumes das famílias, ditas como sendo feitas “sem a intenção de ofender”, sinalizam uma tensão que passava a ser produzida ou reproduzida entre a educação que se dava no âmbito doméstico, e a que o jornal se propunha. Pode-se dizer que tal tensão era vivenciada de forma semelhante pela escola, no início do século XIX, período em que, para se afirmar na sociedade como instância legítima e essencial para formar as novas gerações, buscava questionar e desqualificar as instituições que tradicionalmente ocupavam

---

<sup>328</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 02, 07/12/1829, p. 9-13.

esse lugar, em especial a família e a igreja<sup>329</sup>. As críticas à família e à igreja eram também veiculadas pelos romances, ao longo do século XIX no Brasil<sup>330</sup>, indicando que os impressos não eram refratários a esse debate, que se fazia presente nas diversas instâncias administrativas do governo imperial. Trata-se aqui de um período em que tanto a escola quanto os impressos periódicos buscavam se legitimar enquanto educadores da sociedade, havendo a necessidade de justificar sua relevância nessa tarefa.

O combate a uma outra instituição fazia parte da rotina dos jornais liberais, presente também em *O Mentor das Brasileiras*: O “antigo regime”, ou a Monarquia Absolutista francesa, referida como a responsável por instaurar um sistema de educação que primava pela produção de indivíduos subalternos. A timidez, o acanhamento e o temor, então aparentemente bastante característicos nas meninas, passavam a ser vistos como um defeito resultante de um sistema de educação opressor, a ser reelaborado pelo “Governo liberal”<sup>331</sup>.

A produção dessas críticas era acompanhada de um discurso prescritivo, sendo a educação política (defesa da necessidade de posicionamento político das mulheres, favorável aos ideais liberais), a educação moral (relacionada a hábitos e valores considerados virtuosos) e a educação escolar (defesa da escolarização das meninas), os principais eixos dessa proposta educativa em torno da imagem do patriotismo feminino, em vias de construção. Esses eixos encontram-se imbricados uns aos outros, estando presentes nas leituras sugeridas e contra-indicadas, nos comportamentos e valores criticados e sugeridos, e na forma privilegiada com que professoras e alunas estão presentes no jornal. Tais temas serão tratados nos capítulos desta segunda parte.

---

<sup>329</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio G.; GALVÃO, Ana Maria de O. *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 143, 144.

<sup>330</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria Cecília C. C. De. *A memória e a sombra*. A escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 133.

<sup>331</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 04, 23/12/1829, p. 29-30.

## Capítulo 3

### LEITURAS SELECIONADAS E INTERPRETAÇÕES CORRETAS PARA LEITORAS IDEAIS

---

Entre as importantes contribuições de Roger Chartier para os estudos em história da leitura, destaca-se a reflexão sobre a influência dos dispositivos não textuais na leitura e na produção de sentido pelo leitor. Isso permite pensar que “autores não produzem livros”, ou jornais, mas produzem *textos*. Os textos, em seu conteúdo, constituem parte essencial do impresso, mas o produto final recebe a colaboração – ou intervenção – de vários outros participantes do processo de produção desses impressos, como os impressores, tipógrafos, capistas, editores etc., que, por sua vez, definem sobre os tipos e tamanhos de letra, introdução de figuras e notas, confecção de orelhas e capas, formas de distribuição e divisão dos textos, entre outros<sup>332</sup>.

As múltiplas reedições de livros fazem com que muitos textos acabem sendo transformados em seu formato e conteúdo, atendendo a finalidades e público diversos aos que inicialmente haviam sido pensados, como é o caso da *Bibliothèque Bleue*. Trata-se de uma fórmula editorial que buscava difundir obras já editadas, de “tradição erudita”, para uma quantidade maior de leitores a preços baixos, entre os séculos XVII e XIX na Europa. A intervenção editorial realizada na transformação das obras “originais” tinha por objetivo adequá-las às capacidades de leitura dos compradores que buscavam conquistar, sendo comum a mudança na apresentação, o encurtamento e a simplificação os textos e, por fim, a censura<sup>333</sup>.

Como afirma Chartier, conhecer a exata autoria desse trabalho de adaptação e revisão não é tarefa fácil<sup>334</sup> pois, muitos foram os que contribuíram para sua produção, mesmo no Brasil do século XIX, nos primórdios da produção impressa. No caso dos periódicos, é difícil afirmar de quem era a responsabilidade por escolher os textos a serem compilados, a autoria das redações e, principalmente, das adaptações, omissões e acréscimos sobre os textos

---

<sup>332</sup> ABREU, Márcia. Introdução. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003, p. 9.

<sup>333</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, p. 128-129, 177.

<sup>334</sup> CHARTIER, 1990, p. 176.

originais. Tem-se o produto final a ser analisado, como o resultado desse processo de intervenções, do qual apenas uma imprecisa parte pode ser atribuída ao redator José Alcibíades Carneiro.

A compilação que deu origem ao jornal envolveu muitos livros e aqueles que puderam ser identificados e consultados formam um pequeno universo dentro desse corpus. As obras escolhidas, não o foram unicamente pela ampla circulação e, portanto, pela facilidade de acesso, mas teriam sido selecionadas pela sua “utilidade pedagógica”, já que interpretações sugeridas acompanhavam as prescrições de leitura. Além disso, os textos introduzidos no jornal recebiam não só as previstas adaptações tipográficas, mas também de conteúdo, sugerindo um *leitor modelo*<sup>335</sup> que ia sendo delineado a cada livro adaptado.

### 3.1- As lições das fábulas

Em 1787, Bárbara Heliadora<sup>336</sup>, esposa de Alvarenga Peixoto<sup>337</sup>, compôs uma sextilha com doze estrofes, intitulada *Conselhos a meus filhos*, época em que o casal, residente na vila de São João del-Rei, possuía uma filha e um filho. Na nona estrofe, dizia:

Devei-vos acautelar  
Em jogos de paro e topo  
Prontos em passar o corpo  
Nas argolinhas do azar:  
Tais as fábulas de Esopo  
Que vós deveis estudar. [destaque meu]

<sup>335</sup> ECO, Humberto. *Lector in Fabula*. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

<sup>336</sup> Bárbara Heliadora Guilhermina da Fonseca (1758-1819), filha de Maria Josefa Bueno da Cunha e José da Silveira e Sousa, bacharel formado em Coimbra. Ver: LOPES, Eliane Marta T. *Conselhos de Bárbara Heliadora*. In: LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 251-268.

<sup>337</sup> Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793), bacharel formado em Coimbra, casou-se com Bárbara Heliadora em 1781, com quem já tinha tido uma filha há dois anos. Proprietário de terras e lavras, foi um dos líderes da Inconfidência Mineira (1789) e autor de uma pequena obra literária. Ver: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 32-33 “Alvarenga Peixoto”.

O poema é composto por uma série de recomendações de comportamento, valores, prescrições proibitivas e, como o próprio título já diz, trata-se de um conjunto de conselhos, dos quais destaquei o estudo das fábulas de Esopo. Este trecho parece ilustrar a importância atribuída à literatura voltada para o ensino de preceitos morais, característicos do pensamento ocidental do século XVIII. Segundo Thomas Noel, foi esse o século em que a fábula foi considerada um gênero literário legítimo, inicialmente na França, que foi berço de mais de uma centena de fabulistas no período, que visavam tanto o público infantil quanto o adulto<sup>338</sup>.

O termo *fábula* tem sentido bastante amplo; de origem latina, pode designar qualquer narração ou relato fictício. As fábulas de origem esópica, referidas por Bárbara Heliadora, são caracterizadas pela constante referência à vida animal como metáfora para a vida humana. Estas fábulas, também chamadas de *Apólogos*, constituem um gênero cuja origem se atribui ao grego Esopo (630-560 a.C.), não pela criação, pois antes dele já existiam fábulas, mas pelo reconhecimento ao seu talento em reunir temas antigos, atualizá-los e criar novas fábulas, resultando numa extensa produção<sup>339</sup>.

Ao longo dos séculos, as fábulas de Esopo foram sendo traduzidas, reescritas e apropriadas por vários escritores e fabulistas, ganhando importância cada vez maior na educação das novas gerações. Autores italianos renascentistas consideravam a fábula como a mistura entre a invenção literária, a retórica e a abstração filosófica, e essas qualidades aliadas à sua brevidade, a tornavam um importante instrumento retórico<sup>340</sup>.

A indicação do uso de fábulas para o ensino de crianças e jovens está presente em obras de autores dos séculos XVII e XVIII, como em *Tratados sobre a educação das meninas* (1687), de Fénelon, em que ele afirma que “as crianças são propensas a gostar de historietas fantásticas”, logo, sempre que elas se mostrarem suscetíveis, o autor sugere que se “conte algumas fábulas curtas e alegres, mas escolha fábulas engenhosas e inocentes, ou apólogos com animais”<sup>341</sup>. John Locke também indica o uso de fábulas, especialmente para o ensino da

<sup>338</sup> NOEL, Thomas. *Theories of the fable in the eighteenth century*. New York; London, Columbia University Press, 1975, p. 2,3

<sup>339</sup> CHAMBRY, Émile (Org. e Trad.). *Ésopé. Fables*. Paris: Societé d’édition “les belles lettres”; Collection des Universités de France; publiée sous le patronage de l’association Guillaume Budé, 1927, p. XXIII.

<sup>340</sup> REINASSANCE FABLES: Aesopic Prose by Leon Battista Alberti, Bartolomeo Scala, Leonardo da Vinci, Bernardino Baldi. Tempe, Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2004, p. 5.

<sup>341</sup> FÉNELON, François de Salignac de La Mothe-. *Instructions for the education of a daughter, by the author of Telemachus. To which is added a small tract of instructions ... Done into English, and revised by Dr. George Hickes*. Edinburgh: 1750, p. 54. Based on information from English Short Title Catalogue. Eighteenth Century Collections Online. Gale Group.<http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>

leitura, em *Alguns pensamentos sobre educação* (1693). Segundo ele, as fábulas de Esopo são as mais indicadas por serem simples para o aprendiz e, além de servir de entretenimento aos infantes - principalmente se acompanhadas de figuras -, proporcionam reflexões úteis para os adultos<sup>342</sup>. As fábulas seriam úteis também para a aprendizagem do latim, através da sua leitura repetida juntamente com a tradução para o inglês<sup>343</sup>. As fábulas possuem, no ponto de vista de Locke, a dupla vantagem de serem simples e, portanto, adequado para crianças, além de proporcionarem a aprendizagem de princípios morais, que serão conservadas na memória até a idade adulta.

Como um típico tema em ebulição, a fábula era também alvo de debates. Rousseau apresentava restrições à sua leitura por crianças, e em *Emílio* (1762), critica especificamente as Fábulas de La Fontaine. Segundo Rousseau, as fábulas instruem os adultos, mas as crianças são incapazes de compreender a moral que subjaz, de modo que aquilo que deve ser ensinado à criança deve ser dito diretamente e não em termos de alusão. Em diálogo imaginário e irônico com La Fontaine, ele afirma:

Prometo, de minha parte, que vos lerei com discernimento, que vos amarei, que me instruirei com vossas fábulas, pois espero não me enganar sobre seu objeto; mas, quanto ao meu aluno, permiti que não o deixei estudar nenhuma de vossas fábulas, até que me houverdes provado que é bom para ele aprender coisas de que não compreenderá nem um quarto, e que, naquelas que puder compreender, nunca se enganará e não imitará o malandro em lugar de se corrigir com o pateta<sup>344</sup>.

Essa crítica seguia a tendência de se estabelecer hierarquias entre os gêneros literários e, dentro dela, a fábula não ocupava unanimemente um lugar privilegiado, sendo mesmo considerada gênero de má reputação, entre as “pessoas honestas”<sup>345</sup>. Em uma de suas fábulas, oferecida ao Monsieur de Barillon, embaixador da Inglaterra, La Fontaine sugere o lugar de “literatura menor” ou mesmo de “temerária” ocupado pelas fábulas:

<sup>342</sup> LOCKE, John. *Some thoughts concerning education*. Publish'd at the request of several of the nobility of this kingdom Dublin, 1737, p. 170. Based on information from English Short Title Catalogue. Eighteenth Century Collections Online. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>

<sup>343</sup> LOCKE, John, op cit., p. 129.

<sup>344</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio. ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 121-127.

<sup>345</sup> Dictionnaire de Biographie Française. Roman D'amat; T. Limouzin-Lamothe. Paris VI. Librairie Letouzey et Ané. Fascicule CIX, 1995. Jean de La Fontaine.

Le pouvoir des fables

La qualité d'ambassadeur  
 Peut-elle s'abaisser à des contes vulgaires?  
 Vous puis-je offrir mes vers et leurs grâces légères?  
 S'ils osent quelquefois prendre un air de grandeur,  
 Seront-ils point traités par vous de téméraires?  
 Vous avez bien d'autres affaires  
 A démêler que les débats  
 Du lapin et de la belette  
 (...) <sup>346</sup>.

Tais debates, no entanto, não parecem ter sido fortes o suficiente para diminuir a importância das fábulas, no ponto de vista dos filósofos “moralistas” e educadores. No século XIX, conhecer as fábulas de cor e recitá-las, fazia parte das atividades escolares na França, que além disso, assistiu à difusão em massa de fábulas nos manuais escolares<sup>347</sup>. As fábulas também circulavam através da imprensa periódica européia, estando presentes desde o século XVIII no *Mercure de France*, *Monthly Review*, *Spectator*, *Tatler*, *Bibliothek der schönen Wissenschaften und freyen Kunst*, indicando a popularidade desse gênero e sua ampla difusão através de outros meios<sup>348</sup>.

No Brasil, o interesse pelos livros de fábulas também era grande em fins do século XVIII e início do século XIX. Segundo Abreu, as *Fábulas de La Fontaine*, *Fábulas de Esopo* e as *Fábulas de Fedro* constavam entre os títulos bastante solicitados em requisições submetidas ao Desembargo do Paço no Rio de Janeiro<sup>349</sup>. *O Mentor das Brasileiras* foi o jornal da primeira metade do século XIX que se destacou, entre outras coisas, pela publicação de fábulas, somando ao todo 33 delas entre seus números semanais<sup>350</sup>; faziam parte das “lições de política” e de ensinamentos morais voltados para as senhoras brasileiras. Considerando os conselhos de Bárbara Heliodora, se as fábulas tinham importante função para a educação de seus filhos, parece ter sido corrente a concepção de que poderia também ser útil ou acessível para a educação das mulheres.

As fábulas são as seguintes, na seqüência em que foram publicadas:

<sup>346</sup> DELBIAUSSE, Roger. La Fontaine – Fables, Psyché, oeuvres diverses. In: GROOS, René (direction). *Les classiques verts*. Paris: Les éditions nationales, 1947, Livro VIII, fábula IV, p. 113, dedicado a Paul de Barrillon, d'Amoncourt, embaixador da Inglaterra no período de 1677 a 1688.

<sup>347</sup> ALBANESE Jr., Ralph. *La Fontaine à l'école républicaine: du poète universel au classique scolaire*. Charlottesville, Rookwood Press, 2003, introdução.

<sup>348</sup> NOEL, T. Op. cit, p. 3.

<sup>349</sup> ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras; ALB; FAPESP, 2003. Ver listas dos livros mais solicitados nas páginas: 90, 93 e 114.

<sup>350</sup> Este número pode ser maior, devido à inexistência, nos arquivos, de 5 números: 3 em agosto de 1830 e 2 em julho de 1831.

- 1- O velho e o burro
- 2- O macaco e os viandantes perdidos;
- 3- [A raposa e a máscara]<sup>351</sup>;
- 4- [A rã e os touros];
- 5- [O lobo e o cão];
- 6- A pomba e a formiga;
- 7- O lobo moralista;
- 8- O cão e sua sombra;
- 9- O lobo e o cordeiro;
- 10- [A onça e os cordeiros];
- 11- [A macaca e o burro];
- 12- [A águia e a raposa];
- 13- O cão fiel;
- 14- O gato e os coelhos;
- 15- O gavião e as pombas;
- 16- O dragão e os raposos;
- 17- O leão e o burro saem para caçar;
- 18- O cão e o crocodilo;
- 19- O lobo e os cães;
- 20- O cavalo e o javali;
- 21- O chafariz e o tanque;
- 22- O cordeiro entre as cabrinhas;
- 23- O perigo;
- 24- O poeta, o cérebro, a pena e o tinteiro;
- 25- As rãs pedindo um rei;
- 26- A águia, a gata e a porca;
- 27- A necessidade de amar;
- 28- Alexandre
- 29- O jovem rei
- 30- A educação de um Príncipe;
- 31- O perigo [repetido];
- 32- A esperança;

---

<sup>351</sup> Entre colchetes, títulos ausentes no jornal e escritos por mim com base no assunto tratado pelas fábulas ou quando as mesmas foram localizadas em algum livro de fábulas.

33- [Madame Valliere].

Além de alguns títulos terem sido omitidos, apenas poucas fábulas têm a autoria indicada, como La Fontaine (n. 2), Fedro (n. 8 e 9), Pierre Blanchard, do livro *Thesouro de Meninos* (n. 6) e “fábula traduzida do italiano” (n. 24). Percebe-se também que as fábulas envolvendo animais não representam a totalidade, havendo referências também a objetos e pessoas, o que já estava presente em Esopo e fabulistas posteriores.

A análise das fábulas indicou que 14 delas foram extraídas de Fedro (1,3,4,5,8,9,12,13,15,17,18,20,25,26), 1 do livro de Pierre Blanchard e 4, do periódico *O Popular*, de Pernambuco (14,16,19,21). As demais não puderam ser identificadas, inclusive a que foi referida como de La Fontaine, que não se parece com nenhuma das fábulas daquele autor.

Fedro foi um fabulista de origem grega, nascido por volta de 15 a.C. e teria vivido até meados do século I d.C. Escravo libertado do Imperador romano Augusto, escreveu em latim cinco livros contendo, ao todo, 135 fábulas, entre inéditas e reescritas de Esopo. Fedro utilizava as fábulas para fazer uma “sátira encoberta do contexto que lhe rodeava”, tomando de seus escritos como arma de combate moral e político. Seus dois primeiros livros foram proibidos durante algum tempo sob a alegação de conterem alusões e ataques pessoais<sup>352</sup>. No livro IV, Fedro escreve uma fábula, que parece ser dirigida a essa repressão, intitulada “A defesa do poeta contra os censores de suas fábulas”, buscando argumentar que é vítima de injustiça<sup>353</sup>. Possivelmente, o tom de crítica e o ataque às injustiças políticas fizeram de Fedro um dos principais fabulistas dos quais se retirou mais de uma dezena de fábulas para compor as páginas de *O Mentor das Brasileiras*. A grande maioria dessas 14 fábulas faz parte do livro I.

Fedro iniciava as fábulas geralmente com uma breve frase explicativa, em que ele antecipava o ensinamento moral que seria ilustrado, e em seguida desenvolvia a breve história. Em *O Mentor das Brasileiras*, essa ordem é invertida, apresentando-se inicialmente a historieta, sob o subtítulo de *fábula*, em letra maiúscula, e em seguida, sob o título de *moralidade*, ou *reflexões*, um texto com sua explicação, visando a didatização do texto, em busca da aprendizagem pelo exemplo. Essas são as duas características principais das fábulas

<sup>352</sup> ADRADOS, Francisco Rodríguez. *História de la Fabula Greco-latina*. Introduccion y de los origines a la edad helenistica. Madri: Editorial de la Universidad Complutense, 1979-1987, vol. 1, parte I, p. 136.

<sup>353</sup> *The fables of Phaedrus*, translated into English prose.... London: Printed for Joseph Davidson, at the Angel in the poultry, Cheapside, 1745, p. 123. [título traduzido por mim]

esópicas: a brevidade e a presença de uma *moral* explícita, ao que se denomina comumente de “metáfora do corpo e alma”; a historieta em si seria o corpo, enquanto a moralidade seria a alma<sup>354</sup>. Segue como exemplo, a primeira fábula publicada em *O Mentor das Brasileiras*.

#### O Velho e o burro

Viajava um velho por uma estrada com um burro carregado; saíram de emboscada uns ladrões, e para eles se encaminharam com ânimo de fazer presa no burro com a carga que conduzia. O velho assustado, com boas palavras persuadia ao sendeiro, que apressasse os passos para poderem escapar das garras dos ladrões que se aproximavam; porém o burro cada vez mais vagaroso lhe perguntou: se acaso ele caísse no poder dos ladrões, se estes lhe poriam duas albardas; ao que respondeu francamente o velho, que não lhe poriam mais que uma. Então o burro sem alterar o seu passo vagaroso, lhe tornou = pois que me importa que eu sirva a ti ou a eles, com tanto que eu leve as minhas albardas?

#### Moralidade

Esta fábula nos oferece grandes moralidades, se a lermos com reflexão. O seu autor quis por ela, mostrar que quando se trata da mudança dos principados dos Reis, os pobres nada mudam se não o nome do Senhor; mas nós descobrimos mais uma idéia de moralidade ao comportamento do burro para com o velho seu Sr. O burro nenhuma utilidade encontrou em fugir das garras dos ladrões, e acompanhar ao velho uma vez que a sua sorte não melhorava, e a sua condição era sempre a de servir debaixo das cargas, e do azorrague. Tal é pois a condição do escravo, que nenhum empenho tem em defender a um Sr. Para se submeter ao jugo de outro; porque nesta mudança só se altera o nome em quanto a sorte do miserável é sempre a mesma.

Um governo despótico está nestas mesmas circunstâncias; os vassallos (título de que mais se presam os servís) não podem se dispor com coragem a derramar seu sangue para defender a vida de um tirano, que lhes recompensa seus esforços com o azorrague, com opressão, e com tirania; nos combates falta-lhes o valor, quando consideram qual há de ser o prêmio de seus trabalhos (...)

Qual será pois os indivíduo que ainda gosa das faculdades da razão, que queira expor sua vida, derramar seu sangue, e arrancar a última substância de sua família, para sustentar e defender a vida de um déspota, que de dia em dia só medita como se há de fazer temível já com a proscricção de uma família inteira (...)

O Brasil está em marcha; ele não pode retrogradar; (...) E com quanto conhecemos a bondade e magnificência de nosso IMPERADOR, jamais O queremos despótico; por isso mesmo que muito estimamos a Sua conservação, e a felicidade da Pátria.

Nunca queremos Monarca sem Constituição, nem Constituição sem Monarca. Por defendermos a Constituição daremos a própria vida, mas não

<sup>354</sup> NOEL, T. Op. cit., p. 17.

nos tornaremos inertes à maneira do burro da fábula. Para um fim tão justo, qual é sustentar a liberdade, nenhuma mãe negará seu filho, nenhuma esposa impedirá com imprudentes lágrimas os passos de seu marido, nenhuma Senhora mesmo se julgará destituída de forças para defender a liberdade de sua pátria se a ver atacada; este amor inato da liberdade faz rebentar nas épocas precisas os germes das virtudes patrióticas, e do sexo o mais delicado faz sobressair ações de um heroísmo não vulgar. Não nos iludamos pois com vãs fantasmas, e continuemos a sustentar a causa santa da Constituição, e seremos uma Nação sempre ditosa<sup>355</sup>. (sublinhados meus)

Perdoem-me a extensa citação, mas trata-se de uma fábula e moralidades exemplares que permitem discutir diversos aspectos da presente temática. O redator do jornal considera e transcreve também a interpretação moral sugerida por Fedro, cujo trecho sublinhei, no início da *Moralidade*. Em seguida, acrescenta 4 páginas de discussão, relacionando a fábula ao contexto político do Brasil pós-independência, na qual pode-se perceber os imperativos do *vocabulário político* utilizado pela elite política liberal: a crítica à Monarquia Absolutista, associada à idéia de *despotismo* e *tirania*, e o enaltecimento do Imperador, em letras de destaque, em defesa da Monarquia Constitucional<sup>356</sup>. O ápice da discussão moral se localiza, em minha opinião, no último parágrafo, em que o redator conclui seu pensamento com um apelo para que as senhoras leitoras sejam atuantes, em oposição à postura do burro. Quer apoiando filhos e maridos na luta em defesa da *liberdade*, quer ela mesma lutando por essa liberdade<sup>357</sup> - visto possuir *amor inato* por ela -, construía-se a *representação*<sup>358</sup> das mulheres, que se oporia à passividade em assuntos políticos. Impossível saber como as mulheres do período se identificavam com tal representação, ou mesmo com a ideologia liberal; fato é que o discurso que falava em nome delas e que buscava alcançá-las e tocá-las, proveniente do universo masculino, as idealizava dessa forma, patriotas e devotas ao pensamento liberal.

<sup>355</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 06, 06/01/1830, p. 41-45; a análise é feita em comparação com a mesma fábula encontrada em The Fable of Phaedrus, op. Cit., p. 29.

<sup>356</sup> Até o presente momento, estou considerando que as alterações e acréscimos feitos sobre os textos das fábulas são de autoria do redator ou foram feitas no ato de sua inserção no jornal; Segundo Márcia Abreu, entre 1769 e 1807, foram solicitados 9 exemplares de *Fábulas de Fedro* para a censura portuguesa, com destino ao Brasil. Existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um exemplar, impresso em Lisboa em 1805. Esses elementos não são suficientes para refutar minha hipótese.

<sup>357</sup> A liberdade neste contexto deve ser entendida como liberdade restrita, excluindo o direito às mulheres de participação política efetiva, assim como às pessoas de classes econômicas inferiores; a escravidão a que se refere na moralidade não se refere ao trabalho escravo, mas à situação de dependência política dos sistemas coloniais. Os liberais moderados não questionavam a força de trabalho escrava.

<sup>358</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Sobre a liberdade a partir da qual o redator do jornal opera uma interpretação contextualizada da fábula de Fedro, segundo Fragonard, de fato, a interpretação da fábula não é constante e se trata de um gênero que se revela capaz de circular entre um universo e outro<sup>359</sup>, sendo *apropriado* e utilizado quando e onde pode fazer algum sentido. Importante ressaltar que as fábulas não são, na sua origem, morais ou amorais. “Não possuem mais que a astúcia; mas a evolução da fábula caminha no sentido da moralização: os fabulistas registram suas narrativas no universo social, e introduzem as noções de justiça e virtude”<sup>360</sup>. Se por um lado o corpo da fábula tende a se manter mais estável ao longo do tempo, as interpretações e adaptações às diversas situações é que a tornam sempre atual. O redator de *O Mentor* indica esse aspecto da fábula ao trazer a interpretação de Fedro e, em seguida, dar a sua contribuição, dizendo “mas nós descobrimos mais uma idéia de moralidade ao comportamento do burro para com o velho...”, e é essa a interpretação que utilizará para desenvolver suas reflexões, visto que a de Fedro sugere a idéia de conformidade e acomodação, uma crítica mais contida, idéia oposta ao que Alcebiades pretendia difundir, de mobilização e ação.

Um outro uso específico de uma fábula extraída de Fedro é a que segue:

Por acaso uma raposa encontrou-se com uma máscara de Teatro. Bem examinando, exclamou = *Ó, quanta perfeição tem esta máscara; mas não tem miolo!!*

Reflexões

É bem óbvia a moralidade desta fábula; sem dúvida a raposa sentiu que o seu prazer não fosse completo com a vista daquela máscara, que apresentando uma beleza externa, falta-lhe contudo o espírito animante, que lhe pudesse melhor atrair sua atenção. Não quizeramos falar muito de perto sobre certos caprichos de algumas Senhoras em aumentar a beleza do semblante, esquecendo-se de promover os dotes de sua alma; mas lembrados do nosso dever, que principalmente consiste na epígrafe, que tomamos = *Fazê-las estimáveis pela sabedoria, e costumes*, = jamais consentiremos que as nossas Brasileiras sejam consideradas como máscaras de teatro, e escarnecidas pelas *raposas*. (...) Não é pois bastante em uma senhora a formosura física, se não também a formosura moral. (...) Do que acabamos de dizer, e da fábula, que transcrevemos, [ilegível] que as prendas

<sup>359</sup> FRAGONARD, Marie-Madeleine. Comment l'esprit vient aux fables: les reinterpetations du récit (XVIe-XVIIe). In: BIDEAUX, Michel et all (Org.). *Fables et fabulistes*. Variations autour de La Fontaine. Mont-de-Marsan, France, Editions Universitaires, 1992, p. 110.

<sup>360</sup> BOIVIN, Jeanne-Marie; HARF-LANCNER, Laurence (tradition, presentation, notes) *Fables françaises du Moyen Âge: les isopets*. Paris; GF-Flammarion, 1996, p. 36.

mais regulares de uma senhora formosa não terão força, nem vida não sendo animadas pelo divino raio da ciência e da virtude<sup>361</sup>.

A interpretação sugerida por Fedro para esta fábula era: “Esta fábula é destinada para aqueles a quem a fortuna cobriu de honra e renome, mas carece de senso comum”<sup>362</sup>. Tal interpretação parece não ter sido tão interessante para o redator e não foi nem mesmo transcrita, e este preferiu discutir sobre a importância do cultivo da sabedoria, dos costumes e da moral, vistos como superiores à formosura física ou ao cuidado com a beleza, pelas mulheres. A crítica às preocupações com a moda e ao luxo será tema recorrente em *O Mentor* e em vários outros jornais do período, e merecerá uma discussão específica no próximo capítulo. Por ora, cabe destacar que o redator produz um significado “generificado” para a fábula, ao sugerir uma interpretação específica, voltada para comportamentos femininos.

As fábulas seriam, portanto, não apenas leituras apropriadas para as senhoras; havia uma interpretação “correta” para se fazer bom uso delas; aquelas oferecidas pelo redator. Uma fábula que merece destaque foi citada na introdução desta tese, sobre a raposa e a águia e seus filhotes. A aplicação da fábula para criticar um governo tirânico, entendido como o Monarca Absoluto, é o caminho escolhido pelo redator, dando continuidade à alusão mais geral de Fedro, de criticar ou alertar aqueles que abusam por se localizar em postos elevados do poder. Aquela fábula merece outro destaque por ter sofrido alteração não só na sua *alma*, mas também no seu *corpo*. Conforme dito anteriormente, na versão inglesa de 1745, à qual tive acesso, os qualificativos *terna* e *carinhosa* não estão presentes, nem no texto em latim, tampouco na tradução em inglês<sup>363</sup>. É importante considerar que se trata de um difícil trabalho de verificar a autoria das alterações, visto que mesmo no mundo antigo, “os copistas dos manuscritos criam autorizados a introduzir variações intencionais de conteúdo, estilo e língua. Há infinitas derivações, contaminações, prosificações, versificações, etc<sup>364</sup>.” Ainda assim, mesmo se considerando que a alteração pode ter sido realizada por um tradutor de alguma versão do livro, é relevante notar que a versão impressa no jornal *O Mentor das Brasileiras* difere um pouco de outras versões em circulação no período. Importante também considerar que, na versão de Esopo, tanto a águia se alimenta dos filhotes da raposa quanto a raposa, por vingança, se alimenta dos filhotes da águia. Se esta versão carnivoraz, no século

<sup>361</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 11, 08/02/1830, p. 81-83.

<sup>362</sup> *The Fables of Phaedrus*, p. 16-17.

<sup>363</sup> Ver CHAMBRY, 1927, p. 4.

<sup>364</sup> ADRADOS, 1979-1987, p. 11.

XVIII, já tinha sido abandonada e transformada numa versão em que não ocorre morte em nenhuma das ninhadas, a atribuição dos qualificativos “terna” e “carinhosa” é posterior à segunda metade do século XVIII, indicando a maleabilidade, mesmo do *corpo* das fábulas, que foram sendo tornadas mais “adequadas” de acordo com cada época. Essas adaptações nos textos prevêm, portanto, um *leitor modelo*, cujas competências de leitura esperadas estão relacionadas aos crivos morais supostos e/ou que se buscava construir<sup>365</sup>.

Grande parte das 33 fábulas eram adaptadas, portanto, aos acontecimentos contemporâneos de fins da década de 1820 e início da de 1830, oscilando de acordo com as transformações políticas e sociais, do ponto de vista dos liberais moderados. Até o início de 1830, as fábulas mantinham o foco sobre a necessidade de se manter vigilante contra os restauradores, a crítica à Monarquia Absolutista e à “escravidão” relacionada a esse regime, o enaltecimento do Imperador e da Constituição, e a crítica aos estrangeiros, em especial os portugueses. No diálogo entre *O lobo e o cão* (fábula 5), o lobo magro e esfomeado consulta o cão sobre as condições para ser bem alimentado e saudável como ele, mas perde o interesse, visto que a contrapartida seria a perda da liberdade e viver sujeito às determinações de um senhor. Segundo o lobo, “Pois então, amigo, goza tu somente, das vantagens que tanto louvas; pois eu não quero passar boa vida, não gozando da liberdade; aprecio mais este bem, que todos os outros”<sup>366</sup>. Os desfechos trágicos também são utilizados como ilustração, como na fábula *O gavião e as pombas*, em que o gavião convence as pombas de que, sendo seu rei, as defenderia dos perigos e elas levariam uma vida sem temores. As pombas acreditam e o gavião as mata, uma a uma; uma pomba moribunda exclama: “com razão somos maltratadas...”<sup>367</sup>, significando a falta de discernimento que fez com que fossem seduzidas pelo discurso de um tirano.

Após a abdicação de D. Pedro I, as moralidades das fábulas sofreram um deslocamento e, o Imperador, antes louvado, era agora criticado, conforme a fábula *O Chafariz e o Tanque*.

Em uma quinta formada com todo o primor d’obra, um chafariz se erguia às nuvens, e levava os olhos dos espectadores (...). O nosso chafariz, vendo-se assim elevado (costume antigo dos tolos) começa a dar chascos, e a insultar em sua linguagem ao humilde tanque, donde aliás tirava a todo o momento

<sup>365</sup> ECO, 1986, p. 40,

<sup>366</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 19, 10/04/1830, p. 146-148.

<sup>367</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 48, 29/10/1830, p. 378-380.

a substância que o mantinha, e fazia brilhar (...). Eis que um dos canais se rompe: a força d'água abre caminho para fora do tanque, e de improviso a onda ensurdece, decresce, vai se deslizando, esgota-se. O orgulhoso começa a conhecer-se: já se abate, já cai, não corre gota, e seca.

#### Reflexões

Já as nossas leitoras mais atiladas terão lóbrigado o sentido deste Apólogo, que não deixa de ter seu sal e bastante moralidade para a nossa questão do dia; porém bom é que para tornarmos mais claro apliquemos o conto: O Sr. D. Pedro de Alcantara ex-Imperador do Brasil pelo voto dos Brasileiros se havia elevado à maior altura, que aqui podia chegar; ele obteve uma coroa, que lhe foi ofertada com a maior generosidade pelos Brasileiros; chegou a ter um ordenado, com que se podia sustentar ainda com profusão 4 Monarcas; em fim, apoderou-se da substância deste riquíssimo Império; porém, bem depressa caiu na mesma loucura que o D. Chafariz; orgulhoso e soberbo principiou a oprimir e insultar a aqueles mesmos que o sustentavam no trono.(...) Eis aqui como tão depressa o nosso Chafariz coroado evaporou-se, sem que tenhamos mais lembranças que de suas arrogantes expressões quando assentado sobre o trono.<sup>368</sup> [grifo meu]

Em seguida, no período regencial, uma última fábula da tradição esópica era utilizada para defender a moderação no governo, numa explícita defesa aos princípios dos liberais moderados, *As rãs pedindo um rei*<sup>369</sup>.

As rãs, que vagavam livremente pelas lagoas, quase que aborrecidas desta liberdade, com uma grande gritaria pediram a Júpiter um Rei, que com energia refreasse os seus costumes dissolutos. O Pai dos Deuses riu-se de uma tal petição; mas procurando contentá-las, mandou-lhes uma varinha, a qual caindo sobre a lagoa fez um tal estrondo, que as rãs se espantaram, e se foram esconder na lama: entretanto elas respeitavam o seu Rei sem o conhecerem, por isso que se achara envolvido no limo. Porém uma das rãs mais curiosa, deita para fora do tanque a cabeça, pesquisa quem seja o Rei, e por fim conhece ser um objeto inanimado; alegre, chama as suas companheiras, as quais perdendo o susto, e por consequência o respeito, fazem ao Rei de pau toda sorte de insultos, e com um novo alarido mandam a Júpiter novas embaixadas, para que lhes mande um outro Rei, visto que aquele era inútil. Então o Deus toma o negócio em tom mais sério, e já de alguma sorte indignado envia-lhes uma Cobra, que apenas entrou no charco, começou a exercer o Império com os cruéis dentes; as rãs inermes debalde procuram escapar da morte, que a toda parte se lhes prepara; o medo impede-lhes a fala; apenas às escondidas rogam a Mercúrio, para que solicite do poderoso Júpiter um outro Rei, menos cruel do que aquele, que as pretendia extinguir uma por uma; Júpiter dá-lhes esta única resposta: *já que não quizeis sofrer o primeiro Rei, que vos dei, que era bom, sofri agora sem remédio, esse que é mal.*

<sup>368</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 74, 13/05/1831, p. 586,587.

<sup>369</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 98, 28/10/1831, p.779-780.

### Moralidade

Tal é a sorte de qualquer Nação, que se não quer contentar com nenhum governo, e que a todo o momento quer mudar de governantes; por fim vem a cair nas garras da tirania, que qual a Cobra da Fabula, se torna assoladora do mesmo povo, que a solicitara. A licença excessiva é que de ordinário produz esses desejos incontentáveis, que como a sede do hidrópico, destrói o corpo social; a *moderação*, hoje tão censurada pelo partido *anárquico*, é a única âncora da salvação de um Estado quando periga; sem ela, nenhum ato pode ser virtuoso. Também nesta Fábula devem ver os governantes o meio termo, que tem de seguir no regime político; nem tanta inércia como a da varinha, nem tanta violência como a da cobra.[grifo meu]

Após a abdicação, além do deslocamento na direção das críticas, houve a diminuição na frequência de fábulas no jornal, e também, uma variação temática, com o quase abandono das fábulas que traziam analogias com animais. Os novos temas, conforme os títulos informam, se distanciavam da tradição esópica e traziam narrativas protagonizadas por seres humanos ou objetos, como *O perigo*, *A esperança*, *A necessidade de amar*, *A educação de um Príncipe*, *O poeta*, *o cérebro*, *a pena e o tinteiro*. Essas fábulas se encerravam nelas mesmas, não possuindo uma interpretação específica sugerida, ou seja, a *alma*.

A vida animal como metáfora para a vida humana, mais predominante nas fábulas do primeiro ano e meio do jornal, parece ter sido vista como uma forma amena e acessível para se discutir sobre política, voltada não somente para o público feminino, mas também para os governantes que por ventura lessem o jornal, como indicado na última fábula. Numa outra perspectiva, Marco Morel discute a produção de um vocabulário político baseado na “animalização dos protagonistas”, o que consistia num modo de constituir as identidades políticas nas primeiras décadas após a independência<sup>370</sup>. O uso dessa associação entre seres humanos e outros animais parecia ser um recurso utilizado tanto com finalidades pedagógicas quanto para caracterizar grupos ou estigmatizá-los.

Conforme dito anteriormente, a publicação de fábulas em jornais no Brasil não era prática corrente, ao menos na primeira metade do século XIX, e alguns jornais que frequentemente citavam matérias de *O Mentor das Brasileiras* citaram exatamente algumas das fábulas, como o periódico do Rio de Janeiro, *O Republico*<sup>371</sup>, e o periódico *O Universal*,

<sup>370</sup> MOREL, Marco, 2005, p. 84-98.

<sup>371</sup> O Republico, n. 26, 01/01/1831. O cão e o crocodilo; citou integralmente a fábula e a moralidade, sem fazer nenhuma alteração.

de Ouro Preto, também da província mineira<sup>372</sup>. O periódico *O Popular* parece ser, junto com o que analiso, o que publicou um número maior de fábulas, totalizando 7, dos quais 4 foram compiladas por *O Mentor*.

Cabe ressaltar que os livros de fábulas, tais como o de Fedro, já circulavam pelo Império, não sendo uma novidade apresentada por *O Mentor das Brasileiras*. A originalidade se encontra na forma como as fábulas foram adaptadas para compor as páginas do jornal, principalmente no que se refere às interpretações sugeridas pelo redator, que as conduzia como parte das *lições de política*. Para cada fábula, uma lição a ser aprendida; como na fábula *O chafariz e o tanque*, que concentrava “a questão do dia” (página 130).

### **3.2- Um romance de grande circulação: *As aventuras de Telêmaco***

Além das fábulas, um outro grande sucesso editorial e de aceitação pelo público leitor era indicado para a leitura das jovens: *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon. A obra foi indicada por Beatriz Francisca de Assis Brandão, professora de primeiras letras de Ouro Preto, em uma breve matéria publicada no número 15 de *O Mentor*, sob o título *O bello sexo*. Nessa matéria, a professora reflete sobre a curta duração da beleza física e critica as mulheres que, escravas da vaidade, procuram se fazer admiradas unicamente pelos encantos da juventude. Em contrapartida, defendia o cultivo do espírito, a instrução e a aquisição do gosto pela leitura. Em suas palavras,

...aquela que sacrificou algumas horas da sua *Toilette* a um estudo sólido, e ocupações razoáveis, que pensa, combina, e trata polidamente as pessoas, não será, em certo tempo, objeto de suspiros; mas obterá a estimação e conceito das gentes sensatas, e terá prazeres para todos os períodos da sua idade. Portanto, amadas patrícias, trabalhai para que as vossas filhas saibam conhecer o verdadeiro mérito: dai-lhes bons livros: fazei-as ler e até decorar aquele capítulo em que Fenelon faz falar Telêmaco sobre as qualidades de

---

<sup>372</sup> O Universal, n. 624, 25/07/1831. Citou uma fábula sobre o príncipe das Índias que, pela data, está entre as fábulas que constam nos números de *O Mentor das Brasileiras* não conservados. Este periódico publicou, posteriormente, uma outra fábula de Fedro, sobre a águia, o abutre e a coruja no n. 705, 01/02/1832.

Antíope e, se todas beberem esta sábia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*<sup>373</sup>.

A familiaridade com que a professora Beatriz se refere ao livro parece ser compartilhada pelas leitoras, o que não é difícil de imaginar, visto que tal obra costumava liderar, em número de pedidos, a lista dos livros solicitados à censura portuguesa com destino ao Rio de Janeiro, no período de 1769 a 1821<sup>374</sup>. Lançado em Paris em 1699, o livro se manteve no topo entre os preferidos por mais de 100 anos, não só na França, como em vários outros países, como o Brasil, tendo sido traduzido para vários idiomas<sup>375</sup>. No Brasil, o livro *As Aventuras de Telêmaco* continuou popular pelo menos até a primeira metade do século XIX, sendo recorrente os anúncios de venda e procura por esse livro, mesmo no idioma francês<sup>376</sup>; em 1834, José da Fonseca lançava uma adaptação visando torná-lo mais acessível para o público infantil<sup>377</sup>.

François de Salignac de la Mothe-Fénelon (1651-1715) escreveu *As aventuras de Telêmaco* inspirado nos escritos de Homero e Virgílio e teria dedicado a obra a um discípulo, visando prepará-lo para a leitura de textos da antiguidade<sup>378</sup>; mas o autor afirma também, que seu livro contém os elementos essenciais para a educação de um príncipe, com instruções para bem governar<sup>379</sup>. De fato, a narrativa se desenvolve como que na seqüência da *Ilíada* e *Odisséia* de Homero: Telêmaco, filho de Ulisses, parte de Ítaca em busca de seu pai, que não havia retornado da Guerra de Tróia. Segue, em sua companhia, Minerva, sob a figura do Mentor, um senhor que, durante essa longa viagem marcada por contratempos, ocupa o lugar de preceptor e orienta Telêmaco em importantes decisões, assim como o instrui nas diversas experiências com que defrontam.

A política e a educação moral configuram-se como pano de fundo dessa epopéia, e o trecho da obra sugerido para a leitura das mulheres, pela professora Beatriz Brandão, se refere à passagem em que Telêmaco confia ao Mentor estar enamorado e desejar se

<sup>373</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 15, 12/03/1830, p. 118.

<sup>374</sup> ABREU, 2003, p. 90, 118.

<sup>375</sup> ABREU, 2003, p. 108.

<sup>376</sup> N'º Universal, n. 121, 24/04/1826, p. 484, se diz: “precisa-se dos livros abaixo mencionados: quem os tiver, e quiser vender, pode levá-los ou mandar a Typografia, onde há ordem de os comprar: Telêmaco em francês, (...)”.

<sup>377</sup> ABREU, 2003, p. 132.

<sup>378</sup> ABREU, 2003, p. 132.

<sup>379</sup> FÉNELON. *Aventures de Télémaque*. Texte établi d'après les manuscrits authentiques et publié avec une introduction et des notes par Albert Cahen. Paris, Librairie Hachette, 1920, Introduction, p.VIII.

casar com Antíope, filha do governador de Salente, uma das ilhas por onde passaram. Fénelon discute, aqui, sobre a distinção entre a *paixão avassaladora* e o *amor*; o primeiro é fruto da sedução, principalmente pela beleza física, e da qual Telêmaco foi vítima na ilha de Calipso; se envolveu numa paixão correspondida, pela ninfa Eucaris e se sentiu enfeitiçado pela própria Calipso, que se vestia rica e deslumbrantemente. O ciúme de Calipso e a “sábua” orientação do Mentor, de que se deve fugir dessa paixão cega que o fazia pensar em abandonar sua família e seu reino para sempre, fizeram com que Telêmaco abandonasse a ilha, considerada local onde a moral não podia reinar. O *amor*, tratado como um sentimento mais sublime, é a base do casamento e da família, e que era despertado por Antíope. Assim, diz Telêmaco:

Talvez você me censure por me inclinar tão facilmente nos lugares onde eu passo; mas meu coração não me fará mais ser censurado se eu lhe confidenciar que amo Antíope, filha de Idomeneu. Não, meu caro Mentor, não é uma paixão cega da qual você me viu recuperar na ilha de Calipso; (...) por Antíope, o que sinto, não há nada que se assemelhe: não é amor passional; é gosto, é estima, é convicção de que serei feliz se eu passar minha vida com ela<sup>380</sup>.

Em seguida, Telêmaco e Mentor descrevem longamente as qualidades que fazem da Antíope uma mulher virtuosa, que possui as qualidades que, segundo a professora Beatriz Brandão faz jus ao *belo sexo*. Para Telêmaco,

o que me atrai nela é seu silêncio, sua modéstia, seu recolhimento, seu trabalho assíduo, sua indústria pelos trabalhos de lã e bordado, sua aplicação em conduzir toda a casa de seu pai, desde a morte de sua mãe<sup>381</sup>.

Ao que Mentor complementa:

Antíope é doce, simples e sábua; suas mãos não desprezam o trabalho; (...) ela sabe se calar e agir, sem pressa; ela está a todo momento ocupada e não se embaraça nunca, porque tudo o que faz tem um propósito; a boa ordem

<sup>380</sup> FÉNELON. 1920, p. 489. [tradução minha]

<sup>381</sup> FÉNELON. 1920, p. 489. [tradução minha]

da casa de seu pai é sua glória; ela não é mais ornada que de sua beleza. (...) não se vê nela nem paixão, nem teimosia, nem leviandade, nem capricho, como nas outras mulheres. Num só olhar, ela se faz entender (...), ela dá as ordens precisas; ela ordena o que se pode executar (...)<sup>382</sup>.

Este aspecto dos ensinamentos morais é dirigido por Fénelon tanto para os “príncipes”, futuros governantes, quanto para as jovens damas da boa sociedade. Esperava-se que as moças buscassem cultivar a moderação, discrição e a presteza no trabalho doméstico, e que os jovens soubessem distinguir essas características, da beleza física pura e vazia, preferindo as moças industriosas. Esperava-se que os rapazes desenvolvessem a mesma perspicácia que a raposa da fábula, quando se depara com uma linda máscara de teatro.

Ao indicar a leitura e a memorização de um trecho específico e bem reduzido do livro, a professora Beatriz estaria conduzindo as leitoras a uma interpretação e a um uso específico da obra. Curiosamente, Rousseau, ao dialogar com o mesmo livro, sugere uma apropriação um pouco diversa de *Sofia* que, ao ser questionada por causa de seu comportamento inquietante, revela à sua mãe que “amava Telêmaco, e o amava com uma paixão que nada podia curar”<sup>383</sup>. Identificava-se com *Eucaris*, uma das ninfas da ilha de Calipso – ou antes, se sentia sua rival. *Sofia* empresta seu livro a *Emílio* quando este parte em uma longa viagem, “para que ele aprenda a parecer-se com ele [Telêmaco]”<sup>384</sup>, numa analogia à viagem que Telêmaco iria empreender após deixar *Eucaris* na ilha.

Ao longo de todo o livro, a família cristã aparece como a base de um governo sólido, não sendo por acaso que Telêmaco empreende uma viagem arriscada, indo mesmo até o inferno à procura do pai, enquanto sua mãe, Penélope, se manteve fiel e aguardou o retorno do marido, por mais de uma década, apesar do assédio incessante de vários pretendentes. A moral cristã subjacente a esse romance épico parece ser a principal característica que o tornava recomendável para as mulheres. Buscava-se combater as práticas sociais e sexuais diversas ao mesmo tempo em que se buscava ordenar a sociedade a partir dos matrimônios oficialmente reconhecidos pela igreja católica, o que pressupunha uma série de “virtudes” femininas, como a castidade, discrição e moderação.

Christianni Morais et. al. apresentam uma interessante hipótese acerca da relação entre a personagem Mentor, de Fénelon, e o título do periódico *O Mentor das Brasileiras*,

<sup>382</sup> Fénelon, 1920, p. 491-492. [tradução minha]

<sup>383</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*. Ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 566.

<sup>384</sup> ROUSSEAU, 1999, p. 634.

visto que, em ambos os casos, se configura uma relação de tutoria e de ensinamentos morais e políticos<sup>385</sup>. Considerando o sucesso e a ampla difusão da obra de Fénelon, torna-se tentador considerar que o redator José Alcibíades Carneiro possa ter se inspirado na personagem para nomear o periódico. De toda forma, etimologicamente, o termo *Mentor* tem origem na personagem de Homero e o vocábulo foi difundido pelo romance de Fénelon<sup>386</sup>.

Por fim, a matéria assinada pela professora Beatriz Francisca de Assis Brandão foi compilada por outros dois jornais, indicando a circulação e a receptividade dessas idéias: tanto na *Aurora Fluminense*<sup>387</sup>, do Rio de Janeiro, como no *O Popular*<sup>388</sup>, de Pernambuco, a autoria é omitida, sendo colocado em seu lugar, “Pensamento de uma senhora brasileira – O belo sexo.” Este seria apenas mais um exemplo de “intertextualidade desenfreada”, em que os autores “bebiam em fontes comuns, copiavam passagens uns dos outros com a mesma liberdade com que trocavam fragmentos de notícias nos cafés.”<sup>389</sup>

Cabe também apontar a ausência (ao menos explícita), no jornal, de referências de outra obra de Fénelon, o *Da educação das meninas* (1687), igualmente de grande sucesso e que também circulava no Brasil no século XIX<sup>390</sup>. Certamente a ausência de tal referência não significa o desconhecimento da obra pelos responsáveis pelo jornal, visto que a afinidade temática é indiscutível em ambos: neste segundo livro, Fénelon discute mais detidamente sobre as virtudes femininas e as funções da mulher na família, como administradora do lar, esposa e mãe/educadora da infância, o que permite pensar que este livro pode ter tido influência fundante para a produção do periódico.

---

<sup>385</sup> MORAIS, Christianni C., CALSAVARA, Eliane de L., SILVA, Gisele E.da. Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX, mimeo, p. 14. In: [caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/historiaeromance.pdf](http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/historiaeromance.pdf), acessado em 21/09/2007.

<sup>386</sup> CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

<sup>387</sup> *Aurora Fluminense*, n. 333, 05/05/1830, p. 1402.

<sup>388</sup> *O Popular*, n. 7, 23/06/1830, p. 27.

<sup>389</sup> DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. Um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 88-89.

<sup>390</sup> GONDRA, José & GARCIA, Inará. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, Rio de Janeiro, Maio-agosto/ 2004.

### 3.3- Lições de economia política por uma escritora inglesa

O livro *As aventuras de Telêmaco* constituía também elemento de intertextualidade em outros livros, como o de Jane Marcet (1769-1858), *Conversations on Political Economy*, publicado pela primeira vez em 1816. Marcet o escreveu inspirada na maiêutica e através de perguntas e respostas, *Caroline* e sua tutora, *Mrs. Bryan* desenvolvem os conceitos relativos ao tema. O livro se inicia com a discussão acerca de um trecho das *Aventuras de Telêmaco*, na qual a interpretação de Caroline sobre o mesmo é contestada pela tutora, que argumenta, portanto, a necessidade da discípula ter maior conhecimento sobre economia política. O livro de Fénelon foi citado aparentemente como reflexo de sua popularidade também entre jovens leitoras, e essa parte introdutória acabou não sendo incorporada, quando o redator de *O Mentor* retirou partes deste livro de Marcet para compor cinco números do seu jornal.

Jane Marcet nasceu em Londres em uma família abastada; teve uma educação privilegiada e conviveu com intelectuais de sua época. Desenvolveu interesse e habilidades pela ciência, publicando o livro *Conversation on Chemistry* em 1805, que foi por muito tempo considerado livro de referência para a área, formando e influenciando duas gerações de químicos nos Estados Unidos e Grã-Bretanha<sup>391</sup>. Quando publicou *Conversations on Political Economy*, em 1816, já contava com enorme prestígio como cientista e escritora, e este segundo livro também foi extremamente bem recebido pelos leitores e intelectuais da área. A edição norte-americana, de 1817, possui o formato pequeno, semelhante aos in-octavo (10,5 x 17,5) e 393 páginas distribuídas em 22 conversações<sup>392</sup>. Segundo José Alcibíades Carneiro,

Sobre o assunto importantíssimo da Causa da Indústria geral, não me poderia explicar melhor do que valendo-me da lição desta Senhora Inglesa, a *Aspacia* da Grã-Bretanha, que já noticiei na leitura [da] pág. 16, dando

<sup>391</sup> MORSE, Elizabeth J. Marcet, Jane Haldimand (1769–1858). In: *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004. [<http://www.oxforddnb.com/view/article/18029>, accessed 22 March, 2007]; BAYM, Nina. *American women of letters and the nineteenth-century sciences: styles of affiliation*. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, 2002, p. 6; 44

<sup>392</sup> *Conversations on Political Economy; in wich the elements of that science are familiarly explained*. By the author of “Conversations on chymistry”. Philadelphia, J. Maxwell Printer, 1817.

boa amostra de sua habilidade. Ela ensina deste modo nas *Conversações* III e IV com a sua Educanda.”<sup>393</sup>

Conforme dito anteriormente, o redator de *O Mentor* selecionou apenas um pequeno trecho do livro para publicar no jornal. Ele desconsiderou as conversações I e II, que se referem à introdução ao tema e onde se discute sobre a importância de estudar tal assunto. Selecionou, ou anunciou que introduziria no jornal as conversações III e IV, que tratam da “propriedade”<sup>394</sup>, tendo publicado, no entanto, apenas a conversação III, com algumas alterações em relação à edição de 1817<sup>395</sup>.

Discute-se, nessa conversação, sobre o trabalho e o direito à propriedade de bens e terra. Alguns trechos foram omitidos na tradução para o jornal, não se tratando de conteúdos específicos, mas as situações que se referem à maiêutica; trechos em que, aparentemente para reforçar o estilo dialogal e a relação de tutoria, a autora coloca a discípula com dúvidas ou caindo em contradição. Tais omissões podem ter como causa a necessidade de se economizar espaço nas páginas, ou ainda, de eliminar as situações que expõem a discípula por deixá-la em condição desfavorável, o que poderia causar desconforto nas leitoras e também confundir o desenvolvimento do assunto. Como exemplo, no início da conversação, a tutora argui a discípula sobre as causas da riqueza de uma nação. Na versão em inglês, a resposta inicia-se de forma duvidosa, o que não acontece na versão publicada no jornal. Segue o trecho omitido, entre colchetes, e o trecho publicado, a seguir.

[Confesso que tenho pensado muito sobre o tema e não sei se estou certa, mas acho que] O trabalho, (...) é a causa da riqueza<sup>396</sup>.

Uma outra alteração, mais significativa, resultou na omissão de quase duas páginas do livro, logo após a aluna questionar o direito à propriedade territorial que, desrespeitando o

<sup>393</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 28, 11/06/1830, p. 222

<sup>394</sup> O redator do jornal apresenta a matéria sob o título: “Doutrinas de Mrs. Marcet sobre os Princípios Fundamentais de Economia Política e excitação da Indústria pela Instituição da Propriedade.”

<sup>395</sup> As demais conversações são: V- Da divisão do trabalho; VI- Do Capital; VII- Capital cont.; VIII- Do salário e populaçãp; IX- Salário cont.; X- Da condição da pobreza; XI- Do rendimento; XII- Rendimento sobre propriedade de terra; XIII- Rendimento sobre cultivo da terra; XIV- Rendimento sobre empréstimo; XV- Preços e valores; XVI- Dinheiro; XVII- Dinheiro cont.; XVIII- Comércio; XIX- Do comércio com o estrangeiro; XX- Comércio estrang. Cont.; XXI- Comércio estrang. Cont.; XXII- Do gasto.

<sup>396</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 28, 11/06/1830, p. 223 [tradução minha]

direito natural e comum ao gênero humano, favoreceria a poucos indivíduos a posse da terra, tornando a uns ricos, e à maioria, pobres. Na solução proposta pela discípula,

Estou certa que não há coisa mais justa do que o colherem os homens com direito exclusivo, os frutos de seu trabalho: de razão é que sejam seguros possuidores e senhores da casa que edificaram, das obras que fabricaram; mas, quanto à terra, parece-me que não pode ser propriedade particular sem injúria dos outros, que ficam assim, privados do seu natural direito a ela<sup>397</sup>.

No livro de Jane Marcet, em seguida, há um longo diálogo em que a tutora argumenta que é contraditório assegurar o direito ao fruto do trabalho, mas não à terra. A aluna, se mostrando embaraçada, diz:

Devo confessar que você colocou minha objeção num ponto de vista ridículo; mas isso não é suficiente, Mrs B.; você precisa me mostrar que isso é errôneo, antes que eu possa consentir em abandoná-la<sup>398</sup>.

A tutora segue explicando que o mérito, o investimento na terra e a capacidade de protegê-la tornariam os sujeitos proprietários exclusivos dela. A discípula se faz convencida de que a propriedade territorial é importante para a produção de riquezas numa nação e que a lei que visasse assegurá-la só pode ser justa e favoreceria o bem comum.

Esse longo diálogo, que constrói o processo de convencimento da discípula, é omitido no jornal, que encerra o número 32 com a objeção da aluna à idéia de propriedade territorial e, na continuação, no número seguinte, a mesma discípula, contraditoriamente já afirmava o oposto:

Não me resta ao espírito, dúvida razoável sobre as vantagens que resultam da divisão da terra, e da acumulação da propriedade territorial; nem que por ordem da Providência, maior porção de riqueza deva caber aos mais industriais e melhores do gênero humano; que os proprietários da terra devam ser os seus excluídos possuidores; que tal propriedade deva ser

---

<sup>397</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 31, 30/06/1830, p. 248

<sup>398</sup> Conversations on Political Economy, p. 31. [tradução minha]

segura a eles e a seus herdeiros; e que, estando nas suas mãos, será mais perfeitamente cultivada, e dará o maior produto<sup>399</sup>.

Este texto, que resulta numa passagem abrupta de um entendimento a outro sobre o assunto discutido, parece ser exemplo de como a adaptação de textos, realizada por influência do *leitor modelo*, mas também por questões tipográficas e econômicas, pode resultar num texto fragmentado, de difícil compreensão, obtendo o resultado oposto do esperado; “a opacidade dos textos é introduzida pelo próprio processo que pretende tornar mais fácil a sua leitura”<sup>400</sup>.

O último trecho acima mencionado não consta no livro de Jane Marcet, e esta conclusão antecipada, embora sintetize a elaboração que discípula e tutora irão fazendo na seqüência do diálogo, acrescenta elementos ausentes em Marcet, como a “acumulação de propriedade”, e “herança”. Isso indica o deslocamento do *leitor modelo* em função da adaptação do texto; além das necessidades econômicas, tipográficas e das competências de leitura supostas, a adaptação poderia sofrer influências das “intenções” daqueles que o adaptam, ou seja, o texto era manipulado para ser colocado “a serviço” daquele que dele se apropria. O autor das omissões e acréscimos cria um novo texto sobre o original, e isso nos permite aproximar de sua leitura – do texto e do contexto em que vive.

A introdução de um trecho deste livro de Jane Marcet me parece bastante coerente em relação ao que se tem discutido até então. Primeiramente, por se tratar de uma obra de uma mulher de grande destaque internacional, o que não era usual no início do século XIX, período em que o termo “cientista” era associado ao universo masculino. Muitas mulheres tiveram participações consideradas “periféricas”, auxiliando pais ou maridos nos estudos e produção de tratados<sup>401</sup>, sem, no entanto, serem reconhecidas como cientistas. Havia mesmo a compreensão de que as mulheres não possuíam competência para a realização de investigações científicas profundas. Os primeiros escritos publicados por mulheres, em fins do século XVIII e início do século XIX, na Europa, foram os romances, cujo caráter ficcional

<sup>399</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 32, 07/07/1830, p. 261

<sup>400</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural*, p. 177.

<sup>401</sup> BAYM, Nina. *American women of letters and the nineteenth-century sciences. Styles of affiliation*. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, 2002, p. 4-6.

dava ao gênero um status à parte, distante do mundo acadêmico; os escritos não-ficcionais de autoria feminina se concentraram inicialmente na produção voltada para crianças<sup>402</sup>.

Jane Marcet iniciou sua trajetória tendo sido introduzida ao meio científico pelas influências paternas e deu continuidade aos seus estudos, produzindo obras de destaque e independentes de seu marido, o médico Alexander Marcet. Um outro elemento que pode ter tornado este livro bastante apropriado é a forma como se expõe a progressiva (ou nem tanto) transformação das concepções da discípula Caroline acerca da temática discutida que, partindo de um julgamento baseado na benevolência (visto como superficial e ingênuo), chega a um entendimento “esclarecido” dos conceitos de trabalho e propriedade.

A escolha das conversações III e IV, que discutem sobre “propriedade”, não teria sido por acaso, estando sensivelmente relacionada aos pontos centrais do liberalismo moderado mineiro. Embora a elite política liberal mineira tivesse tido origem social e intelectual diversa, sendo os proprietários de terra um dos segmentos que constituía esse heterogêneo grupo, mas não se restringissem a ele, segundo Wlamir Silva, “a sua prática política (...) demonstrou sua relação com a propriedade, ou ao menos, a identificação com a idéia de independência econômica advinda dela.”<sup>403</sup> Em matérias publicadas no *Universal*,

Os liberais da Província de Minas não ambicionam nem os empregos do Governo; porque não precisam deles; nem têm a necessária habilidade para roubarem, nem querem fitinhas, rosas, e títulos; porque estas galantarias não dão mérito algum<sup>404</sup>.

Por oposição, referindo-se aos anarquistas e absolutistas,

São estes os que ambicionam empregos públicos; porque sem eles ficariam reduzidos à maior miséria; pois não têm um palmo de terra, que lhes pertença<sup>405</sup>.

<sup>402</sup> WATTS, Ruth. “Suggestive Books”: the role of the writings of Mary Somerville in science and gender history. In: *Paedagogica Historica*, vol. 38, n. 1, 2002, p.165.

<sup>403</sup> SILVA, 2002, Tese, p. 99.

<sup>404</sup> O *Universal*, n. 570, 16/03/1831, apud SILVA, pp. 99.

<sup>405</sup> O *Universal*, n. 592, 09/05/1831, apud SILVA, p. 100.

O conjunto da citação de Marcet reflete os fundamentos gerais do liberalismo clássico, fruto de seus contatos intelectuais com outros autores de economia política de sua época, como Malthus e, especialmente, David Ricardo. Afirma-se que em seu livro, utiliza os princípios ricardianos antes mesmo da publicação do importante livro desse autor, *Princípios de Economia Política* (1827)<sup>406</sup>; tais princípios se fundamentam no *trabalho* como valor e atribui ao mérito, e não a uma “lei natural”, o direito à posse de terra, sendo aquele, o elemento que diferenciaria os proprietários dos não proprietários. Da mesma forma, a *racionalidade* seria um atributo necessário ao uso produtivo da terra, o que está ausente nos “selvagens”, que fazem o uso apenas para a subsistência. “Os objetivos sociais eram [...] a soma aritmética dos objetivos individuais”<sup>407</sup>, ou nas palavras da discípula Caroline, “a instituição de propriedade em terra aumenta a riqueza não só dos seus proprietários mas também de todas as outras classes de pessoas”<sup>408</sup>.

A introdução deste trecho do livro de Jane Marcet provavelmente foi visto como um excelente recurso para a discussão da temática da *propriedade* dentro das especificidades do jornal e do *leitor ideal*: o desenvolvimento do tema de forma breve, direta e numa linguagem oralizada, de compreensão mais simples. Desde seu primeiro livro, Jane Marcet utiliza esse formato de conversações, que teve grande receptividade e inspirou várias outras obras escritas por autores das mais diversas áreas<sup>409</sup>. O *Conversations on Political Economy* se tornou popular não só entre jovens estudantes, mas também entre os leitores adultos, homens e mulheres<sup>410</sup>.

### 3.4- Da Lei natural de Volney

O livro *Da lei natural ou princípios físicos da moral deduzidos da organização do homem e do universo*, do autor francês Constantin-François Volney (1757-1820), foi publicado quase na totalidade por *O Mentor das Brasileiras*. Saía um capítulo do livro a cada

<sup>406</sup> MORSE, Elizabeth J. Marcet, Jane Haldimand (1769-1858). *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford University Press, 2004. <http://oxforddnb.com/view/article/18029>, acessado em 22/03/2007.

<sup>407</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. 1789-1848. São Paulo: Paz e terra, 2003, p.325-334.

<sup>408</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 33, 14/07/1830, p. 261.

<sup>409</sup> BAYM, 2002, p 7.

<sup>410</sup> MORSE, 2004.

número do jornal, que encerrou suas publicações deixando o público sem a leitura dos dois últimos capítulos<sup>411</sup>. Segundo o redator de *O Mentor*,

A moral é o que mais presentemente deve atrair a atenção dos homens patriotas, e eu nada reconheço mais pronto para edificar a moral, que a seguinte obra que a irei dando continuamente em meu periódico, e rogo os leitores, hajam de refletir bem as santas doutrinas que Volnei exarou em sua obra d'ouro.

Volney frequentou o ambiente de debates filosóficos dos enciclopedistas, tendo produzido seu livro em 1793, no qual discute suas idéias acerca de princípios morais, e pelo qual passou a ser conhecido<sup>412</sup>. Este livro também foi elaborado a partir de perguntas e respostas, de forma a resultar num texto objetivo e de simples compreensão, estando ausente a idéia de “tutoria”, como na obra discutida anteriormente. Seus princípios morais refletem seus estudos na área de medicina e filosofia, trazendo pressupostos que combinam a moralidade aos aspectos físicos, à saúde física.

A versão publicada no jornal seria fiel ao livro, caso não tivessem sido omitidas duas passagens significativas, que discutem sobre castidade e adultério. O primeiro trecho a ser omitido encontra-se no capítulo VII, em que discute sobre a “continência”. Foram publicadas somente as duas primeiras perguntas e respostas do livro: “1- A lei natural impõe a continência?” “2- Veda a libertinagem?” Ao que se responde que a moderação é benéfica ao corpo e ao espírito. As quatro questões que seguiam a estas, bem como as suas respostas, foram omitidas, provavelmente por serem consideradas moralmente polêmicas e, portanto, inquestionáveis quanto à sua não inserção. Segue uma síntese delas.

P- É a castidade, tão inculcada em instituições monásticas, vista como uma virtude da lei natural?

---

<sup>411</sup>Cada capítulo discute sobre uma das leis da natureza, sendo assim enumeradas: I- Sobre a lei natural; II- Características da lei natural; III- Princípios da lei natural relativamente ao homem; IV- Bases da moral. Do bem, do mal, do pecado, do crime, do vício e da virtude; V- Das virtudes individuais; VI- Da temperança; VII- Da continência; VIII- Da coragem e atividade; IX- Do asseio; X- Das virtudes domésticas; XI- Da justiça; XII- Desenvolvimento das virtudes sociais. VOLNEY, C.-F. *The law of nature, or principles of morality, decuced from the physical constitution of mankind and the universe*. London, 1796. Eighteenth Century Collections Online. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO> (acessado em 20 de abril de 2007)

<sup>412</sup> Appleton's Cyclopaedia of American Biography. New York: D. Appleton & Co. 1888-1889. Vol VI, p. 306.

R- Não. Essa castidade não é nem útil para a sociedade como um todo, onde isto prevalece, nem mesmo para os indivíduos que a observam rigorosamente. É prejudicial para ambos. Primeiramente, isso ameaça o progresso da população (...) e porque as pessoas que se devotam ao celibato (...), se tornam egoístas e alienam suas mentes para o interesse geral da comunidade (...) sem considerar que essas pessoas militam contra sua própria doutrina, que consagra a lei natural, pelo conhecido mandamento: “crescei-vos e multiplicai-vos”.

P- Por que a castidade é considerada uma virtude de importância maior para a mulher do que para o homem?

R- Porque a quebra da castidade na mulher tem conseqüências mais alarmantes e injuriosas a elas mesmas e à sociedade; as aflições e doenças a que estão vulneráveis, (...) a maternidade, (...), a manutenção e educação dos filhos (...), o que as torna empobrecidas e desamparadas, no corpo e na fortuna<sup>413</sup>.

Questionar a necessidade de castidade dos ministros da santa Igreja e discutir abertamente sobre a realidade de uma mulher não casta eram assuntos que não deveriam compor o horizonte feminino, assim como o adultério. Em uma passagem do capítulo X, em que se discutia sobre as virtudes domésticas, relativas ao amor conjugal e filial, subtraiu-se uma das perguntas:

P- É o adultério um crime, de acordo com a lei natural?

R- Sim; isso é seguido de inúmeros hábitos nocivos ao casal e sua família. Quando a esposa ou o marido se rendem ao amor de um estranho, abandonam o lar, negligenciam seu próprio lar e gastam seus ganhos com o objeto de sua afeição (...); sem mencionar que a mulher adúltera comete o mais horrendo de todos os roubos, dando herdeiros ao seu marido, de um sangue estranho, que priva de sua porção legal seu verdadeiro descendente.<sup>414</sup>

A postura pragmática de Volney, para quem as justificativas para a castidade, fidelidade e demais virtudes não repousam na moral cristã, não era, de forma alguma, coerente com a proposta educativa de *O Mentor das Brasileiras*. Segundo o editor da versão de 1796, “it is high time to prove, that morality is a physical and geometrical science, and, as such, susceptible, like the rest, of calculation and mathematical demonstration”<sup>415</sup>. Esse posicionamento e a forma direta com a qual critica a religião podem estar entre os motivos pelos quais Volney tenha sido sempre citado entre as leituras proibidas no Brasil<sup>416</sup>. Para que esta obra pudesse circular no contexto brasileiro e, principalmente, ser inserido em *O Mentor*, havia a necessidade de realizar adaptações de fundo, mas pontuais, como a exclusão

<sup>413</sup> Volney, 1796, p. 89-97

<sup>414</sup> Volney, 1796, p. 125.

<sup>415</sup> Volney, 1796, Advertisement, p. vi.

<sup>416</sup> MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos, p. 42.

deliberada dos assuntos acima referidos. Tal operação, realizada pelo redator do jornal, ou pelo tradutor, indica as referências socioculturais do período, que condicionaram a transformação da obra de Volney, não apenas na sua forma, mas no seu conteúdo.

### 3.5- A História do Brasil

A história do Brasil, sob o título de “Parte Histórica”, foi a seção mais estável e duradoura do jornal, ocupando sempre ao menos uma das oito páginas, e esteve presente em 94 dos 129 números<sup>417</sup>. Sua publicação se inicia no número 3, com as seguintes palavras:

Como no Prospecto da nossa folha nos comprometemos a dar alguns extratos da história moderna, cumpriremos a palavra principiando pela do Brasil, nossa adorada Pátria. Desde já advertimos as nossas amáveis leitoras, que não nos fazemos cargo de longas narrações, ou fatos minuciosos; a pequenez da nossa folha o não admite; lançaremos rapidamente os olhos sobre as páginas mais interessantes da história do Brasil<sup>418</sup>.

Ao contrário do que se propunha, não se “lançou rapidamente os olhos” sobre a história do Brasil, e esta seção foi caracterizada pelas longas narrações e fatos minuciosos, logo após o primeiro número em que, de fato, se fez uma síntese sobre o descobrimento do Brasil.

A presença marcante deste conteúdo no jornal revela a noção de positividade atribuída à leitura da história, em especial pelas mulheres, em oposição, por exemplo, ao romance, considerado nocivo, pela capacidade de alterar comportamentos, corromper a inocência, afastá-las da virtude e favorecer o crime<sup>419</sup>. David Hume, em *Of the study of History* (1741)<sup>420</sup>, contrasta a história contida nos romances, dos estudos históricos; os

<sup>417</sup> Desconsiderando os números do jornal que não foram conservados.

<sup>418</sup> O Mentor das Brasileiras, n.3, 14/12/1829, p. 17

<sup>419</sup> ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: ALB, FAPESP, Mercado de Letras, 2002, p. 12.

<sup>420</sup> Apud KERBER, Linda. *Women of the Republic*. Intellect & Ideology in Revolutionary America. New York; London: W.W.Norton & Company, 1980, p. 246-247.

romances, segundo ele, oferecem uma falsa representação da natureza humana, pois encorajam a expectativa de perfeição humana e a crença de que o amor é a paixão primária que governa o mundo masculino. Ainda segundo Hume, o gosto pela narrativa pode ser melhor satisfeito por histórias reais, de reis e rainhas, batalhas e líderes, do que com contos ficcionais de conflitos passionais protagonizados por jovens incógnitas e comuns; a leitura da história promove o aprimoramento da mente, sem excitar as paixões. A outra conveniência apontada para a leitura da história é que ela aparenta ser “segura”, enquanto as ciências, os clássicos e a filosofia não o são. A história promoveria uma aprendizagem moderada e agradável, sem envolver muita abstração e pesquisas difíceis, o que transformaria a delicadeza tipicamente feminina, em aspereza. Por outro lado, do ponto de vista de escritoras norte-americanas do século XIX, é o estudo da história do próprio país que fornecerá os conhecimentos acerca de sua pátria, e associado ao estudo da constituição e do sistema de governo, as mulheres terão mais clareza de seu papel na sociedade<sup>421</sup>.

A história escrita no modelo de narrativa parece ser a ideal, talvez por se assemelhar à linearidade dos romances, o que fazia o gosto das leitoras. Pode ser este um dos motivos pelos quais, entre os vários livros sobre a história do Brasil que circulavam no período, o redator tenha escolhido, para publicar no jornal, a *Histoire du Brésil* (1815), de Alphonse de Beauchamp (1767-1832)<sup>422</sup>. Este livro se diferencia da maioria dos outros anteriores e contemporâneos a ele, por apresentar as passagens da história do Brasil em seqüências encadeadas de acontecimentos, enquanto a maioria dos demais, como o de Sebastião da Rocha Pitta (1730), Pedro de Magalhães Gandavo (1576), Andrew Grant (1809), Manuel Aires de Casal (1817), Ferdinand Dennis (1825), realizam, predominantemente, descrições, especialmente das condições naturais e das populações indígenas.

---

<sup>421</sup> BAYM, Nina. *American women writers and the work of history, 1790-1860*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1995, p. 13. Citando especificamente Louisa Tuthill.

<sup>422</sup> Esse livro de 3 volumes, constituiu o acervo doado por José de Resende Costa à Biblioteca Pública de São João del-Rei, em 1842, momento posterior ao seu uso para compor o Mentor das Brasileiras. Ver: MORAIS, Christianni C. 2002, anexo 4.

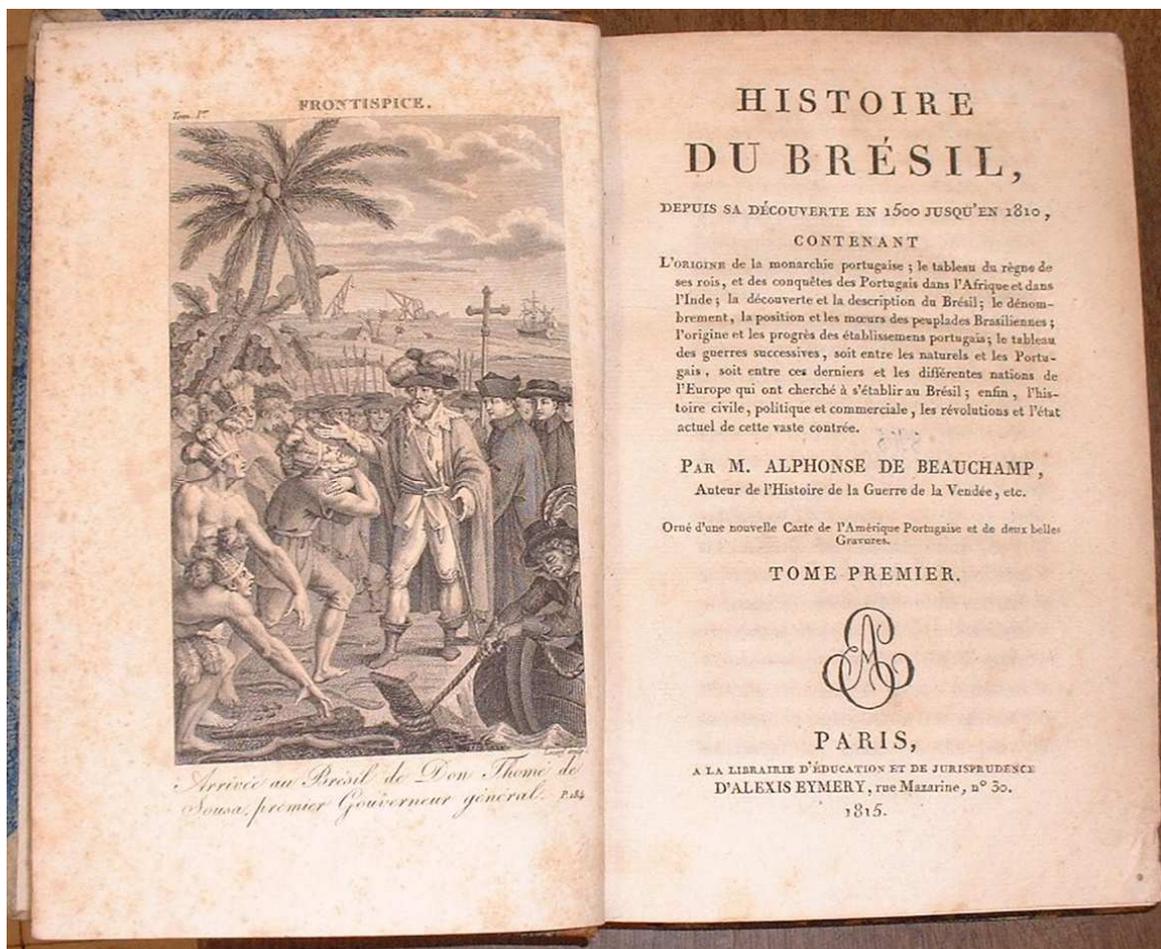


Figura 6. Folha de rosto do volume I de *Histoire du Brésil*, de Alphonse de Beauchamp. Foto do original impresso localizado na Biblioteca Central da UFMG.

Beauchamp, nascido em Mônaco, atuou em diversas instâncias da administração pública e burocrática francesas, sendo reconhecido como um escritor prolífico que produziu várias obras de interesse popular, especialmente biografias e compêndios históricos<sup>423</sup>. A *Histoire du Brésil* é composta por 3 volumes e compreende o período de 1500 a 1810<sup>424</sup>. O *Mentor das Brasileiras* publicou o primeiro volume na quase totalidade, excluindo as primeiras quatro partes; em seguida, publicou o segundo volume, interrompendo a partir da página 112, pelo encerramento da produção do jornal. As partes do primeiro volume, que não foram publicadas, tratam de:

<sup>423</sup> The New Encyclopaedia Britannica, 15a ed., Vol. 2, 1990, p. 18.

<sup>424</sup> BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil* – depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810. Paris: Librairie d'éducation et de jurisprudence. D'Alexis Eymery, 1815.

Livro I: A origem da Monarquia portuguesa; descobertas e conquistas dos portugueses na África e Índia;

Livro II: Viagem de Pedro Álvares Cabral à África; descoberta do Brasil;

Livro III: Estado do Brasil na época da descoberta

Livro IV: Capitânicas hereditárias na época de João III.

A supressão dos Livros I e II é absolutamente coerente, num contexto em que se buscava, exatamente, se distanciar de qualquer referência à Monarquia Portuguesa. Se por um lado, é impossível negar a presença portuguesa no Brasil, desde o século XVI, é, por outro lado, possível desprezar a sua história e os empreendimentos marítimos realizados anteriormente à chegada ao Brasil. Quanto aos Livros III e IV, estes são mais descritivos, versam sobre as características naturais, sobre os habitantes do Brasil, e a divisão em capitânicas. A partir do livro V, a história do Brasil passou a ser contada nos moldes narrativos e, desde então, dos títulos aos conteúdos, o trabalho de tradução e compilação no jornal se mantiveram todo o tempo fiéis à obra de Beauchamp. O trecho compilado inicia-se com o título: “Naufrágio e aventuras de Caramuru”, e segue contando sobre o naufrágio de Diogo Álvares Correa de Viana, próximo à costa da Bahia, quando estava a caminho das Índias. Salvou-se de ser devorado pelos tupinambás ao impressioná-los com uma arma de fogo, motivo pelo qual foi batizado de Caramuru, passando a viver entre eles<sup>425</sup>. E assim segue a narrativa, que vai introduzindo, cada qual a seu tempo, as personagens da história: a interação com os índios, a perseverança dos jesuítas, a coragem e habilidade dos navegantes, os contratemplos, derrotas e vitórias dos portugueses contra os índios e/ou contra os invasores de outros países.

Entendendo-se que esta era a história do Brasil que se queria difundir através do jornal e se queria preservar para a posteridade, não só a “forma” como a história é contada, mas também o “conteúdo” deve se considerado. Se não era voltada unicamente para as mulheres, tinha-se a noção de que as mulheres “também” fariam parte desse público leitor, o que me leva a atribuir um significado particular às escolhas que foram feitas para a produção do jornal.

---

<sup>425</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 4, 23/12/1829, p. 25-27.

Por um lado, o estilo narrativo distinguiria o livro de Beauchamp dos demais; entretanto, havia um outro livro em circulação no período, o *History of Brazil* (1810-1819), de Robert Southey, cujo primeiro volume (1810) era anterior ao livro de Beauchamp. A leitura comparativa indica que Beauchamp se baseou profundamente em Southey – que é referido na introdução, como fonte de pesquisa –, seguindo a mesma seqüência de eventos, havendo mesmo capítulos bastante semelhantes. Se ambos respondiam à primeira característica, da história narrativa, podemos pensar que a escolha do livro francês em detrimento do inglês, pode ter se dado por uma maior facilidade em traduzir o francês, ou o desconhecimento da língua inglesa, por parte do redator<sup>426</sup>.

Se considerarmos essa explicação insuficiente e procedermos à comparação e diferenciação dos dois textos, podemos perceber que a versão de Beauchamp é mais “enxuta”; ele mantém constante o estilo narrativo, saltando os trechos de Southey que se atêm às longas descrições, em especial quando se trata dos diversos grupos indígenas<sup>427</sup>. Outras marcas das apropriações de Beauchamp resultaram num texto mais “leve”, ou moralmente mais apropriado para as leitoras, por eliminar as referências a comportamentos e valores exóticos dos índios, como a poligamia e antropofagia, considerados incompatíveis com uma sociedade civilizada e, principalmente, fundada segundo a moral cristã.

Southey se refere à poligamia de Caramuru de forma espontânea, como resultado da adaptação à cultura tupinambá:

The chiefs of the savages thought themselves happy if he would accept their daughters to be his wives; (...) At length a French vessel came into the bay, and Diogo resolved to take that opportunity of once more seeing his native country. He loaded her with Brazil, and embarked with his favourite wife Paraguazu,... the Great River. The other wives could not bear this abandonment, though it was only to be for a time; some of them swam after the ship in hopes of being taken on board, and one followed it so far, that before she could reach the shore again her strength failed and she sunk<sup>428</sup>.

<sup>426</sup> Pode-se pensar, também, na hipótese de, no período de publicação do Mentor, já haver a tradução da obra de Beauchamp para o português, o que não acontecia com o livro de Southey, que teve sua primeira versão em português, impressa em 1862, sendo esta, a terceira edição dessa obra.

<sup>427</sup> Seria este um exemplo de “plágio-tradução de outro plágio”, conforme análise de Pallares-Burke, 1996, p. 178. A influência de Southey sobre Beauchamp parece ter sido maior que a de uma simples referência; o *History of Brazil* serviu de texto-base para a escrita do *Histoire du Brésil*, e Beauchamp deu origem a uma nova obra, ao acrescentar e subtrair trechos e, por vezes, alterando finais de frases.

<sup>428</sup> SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. New York: Lenox Hill Pub. & Dist. Co., 1971, p. 39.

A poligamia de Caramuru e o desespero de suas mulheres, se atirando ao mar, de forma quase humilhante, também estão presentes nos outros livros de história do Brasil, mas em Beauchamp, não se faz menção a essas passagens. Em vez disso, é sugerida uma relação afetuosa entre Caramuru e Paraguaçu. Na versão impressa no jornal, idêntica ao texto francês, se diz:

A chegada não esperada do Navio Francês fez nascer a Caramuru a idéia de voltar à Europa, e dar conta ao Rei de Portugal do seu naufrágio, e estabelecimento em S. Salvador, esperando por merecer a proteção do Monarca. Obteve finalmente passagem para ele e para Paraguaçu sua mulher estimada, de que não se quis apartar<sup>429</sup>.

Um longo trecho em que Southey descreve uma “festa canibal” foi omitido por Beauchamp que, antes de saltar as 18 páginas referentes ao tema, faz uma observação crítica, como que em interlocução com Southey, sob o título “Influência da Religião no Brasil”.

Se nas graves lições que a história oferece à meditação dos homens, os crimes são em maior número do que as virtudes, é para o historiador ainda maior obrigação, assinalar com respeito as ações generosas, posto sejam raras, que honram e consolam a humanidade. Deste modo, descrevendo a vida Apostólica destes Missionários célebres, aos quais o Império do Brasil deve em grande parte a política e a prosperidade, os seguiremos passo a passo pelos bosques da América, onde os veremos despojados de todas as vaidades do mundo, e movidos por inspiração Divina, afrontar os bandos selvagens e cruéis, para os tornar humanos...<sup>430</sup>

Os “crimes” contra os costumes, a moral e a civilização são relatados por Southey com bastante detalhamento e, nesses rituais de canibalismo dos índios, as mulheres possuíam papel importante, às vezes protagonizando-os:

While preparations were making for the feast, a woman was appointed to watch the prisoner and to cohabit with him, the captor not scrupling thus to bestow his sister or his daughter. If she became pregnant, this was what they wished. It was their opinion that the child proceeded wholly from the father,

<sup>429</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 06, 06/01/1830, p. 46.

<sup>430</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 32, 07/07/1830, p. 255-256

receiving nutrition indeed and birth from the mother, but nothing more. This opinion produced a horrible consequence; the offspring of a captive was suffered to grow up; the circumstances of his birth-place and up-growing occasioned no human feelings towards him; it was always remembered that he was of the blood and flesh of their enemies, and when they thought him in the best condition they killed and devoured him<sup>431</sup>.

Instantly the body was seized by the women; they dragged it to the fire, scalded it, and skinned it. She who had cohabited with the prisoner, forced out a few tears over him, and thought it a point of honour to get, if possible, the first mouthful. The arms were cut off close to the shoulder, and the legs above the knee, and four women took each a limb and danced with them about the area. The trunk was then split. The intestines were left to the women, who boiled and ate them in broth; the head also was their share; but the tongue and brains were allotted to the children, who were also smeared with the blood. The thumb was cut off because of its use in archery, an art concerning which they were singularly superstitious...<sup>432</sup>

Essas e várias outras passagens referentes tanto à antropofagia quanto à concubinação das índias com os portugueses e a comercialização de mulheres índias, foram referidas com “naturalidade antropológica” por Robert Southey e omitidas por Beauchamp. É importante ressaltar, como lembra Raminelli<sup>433</sup>, que, em ambos os casos, se tratam de representações sobre as populações nativas do novo continente, através do viés europeu, baseado principalmente na tradição cristã e no ideal colonizador. Dessa forma, “representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do príncipe das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América”<sup>434</sup>. Os viajantes e cronistas produziam cada qual sua versão acerca desses hábitos tupinambás. Entretanto, as imagens pictóricas produzidas nos séculos XVI e XVII, segundo o autor, demonstram o descompasso entre os textos a partir dos quais as imagens foram produzidas. Nessas imagens, há uma hipervalorização da participação das mulheres nos rituais antropofágicos, ausentes nos textos, indicando a misoginia que reinava na Europa, segundo a qual as mulheres, tanto européias como índias, eram filhas de Eva e reuniam os piores predicados<sup>435</sup>.

Os livros de História do Brasil de Robert Southey e Alphonse de Beauchamp foram produzidos a partir dessas fontes do século XVI e XVII, muitos deles, testemunhos e memórias de viagens ao Brasil. Beauchamp utilizou como texto base para a sua história o

<sup>431</sup> SOUTHEY, 1971, p. 227.

<sup>432</sup> SOUTHEY, 1971, p. 231.

<sup>433</sup> RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 11-44.

<sup>434</sup> RAMINELLI, 2007, p. 12.

<sup>435</sup> RAMINELLI, 2007, p. 36.

livro de Southey e, além das omissões apresentadas acima e outras alterações tipográficas, como a divisão de extensos parágrafos em dois (que resultaram nos mesmos 3 volumes, mas em tamanho bem mais reduzido, conforme figura 7), acrescentou trechos do *Chronica da Companhia de Jesv do Estado do Brasil: do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo* (1663), do jesuíta Simão de Vasconcellos (1597-1671) e *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique* (1578), do calvinista francês, Jean de Léry (1534-1611). No primeiro caso, foram extraídos trechos específicos da atuação dos jesuítas em algumas passagens da história, enfatizando seu papel conciliatório em conflitos entre índios e colonizadores, e a intenção catequética, muitas vezes mal compreendida pelos povos indígenas. Do segundo livro foram extraídos trechos detalhados sobre o empreendimento marítimo e colonizador do oficial Villegaignon (1510-1571) em território brasileiro.

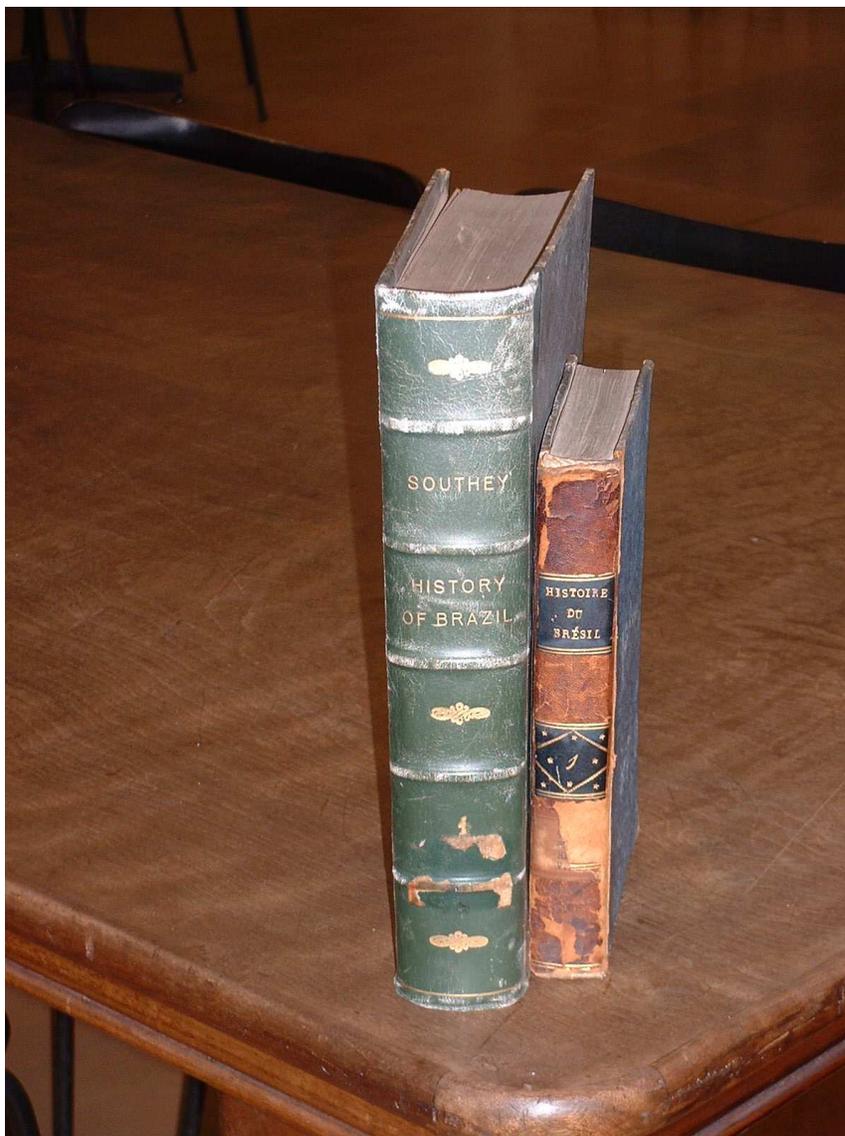


Figura 7. Foto comparativa do volume I de History of Brazil, de Southey e volume I de Histoire du Brésil, de Beauchamp. Exemplares da Biblioteca Central da UFMG.

As características do conteúdo, sem desprezar os aspectos tipográficos, constituíram, a meu ver, um dos critérios para a escolha da obra francesa como a história do Brasil que se queria difundir através de *O Mentor das Brasileiras*. Pode-se dizer que a história do Brasil escrita por Beauchamp se aproximou mais da “imagem que o Brasil tem de si próprio” ou da imagem que quis difundir acerca de seu passado, indicando também o cuidadoso papel de cumplicidade estabelecido pelo redator com seus leitores e leitoras<sup>436</sup>.

<sup>436</sup> PALLARES-BURKE, Maria L. G. *Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 162.

### 3.6- Outras indicações e contra-indicações de leitura

A seleção de livros acima integra apenas parcialmente as leituras indicadas para as senhoras brasileiras e seu uso traz pistas sobre os títulos em circulação em São João del-Rei no período de publicação do jornal. Outros livros indicados reincidentem na tendência de postular sobre a educação moral necessária para a formação da mulher virtuosa, buscando reforçar valores ligados à vida familiar e conjugal. Entre eles, encontra-se um certo *Tratado de educação pública e privada*, de M. de Suzanne, do qual, segundo *O Mentor*, “basta que se leia a eloquente introdução, com que esse autor principia o seu *Apêndice* relativo à educação das meninas.”<sup>437</sup> Aparentemente, esse apêndice é transcrito em seguida, no qual são descritas as funções de homens e mulheres na sociedade. Assim,

Se na ordem social, a mulher não representa papel algum aparente, se a administração das transações particulares, os empregos e funções públicas, a segurança e direitos dos Cidadãos, enfim, se a defesa e os mais elevados interesses da pátria são confiados à sagacidade, luzes e coragem do homem, ela não deixa de ter muitas vezes grande influência sobre os negócios, exercício do poder, ações brilhantes e mesmo sobre os grandes acontecimentos que mudam a fortuna dos estados. Mas isto não é mais do que um papel de [ilegível] que não entra nos deveres das mulheres. As suas [ilegível] reduzem-se especialmente a vigiar na educação de seus filhos, no governo doméstico, a ajudar seu marido com sãos conselhos, a consolá-lo nos desgostos, a tratá-lo nas enfermidades, a tirá-lo do caminho do erro por meio da doçura, paciência, persuasão e amizade, em duas palavras, a concorrer para o bem da família por sua terna solícitude, bom senso, razão, paciência, coragem, enfim, por uma conduta judiciosa e adesão sem limites<sup>438</sup>.

Em uma matéria extraída do periódico pernambucano *O Popular*, “Educação – As Moças”, advertências são feitas em relação às leituras das jovens: “Tornamos a lembrar aos pais a boa lição de suas filhas: se estas hão de empregar o tempo em leituras de novelas, pela maior parte despertadoras de paixões criminosas, leiam as sapientíssimas Epístolas de S. Paulo; leiam a imitação de Christo de Kempis, leiam para instrução e recreio, o Telêmaco do virtuoso Bispo Fénelon, e a Escola dos costumes pelo Abade Blanchard.”<sup>439</sup> Ao final desta

<sup>437</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 24, 14/05/1830, p. 188, extraído da *Aurora Fluminense*, n. 327.

<sup>438</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 24, p. 189.

<sup>439</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 53, 03/12/1830, p. 410-420, extraído do *Popular*, n. 38, 09/10/1830, p. 151.

lista, o redator de *O Popular* faz o seguinte comentário, omitido por *O Mentor*: “Deus nos livre de moças metidas a filósofas e discursistas”.

O periódico *O Popular*, que em seu um ano de existência se destacava pelas matérias relacionadas à educação das mulheres – sendo um outro periódico do período que também difundia fábulas –, relacionava a doutrina cristã como a principal leitura a ser feita pelas mulheres. Apontava o perigo da leitura de *novelas*, pelo caráter inverossímil, *elementos amatórios* e *paixões exageradas* presentes nestes tipos de leitura. Entretanto, nas palavras do redator, “não reprovamos absolutamente o honesto recreio das novelas; mas é preciso que os pais examinem a qualidade das novelas; os contos morais de Marmontel podem ser lidos pela mocidade sem perigo, e com vantagem pelas excelentes máximas que encerram; mas a principal leitura dos meninos deverá ser o Evangelho e as Epístolas de S. Paulo”.<sup>440</sup>

A religião aparece como argumento para se considerar o *Emílio* de Rousseau (refere-se a “Emília”) como obra “desonrada” e, entre outros motivos, é citada como obra contra-indicada:

Abramos a Emília do eloqüente Rousseau, veremos como este homem extraordinário tem reunido em seu livro, debaixo do ponto de vista o mais sedutor possível, aquilo que se acha de mais racional em todos os Instituidores conhecidos. Este livro é cheio de maravilhosos métodos, e sublimes lições. Mas que desgraça! A maior parte de seus métodos, tão belos em teoria, são impraticáveis no exercício. Suas sublimes lições de moral são bem extravagantes, por se propor a exterminar a sociedade, separando os homens, que se devem unir. O seu livro enfim é quase todo desonrado pelas suas animosidades contra a Religião! Ah! Este livro, que devia e podia ser o Código da sabedoria, o tipo dos costumes, e a fonte da felicidade pública não é mais do que um resumo de escândalos, onde algumas verdades úteis são sufocadas por erros, que as envolvem de todas as partes.(...) é preciso escolher com prudência o que há de bom e judicioso nos autores, cujas lições vamos beber, fazer disto um plano de educação civil e Religiosa, e então começaremos a gozar da esperança de um dia vermos jovens bem moralizados, homens honestos e Cidadãos proveitosos<sup>441</sup>.

As críticas perceptíveis se referem à artificialidade dos métodos da “educação natural” de Emílio, pela hipotética e irreal situação de isolamento de preceptor e educando do convívio social; outrossim, seu posicionamento crítico à religião teria desagradado os leitores e leitoras em adotar a obra como “código de sabedoria”. Estas parecem ser as únicas

<sup>440</sup> *O Popular*, n. 20, 07/08/1830, p. 79-80.

<sup>441</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 65, 04/03/1831, p. 530

restrições à obra de Rousseau que, no entanto, segue sendo referência para *O Mentor* e demais periódicos com os quais dialoga, para desenvolver diversos temas relacionados à educação da mulher, à amamentação, a obediência ao homem, etc.

Uma suposta – e interessante – correspondência da leitora que assina *Varinha de marmelo* denunciava o anúncio de venda de um livro, considerado pecaminoso, intitulado *Significação amorosa das Flores, ou Linguagem dos Amantes, dedicada à mocidade*, publicado no periódico restaurador *Amigo da Verdade*, de São João del-Rei. O livro estaria à venda na tipografia de mesmo nome. Segundo a correspondente, “dar-se à luz uma obra, que ninguém ainda se lembrou de a imprimir, e que apenas corria manuscrita por mãos de gente a mais imoral, só estava reservado para a Tipografia do Amigo da Verdade em São João del-Rei!”<sup>442</sup> Trata-se de um relato interessante, pois se refere à “imoralidade” em circulação por meios alheios ao impresso; fica a pergunta sobre quão intenso era o “submundo” da circulação manuscrita e, conseqüentemente, a real batalha que estava sendo travada pelos jornais em busca da moralização de leitoras e leitores.

Por fim, para complementar a formação moral e cívica das mulheres, o texto com o maior índice de recomendação era a Constituição do Império, considerada doutrina máxima e leitura obrigatória de todo cidadão. Sua presença se fazia marcante nas escolas, nas epígrafes de diversos periódicos<sup>443</sup> e a venda era difundida em larga escala, sendo anunciado por 320 réis nas tipografias. O redator de *O Mentor das Brasileiras* assim dizia, em referência à primeira lei imperial relativa à organização da instrução pública:

hoje, porém, que a Nação principia com a saudável Lei de 15 de Outubro de 1827 a cuidar melhor na vossa educação moral (...); aplicai-vos decididamente aos primeiros estudos, que a Nação vos promoverá os segundos; tende sempre diante de vossos olhos o sagrado código da nossa Constituição para quando a sorte vos fizer mães de famílias, imbuir a vossos filhos nestas santas doutrinas, únicas que podem fazer uma política perfeita na nossa pátria.<sup>444</sup>

<sup>442</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 34, 21/07/1830, p. 269

<sup>443</sup> JINZENJI, Mônica Y. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais.

<sup>444</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 14, 05/03/1830, p. 106.

## Capítulo 4

### GÊNERO E VIRTUDES

---

Ao longo das matérias publicadas em *O Mentor das Brasileiras*, é constante a idéia já presente em vários livros compilados e anteriormente analisados de que para bem e convenientemente educar o belo sexo deve-se cuidar para o fato de que “O destino de uma mulher está compreendido nestes dois títulos não menos nobres, *esposa* e *mãe* de um cidadão”<sup>445</sup>. Tal contribuição para a “reforma” da sociedade já tinha sido trazida ao novo mundo pelos jesuítas, que tinham, como um dos pontos básicos do projeto de colonização, fazer com que os índios e colonos abandonassem as concepções, práticas sexuais e matrimoniais nativas, para adotar o casamento segundo a doutrina católica<sup>446</sup>. Acrescia-se, no presente contexto, a idéia de que o fortalecimento do Estado Nacional dependia da constituição de cidadãos e cidadãs virtuosos.

Ao longo do período colonial até princípios do século XIX, em Minas Gerais, as práticas de convívio e arranjos familiares teriam se dado de forma diferenciada, se comparadas com as demais regiões brasileiras. A quase inexistência de mulheres originárias da metrópole portuguesa somada à intensa atividade mineradora e à urbanização fizeram com que, nesta província, a família nuclear e patriarcal não se consolidasse como forma de arranjo predominante. Ao invés, uniões consideradas ilícitas pela igreja católica, em especial por não estarem vinculadas ao matrimônio, e o nascimentos de filhos ilegítimos, teriam tornado essas práticas bastante heterogêneas em solo mineiro<sup>447</sup>, além de haver uma grande proporção de mulheres chefiando famílias<sup>448</sup>. Tais especificidades, no entanto, não fragilizariam a idéia de que, também em Minas, os laços familiares possuíam importância central na organização das relações sociais, não importando o sexo dos chefes de família; o sentimento de pertencimento

---

<sup>445</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 10, 01/02/1830, p. 80, citando trecho do *Farol Paulistano*.

<sup>446</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. Da universidade de São Paulo, 1984, p. 35.

<sup>447</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

<sup>448</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 51.

a uma determinada família teria predominado sobre o de indivíduo isolado<sup>449</sup>, e a isso, Brügger sugere o uso do termo “familismo”, visto como mais adequado que “patriarcalismo”.

A imprensa periódica liberal moderada deixava também suas marcas na defesa à família, considerada a base para uma sociedade livre. A construção dos argumentos passava pelo combate às relações e uniões consideradas licenciosas e à luxúria, por um lado, e uma crítica, essa mais insistente, sobre os casamentos baseados nos valores do “antigo regime”, da aristocracia que enaltecia o luxo, a aparência e os títulos de nobreza. *O Mentor das Brasileiras* dialogava com jornais e outros impressos que possuíam a mesma afinidade no tratamento dessas temáticas, contribuindo para a circulação dessas idéias e valores. Segundo essa concepção, a família era considerada célula do organismo social, e de seu bom funcionamento dependia o bom funcionamento da sociedade. De acordo com a seguinte matéria, extraída do *Manual das Brasileiras*,

Tem-se muitas vezes dito que uma Nação não pode ser livre sem ter bons costumes; (...) Chamam-se costumes de um povo e de um indivíduo os hábitos em que está esse povo, e esse indivíduo. Para que estes costumes sejam bons, é necessário que a moral os prescreva e os dirija.(...) Vejam agora os pais e mães se é ou não justo formar escrupulosamente a moral privada da sua família. Procuremos, Brasileiros, e Brasileiras, que a moral doméstica seja bem dirigida; procuremos acostumar-nos a praticar a virtude, e a nossa bela Pátria será a [ilegível] da liberdade.”<sup>450</sup>

Partindo desse entendimento, de família e Estado serem interdependentes, a mulher, enquanto esposa e mãe, possuía um papel de extrema importância, sobretudo num Estado recém independente que almejava atingir o estatuto de moderno e civilizado, de acordo com os padrões das nações européias.

*Virtude*, conforme definição da época, era entendido como “o exercício dos deveres morais, civis, sociais ou religiosos”<sup>451</sup>. Nesse contexto, a mulher virtuosa, fosse como esposa ou como mãe, traria benefício público, pois se lhe atribuía o poder de exercer sua influência sobre o marido e os filhos, produzindo a “decência pública”<sup>452</sup>. A necessidade de se

<sup>449</sup> BRÜGGER, Silva M. Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei- séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 49.

<sup>450</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 41, 10/09/1830, p. 326-327. (Do *Manual das Brasileiras*)

<sup>451</sup> Dicionário de Antônio Moraes e Silva. 1813, p. 857, tomo II.

<sup>452</sup> LEWIS, Jan. The republican wife: virtue and seduction in the Early Republic. *The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., vol. 44, n. 4, Oct/1987, pp. 689-721, discute sobre a “esposa republicana”; KERBER, Linda.

educar a mulher pode ser entendida como resultante da percepção do seu poder civilizador<sup>453</sup>; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era a responsável pelo cuidado à primeira infância. Em muitos casos, as mães eram, também, as preceptoras das próprias filhas, tanto nos ensinamentos morais quanto nos das primeiras letras, anteriormente ao período em que a escola se estabeleceria e seria reconhecida nesse papel. Não podemos deixar de destacar a importância que passava a ser atribuída também aos ensinamentos cívicos e religiosos, agregados ao papel de mãe no novo contexto sócio-político.

Cabe discutir agora a que mulheres o jornal se referia e se dirigia, uma vez que é impossível considerar no singular a heterogeneidade das condições sociais e raciais do universo feminino do período. O esforço em definir a mulher virtuosa era acompanhado da defesa de certas qualidades como a castidade, moderação, instrução, patriotismo, o gosto pelo trabalho, e a crítica a outras, como o luxo, a vaidade, o ócio. Uma forma de aproximarmos dessas mulheres seria pelas características físicas; é possível perceber, tanto a partir do que se afirmava quanto do que se buscava negar, que a aparência física compunha uma das dimensões da mulher virtuosa, sendo a *beleza* um “atributo necessário do caráter moral e da posição social”<sup>454</sup>.

*O Espelho Diamantino*, primeiro periódico brasileiro dedicado ao público feminino, sintetizava esses valores, dizendo que, nas mulheres, “a limpeza mais extremosa e prudente cuidado do traje e ornato, são virtudes, uma vez que elas assim conservam a saúde e formosura, agradam aos olhos da família e do esposo, fazem o encanto da sua casa e, neste asseio exterior, oferecem uma imagem da pureza de sua alma”<sup>455</sup>.

---

*Women of the Republic*. Intellectual and ideology in Revolutionary America. New York; London: W.W. Norton & Company, 1986, discute sobre a “mãe republicana”, no context norte-americano pós-independência.

<sup>453</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*, p. 17.

<sup>454</sup> GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette. *História das mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Vol. 3. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990, p. 85.

<sup>455</sup> *O Espelho Diamantino*, n. 03, 15/10/1827, p. 46.

#### 4.1- A beleza como virtude

Em uma breve matéria, *O Mentor das Brasileiras* publicou a seguinte lista:

Para que uma senhora seja perfeita em beleza, deve possuir as *trinta* qualidades seguintes: a saber=  
 Três coisas brancas: a pele, os dentes e as mãos  
 Três pretas: os olhos, as pestanas, e as sobrancelhas  
 Três vermelhas: os beiços, as faces e as unhas  
 Três longas: o corpo, as mãos e os cabelos  
 Três curtas: os dentes, as orelhas, e os pés  
 Três largas: o peito, a testa e as pálpebras dos olhos  
 Três estreitas: a boca, a cintura e a planta do pé  
 Três grossas: os braços, as nádegas e a barriga da perna  
 Três finas: os dedos, os cabelos e os beiços  
 Três pequenas: os seios, o nariz e a cabeça<sup>456</sup>.

Esta lista parece ser uma das variações de uma “lista de belezas” atribuídas à mulher que, originada na tradição oral européia, foi evoluindo de três características para trinta, ao longo do século XVI. Uma lista semelhante, que teria circulado no século XIX, possui 33 características:

Três longas – cabelo, mãos e pernas  
 Três pequenas – dentes, orelhas e seios  
 Três largas – testa, peito e ancas  
 Três estreitas – cinta, joelhos e o “sítio onde a natureza colocou tudo o que é doce”  
 Três grandes – (mas bem proporcionadas) altura, braços e coxas  
 Três finas – sobrancelhas, dedos, lábios  
 Três redondas – pescoço, braços e ...  
 Três pequenas – boca, queixo e pés  
 Três brancas – dentes, garganta e mãos  
 Três vermelhas – faces, lábios e mamilos  
 Três pretas – sobrancelhas, olhos e “o que você deve saber”.<sup>457</sup>

<sup>456</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 10, 01/02/1830, p. 80

<sup>457</sup> GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette. *História das mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Vol. 3. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990, p. 85.

A lista brasileira, além de não se referir às partes que podem ser vistas como “pudendas”, como os mamilos e os trechos entre aspas, destaca a mulher perfeita em beleza como aquela de pele branca, nariz e beijos pequenos. Esses atributos naturais, presentes em mulheres de origem européia, excluía boa parte da população brasileira, formada por negros e mestiços, e indica como aqueles que produziam e consumiam o impresso, representavam a mulher ideal, ou aquela que era valorizada socialmente, e com a qual as leitoras deveriam se identificar.<sup>458</sup>

A beleza e a juventude como um dos atributos valorizados da mulher e pela mulher brasileira é observado em destaque pelo alemão Schlichthorst, quando de sua estada no Brasil na década de 1820. Em suas palavras, “a beleza e a mocidade têm ali muito mais alto valor do que em qualquer parte do Velho Mundo”<sup>459</sup>; numa mesma tendência, o periódico *O Espelho Diamantino* afirmava em seu prospecto, que “devemos declarar que o título de Espelho Diamantino não foi meramente escolhido por fantasia. O espelho é o confidente mais estimado das Senhoras, e poucas há que com ele se não entretenham um bom bocado cada dia”<sup>460</sup>.

A relação da mulher com a beleza era também tratada de forma anedótica, sugerindo que as mesmas incorriam em exageros, que as faziam se afastar do bom senso. Em uma matéria intitulada “Ofensa que se não perdoa”, assim se dizia:

De todas as injúrias, a única que as mulheres não perdoam é o chamarem-lhes feias. Na Corte de Luiz XIV, duas Senhoras do Paço altercavam vivamente; chega o Duque de Roquelaure na força da contenda; alguém intercedeu, para que ele as acomode; mas pergunta o Duque = Chamaram-se elas mutuamente feias? = Não, Sr. = Então, bem, eu me encarrego de as reconciliar. (Isto é dito com alguma restrição porque no belo sexo já temos muitas Senhoras que pensam de diversa maneira).<sup>461</sup>

Embora se admita que aparentemente nem todas as mulheres fossem tributárias da beleza, o significativo número delas justificava a insistência na moderação em relação aos cuidados com a aparência. Tal assunto aparece de forma tensa no jornal, como foi visto no capítulo 2 em que se sugeria que muitas leitoras se ressentiam da ausência dos assuntos

<sup>458</sup> JULIO, Kelly L. E FONSECA, Thaís Nívia de L. e. Educação através do corpo: dois mundos que se encontram. In: XXIII Simpósio Nacional de História: História, guerra e paz, 2005. Londrina: Editora Midia, 2005. V. 1.

<sup>459</sup> LEITE, Miriam Moreira (Org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 115, citação de 1825.

<sup>460</sup> *O Espelho Diamantino*, prospecto sem data, provavelmente 1827, p. 4.

<sup>461</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 93, 23/09/1831, p. 744.

relativos à moda no jornal; da mesma forma, no capítulo anterior, vimos a mesma idéia sendo apresentada a partir das Aventuras de Telêmaco e da fábula da raposa e a máscara. Fosse por meio de analogias e metáforas, ou de forma mais direta, o combate a essas inclinações da *Deusa caprichosa* requeria esforços contínuos do redator.

Ainda é com pesar nosso que conhecemos algumas Senhoras possuídas de tanta vaidade e indiscrição, que passam a maior parte do dia nos tocadores já concertando um cabelinho, já arranjando com graça o pente sobre a cabeça, já polindo as faces e até com medicamentos, que as envelhecem antes do tempo, já em fim tomando no espelho todos os trejeitos, que lhes dita a fantasia esquentada só para o fim de se fazerem agradáveis, enquanto o seu espírito jaz embrutecido, entregue a uma total inação...<sup>462</sup>

O combate ao exagero parecia ser a verdadeira batalha a que o jornal se prestava, visto que não se questionava a importância da beleza da mulher e, entre outras formas, ela era também referida como pertencente ao “belo sexo”. A crítica recorrente pode ser melhor entendida se considerarmos que, desde a chegada da família Real ao Brasil, assistiu-se à “invasão” da cultura européia, que se materializava de diversas formas, entre elas com a maior variedade de circulação de impressos, produtos, hábitos e valores.

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro foi se transformando na verdadeira capital cultural inspirada nas nações européias, com grande destaque para a França, de onde se importava principalmente leitura e moda. Desse modo, a rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, foi se consolidando como o local em que se instalavam as principais lojas de roupas, tecidos e produtos importados, passando a ser freqüentada pela elite Imperial<sup>463</sup>. Um certo militar alemão chegava a admitir que, ao transitar por essa rua, sentia-se na própria Paris, e que a longa fila de lojas lembrava o Palais-Royal<sup>464</sup>. A vila de São João del-Rei também desenvolvia sua urbanidade nos “padrões aristocráticos”, contando, nas primeiras décadas do século XIX, com uma Casa de Ópera, três teatros e uma orquestra<sup>465</sup>.

É possível imaginar que, tendo a “inclinação” aos enfeites e às modas, e diante dos novos repertórios sociais demandados aos membros da “boa sociedade”, as senhoras

<sup>462</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 11, 08/02/1830, p. 81-82 (continuação da discussão moral da fábula: a raposa e a máscara de teatro)

<sup>463</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.11-93.

<sup>464</sup> LEITE, Miriam Moreira (Org.) A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1984, p. 116. Referindo-se a livro do alemão Carl Schelichthorst, 1825.

<sup>465</sup> JULIO, Kelly Lislle. Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João del-Rei e São José del-Rei (1808-1840). Belo Horizonte, Faculdade de Educação/UFMG, dissertação, capítulo 2.

brasileiras procurassem se apropriar dessa tendência, inaugurada no nascente “Império nos trópicos”<sup>466</sup>. Em uma das primeiras matérias a tratar do assunto, *O Mentor das Brasileiras*, ainda entusiástico a respeito de informar as leitoras sobre as modas em voga, dava detalhes sobre a recepção seletiva desses modelos estrangeiros.

Achamo-nos em uma posição menos favorável para darmos as mais prontas notícias sobre as modas. A Corte do Rio de Janeiro é hoje o caminho delas, que quase sempre nos vêm das Nações Estrangeiras; ali se encontra a maior variedade no traje, e no vestir; o concurso de imensos estrangeiros, que diariamente procuram aquele porto, apresenta aos olhos de um especulador, grande embaraço na escolha do melhor traje; contudo, tem-se notado, que o traje à Francesa tem sido o mais seguido, por se julgar o mais análogo à delicadeza de corpo de nossas Brasileiras.

Em um país central, em que nos achamos, não podemos com evidência assegurar, qual seja presentemente na Corte a moda dos vestidos das Senhoras, e nem seria possível afirmarmos um objeto, cuja variedade tem a sua regra no capricho dos Estrangeiros, que daí fazem muitas vezes os únicos meios de sua subsistência. Contudo, somos informados que na Corte os corpos de vestidos compridos têm decididamente a vitória, apesar da resistência que o bom gosto das Senhoras Brasileiras fez a favor das cinturas ligadas debaixo do seio, moda certamente mais natural, e elegante; mas quem pode se opor à caprichosa Deusa? Os vestidos já existem mais degolados, porém esta moda não está muito exagerada; as mangas são demasiadamente largas; as [guarnições] sofrem grande variedade na forma, segundo o gosto particular de cada um, todavia elas são altas, e sobem de ordinário até os joelhos. A cor-de-rosa tem na Corte a maior aceitação, e tal tem sido a extração das fazendas desta cor, que elas têm chegado a um preço bem excessivo, segundo nos asseguram as pessoas do comércio; e é constante, que um retrato de nossa Imperatriz vindo de Munich com uma fita desta cor deu ocasião à imitação das nossas Brasileiras, o que contudo não podemos assegurar com o cunho da evidência.

É o que por ora podemos ainda receosamente dizer sobre este objeto, assegurando às nossas jovens Brasileiras, que já procuramos correspondência para a Corte do Rio de Janeiro e mesmo para França, donde esperamos informações mais verídicas sobre as modas, que seremos prontos em fazer publicar<sup>467</sup>.

A rentabilidade dos estabelecimentos que comercializavam esses produtos resultou numa lei, em 1831, que fixava a arrecadação de imposto para as casas de moda, de quarenta mil reis anuais, metade dos encargos de uma casa de leilões<sup>468</sup>. Talvez esse excessivo entusiasmo pela moda estrangeira, em especial a francesa, tenha aflorado os valores

<sup>466</sup> Termo usado por SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>467</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 6, 06/01/1830, p. 47,48.

<sup>468</sup> Lei de 15 de novembro de 1831, Artigo 51, parágrafo 12. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Considere-se como referência, que em 1829, um par de sapatos femininos custava 1\$600 (apud LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003, anexo).

nacionalistas que se viam ainda fragilizados pela constante instabilidade do governo. Se afirmava com temor que “a maior vantagem de uma associação política não consiste tanto em adquirir a liberdade, como em estabelecer os meios de a conservar”, e o Brasil caminhará para o retorno ao “cativeiro”, caso não saiba evitar as ameaças que o cercam<sup>469</sup>. Em Estados recém tornados independentes e em formação busca-se distanciar do passado colonial fundando uma “nova era”, com novos papéis para os cidadãos e, entre os novos valores, a recusa àqueles associados à vida de corte europeia parece ser uma constante nas américas<sup>470</sup>.

Quase que de forma contraditória, a mulher bela, que deveria ser herdeira das características fenotípicas europeias, era estimulada a valorizar sua beleza “natural” e os produtos nacionais, como é possível perceber em uma série de matérias que tratavam desse assunto. O periódico carioca *O Tribuna do Povo*, que dedicou várias matérias à defesa da educação do belo sexo, forneceu uma série delas que defendiam o nacionalismo das modas, e foram reimpressas por *O Mentor*:

A beleza natural das Brasileiras faz com que elas realcem mais com a simplicidade grega, muito própria do nosso País, do que com os assalvajados [sic] ornatos Franceses inventados na Europa para encobrir as faltas da Natureza, e apresentar como próprias aquelas belezas que são unicamente filhas da arte, e que de nem um modo são próprias àquelas pessoas a quem a Natureza dotou de qualidades que as tornam belas e capazes de se fazer amáveis<sup>471</sup>.

Ainda segundo *O Tribuna do Povo*, a valorização da beleza e a adesão à moda francesa fazia parte também do repertório masculino, o que era admitido de forma lastimosa.

É quase geral entre as pessoas do belo sexo, o uso das modas francesas; e bem poucas são as exceções. (1) Ora à vista do que expusemos no número antecedente, isto é, à vista das vantagens que sobre as demais Nações têm as Senhoras Brasileiras pelos seus dotes naturais, quem não reconhecerá que as modas Francesas são bem pouco adaptadas às nossas Patrícias? (...) (1) Talvez alguém nos dirá que o Sexo Masculino é dado ao mesmo defeito. É verdade, por desgraça nossa; e não foi certamente assim que se formaram os Brutos, e Mucios; porém, não nos propusemos a doutrinar aos do nosso Sexo, e por isso nos não cabe a censura<sup>472</sup>.

<sup>469</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 126, 11/05/1832, p. 993-995.

<sup>470</sup> LEWIS, Jan. The Republican wife. Virtue and seduction in the Early Republic. *The Willian and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser., vol. 44, n. 4 (Oct. 1987), pp. 689-721, p. 697.

<sup>471</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 63, 18/02/1831, p. 502, extraído do *Tribuna do Povo*.

<sup>472</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 65, 04/03/1831, pp.518-519, extraído do *Tribuna do Povo*.

O combate ao consumo de produtos franceses e estrangeiros em geral passou a ditar a tendência das matérias que discutiam sobre moda e em outras seções, como em uma notícia sobre os acontecimentos recentes no Rio de Janeiro, em que franceses armados cometeram crime contra um fazendeiro. Em protesto, diz a matéria que

(as Senhoras), indignadas contra este ultraje feito à Nação na pessoa daquele Brasileiro honrado, tomaram como ponto de honra, não irem e nem mandarem comprar coisa alguma de objeto de luxo às Lojas Francesas, cujo comércio muito tem sentido nesta parte; este procedimento pode mesmo influir por muito tempo sobre as relações do comércio estrangeiro no Brasil; pois que uma antipatia originada as vezes por pequenas circunstâncias pode engrossar-se a tal ponto que seja capaz de mudar os hábitos dos povos; e talvez que este sucesso tão doloroso e sensível para nós, produzam ótimos resultados, infundindo nas nossas patrícias maior adesão e amor à sua Nação, e alguma aversão (não digamos tanto), alguma indiferença, a respeito dos Estrangeiros<sup>473</sup>.

Uma outra tentativa de reverter o “estrangeirismo” teria sido discutida ao nível da administração pública, com os principais representantes da província servindo como exemplo de valorização dos produtos brasileiros para o desenvolvimento da indústria nacional.

Um exemplo bem edificante parece vai agora persuadir as nossas patrícias para deixarem o ruinoso luxo, que até aqui tem consumido os cabedais de muitas famílias, que por fim vêm acabar na miséria. Os nossos Conselheiros da Província e mais o Exm. Presidente pretendem este ano, comparecerem em Conselho vestidos unicamente de panos manufaturados na nossa Província; agora já os ricos proprietários, esperançados de que os gêneros de suas culturas manufaturados terão extração capaz de satisfazer com lucro o seu trabalho e despesas, não se negarão a empregar os seus capitais para o estabelecimento de fábricas de tecidos de lã e algodão, e talvez da mesma seda, quando se possa conseguir a propagação do bicho, que a produz; entretanto, a exemplo dos Senhores Conselheiros, os mais farão uso destes panos, e o belo sexo, à proporção que se for instruindo, irá deixando a toilette, que a deprecia nos olhos do homem que pensa bem; e nem as Senhoras terão pejo de se trajarem com os adornos de seu país, logo que verem que os homens são os primeiros a lhes darem as lições da parcimônia no traje, e modéstia nos vestidos; oxalá, que tal exemplo surta o devido efeito (...)<sup>474</sup>.

A crítica à imitação dos padrões estéticos estrangeiros fazia parte também de uma discussão mais ampla, relativa ao luxo enquanto ostentação e a economia das aparências, legado considerado repulsivo, deixado pelo Antigo Regime.

<sup>473</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 46, 15/10/1830, p. 363.

<sup>474</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 93, 23/09/1831, p. 741-742.

## 4.2- Prejuízos que o luxo causa ao Estado e à família

Quando do seu surgimento, em 8 de janeiro de 1831, o periódico carioca *O Simplício*, num tom entre jocoso e provocador, explicava seus propósitos, a partir da epígrafe: “nenhum camarãozinho escapará pelas malhas da minha rede”: “combaterei os erros, e as leviandades quer de um, quer de outro sexo; - as espertezas dos Empregados Públicos; - os despotismos dos Administradores responsáveis; - as fofices e modas dos *petit-maitres* e suas damas (...)”<sup>475</sup>. Algumas semanas após o lançamento do primeiro número, *O Mentor das Brasileiras* o anunciava, dizendo:

Publica-se agora no Rio de Janeiro em pequeno formato, uma nova folha intitulada o *Simplício*, que tem por fim censurar com graça os vícios do nosso século; este Escritor nos parece ser de um gênio gracejador, e se bem que não se proponha a tratar de Política, não deixa contudo de dar suas penadas sobre alguns atos irregulares do Governo.<sup>476</sup>

---

<sup>475</sup> *O Simplício*, n. 1, 08/01/1831, p. 1

<sup>476</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 60, 28/01/1831, p. 474.

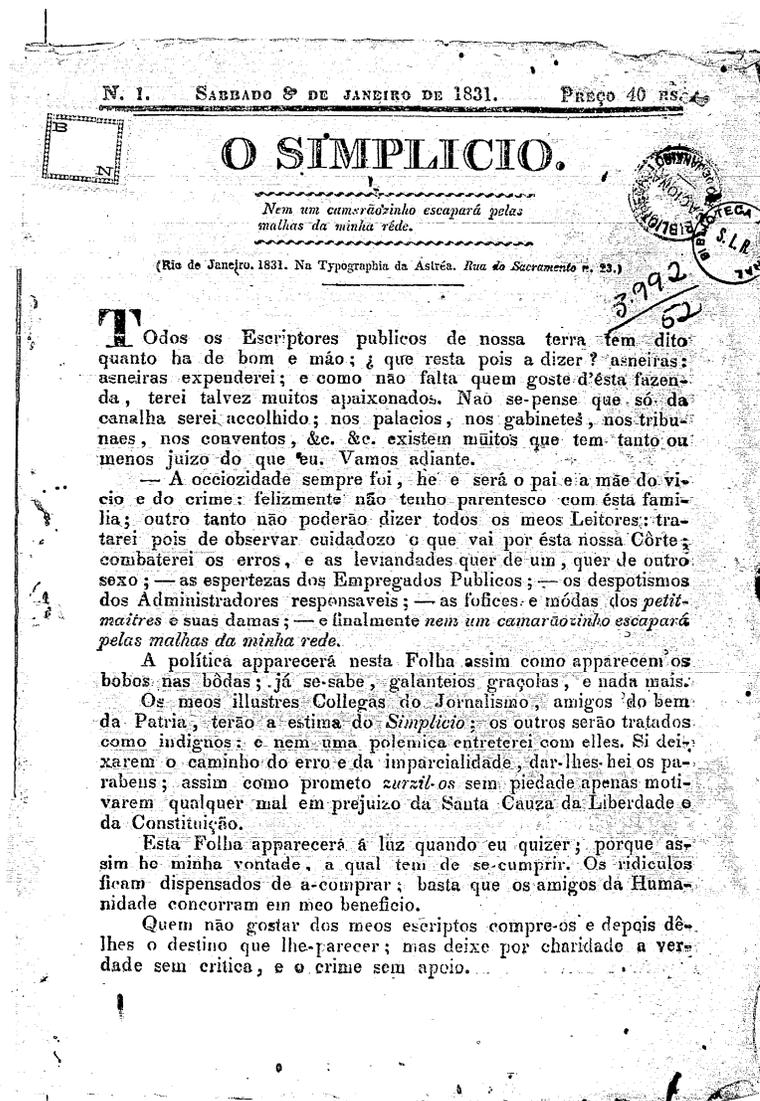


Figura 8. Primeira página do primeiro número de O Simplicio. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 8 de janeiro de 1831.

Este periódico se tornaria o mais citado entre todos aqueles dos quais se extraiu algum conteúdo para compor matérias em *O Mentor das Brasileiras*. A frequência com que apareceu, 24 vezes, pode ser explicado pelo tom direto e incisivo com o qual criticava o luxo nas roupas, os rituais e hábitos aristocráticos, e o descuido com o “cultivo do espírito”, tanto pelas moças quanto pelos rapazes, repertório esse já há muito presente no periódico sanjoanense. Com linguagem ácida, tratava dos assuntos sempre de forma provocativa, e sua crítica à “cultura aristocrática” foi em boa medida incorporada pelo redator de *O Mentor*. Saía em intervalos irregulares, mas não inferior a quinze dias e possuía número de páginas variadas, tendo tido uma produção constante até 1833, reaparecendo na década de 1850. Algumas variações do *Simplicio* surgiram em seguida, ainda na década de 1830, e tiveram

duração de poucos números, como *A Mulher do Simplício* (que teve uma citação em *O Mentor*), o *Filho do Simplício* (com três citações), *O Simplício da Roça*, e *A verdadeira mãe do Simplício*<sup>477</sup>.

Ao contrário do Tribuno do Povo, que afirmava estar fora de seus propósitos tentar doutrinar os homens, o Simplício não perdia oportunidades para criticá-los, especificamente os *petit-maitres*. Estes eram caricaturados como exageradamente preocupados com a aparência e a moda, delicados e afeminados, ociosos e acomodados sob a proteção paterna. Trata-se do equivalente masculino do perfil indesejado para as mulheres, e ambos representariam a ruína de uma nação.

Em os NN. antecedentes mencionei quais as tafularias mais exóticas que haviam sido decretadas pela soberania dos Figurinos, de quem os Srs. e Senhoras rigoristas são fiéis e humildes vassalos; e agora farei ver o estado em que se acham os meninos Petit maitres. Por um milagre espantoso, não se sabe de que santo, tem havido pouca alteração no modelo das casacas, estes últimos dois meses; mas há dias nota-se nos Srs. tafulões uma indisposição geral contra as golas, que julgam desnecessárias, visto que o encaracolado reboço do coletinho pode servir d'uma e outra coisa. Valhanos essa engraçada economia apesar de principiar pelo pescoço!(...)  
Somos rapazes de bom gosto, e apreciamos as modas porque nascemos no século das luzes; dizem alguns desses rigorosos retalhinhos de fazenda avariada; (...) e pensais vós Leitores, que são eles os únicos culpados? Como vos enganais: muitos pais de família dão motivo à perdição de seus filhos (...) para alguns, uma cama de madeira do país, feita por operários nacionais, é ninho de percevejos e motiva sonhos inquietos; os sofás estrangeiros fazem diminuir a frouxidão dos nervos; as ricas cadeiras de mogno dão fortuna a quem joga (...).<sup>478</sup>

Segundo as representações em circulação, os *Petit-maitres* e suas admiradoras incorporavam a estagnação de uma nação, pois se ocupavam unicamente das aparências, negligenciando todo o resto. Na construção dos papéis femininos e masculinos, reforçava-se a todo o tempo que as mulheres não foram feitas para as armas; seu patriotismo seria canalizado através da administração familiar, maternidade e beneficência. Em contrapartida, o homem que não possuía a “inclinação para as armas”, era visto como inútil para defender a nação com patriotismo. Segundo o *Simplício*,

É inegável, leitores, que um Petitmaitre nem pode ter préstimo para si, nem para a Pátria: seus Ídolos são apenas alguma menina inesperta, a quem seus

<sup>477</sup> A autoria é desconhecida, e não há indícios para afirmar que as variações do *Simplício* tenham mesma autoria ou se estão relacionados. Segundo Marco Morel, o redator da *Mulher do Simplício* era o livreiro Francisco de Paula Brito (MOREL, p. 113).

<sup>478</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 108, 06/01/1832, p. 861, extraído do *Simplício*.

Pais consentem estar todo o dia na janela, e todas as noites de novena em novena; e a esperança de pingues heranças, para poderem nutrir seus vícios e paixões desenfreadas! Mas se aparece o grito – Às armas! –, correm para casa das Dindinhas, e se colocam por detrás das vidraças, de lenço amarrado na cabeça, espreitando as novidades, e de espaço a espaço aplicando o nariz à fresta, experimentando se cheira a pólvora ou a chamusco, como a pouco aconteceu. (...) Eis aqui o préstimo dos importantes apreciadores das ridículas tetéias, com que os espertos d’outra terra levam o ouro e a prata do Brasil!<sup>479</sup>

O gracejo em torno do “enfraquecimento do patriotismo” e do “contingente bélico nacional” indica menos que tais fatos eram entendidos de modo literal, do que uma crítica das conseqüência do gosto pelo luxo. Este, era visto como um dos principais sustentáculos dos estados Monárquicos e despóticos, uma vez que a servidão e a desigualdade de fortunas era condição para a manutenção da opulência dos grandes reinos. Tais idéias, discutidas por Montesquieu em *O espírito das leis* (1748), eram constantemente referidas pelos periódicos e sustentavam os argumentos em defesa da Monarquia Constitucional pelos liberais moderados.

Nem tudo se pode conseguir de uma vez, é verdade; mas já era tempo das nossas belas Patrícias conhecerem que o desordenado luxo tem sido e é um dos engodos com que o despotismo costuma entreter os povos, para que não sintam as pesadas algemas com que lhes arrocham os inocentes pulsos! O luxo e a profusão de modas estrangeiras não têm outro préstimo senão para iludir e empobrecer os incautos, tornando-os até indiferentes aos gemidos da Pátria opressa!<sup>480</sup>

O luxo estava também diretamente associado à necessidade de distinção entre os cidadãos. Segundo Montesquieu, “quanto mais houver homens reunidos, tanto mais esses serão fúteis e sentirão nascer neles o desejo de se notabilizar por pequenas coisas”, e o luxo confere essa esperança<sup>481</sup>. Nas Monarquias absolutistas, essa distinção era conferida através dos títulos de nobreza e demais rituais e, com a vinda da família Real ao Brasil, essa cultura foi juntamente trazida e reproduzida em solo brasileiro. Durante sua permanência no Brasil, D. João teria nomeado 254 titulares, entre aqueles nobres migrados de Portugal e a paga de favores recebidos no novo reino, o que fazia com que a elite dirigente carioca se esforçasse para ganhar proximidade do rei, na esperança de serem brindados com títulos e honrarias<sup>482</sup>. Machado de Assis se refere ironicamente a essa situação, no conto *A pianista*, em que Tibério

<sup>479</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 78, 10/06/1831, p. 622, extraído do Simplício.

<sup>480</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 78, 10/06/1831, p. 621, extraído do Simplício.

<sup>481</sup> MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995, p.71.

<sup>482</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.159-160.

Valença, um sincero admirador da nobreza bragantina e seus fidalgos, cede espontaneamente sua casa para alojar os nobres que acompanhavam o príncipe regente, quando de sua chegada ao Rio de Janeiro. Além desse ato de generosidade, “Basílio Valença não só impôs a condição de que não se lhe devolveria a casa enquanto fosse necessária, senão que declarou peremptoriamente não aceitar do fidalgo alojado o mínimo real”<sup>483</sup>.

Na Constituição de 1824, a concessão de títulos de nobreza figurava entre as atribuições do Imperador, formalizando-se, assim, o nascimento de uma “nobreza nos trópicos”. Foi assim que, nos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, entre marqueses, condes, viscondes, barões, etc., foram criados 689 novos títulos<sup>484</sup>.

A nobreza se distinguia da grande massa das pessoas comuns pelas formas de vestir, habitar, se comportar, e o conjunto dos rituais a ela associados, teve um forte impacto no Brasil, como temos discutido até aqui. O estabelecimento de uma heráldica brasileira foi apenas um primeiro passo para o que viria a se desenvolver, se estendendo até a segunda metade do século XIX, como uma nova agenda de festas e cortejos, bailes e novas práticas de convívio que exigiam um novo repertório de roupas, adereços, gestos, gostos. Nessa nova sociedade, cada detalhe representava uma parcela de prestígio e status. O naturalista norte-americano Herbert Smith, que esteve no Brasil nas décadas de 1860 e 1870 constatou que, apesar de haver no Rio de Janeiro, proporcionalmente poucas famílias “realmente boas, finas, educadas”, elas possuem

uma vida social muito próxima da que estamos acostumados, em casa; maneiras delicadas, conversas inteligentes e um verdadeiro respeito por toda senhora de condição.(...) Modas francesas, literatura francesa, filosofia francesa, moral francesa estão difundidas pelos círculos educados; contudo, é preciso lembrar que tudo isso é modificado por fortes distinções de classe, das quais os franceses se livraram e pela influência de velhas idéias portuguesas<sup>485</sup>.

Se em meados do século XVIII, na Europa, o uso de cores e adereços indicava o nível social das pessoas, ou seja, o corpo e a aparência física se tornavam a marca do indivíduo, um século mais tarde, “descobrir uma pessoa a partir de sua aparência tornara-se [...] uma questão de procurar pistas nos detalhes do seu vestuário”<sup>486</sup>, acessíveis apenas para

<sup>483</sup> ASSIS, Machado de. A pianista. Publicado originalmente no Jornal das Famílias, 1866; versão consultada em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), acessado em maio de 2007.

<sup>484</sup> SCHWARCZ, p. 160.

<sup>485</sup> LEITE, Miriam Moreira. Op cit., p. 77, citando livro de Herbert H. Smith, 1873.

<sup>486</sup> SENNET, Richard, *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 203.

iniciados, pois repousava sobre a sutil capacidade de percepção nos detalhes da feitura, acabamento, tipo de material.

A Europa assistiria, na segunda metade do século XIX, à produção em massa das roupas, o que levaria a uma “uniformização” nas modas, nas cores e tipos de acessórios, muito em função do surgimento da máquina de costura, da máquina de produzir feltro e de fabricar sapatos, todos na década de 1820, sendo nas próximas décadas, utilizados em escala industrial<sup>487</sup>. Essa tendência era acompanhada da valorização da neutralidade no vestir-se, em que a palavra de ordem passava a ser “não se sobressair”.

Vemos no Brasil das décadas de 1820 e 1830, o que parece ser a tensão marcada, por um lado, pelo deslumbramento com relação à cultura aristocrática e a conseqüente adoção de seu repertório, ao menos no que diz respeito ao vestuário e gosto pelo consumo de produtos europeus; por outro, a crítica a esses mesmos hábitos, pois representariam a contracorrente do que se entendia por *liberdade, moderação, discricção*, virtudes desejadas para homens e mulheres. Não se tratava de almejar a eliminação dos elementos distintivos entre as pessoas e as classes, mas de conter os exageros, que irremediavelmente traziam as marcas do antigo regime. O “ser visto” era substituído pelo “ser admirado” por qualidades internas, que deveriam ser cultivadas desde o nascimento, por uma educação moral transmitida principalmente pela família.

Os periódicos liberais moderados travavam constantes batalhas utilizando diversos argumentos para combater o gosto pela “cultura aristocrática” e o luxo. Em matéria da gazeta Pernambucana, atribuía-se à ignorância e a uma “educação servil” o acreditar que “os Fidalgos tinham certas qualidades particulares dadas pela natureza”, como pensar que “o sangue e demais humores do corpo de um Fidalgo é de diversa cor e qualidade daquele que tem os outros homens, e até os mais abjetos escravos; vindo por isso o [ilegível] a conceber pelos nobres uma espécie de veneração e respeito que se aproxima às coisas extranaturais e divinas”<sup>488</sup>.

Em uma discussão sobre os títulos de nobreza, *O Mentor das Brasileiras* publicou duas supostas correspondências trocadas entre uma baronesa e sua amiga viscondessa; a primeira comunicava seu temor pelos que pretendiam a abolição dos títulos e diz que, embora o possua por pouco tempo, “morreria se agora ouvisse chamarem-me pelo antigo nome, que recebi na pia batismal; acostumada como estou de ter o nobre, distinto e eminente tratamento

---

<sup>487</sup> SENNET, p. 204.

<sup>488</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 77, 03/06/1831, p. 611, extraído da Gazeta Pernambucana.

de Exma. Baronesa de... não resistiria a descer ao aviltamento de ser tratada por Senhora”<sup>489</sup>. Em resposta, sua amiga diz que discorda desse pensamento e,

bem longe de coadjuvar na empresa a que me convida, eu tomarei as fileiras daqueles que pretendem derribar esta nossa *falsa glória*, pois bem convencida estou que nem eu seria feliz querendo conservar-me nesta suposta *eminência*; (...) o Triunfo que ora tenho (Deus sabe adquirido como) não me dá direito a ser na ordem social respeitada (...) <sup>490</sup>.

Tal “febre” em busca da distinção teria se transformado em referência para os grupos das mais diversas condições sociais, não sendo poucas as matérias que denunciavam a negligência de muitas famílias que sacrificavam a subsistência para poderem adquirir seus produtos de luxo. Segundo o *Simplício*,

Nem um dos fins a que me propus quando lancei mão da pena tenho podido alcançar! O luxo, esse cruel inimigo que sornateiramente tem vindo da Europa para perdição de nossa Pátria, continua desde o suntuoso aposento do nobre até a mais rude choupana do Lavrador! Os pobres que no ano findo entregaram às modas e aos batizados e enterros de crianças quanto puderam adquirir, experimentam agora a escassez dos meios de vida. <sup>491</sup>

Em São João del-Rei, num dos exames públicos da escola de meninas, das 71 alunas matriculadas, compareceram apenas 30; a explicação encontrada para o baixo quórum foi o excesso de chuvas, ou o “demasiado capricho com que as mesmas costumam adornar-se, o que nem sempre está ao alcance de todos, a quem a falta de possibilidades parece causar qualquer vexame”<sup>492</sup>.

À medida que o *Simplício* seguia criticando imperdoavelmente a sociedade das aparências, ia também incomodando as leitoras; o redator de *O Mentor* se manteve fiel aos princípios do *Simplício*, abandonando definitivamente, desde o surgimento daquele periódico, a promessa feita no primeiro número, de atualizar as leitoras acerca das modas.

Muita bulha tem feito entre as nossas Patrícias os escritos do novo Escritor o *Simplício*: as modistas o têm abocanhado bastantemente, as filhas o detestam como que vai em contradição com suas mais ardentes paixões, e as mulheres de pouco senso rosnam contra os seus preceitos. Ora, as Senhoras não devem tomar tanto a mal as censuras do *Simplício*, ele é um daqueles gênios raros, que sabe misturar o útil com o agradável; deve lhe perdoar

<sup>489</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 81, 01/07/1831, p. 646.

<sup>490</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 82, 08/07/1831, p. 654.

<sup>491</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 113, 10/02/1832, p. 899, extraído do *Simplício*.

<sup>492</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 113, 10/02/1832, p. 897.

alguma acrimônia, que tem, pelas verdades incontestáveis que expende. As vezes convém ridicularizar o vício para que se corrija, quando as advertências brandas não são bastantes. (...) Nós coincidimos com as idéias do nosso colega, e não nos apartamos de seus sentimentos enquanto às doutrinas que até aqui tem [ilegível] a respeito do bello sexo.<sup>493</sup>

O Simplício era ciente dos desafetos que causava entre as leitoras e seguia defendendo o patriotismo, os produtos nacionais, a família e a instrução.

Algumas senhoras têm se queixado amargamente por lhes haver censurado o apreço que fazem do excesso das modas, que nada valem! Não têm razão; mas se julgam tê-la, eu lhes asseguro que está a chegar um rico e delicioso carregamento de bem imaginadas fisionomias de papel pintado, para uso das feias, que são as que mais desprezam os conselhos do meu Simplício; e como será importante aparecerem bonitas na rua as que são feias em casa! Mas reflitam essas Madamas, que por um decreto irrevogável, só se poderá chegar ao Throno da Virtude, e gozar a verdadeira felicidade, quem praticar ações virtuosas, e concorrer para melhorar a sorte de sua Pátria.(...) Eis os frutos dessas ninharias, que tantos males têm causado, reduzindo famílias à indigência e à desonra; mas é de esperar que o desenvolvimento do patriotismo faça desaparecer o cego apreço que desgraçadamente se tem dado a essas armadilhas estrangeiras. O Deus d' América assim o queira<sup>494</sup>.

A partir da crítica ao luxo e da valorização da família, temas constantes no discurso que buscava educar a boa sociedade, podemos compreender um pouco melhor as razões que fizeram com que o livro *As Aventuras de Telêmaco* fosse difundido por tantos povos e traduzido para tantas línguas por mais de um século. Telêmaco e Antíope incorporam o perfeito exemplo de homem e mulher virtuosos, cujo amor é recíproco, respeitoso e moderado e visa a constituição de uma família. Cada qual possui as características específicas e exatas, para o governo da família e para gerir os negócios públicos. Nas várias localidades por onde *Telêmaco* e *Mentor* circulam, é sempre feita a constatação de que o luxo não é necessário para a prosperidade, mas sim o trabalho e, principalmente, o cultivo da terra; a riqueza nas vestimentas sempre visa seduzir e ludibriar os corações incautos, levando à luxúria. Um conselho de *O Mentor* a Telêmaco sintetiza os argumentos centrais da obra, que caminhavam na mesma direção dos princípios dos liberais moderados:

Lembre-se, Telêmaco, que há duas coisas perniciosas no governo dos povos, para os quais não há quase nenhum remédio. O primeiro é uma autoridade injusta e violenta dos reis. A segunda é o luxo que corrompe a moral. Quando os reis se acostumam a não conhecer mais outras leis a que sua vontade absoluta, e não colocam freios às suas paixões, eles podem

<sup>493</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 63, 18/02/1831, p. 499-500.

<sup>494</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 80, 24/06/1831, p. 638-639, extraído do Simplício.

tudo.(...)Todo povo de uma nação se acostuma com as coisas supérfluas, inventam todos os dias novas necessidades...<sup>495</sup>

### 4.3- O casamento

O *petit maître*, além de representar a ruína de uma nação, era também visto como um anti-modelo enquanto esposo e chefe de família. O *Simplício* gracejava em torno do desajeitado desempenho dessas personagens no cortejo às damas. Um certo Sr. Ambrósio, ao se dirigir à casa de uma moça para pedir-lhe a mão em casamento, é ridicularizado pelas moças e até pelo cachorrinho da família:

(...) As outras meninas que estavam presentes, assim que tal ouviram, olharam para o pretendente e, vendo-o de cabeça baixa, tirando o sujo das unhas, não puderam conter o riso! A pretendida noiva respondeu que se sujeitava à vontade de seus pais (fez o que devia: mas esta obediência, sendo inteiramente cega, torna-se muitas vezes funesta, se os sentimentos do coração ou a simpatia não lhe correspondem, o que quase sempre produz infortúnios). Apenas a inocente menina preferiu a tímida resposta, o Sr. Ambrósio levantou a cabeça e abriu os olhos como quem acorda d'um profundo [ilegível](...). Um desses cachorrinhos dogues, que muitas famílias costumam ter nas salas, não sei para que, chegou perto do Sr. Ambrósio, levantou a perna, e pregou-lhe uma grande mijada no funil das calças! Foi então que o riso tomou posse de todos, e até o mijado *Petitmaitre* deu uma risadinha tão feiticeirinha, que motivou novo desassocego; mas depois corando as faces, despediu-se com tanta precipitação, que ao descer a escada, escorregou e foi por ela abaixo! As meninas quase morreram de riso, e uma principalmente tendo já deixado cair a traseira francesa, se lhe não cortassem os cadarços do espartilho e as ligas da cintura, a esta hora estaria na cova, vítima dos apertos, e do excesso das modas.

Eis aqui, Leitores, a que estão expostos os bonecos enfatuados e loucos! É certamente digna de censura a facilidade com que se pede uma menina para esposa, tendo-se apenas visto na janela ou na Igreja duas ou três vezes; e é ainda mais repreensível a presteza com que uma jovem se embeleza por um gaifoneiro perverso, imoral, e vadio, ou se deixa levar para os braços d'um grosseiro casmurro, só porque o pai imprudente quer dar ao patricio um coração que não é seu, mas de que julga poder dispor a seu bel prazer.

Caras Patrícias, novamente vos recomendo, que não cativéis os vossos corações sem examinar atentamente as qualidades, gênio e sentimentos daqueles que vos pretenderem: esses afeminados bonecrinhos [sic], que vos lisonjeiam a cada passo em floridos escritinhos, escondem quase sempre um coração volúvel; (...) quando esposos, incomoda-os o choro dos filhinho e

<sup>495</sup> Fénelon. As aventuras de Telêmaco, digitalizado. p. 363-364.

deixando as infelizes consortes entre privações e cuidados, vão deitar-se no regaço dos prazeres!<sup>496</sup>

Os *petit mâtres* e as moças amantes do luxo e das modas seriam, no casamento, tão superficiais quanto são no comércio das aparências; tal como as modas, que mudam a cada estação. Os que se casam a partir da superficialidade das aparências exteriores, seriam também volúveis, passageiros como a beleza; “a formosura é tão curta que não merece tão grandes sacrifícios. A primeira flor da inocência murcha num instante e a terça parte dos atrativos os mais encantadores de uma mulher não chegam muitas vezes à experiência de um só parto”<sup>497</sup>.

Muito mais condenável que um casamento sustentado por ligações superficiais seria a entrega das mulheres à luxúria e a perda da virtude. O desfrute dos prazeres carnavais recaía sobre as mulheres de uma forma moralmente mais repreensível que para os homens; enquanto estes costumavam ser vistos como pessoas que querem se aproveitar das qualidades estéticas femininas, as mulheres que não resistiam a essas armadilhas da sedução tinham suas vidas condenadas. A castidade e a beleza juntas tornavam a mulher virtuosa e própria para o matrimônio; a beleza sem a castidade trazia vários riscos para as mulheres, entre elas, a prostituição.

Esse tema é tratado num conto moral do escritor inglês Edward Young (1683-1765), publicado num pequeno livro de 32 páginas, e que foi parcialmente reproduzido no número 9 de *O Mentor das Brasileiras*. O título do livreto, *O castigo da prostituição*, foi apresentado no jornal como *Clamores da prostituição arrependida*. O trecho reproduzido totaliza nove das 32 páginas do livro, ocupando ao todo, três páginas do jornal<sup>498</sup>. Nesse conto, uma jovem narra a tragédia que acometeu sua vida aos 16 anos, quando era bela e admirada por todos os rapazes:

Oh, tempo feliz da minha inocência! Tempo em que eu ignorava o vício! Então eu era bela e cheia de atrativos aos olhos de todos aqueles que me olhavam surpreendidos de minha beleza e respeitando a inocência que reinava em meu coração. Contenta de mim mesma, todos os objetos me agradavam; minha alma e meu corpo eram virgens; meus sentidos e meu coração eram virtuosos (...)<sup>499</sup>.

<sup>496</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 89, 26/08/1831, p. 709-710, extraído do Simplício.

<sup>497</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 59, 21/01/1831, p. 466.

<sup>498</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 09, 25/01/1830, p. 67-70.

<sup>499</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 09, idem.

Sua felicidade a abandonou quando “encontrei em meu próprio sexo o monstro da minha ruína”. Tratava-se de uma cafetina que a convenceu a corresponder aos galanteios dos rapazes e a se entregar aos prazeres carnavais. Esse processo de convencimento, descrito em longos diálogos argumentativos entre a cafetina e a virgem, ocupa boa parte do livro e todo esse trecho foi omitido no jornal. Certamente, como a voz da luxúria foi a vencedora, a publicação dessa “linguagem enganadora” poderia resultar no oposto do pretendido pelo jornal. Alguns trechos também podem ter sido considerados extremamente censuráveis para a leitura das senhoras castas e virtuosas, por atacar o pudor e excitar a imaginação, como o momento de entrega da jovem ao seu primeiro amante:

... ele me toma em seus braços, ele me aperta, ele me faz mil carícias, ele me dá nomes os mais lisonjeiros, e os mais ternos; e então é que eu senti que minhas forças de todo me abandonavam: algumas vezes um frio repentino gelava meu sangue: bem depressa um ardor ativo me inflamava. Meu coração palpitava, eu estava tremendo e não sabia de que. O cruel se aproveitou de minha desordem; e servindo-se de carícias as mais temerárias, entre elas e em o meio de seus transportes, e minhas lágrimas, ele triunfou de sua vítima. Depois de corrompida pelo primeiro sentimento de prazer, ele me empenha a passar com ele a noite: e eu consinto. Desde então, ele me deu as provas de amor o mais terno; e eu me rendi com complacência, julgando que meus prazeres iriam em aumento; porém apenas se passaram algumas horas, que ele se desvia, e se aparta de mim, e me parece indiferente e de gelo.

(...) De manhã, qual foi minha surpresa e minha dor, quando em um tom severo ele me diz que me devia ausentar!

Eu me levanto em silêncio, vergonhosa e saio chorando, [ilegível] de remorso e de [ilegível]. Eu bem tarde conheci que essa mulher odiosa me tinha vendido a esse traidor; e que então eles se tinham [ilegível] a perda da minha inocência.

Foi este o primeiro passo que eu dei ao caminho do vício e o que decidi do resto de minha vida. Arrastada pela sensualidade, eu não pude já mais suspender-me<sup>500</sup>.

O tipo de relação entre essas mulheres “mediatrizes” e as jovens “puras e ingênuas” era combatido veementemente pela igreja desde o período colonial no Brasil. Muitas delas eram as próprias mães das jovens que transmitiam conhecimentos sobre como evitar a gravidez ou procedimentos abortivos, uma vez que a prostituição era praticada como

---

<sup>500</sup> YOUNG, Edward. *O castigo da prostituição*: conto moral traduzido do francez por \*\*\*. Lisboa, na Impressão Régia, 1818, p. 26-28. Consultado em [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

meio de sobrevivência para as camadas pobres da sociedade<sup>501</sup>. O uso autônomo da sexualidade, dissociada da procriação e da constituição da família, fugia ao imaginário sacralizado da mãe, a serviço do projeto colonizador<sup>502</sup> e, posteriormente, da construção de uma sociedade moderna e civilizada, segundo a moral católica. Mas ao mesmo tempo, a condenação da mulher “mundana, lasciva e luxuriosa” auxiliava na construção da imagem da mulher sem mácula, identificada com a Virgem Maria. A oposição dessas duas imagens e a “utilidade” das prostitutas para a canalização do impulso sexual dos celibatários fazia com que a prostituição, fosse vista pela igreja como um crime menor do que o adultério e o homossexualismo<sup>503</sup>.

No trecho final do livro de Young, a narradora demonstra seu arrependimento e oferece o exemplo de sua desgraça para a instrução das jovens que possuem formosura. As jovens belas precisavam resistir às armadilhas resultantes da própria beleza e conservar a castidade até o casamento.

Ao tratar do casamento, *O Mentor das Brasileiras* segue criticando o gosto pelo luxo, afirmando que “o que inda se torna mais vantajosa para as nossas Patrícias é o facilitarem-se mais os casamentos, desprezando-se o luxo excessivo; algumas pessoas temos visto não quererem ligar-se ao matrimônio por temerem faltar-lhes as posses para sustentar o luxo de sua Esposa”.<sup>504</sup>

A igualdade de condições e de riqueza também é vista como “uma das seguranças da paz doméstica. Quem dá muito exige muito. Fazer pois um casamento mui vantajoso é muitas vezes formar um contrato de escravidão”<sup>505</sup>. Tal tendência de questionar os matrimônios baseados nos valores patrimoniais parece caracterizar uma transição entre os casamentos pré-românticos - em que a felicidade do casal era de menor importância em relação aos laços familiares e a manutenção do poder econômico<sup>506</sup> - e os casamentos românticos. Os casamentos no Brasil, a partir de meados do século XIX, passariam a ser

<sup>501</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 82-83; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 92.

<sup>502</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 82-83.

<sup>503</sup> DEL PRIORE, p. 84.

<sup>504</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 47, 22/10/1830, p. 371.

<sup>505</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 59, 21/01/1831, p. 466.

<sup>506</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 396, 397.

menos vinculados à posse de bens que pelos aspectos emocionais, a felicidade e o amor conjugal, o que na Europa já vinha acontecendo desde o século XVIII<sup>507</sup>. Essa mudança refletia na diminuição progressiva das famílias que dotavam suas filhas no ato do casamento<sup>508</sup>, desde o século XVII ao século XIX. *O Mentor das Brasileiras* apontava, já no início da década de 1830, que tal assunto requeria a intervenção legal:

A legislação poderia pois vir em socorro da nossa imprudência na importante escolha de uma companheira. Bastaria só determinar que as filhas não tivessem dote. Esta só lei estabelecida, mudaria a face de um Estado; a educação do sexo se aperfeiçoaria, os homens procurariam cada vez mais o merecimento e o merecimento procurado se fecundaria por si mesmo. Uma inclinação recíproca veria a ser o nó da união, e esta não seria mais um vil tráfico do interesse, mas sim uma doce troca de prazeres, e socorros mútuos<sup>509</sup>.

A crítica ao dote abre caminho para a idealização do casamento que conjuga amor, felicidade e companheirismo entre os cônjuges. Já dizia a escritora britânica Maria Graham que, presenciando em 1821, no Brasil, um matrimônio em que “o Cupido teve maior papel do que geralmente se lhe permite”, que “a livre escolha em um assunto tão importante é tão desejável como em qualquer outro (...) espero que teremos mais destes prélios livres em nosso livre Brasil onde, até aqui, o verdadeiro amor não tem autorização para correr livremente”.<sup>510</sup> Essa constatação não parece ser isolada, visto que por todo o Brasil, ainda no período colonial, tem-se notícia de conflitos entre pais e filhas que não estavam de acordo acerca do futuro cônjuge, sendo comum os jovens recorrerem às autoridades “para suprir o consentimento paterno no enlace”, no caso de menores de idade, enquanto outros se casavam sem a devida autorização, o que não era difícil, pois a Igreja não oferecia obstáculos a esse tipo de situação; afinal, jovens se uniam através da celebração do matrimônio<sup>511</sup>.

Semelhante à filosofia moral do século XVIII, que se popularizou na América do Norte através dos periódicos, aqui no Brasil, circulava a idéia de que a paixão devia ser regulada pela razão e que a felicidade verdadeira não existiria independente da suscetibilidade

<sup>507</sup> NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 211

<sup>508</sup> NAZZARI analisa documentação relativa a São Paulo e identifica que no século XVII, 91% das famílias deixavam dotes para as filhas, e essa proporção foi diminuindo ao longo dos séculos: 80% no século XVIII e 27% no século XIX. Op. Cit., p. 189.

<sup>509</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 60, 28/01/1831, p. 479

<sup>510</sup> LEITE, Miriam Moreira, op cit., p. 36, citando Maria Graham, 1821.

<sup>511</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 242-243.

das afeições a um controle<sup>512</sup>. É nesse sentido que, segundo os ensinamentos morais da igreja, “a mulher deve amar o marido com respeito, e o marido deve amá-la com ternura”<sup>513</sup>. A *amizade* seria a palavra que sintetizaria o casamento de acordo com esses preceitos<sup>514</sup>. Algumas matérias de *O Mentor das Brasileiras* buscavam discutir sobre o casamento por afinidade, interesse mútuo e amizade, resultando na felicidade dos cônjuges e da família.

#### Retrato da felicidade conjugal.

Felizes e os mais felizes de todos os mortais são sempre aqueles a quem une o mesmo destino, e que dando-se mutuamente os seus corações gozam com a mesma igualdade dos seus bens, e das suas existências! A sua escolha foi a escolha do amor as conveniências humanas não formaram o laço que os prende, seguiram as suas simpatias, por isso vivem ditosos. Assim a sua amizade é durável; tem os mesmos pensamentos, tem as mesmas vontades; ah! Tem as mesmas virtudes! Que lhes importa o mundo, os seus prazeres, e os seus desvãos? Cada um acha no objeto que ama universo de delícias: sim, acha tudo, o que a imaginação pode criar de mais brilhante e o que a esperança pode prometer de mais apetitoso! A verdade, a honra, a ternura, o amor, enfim os mais ricos presentes do céu, todos lhe são concedidos como prêmios da sua boa união.<sup>515</sup>

Ainda que não fosse a principal motivação para a prática do casamento, pode-se considerar que era uma forma idealizada por certos grupos que se opunham aos casamentos então convencionais que, segundo esse discurso, não traziam felicidade. No *Universal*, uma matéria de mesmo nome, “felicidade conjugal”, fazia críticas aos casamentos, indicando que a insatisfação predominava entre os casais e que, portanto, a infidelidade e adultério eram práticas recorrentes.

#### FELICIDADE CONJUGAL

Mulheres que têm abandonado a seus maridos para seguirem a seus amantes – 3\$021

Maridos que têm fugido às suas mulheres – 4\$102

Separações voluntárias – 2\$033

Casais que vivem em guerra aberta, e debaixo do mesmo telhado – 5\$142

Casais que se aborrecem mortalmente, porém que julgam ser necessário conservar a sua reputação no mundo – 6\$111

Pessoas que vivem juntas com a maior indiferença para com os seus respectivos costumes e ocupações – 4\$012

Pessoas que se chamam felizes, porém que realmente não o são – 1\$210

Pessoas que se podem considerar como felizes por se compararem com outras que são mais miseráveis – 1\$082

<sup>512</sup> LEWIS, Jan. Republican wife.... p. 708.

<sup>513</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p.158.

<sup>514</sup> LEWIS, Jan., p. 707.

<sup>515</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 83, 15/07/1831, p. 660

Casais que são verdadeiramente felizes – 3. <sup>516</sup>

É importante salientar, também, que esse discurso em torno do casamento é endereçado para uma parcela específica da sociedade; apesar da importância do casamento para o projeto colonizador do Estado e da Igreja, na prática, ele teria se constituído como uma instituição das elites<sup>517</sup>. Um forte motivo para a não popularização do casamento entre as outras camadas da população eram as altas despesas com os procedimentos burocráticos. Em São Paulo, no final do século XVIII, o custo girava em torno de 1\$160 réis, aumentando para 2\$400 réis em 1800<sup>518</sup>.

Com o intuito de orientar as senhoras para bem conduzirem o casamento, o redator de *O Mentor* se apropriou de uma *carta* de autoria do escritor e poeta irlandês Jonathan Swift (1667-1745), publicada postumamente numa coletânea de cartas e poesias<sup>519</sup>. Em dois números do jornal foram extraídos alguns trechos da carta, que foi intitulada “carta enviada por Swift a uma noiva sobre a maneira de se conduzir no estado de casada”. Nela, Swift se propõe a reparar a deficiência da educação dos pais da jovem que, se por um lado cuidaram acertadamente do ensino do recato nos “divertimentos e companhias públicas”, “cometeram todavia não pequena falta, ordinária entre os Pais de famílias, que foi de não cuidarem da cultura de vosso entendimento”<sup>520</sup>, importantíssimo para que ela se torne *amiga* verdadeira e companheira estimável de seu marido. Seus conselhos se voltavam para as posturas que a mulher casada deveria ter, sendo central a importância em manter a discrição e a modéstia em vários aspectos da vida, como não dar provas de amor e carinho em público, nem excessiva tristeza ou ciúme; as amizades femininas são vistas com desconfiança, e, como não podia deixar de ser, as modas devem ser seguidas com moderação. Em suas palavras,

Dentro de poucos anos cessareis de ser moça e formosa aos olhos do mundo, e poucos meses aos de um marido que não é néscio; pois julgo que já tereis saído daquele sonho de encantos, e prazeres que nunca tem deixado nem deixará de excitar o matrimônio. Por outra parte, o vosso tem sido uma

<sup>516</sup> O Universal, n. 248, 14/02/1827, p. 992. Diz ser extraído da Astréa que, por sua vez, extraiu de um periódico de Bruxelas.

<sup>517</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 83-154, p. 87.

<sup>518</sup> DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.275-330, p. 312.

<sup>519</sup> SWIFT, Johnathan. A letter to a very young lady on her marriage. *The beauties of Swift: or, the favourite offspring of wit and genius*. Dublin: Printed by J. and R. BYRN, 1783, pp. 1-13. *Eighteenth Century Collections Online*. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>

<sup>520</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 3, 14/12/1829, p. 19

sábria aliança com o fim da felicidade comum, sem mistura daquela paixão exagerada que unicamente se encontra em comédias e novelas. (...) Aconselho-vos que façais uma coleção das melhores histórias e viagens que vos eu escolher, e empregareis algumas horas do dia na sua leitura (...). Buscareis pessoas instruídas e ajuizadas em cuja conversação podereis formar o vosso juízo maduro e um gosto delicado. (...) e passareis a ser uma companhia ajuizada e ao mesmo tempo agradável, o que deverá produzir em vosso marido um verdadeiro amor e uma bem fundada estimação que não diminuirão na mais aborrecida e enfadonha velhice (...) e poderão ambos continuamente conversar sem necessidade de um terceiro que sustente a conversação<sup>521</sup>.

Apenas os dois terços iniciais da carta foram publicados no jornal, e a seleção dos trechos teve como referência, o crivo moral do redator, ou seja, a distinção entre os contextos culturais e religiosos em que a obra foi produzida e, posteriormente, difundida. O conteúdo publicado é marcado pelo tom prescritivo, e foram desprezadas as partes excessivamente críticas ou que insinuavam aspectos da vida amorosa/sensual; como por exemplo, ao dizer que mulheres juntas deixadas a elas mesmas é uma “escola de impertinência e detração”<sup>522</sup>; ou quando diz à jovem que se contenha na manifestação do amor em público, e “guarde seu amor em seu peito e reserve suas palavras e olhar doce para momentos privados, que serão muitos e poderá empregar sua paixão de forma tão exaltada como descrito nos romances franceses”<sup>523</sup>.

José Alcibíades Carneiro realizou uma intervenção significativa no ato de inserção desta carta em *O Mentor*, ao colocar em nota de rodapé, um comentário crítico a Swift, que se segue:

Não sei porque razão lembrando-se Swift da cultura do entendimento nas mulheres a fim de agradarem a seus maridos, esqueceu-se de aplicá-la para os bons ofícios que a mãe deve prestar a seus filhos. As mães são as primeiras mestras dos filhos e sendo estas ignorantes, enchem os filhos de muitos erros e prejuízos, com os quais se fazem infelizes por toda a vida, e o pior é virem empestar e denegrir com seus vícios, a sociedade em que nasceram<sup>524</sup>.

Com este comentário, Alcibíades explicita sua insatisfação ou sensação de incompletude em relação ao texto de Swift, indicando que a maternidade era, na sua opinião, tão importante quanto o convívio conjugal. Este segundo, e não menos importante “ofício” da mulher e do homem, foi também intensamente discutido no jornal sanjoanense e por seus interlocutores.

<sup>521</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 5, 30/12/1829, p. 39.

<sup>522</sup> *The beauties of Swift*, p. 3.

<sup>523</sup> *The beauties of Swift*, p. 6.

<sup>524</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 3, 14/12/1829, p. 20.

#### 4.4- Maternidade e paternidade

Assim como a verdadeira ama do menino é a mãe, o verdadeiro mestre é o pai. Ajustem-se ambos na ordem das suas funções, assim como em seu sistema; das mãos de um passe o menino às do outro. Ele será mais bem educado por um pai judicioso e moderado, do que pelo melhor mestre do mundo; porque o zelo suprirá melhor o talento do que o talento ao zelo. Quando um pai gera filhos e os cria, não faz nisto se não o terço das suas obrigações. Ele deve homens à sua espécie, à sociedade homens sociais, ele deve Cidadãos ao Estado. Todo o homem, que pode pagar essa dívida triplicada, e o não faz, é culpado e talvez ainda mais culpado quando paga só pela metade. Aquele que não pode cumprir os deveres de pai, não tem direito de o vir a ser. Nem a pobreza, nem os trabalhos, nem respeito humanos o dispensam de nutrir seus filhos, e de os educar por si mesmos.<sup>525</sup>

A função social e política da paternidade, apesar de poucas vezes referida, é igualmente carregada pelos valores morais relacionados ao homem que assume a chefia de um núcleo familiar. O Jornal *O Universal* publicou em seguidos números, a análise de um *Tratado de Educação Física* composto por Antônio Gonçalves Gomide. A produção desse tratado foi solicitada pelo Conselho do Governo de Minas Gerais para que, impresso, fosse distribuído pelos habitantes da província, devido à grande ignorância a respeito do tema, qual seja, a educação física desde o momento da concepção do feto. Essa análise critica ponto a ponto as qualidades e defeitos do conteúdo do mesmo e, sobre o papel do homem, diz que

A natureza prescreve ao homem a união conjugal; o seu principal dever é de ser esposo, e de procriar filhos robustos e sãos de corpo e de espírito. O homem de juízo e obediente à voz da natureza deve abster-se da coabitação com a mulher valetudinária e “vice versa”; porque tais Pais transmitem a seus descendentes os germes de suas enfermidades e de seus vícios: a Medicina demonstra que as moléstias crônicas e os vícios de conformação tornam hereditários. O Autor do Tratado que analisamos devia lembrar a seus Patrícios este preceito da Lei Natural, e não é fácil de compreender por que o omitiu, sendo da maior importância”.<sup>526</sup>

A referência a um suposto argumento médico pareceu conveniente para a prescrição de comportamentos moralmente adequados para homens e mulheres. No entanto, não é possível descartar que tais idéias fossem originadas pelo saber médico e estivessem sendo vulgarizadas no período, visto que tanto os textos teológicos quanto os estudos médicos produziam, desde o século XVI, representações que giravam em torno da preocupação com a

<sup>525</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 48, 29/10/1830, p. 380.

<sup>526</sup> O Universal, n. 44, 26/10/1825, p. 176.

geração de filhos: se o sono favorecia a concepção de crianças do sexo masculino, se as mulheres belas eram mais fecundas, se o feto era o produto da semente de dois sexos, além de superstições e simpatias em favor da fertilidade, havendo uma grande quantidade de manuais e compêndios que buscavam orientar os casais na “arte de fazer filhos”.<sup>527</sup>

Tais saberes, em circulação num período anterior ao movimento higienista<sup>528</sup>, costumavam ser designados como “Educação física” ou “medicina doméstica” e se caracterizavam pela ênfase maior na preservação moral que física, propriamente dita<sup>529</sup>. Uma concepção corrente nesses tratados era a de que as qualidades e defeitos maternos eram transmitidos para os filhos e isso levava à necessidade de escolha de uma esposa que fosse uma excelente procriadora; que tivesse tanto as características físicas entendidas como apropriadas para a reprodução e, principalmente, as características morais. Desse modo, “a procriação tinha função paradigmática na constituição de papéis femininos”: a prostituta, por evitar a procriação, era o avesso da mãe; a mulher que não encontrasse um marido para gerar um filho, estava condenada à melancolia; a genitora, por sua vez, tinha também sua sexualidade controlada e “seu fruto era a prova material das intenções que tivera ao procriar”, e de suas virtudes.<sup>530</sup>

A importância e a grande responsabilidade que envolvia a maternidade eram insistentemente enfatizadas, com críticas à educação que as mulheres teriam recebido no âmbito doméstico, o que reforçava a importância da formação da mulher para bem exercer essa função. Segundo o *Tribuno do Povo*,

Nenhuma mulher pode ser boa mãe de famílias, sem haver tido uma educação proporcionada ao seu sexo, porém capaz de a tornar hábil para educar seus filhos. O filho, sendo criado sempre em companhia das mães e vivendo em estreita união com elas, têm de adquirir infalivelmente aqueles costumes que nela encontrar: ora, se estes forem bons, ganha o filho, a mãe e a Nação; se porém são maus, a Sociedade perde, porém mais sente o filho e pais; aquele, porque sofre no mundo, tudo quanto se expõe o homem mal educado, e estes, porque sempre que se falar de má educação de seus filhos, virão à cena como origem dos seus males, por isso que lhes deram a má educação. É fácil coligir daqui quão escrupulosas devem ser as mães na educação dos seus filhos<sup>531</sup>.

<sup>527</sup> DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo, pág. 156-161.

<sup>528</sup> Ou seja, a difusão sistemática de medidas médicas e educativas voltadas para a saúde, que ganhou força a partir da segunda metade do século XIX.

<sup>529</sup> PERUGA, Mónica Bolufer. “Ciencia de la salud” y “Ciencia de las costumbres”: Higienismo y educación en el siglo XVIII. In: AREAS, Revista de Ciencias Sociales. Higienismo y Educación (ss. XVIII-XX). Universidad de Murcia, n. 20, 2000, p. 25-51, p. 28.

<sup>530</sup> DEL PRIORE, Mary. Op cit, p. 165-166.

<sup>531</sup> O *Tribuno do Povo*, n. 13, 12/02/1831, p. 58

Entre os diversos aspectos da maternidade, aquele que parece despertar maior preocupação é a educação da primeira infância, em especial a amamentação. “No Ocidente cristão, leite e sangue sempre estiveram intimamente unidos”, sendo o primeiro derivado do segundo e, de sua qualidade, dependia a saúde ou o desenvolvimento de enfermidades no lactente<sup>532</sup>. A legislação portuguesa reconhecia a possibilidade das mulheres de posição social privilegiada entregarem os filhos a amas-de-leite, ou pela impossibilidade de fazê-lo ou por não o desejarem.<sup>533</sup> Entretanto, a importância da lactação era defendida como dever moral da mãe, tanto pelo discurso médico quanto pelo discurso religioso, desde o século XVI; no século seguinte, passava-se a condenar a amamentação de crianças pelas amas-de-leite, principalmente devido à relação mercenária que se estabelecia, corrompendo o aspecto “sublime” do gesto de alimentar-amar a criança. Tornar-se ama-de-leite passava a ser um meio de vida para muitas mulheres pobres, ao passo que as mulheres das elites optavam por isso como meio de conservar a beleza do seio e do corpo, e para não interromper a rotina de festas e demais atividades sociais típicas de sua classe.

O progressivo desenvolvimento de um *sentimento da infância*<sup>534</sup> e os cuidados diferenciados voltados para as crianças pequenas estariam relacionados a esse debate em torno da amamentação, que também passou a fazer parte do discurso filosófico. Rousseau se destaca pela defesa veemente da amamentação pelas mães, considerando-a um dever imposto pela natureza. Segundo ele, “a primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ela coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças”<sup>535</sup>. Entretanto, não se trata apenas de seguir uma determinação biológica, pois segundo suas próprias colocações, “deve a questão ser encarada apenas do lado físico? Terá a criança menos necessidade de uma mãe do que de suas tetas?”<sup>536</sup> Não; a amamentação deve ser acompanhada do cuidado, ternura e solicitude maternas.

No Brasil, os escritos de Rousseau tiveram eco e, junto com outros saberes em circulação, sustentavam argumentos em defesa da amamentação materna, cuja prática, entre as mulheres de condição, era secundarizada pelo uso de amas-de-leite negras. Tratava-se de um procedimento aparentemente comum entre as senhoras da boa sociedade, chamando a

<sup>532</sup> DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo, p. 242-243.

<sup>533</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. P. 170.

<sup>534</sup> ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

<sup>535</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, p. 7. Introdução.

<sup>536</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. P. 19

atenção do olhar de viajantes europeus, que afirmavam que somente as estrangeiras amamentavam seus filhos<sup>537</sup>.

O francês Charles Expilly, em meados do século XIX, observava que as jovens negras, quase sem exceção, desejavam ser mães, logo que entravam na puberdade, pelos benefícios que esse estado lhes proporcionava. Para o lado da jovem escrava, a gravidez e a amamentação lhe garantiriam trabalhos mais leves, a renovação de suas vestimentas pelos patrões, e uma posição superior dentro da hierarquia dos serviçais, já que havia um esforço conjunto daqueles que a rodeavam, de poupá-la de contrariedades e zangas, para evitar que se estragasse a qualidade do leite<sup>538</sup>. Havia mesmo uma inversão de papéis, em que “os brancos obedeciam e as negras comandavam”.<sup>539</sup>

Essa tolerância e mudança de atitudes “temporária” se deviam também ao fato de que o valor de uma ama-de-leite no mercado dos serviços era superior ao de uma engomadeira, cozinheira ou mucama. Logo, para uma família, possuir uma ama-de-leite era símbolo de status e, para o comerciante do Rio de Janeiro, “é questão de amor-próprio ter uma ama-de-leite que ostente um luxo insolente... o luxo da ama exprime a prosperidade da casa...”, fazendo com que muitas recebessem um enxoval novo, com vestidos adornados com babados e rendas<sup>540</sup>, havendo ainda senhores ricos que alugavam escravas lactantes<sup>541</sup>.

Mesmo os não proprietários de escravas poderiam, portanto, alugar uma ama-de-leite, caso a esposa não pudesse ou não desejasse amamentar, indicando que, embora pareça ser uma prática bastante comum aos olhos dos viajantes estrangeiros, estava mais diretamente ligada às famílias de posses. Seria a esse grupo que os periódicos voltavam as críticas contra a adoção de amas, havendo uma particularidade nesse discurso, pois se condenava não apenas o fato de serem amas mercenárias, mas negras e, na maioria, escravas, cujo contato com a primeira infância traria prejuízos certos.

Em uma matéria em que se critica o uso de trabalho escravo no Brasil, faz-se referência às famílias “pouco civilizadas na educação dos filhos”, que usam uma linguagem “cheia de barbarismo e uma depravação de costumes tal que parecem já ser incorrigíveis em

<sup>537</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Condição feminina...* p. 49, citando Louis de Freycinet, 1817.

<sup>538</sup> A influência do ambiente na qualidade do leite aparece sob várias formas; segundo W. Heine, no Hospital da Misericórdia [do Rio de Janeiro, provavelmente], havia uma ama-de-leite para três, até quatro crianças, e elas realizavam essa função por até quatro anos, o que necessariamente prejudicava seu leite. A má qualidade do leite era vista como causa da elevada mortalidade de crianças do hospício, que chegou de 470 para 536 internadas no ano de 1852. In: LEITE, Miriam Moreira. P. 92.

<sup>539</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Condição feminina...*, p. 91, citando o viajante francês Charles Expilly, 1853.

<sup>540</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Op cit.*, p. 92.

<sup>541</sup> LEITE, Miriam Moreira, *op cit.*, p. 92, citando W. Heine, 1855.

algumas pessoas que a tais vícios se habituaram, o que tudo é devido à indiscreta admissão de escravos no Brasil”.<sup>542</sup>

As linguagens e os hábitos dos negros são citados como influência repulsiva à educação da primeira infância, e essa concepção era compartilhada por vários periódicos com os quais *O Mentor* estabelecia trocas. Uma extensa matéria que teve ampla circulação por diversos periódicos era intitulada “Primeiro passo de reforma na educação da mocidade Brasileira oferecido às Senhoras Brasileiras” e buscava atacar exatamente o contato com os negros:

As nossas Mães são sobejamente amorosas, e cheias de melindre para com seus filhinhos ; mas ao mesmo tempo são descuidadas, e a dizer a verdade, pouco escrupulosas naquilo que diz respeito à formação do homem para o futuro : elas muitas vezes nos criam a seus peitos com sobejos carinhos e ternura ; porém outras vezes, nos entregam às Amas, que são Pretas comumente escravas, e também Africanas. Daqui se pode colher, qual será a prática dessas Amas, e a influência delas sobre as crianças...

Pondo de parte outras coisas, é costume cantar aos Meninos, e de ordinário, estes só ouvem nos berços cantigas sem significação, ou em língua dos Pretos ; e quando as amas são melhores, todas essas cantilenas, são cheias de buzões, fanatismo, superstição, terrores, e corcundismos, e muitas vezes são lascivas, e todas só próprias para lançar sementes de estupidez, ou de corrupção nas tenras alminhas dos nossos filhos. Por outra parte as próprias Mães não são mesmo escrupulosas, em cantar as cantigas das amas, e outras que [ilegível quase uma linha] da memória, ainda depois de crescidos : e isto de certo é mui pernicioso ; porque tais impressões deixam sementes, que na idade maior deixam ruins fructos<sup>543</sup>.

O Popular, de Pernambuco também fazia críticas semelhantes, dizendo que

Hum dos grandes inconvenientes da nossa educação primária é a escravatura. Em verdade os meninos no Brasil são criados no meio de negras, e negros, que lhes não podem inspirar, se não maus costumes, má linguagem, e maneiras indecentes, próprias de escravos, e esses boçais. Daí vem o uso de palavras, e frases africanas, como sejam quecé caxerenguengue muxinga, e outros mil barbarismos, que dificultosamente se largam.

A nossa primeira mestra é ordinariamente uma preta muito bruta, que nos dá de mamar, nos pensa, e trata. O que pode uma mulher destas ensinar a um menino, se não prejuízos de agoiros, de lubisomens, d’almas do outro mundo, e infinitos despropósitos ? Logo que o menino se vê livre do império estúpido da ama seca, começa o império das paixões.<sup>544</sup>

<sup>542</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 14, 05/03/1830, p. 107

<sup>543</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 18, 02/04/1830, p. 137 (extraído do *Escudo da Ordem*); também publicado em *Nova Luz Brasileira*, n. 1, 24/12/1829, p. 1-4.

<sup>544</sup> *O Popular*, n. 21, 11/08/1830, p. 83

O Popular chega a dizer, caso seja inevitável o uso de amas, que se ensine o filho a maltratá-la e tratá-la como criada, para que não se construa uma relação afetiva<sup>545</sup>. Tal qual Rousseau orientava, o inconveniente de se adotar amas deveria ser remediado inspirando às crianças, desprezo pelas mesmas e despedindo-as logo que encerrado o período de amamentação, proibindo-os de se encontrarem posteriormente.<sup>546</sup> Para ressaltar o valor do leite materno, era comum encontrar nos tratados do século XVIII, a condenação do leite das amas, que podia provocar doenças e influenciar no temperamento e nos costumes das crianças.<sup>547</sup> Em relação a isso, a Luz Brasileira critica ferozmente as mulheres que se recusam a amamentar seus filhos, a partir da seguinte anedota.

#### Anedota

A Rainha de França, dona Branca, mãe do rei Luiz 9º (são Luiz), criou o filho a seus peitos, e não queria que ele mamasse outro leite. Estando ela doente de uma febre, o menino chorou, então uma criada da rainha, que também estava criando, lhe deu o seu peito; e havendo a febre da rainha mitigado daí a pouco, esta deu o peito a seu filho, o qual o rejeitou. Sabendo ela o motivo, meteu os dedos na garganta do menino, e o obrigou a vomitar o leite da criada, e depois lhe deu o seu peito.

Reflexões – Quão vasto é o modo de pensar das mulheres em nosso dias! Quase todas as mães de famílias querem parir, e não querem criar, supondo que com o amamentar os filhinhos, se fazem velhas; que desvario! O efeito é contrário. Não criar os filhos a seus peitos faz que as mães não tenham o necessário amor a eles, e que também eles não amem, como devem, aos pais, além de ficarem mais fracos, e às vezes doentes, e o mal é maior, por isso que os meninos tomam os modos, a fala, e os costumes das amas (e talvez a índole). Este costume é mais pernicioso no Brasil, aonde as amas são pretas, ou pardas, comumente escravas; que é o que se pode esperar delas? Parece-me que pouco ou nada.

E que devem alegar as mães Brasileiras, que por vaidade entregam os filhos às amas, quase sempre sem precisão? De certo nada; que lástima!!! Hoje este abuso é tão excessivo, que as amas faltam no Rio de Janeiro, e já se paga por qualquer 12, 16 mil rs, ou mais, por mês; que ruína para as famílias, que males causados pela maldita vaidade tola da Corte antiga despótica!

(...) E o mais é que este uso tem tomado vôo, como dizem, não só pelos motivos de desamor; mas porque as mães (as Srs. Brasileiras que me perdoem), pretendem ostentar com isto o seu luxo, especialmente porque assim podem sem tropeço andar desvanecidas, dançando, e contradançando em bailes, festins, e passeios, supondo que a isto é que se chama civilização Européia, e vista de Corte.<sup>548</sup>

<sup>545</sup> O Popular, n. 25, 25/08/1830.

<sup>546</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques, op cit., p. 20.

<sup>547</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op cit., p. 172.

<sup>548</sup> Luz Brasileira, n. 25, 04/12/1829, p. 99-100.

A amamentação, por si só, como já dizia Rousseau, não é suficiente para que a maternidade seja considerada plena. O zelo da mãe para com o filho deve se iniciar desde as intenções anteriores à gestação, e se manter ao longo de toda a vida dos indivíduos. Pai e mãe devem estar juntos nessa missão, mas o papel da mãe é visto como mais “carregado” de responsabilidades, não só pelas crenças nos poderes vitais do leite como por ser ela a que, destinada às tarefas domésticas, passaria a maior parte do tempo com os filhos. Era, portanto, “delas, mais ainda que dos pais, que os filhos na idade tenra recebem as primeiras lições, os primeiros *exemplos* do erro ou da virtude. As mulheres têm portanto, uma influência extrema sobre o caráter de qualquer povo (...).”<sup>549</sup>

Além de sua função educadora considerada a mais melindrosa,

seus deveres são mais custosos, seus cuidados importam mais à boa ordem da família e, geralmente falando, elas têm mais amizade aos filhos. Ocasionalmente há em que o filho que falta com o respeito a seu pai, pode de algum modo ser desculpado; mas se em qualquer ocasião que for, o filho não respeitar sua mãe, sua mãe que o trouxe 9 meses no ventre, que o nutriu em seus peitos, que anos inteiros esqueceu-se de si mesma para se ocupar só dele, um miserável destes deverá ser estrangulado, como um monstro indigno de viver entre os homens.<sup>550</sup>

Em *O Mentor das Brasileiras*, esse tipo de reflexão, sobre valores e atitudes condenáveis, é a forma predominante de buscar educar as mulheres visando modelar a santa-mãe, abnegada e dedicada exclusivamente ao marido e filhos. Há, no entanto, algumas poucas matérias que fazem referências mais instrumentais acerca de como as mães devem proceder, seja nos cuidados físicos ou na formação moral de seus filhos. Numa matéria extraída do *Popular*, assim se dizia:

Os meninos das famílias ricas ou abastadas são criados com um melindre que ao depois, lhes vem a ser funesto. Eles vivem envidraçados, cheios de ridículos mimos, e essa delicadeza tornando-os afeminados, prepara-lhes uma compleição fraca, pusilânime, e enfermidades que muitas vezes cortam a carreira dos seus dias. Os pais devem procurar quanto lhes for possível, que seus filhos adquiram ou conservem uma compleição robusta e varonil; a educação até deve ocupar-se na qualidade dos alimentos, na quantidade, no vestuário, etc. etc.; é mister, que os meninos sejam logo acostumados à frugalidade; que nunca se lhes dê bebidas espirituosas e fermentadas; que não comam quanto, nem quando quiserem à maneira de cavalos; porque esta relaxação torna os glutões, obesos e estúpidos.<sup>551</sup>

<sup>549</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n. 24, 14/05/1830, p. 187,188.

<sup>550</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n. 48, 29/10/1830, p. 382-383. A fonte não foi citada, mas se trata de ROUSSEAU, primeiro pé de página do livro I de *Emílio*.

<sup>551</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n. 45, 08/10/1830, p. 358, extraída do *Popular*.

A *educação física* – entendida como o cuidado com o corpo, a alimentação, saúde física e vestuário -, portanto, não se dissocia da *educação moral*, como já dito anteriormente, ou seja, havia uma finalidade moral para as prescrições mais diretamente relacionadas ao cuidado com o corpo e a saúde. A família iniciaria a educação da infância, que deveria ser continuada nas escolas, sendo concluída na sociedade. O que cabe à família consiste no fornecimento de *exemplos* que as crianças devem imitar um dia. “Porém, já o juízo começa a dar conta das sensações, a imitação a tomar o conselho da razão, e principia a sentir a necessidade da educação das escolas.”<sup>552</sup>

A educação familiar deveria ser conduzida a partir do fornecimento de *exemplos* e a aprendizagem se daria pela imitação dos mesmos na primeira infância, momento anterior ao império da razão. Essa perspectiva apresenta afinidade com os princípios pedagógicos defendidos por John Locke em *Some Thoughts Concerning Education* (1693): a idéia de que a infância é o momento em que o caráter deve ser moldado, sendo considerado pouco frutífero o empreendimento sobre a mudança de caráter no adulto. Para isso, o exemplo é o principal meio para inculcar nas crianças os hábitos desejados, e sua constante repetição levaria à permanência dos mesmos.<sup>553</sup> Na matéria seguinte, o mesmo argumento que justifica o zelo dos pais na primeira infância.

O homem é o único ente sensível que forma sua razão reunindo observações contínuas. A sua educação começa com a vida e só acaba com a morte; os dias da vida corriam numa perpétua incerteza se a novidade dos objetos e a flexibilidade do cérebro na infância não dessem às impressões da primeira idade um caráter indelével. As primeiras impressões da vida são quase sempre as derradeiras. Aversões e gostos tudo provém da infância, e muitas vezes se manifestam estes sentimentos com mais força na velhice, do que na idade viril. (...) A prudente Natureza, ao dar tamanha força aos hábitos da primeira idade, quis fazer depender a nossa felicidade daqueles a quem mais importa de no-la dar, isto é, de nossos Pais.<sup>554</sup>

Além dos gostos serem determinados na primeira infância, entendia-se também que a imaginação das crianças era constituída a partir das primeiras impressões do mundo e que nunca ou dificilmente se apagavam. Portanto, mais uma vez, as qualidades morais dos que cuidam da primeira infância devem ser cuidadosamente verificadas, pois “é bárbaro e imprudente o recurso de fazer calar as crianças incutindo-lhe medo d’almas do outro mundo,

<sup>552</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 14, 05/03/1830, p. 109.

<sup>553</sup> LOCKE, John. *Some Thoughts Concerning Education*. In: PENNIMAN, Howard R (edição). *On Politics and Education*. New York: D. Van Nostrand Company Inc., 1947. p. 210.

<sup>554</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 94, 30/09/1831, p. 747.

de vosões, monstros, e outros ardis desta natureza; isto só serve de fazer homens pusilânimes; e por isso nós não conhecemos coisa mais prejudicial do que uma criança entregue a uma velha dessas tontas e inzoneiras”.<sup>555</sup>

A partir dessa concepção é possível compreender o “poder cívico-moral” atribuído à mulher na construção de uma nova sociedade, civilizada, moderna e livre, afinal, “quem poderá duvidar que o Sexo mimoso é o primeiro influente do caráter Nacional, e o móvel principal da Glória e felicidade das Nações? Os homens nunca foram nem poderão ser outra coisa senão precisamente aquilo que as mulheres quiserem que eles sejam (...).<sup>556</sup>

#### 4.5- Amor à Pátria > Amor à Família

A concepção de *cidadãs e cidadãos virtuosos*, em circulação nos impressos aqui analisados, sintetiza duas grandes idéias: primeiramente, é inegável a conotação religiosa associada ao ser virtuoso, na medida em que, tanto para homens quanto para mulheres, a moderação nos sentimentos e nos impulsos seria a chave reguladora do matrimônio, além da valorização da castidade, fidelidade e devoção à família. Agregada a essas virtudes, presente no mundo ocidental desde pelo menos o período medieval, coexistia a idéia de *civismo*, segundo a qual, o ser virtuoso é aquele capaz de abnegar-se de seus interesses pessoais pelo bem comum. A fusão dessas duas idéias permite compreender a construção de representações de gênero imbricada e indissociável ao papel político<sup>557</sup>; o homem deve estar sempre pronto para pegar em armas e defender sua Pátria, além de fornecer cidadãos a ela; à mulher cabia igualmente administrar a família e educar os cidadãos e, sempre que necessário, apoiá-los na defesa da Pátria.

Uma série de matérias discutia, a partir de exemplos, a necessidade de secundarizar o amor à família pelo amor à Pátria; voltada especialmente para as mulheres, defendia-se que nos regimes constitucionais, a luta pela Pátria era recompensada pelo bem comum, ou seja, a felicidade, ao contrário dos regimes despóticos, nos quais “vinham arrancar

<sup>555</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 47, 22/10/1830, p. 373. Extraído do Popular.

<sup>556</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 44, 01/10/1830, p. 349.

<sup>557</sup> BLOCH, Ruth. *Gender and morality in Anglo-American Culture, 1650-1800*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003. The gendered meanings of virtue, p. 138.

a seus braços os filhos queridos para servirem como escravos debaixo das ordens de superiores bárbaros”<sup>558</sup>.

Nenhuma mãe seria tão imprudente que escondesse a seu filho nas matas e serranias para não aparecer no campo da glória, coroado de louros se visse que ele ia gozar das garantias que lhe eram prometidas e que ia ser tratado como Cidadão Brasileiro, com a dignidade de homem livre e só sujeito por virtude da Lei, e não como um escravo o mais abjeto, exposto ao capricho de mandões soberbos, acostumados a cevar o seu orgulho no pobre soldado que arrancado do seio de sua família teve a desgraça de cair nas mãos de tigres esfaimados e sedentos de sangue humano.<sup>559</sup>

O redator de *O Mentor das Brasileiras* cita vários acontecimentos em diversas partes e diferentes momentos históricos para ilustrar a existência de mulheres patriotas e politicamente ativas; há citações daquelas que faziam doações em dinheiro e materiais e pegavam em armas para lutar pela liberdade; exemplos que residem no anonimato, afora algumas referências geográficas mais gerais: América, Bahia, Pernambuco.<sup>560</sup> Na França, “muitas mulheres têm havido a quem os sagrados laços de filhas ou esposas tem inspirado o desprezo da vida para salvarem a seus pais ou esposos; mas também só o amor da humanidade, o que mais admira, tem podido excitar em outras o mesmo resultado.”<sup>561</sup>

Uma suposta carta de uma esposa a seu marido que lutava na Guerra da Cisplatina, representava, para o redator, o exemplo de patriotismo feminino: “... se essa guerra é útil à minha Pátria e se o seu bem exige que tu morras, eu me conformo com a minha sorte, não te lembres mais de mim, e prefere a honra da Pátria aos interesses de tua esposa, e a existência do teu filhinho (...).”<sup>562</sup>

A sociedade idealizada, possível de se apreender por esse conjunto de discursos, seria constituída por mulheres e homens virtuosos, cujas balizas que condicionavam seus valores e comportamentos seriam resultante do equilíbrio de forças formado pelos valores morais cristãos e políticos. Nesse sentido, ao colocar a mulher em foco, torna-se incoerente dissociar os papéis de esposa e mãe (e veremos adiante, os de professora e aluna) imbricados de significados políticos, em sua essência.

<sup>558</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 64, 25/02/1831, p. 511.

<sup>559</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 9, 25/01/1830, p. 72.

<sup>560</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 25, 21/05/1830, p. 197-198

<sup>561</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 54, 10/12/1830, p. 429-430.

<sup>562</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 63, 18/10/1831, p. 502

## Capítulo 5

### IMPrensa E EDUCAÇÃO ESCOLAR

---

Chegamos ao último capítulo desta tese, tendo discutido, até aqui, sobre o caráter educativo da imprensa: como, tendo em vista sua pretensão educativa, *O Mentor das Brasileiras* dialogava com outros jornais e livros, conjugando diversos textos para difundir o que considerava ser os valores e comportamentos adequados àquela sociedade em que se encontrava e que projetava.

Ao se pensar na relação entre imprensa e educação escolar no início do século XIX, existe um outro aspecto, também já comentado anteriormente, que se refere à co-participação de atores, diretamente ligados à educação escolar, na redação e/ou direção de periódicos. Entre alguns exemplos mineiros, encontra-se Bernardo Pereira de Vasconcellos, que se destaca pela participação nos debates em torno da organização da instrução pública e na elaboração dessas leis, e atuava como redator e diretor do *Universal*, de Ouro Preto (1825-1842). José Alcibíades Carneiro seria um outro exemplo; exerceu o magistério, a redação de *O Mentor das Brasileiras* e foi colaborador do *Astro de Minas* simultaneamente, passando a se envolver aos poucos e mais intensamente com a administração pública local e provincial.

A circulação desses sujeitos pelos “espaços” ou instituições que se propunham a uma intervenção na sociedade – a imprensa e a escola – pode ser considerada um dos elementos facilitadores de uma “aliança” estabelecida entre os jornais e a escola. Ao contrário do posicionamento discursivo insistente, de “reparar” a educação deficiente das famílias, o que se percebe na relação entre os jornais e a educação escolar é uma afinidade e uma interlocução maiores que uma simples coincidência de objetivos. Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituem alianças. Em outras palavras, os jornais operam apropriando-se de outros textos, transformando-os e tornando-os parte de si, e fazem o mesmo com a escola, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador.

Trata-se de um contexto em que ambas se encontravam em situação semelhante, instituições ainda incipientes, que buscam se consolidar na sociedade; procuravam reconhecimento enquanto meios legítimos e autorizados de educação e instrução da

população. O uso do termo *aliança*, no sentido de se “aliar”, parece ser adequado por sugerir uma posição ativa da escola e seus atores nessa interlocução com a imprensa periódica, pois ambos os lados se beneficiavam dessa relação. É por meio dos jornais que muitos debates realizados em torno da organização da instrução pública ganhavam ampla circulação, fosse através da publicação de reflexões acerca da importância da educação escolar<sup>563</sup> ou das discussões e decisões realizadas no âmbito das Câmaras Municipais, Conselho do Governo, Assembléia Legislativa e respectivas leis<sup>564</sup>.

Na medida em que a imprensa dava destaque à importância da escola, verificava-se a produção ou retificação do discurso liberal moderado, de serem eles os pioneiros responsáveis por zelar pela defesa da instrução da grande massa da população. Discurso esse que, ao se referir à escolarização das meninas, adquiria um estatuto de “verdade”, posto que até o final da década de 1820 esse público pouco freqüentava os estabelecimentos de ensino, sendo bastante reduzido o número de mulheres que lecionavam. Sustentado por essas circunstâncias, afirmava-se com bastante vigor que o governo liberal reprovava o abandono em que se encontrava a educação feminina, e que se deveria eliminar os vestígios do despotismo associado ao antigo regime, que via na ignorância dos povos, o sustentáculo de seu poder.

Assim, destaco aqui, mais uma vez, o olhar sobre os jornais para além de veículos difusores de idéias e notícias, enfatizando sua participação no processo de implementação e legitimação das escolas nas primeiras décadas do período imperial brasileiro. Segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos, é a liberdade de imprensa “o meio mais profícuo de disseminar a instrução pelos membros da sociedade”, a partir da qual se publicaria os “conhecimentos úteis” e também as denúncias aos abusos<sup>565</sup>. Baseado nesse duplo papel de difusão e fiscalização, a escola será tematizada e trazida para o interior dos jornais: anúncios de abertura de escolas, exames públicos, concursos para provimento de cadeiras, regulamentos sobre a prática docente e, no caso de *O Mentor das Brasileiras*, orientações para mães e mestras sobre a educação de meninas. Na medida em que a escola ia surgindo, ainda

<sup>563</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla S.; ROSA, Walquíria M. *Educação Elementar*. Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

<sup>564</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, pp. 3408-3420.

<sup>565</sup> CARVALHO, José Murillo de (Org.). Bernardo Pereira de Vasconcelos. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 116-117.

que de forma incipiente, e sendo configurada nos seus tempos, espaços, e papéis dos sujeitos envolvidos, os jornais iam noticiando e tornando-a cada vez mais conhecida.

## **5.1 - O estabelecimento de escolas públicas de primeiras letras para meninas**

A defesa da escolarização das meninas assumia diversas formas em *O Mentor das Brasileiras*. Uma extensa matéria cujo título era “Dos primeiros fundamentos da educação moral das meninas” discute sobre importantes pontos que faziam parte do debate do período, como a resistência dos pais no envio das filhas às escolas, o método de ensino mais adequado, como pode ser visto a seguir.

(...)É portanto muito necessário que desde a infância comecem as meninas a ser educadas nas escolas públicas para que melhor se possam desarraigam os erros introduzidos em seus espíritos ainda débeis;... Convém aqui tocar levemente sobre duas objeções, que se possa fazer contra a proposição expandida. Costuma-se dizer que as meninas sendo instruídas nas escolas públicas podem bem facilmente perder a pureza de costumes pela comunicação com suas iguais de quem se não pode assegurar sempre a boa morigeração [ilegível]. Nas escolas se não pode adquirir maior instrução pela distração das Mestras com o grande número de discípulas; em quanto à primeira objeção, respondemos com Quintiliano, que o perigo de perder os bons costumes é igual tanto na educação doméstica como na educação das escolas públicas; que tudo depende do bom ou mau natural das meninas, e do cuidado que se toma de sua educação; que de ordinário é dos mesmos pais que vêm o mal pelo mau exemplo que dão, ou consentem que seus domésticos lhes dêem; portanto (...) que o mal não se aprende nas escolas, mas é levado de fora para elas.

Enquanto a segunda objeção, nós a resolvemos com o mesmo Escritor; ele não convém em que a mocidade se atrase nas escolas por muitas razões que expõe. Mas acrescenta que ainda quando este inconveniente fosse real, era exuberantemente reparado pelas grandes vantagens que se acham na educação pública (...). Nas escolas travam-se conhecimentos e relações que muitas vezes duram por toda a vida, e se adquire um certo *senso comum* que só a sociedade pode dar. A estas vantagens acresce a emulação. Uma menina na escola se aproveita tanto do que se lhe diz como do que se diz às outras; ela verá todos os dias a sua mestra aprovar uma coisa, corrigir outra, repreender a preguiça desta, louvar a diligência daquela e de tudo se aproveitará; o amor da glória lhe servirá de estímulo; ela terá vergonha de ceder às suas iguais e até mesmo se há de prezar de exceder as mais adiantadas. Enfim, uma mestra que tem grande número de ouvintes anima-

se mui diferentemente daquela que estando com uma única discípula, só lhe pode falar friamente e com um tom de conversação. Porém é certo que nem todos podem ter os cômodos precisos para que decentemente possa ser uma menina diariamente conduzida à escola pública, e por isso desejamos que mesmo em casa se facilite os meios da boa educação, que então é dada por uma mãe prudente e às vezes por mestres de uma boa conduta bem provada em cuja escolha deve haver o maior escrúpulo.(...) <sup>566</sup> [destaque meu]

A matéria acima dialoga não com qualquer escola, mas com a escola pública que, no período imperial, tem como marco fundador a Lei de 15 de outubro de 1827. Esta Lei estabelece diretrizes gerais para a organização da instrução pública, como a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Define também o método de ensino a ser adotado, o método mútuo ou lancasteriano, uma proposta que buscava superar o ensino individual - então mais comumente utilizado -, pelo agrupamento de um grande número de alunos, separados por níveis de adiantamento <sup>567</sup>. Na matéria citada, não se faz referência ao método especificamente, mas já se faz a crítica ao ensino individual, apontando vantagens do ensino coletivo, tanto para as alunas quanto para as mestras.

Trata-se de pensar, aqui, num processo em que o “modo de socialização escolar” se impõe a outros modos de socialização, que deve começar a incidir, preferencialmente, na mais tenra idade, para garantir seus efeitos. Os aparatos legais têm funcionado, nesse contexto, como suporte principal da *forma escolar* <sup>568</sup>, entendida como o conjunto de características que configuram uma unidade, uma “solução” criada por uma sociedade de uma época para lidar com a relação do homem com a natureza e com os próprios homens. A *forma escolar*, incorporada na escolarização à qual estamos nos referindo, seria, segundo Vincent et al., uma invenção da época moderna, datada nos séculos XVI, XVII. Define um espaço, a *escola*, distinto do espaço das outras práticas sociais; um tempo específico, o tempo escolar; saberes específicos a serem ensinados e o modo de fazê-lo; a relação pedagógica entre mestres e alunos, e a submissão de ambos a regras supra-pessoais numa nova forma de exercício do poder; domínio do código de comunicação, a linguagem escrita. <sup>569</sup>

<sup>566</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 15, 12/03/1830, p. 113-116. Dos primeiros fundamentos da educação moral das meninas.

<sup>567</sup> Ver livro organizado por Maria Helena Camara Bastos; dissertação de Walquíria Miranda Rosa, Marcilaine Soares Inácio; Revista Paedagogica Historica, vol. 41, n. 6, dec. 2005. Especial sobre método mútuo.

<sup>568</sup> VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, jun/2001, p. 9

<sup>569</sup> VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Op. cit., pp. 7-47.

*A forma escolar é indissociável das outras formas, notadamente políticas. No caso específico em estudo, a criação de escolas extensivas à grande massa da população e à parcela feminina desta, deve ser pensada como parte de um conjunto de mudanças pelas quais o nascente Império Brasileiro passava. Difundir as luzes, civilizar os bárbaros, implementar a ordem, consolidar o Estado independente e torná-lo moderno, seriam os imperativos do contexto em que a instrução pública começava a ser organizada. Assim, a forma escola não é simplesmente efeito, ou conseqüência do contexto, mas participante dele.*

Na província de Minas Gerais, o encaminhamento para a criação das novas escolas levaria ainda cerca de cinco meses após a Lei de 1827, intervalo em que o governo imperial solicitava levantamento do estado da instrução nas províncias. Deixado a cargo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, membro do Conselho Geral da Província que havia sido designado para promover a educação da mocidade mineira, a instrução em Minas Gerais foi avaliada como bastante insatisfatória, tanto na quantidade de escolas como no aproveitamento que tem sido feito, pelos que as freqüentavam.

Em Ata de reunião do Conselho de 27 de março de 1828, constam as propostas resultantes das discussões referentes à promoção da instrução pública na província. Além da extinção de algumas escolas de Latim, que passariam a ensinar Gramática Brasileira, definiu-se pela manutenção das 33 escolas de Primeiras Letras já existentes, e a criação de outras 54 para ambos os sexos, totalizando 87; escolas privativas para meninas seriam criadas nas cidades de Ouro Preto e Mariana, e nas vilas de São João del-Rei, Barbacena, Tamanduá, Baependi, Campanha, Sabará, Pitangui e Vila do Príncipe<sup>570</sup>, então, as cidades e vilas de maior desenvolvimento e concentração populacional do período.

A decisão sobre a quantidade e a localização das novas escolas teria tido a participação das Câmaras Municipais<sup>571</sup>, que foram solicitadas a enviar à Presidência da Província, um documento constando o número e o tipo de escolas existentes e o estado das mesmas, além do levantamento das necessidades percebidas. De acordo com a resposta enviada pela Câmara de São João del-Rei, em fevereiro de 1828, havia na vila uma escola pública de Primeiras Letras e uma de Gramática Latina e solicitava a criação de mais cinco escolas de Primeiras Letras, sendo uma delas, destinada às meninas. Segundo a correspondência,

---

<sup>570</sup> INÁCIO, Marcilaine Soares. Dissertação, p.40-41.

<sup>571</sup> SALES, p. 85,86.

(...) na verdade, é da mais absoluta necessidade, que haja pelo menos nesta Vila uma escola pública de meninas, cuja educação tem sido inteiramente desprezada entre nós, não havendo quem ignore quanto tal desprezo, causando a própria infelicidade da mais bela parte da sociedade civil, influi grandemente para a infelicidade da outra parte: e a Vila de São João, por isso que possui agora em mui tenra idade uma grande porção de tão amável sexo, parece estar reclamando por tão útil e salutar providência.

A Câmara, a fim de que ela seja tão pronta, que convém julgar do seu dever fazer chegar ao conhecimento de V. Excia. a satisfação, que só com se incitar este objeto sentirão aqui os bons Pais de famílias, quanto muito a anhelão [sic]; e desde já aponta como mui digna para tal emprego, uma respeitável Matrona, que aqui há, e que possui além da estima geral e das virtudes sociais e domésticas, o perfeito conhecimento da Língua Francesa, da Música e da Dança.<sup>572</sup> [destaque meu]

Suponho que a referida “matrona” fosse Policena Tertuliana de Oliveira, distinta senhora que contava 26 anos<sup>573</sup>, quando se opôs à cadeira de Primeiras Letras de São João del-Rei, sendo publicamente examinada na presença do Conselho do Governo, em 26 de janeiro de 1829. Segundo consta em Ata do Conselho, publicado pelo *Universal*, “muito se distinguiu pelo seu desembaraço, presença de espírito e acerto com que respondeu às perguntas que se lhe fizeram”<sup>574</sup>, se sobressaindo em relação à outra candidata, Jacintha de Meirelles que, na mesma data, se opôs e foi aprovada para a cadeira de Baependy. As candidatas teriam demonstrado domínio nos conteúdos a serem ensinados, definidos pela Lei de 1827, que estão circunscritos em três dimensões: a instrução religiosa, os saberes fundamentais e as aprendizagens práticas<sup>575</sup>. No primeiro, estavam incluídos os princípios da moral cristã e doutrina da religião católica e apostólica romana; no segundo, a leitura e a escrita da gramática da língua nacional e as quatro operações da aritmética e, no terceiro, “prendas que servem à economia doméstica”<sup>576</sup>. Entretanto, o desconhecimento em relação ao

<sup>572</sup> IP 1/33 cx 270, 1824-1831, pacotilha 32, 06/02/1828, assinam Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, Baptista Caetano de Almeida, Francisco Antonio da Cunha Magalhães, Jozé Coelho Mendes. A Presidência da Província teria solicitado às Câmaras um parecer que incluía também uma proposta dos ordenados e gratificações a serem pagos aos mestres e mestras, ao que a correspondência encaminha detalhadamente.

<sup>573</sup> Policena teria nascido em 1803 e se casou em 1837 com o Alferes português Antônio José de Souza Machado, segundo MORAIS, Christianni C. Sucesso ou fracasso: a trajetória *literácita* da família da professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado (1803-1881). ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, pp. 632-641.

<sup>574</sup> O *Universal*, n. 242, 28/01/1829, p. 3-4. Ata do Conselho do Governo.

<sup>575</sup> Tal como descrito para a realidade francesa por Martine Sonnet. *L'éducation des filles au temps des Lumières*. Paris: les éditions du cerf, 1987, p. 233. A educação moral, ponto central de tal educação, não pode ser entendida enquanto uma disciplina escolar; a educação moral se concretiza a cada instante na própria ação pedagógica e não caracteriza um ensino específico.

<sup>576</sup> Lei de 15 de outubro de 1827, art. 6 e 12.

método mútuo fez com que se constasse em Ata, que “as Mestras tenham obrigação de instruir-se no Ensino Mútuo onde o Conselho resolver, criando-se Cadeira deste Ensino no lugar para que forem providas”.<sup>577</sup>

A banca examinadora deste, que aparentemente foi o primeiro concurso público para provimento de cadeiras de Primeiras Letras para meninas na província, foi composta por membros do Conselho do Governo e pela D. Beatriz Francisca de Assis Brandão que, sendo convidada, aceitou com “boa vontade e patriotismo”.<sup>578</sup>

D. Beatriz, que se tornaria conhecida como escritora e poetisa a partir da segunda metade do século XIX, nasceu em Vila Rica em 29 de julho de 1779, sendo filha do sargento-mor Francisco Sanches Brandão e Isabel Feliciano Narcisa de Seixas. Há controvérsias, entre seus biógrafos, quanto a sua vida pessoal, restando dúvidas se foi casada ou se manteve celibatária. Na primeira hipótese, teria sido casada com o capitão Vicente Batista Rodrigues e, em 23 de outubro de 1832, requeria separação, alegando sevícias.<sup>579</sup> Teria incorporado à educação doméstica que recebeu, lições de francês e italiano e as respectivas literaturas dessas línguas, a partir do contato com um amigo da família.<sup>580</sup>

D. Beatriz contava com quase 50 anos de idade quando foi convidada para compor a banca examinadora no concurso público acima referido. A considerar seus escritos poéticos e demais contribuições em diversos jornais do período, temos que se tratava de uma pessoa já publicamente conhecida e reconhecida como capaz de julgar as futuras professoras públicas de meninas, função que ela mesma exerceria um ano depois. Às vésperas do concurso, publicou-se uma notícia no *Universal* que indica sua iniciativa em abrir um estabelecimento de ensino privado para a educação de meninas na cidade de Ouro Preto.

D. Beatriz Francisca de Assis Brandão anuncia ao Respeitável Público desta Cidade e suas vizinhanças que ela projeta estabelecer um Colégio de educação de Meninas, onde se propõe receber Educandas internas e externas; as quaes aprenderão a ler, escrever, contar e todo o gênero de costuras e labor. Também aprenderão segundo o gosto de seus Pais as Artes e prendas seguintes: as línguas francesa e italiana segundo as regras, a música, a tocar piano, o desenho, a dança, a bordar de bastidor, a fazer

<sup>577</sup> O *Universal*, n. 244, 02/02/1829, p. 2.

<sup>578</sup> O *Universal*, n. 244, *idem*.

<sup>579</sup> VASCONCELLOS, Eliane. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Volume I. Florianópolis: Editora Mulheres; Edumisc, 2000, p. 82.

<sup>580</sup> VASCONCELLOS, *op. Cit.*, p. 82.

flores, doces e massas. Protesta a anunciante ter o maior desvelo na aplicação moral das suas alunas e não poupar trabalho para instruí-las e fazer-lhes amáveis seus deveres presentes que as devem dispor para os futuros. Propõe-se igualmente a fazer um exame de seis em seis meses para o qual serão convidadas para presenciarem todas as pessoas interessadas no progresso das Educandas com assistência dos Professores daquelas Artes a que elas se aplicarem, mostrando assim a Anunciante, que os seus desejos são sacrificar-se sem reserva aos deveres que se impõem e servir a sua Pátria pelo único meio que lhe é possível.<sup>581</sup>

Podemos verificar, por meio deste anúncio, que a educação oferecida por esse Colégio particular diferia daquele previsto estipulado na Lei de 1827 pela ausência da doutrina cristã enquanto uma das dimensões da educação das meninas, e o acréscimo das línguas estrangeiras, das belas artes e da culinária mais sofisticada, que estaria disponível a gosto dos pais; entende-se com isso, que dependeria dos pais desejarem ou poder arcar com os custos de uma educação mais requintada. Esse colégio visava, claramente, um público diferenciado ao que se destinava às escolas públicas; refletindo o desenvolvimento urbano e o estabelecimento dos novos rituais que o constituíam, como os bailes, teatros, festas e demais acontecimentos da vida social burguesa, as mulheres das elites necessitavam ser educadas para freqüentar adequadamente esses novos espaços<sup>582</sup>. Para isso, era comum crescer, aos conteúdos básicos da leitura, escrita e cálculo, o aprendizado do francês e piano; esses novos conteúdos e novos espaços de sociabilidade abertos à presença feminina traduzem as novas responsabilidades que recaíam sobre a mulher: além de saber bem governar a casa e ser uma companhia agradável ao marido, deveria ser capaz de representá-lo socialmente<sup>583</sup>. Além disso, a distinção pela dança, música e conhecimento do francês poderia proporcionar um casamento mais vantajoso para as moças e famílias que aspirassem a ascensão social<sup>584</sup>.

Outros anúncios semelhantes indicam que não eram tão raras as oportunidades para as meninas freqüentarem instituições de ensino privado como o de D. Beatriz, havendo por volta desse período pelo menos um Colégio de educação de meninas em São João del Rei<sup>585</sup> e um outro que se procurava estabelecer na capital da província. Este segundo, sob a direção de Carlota Joaquina de Paiva Pereira, indica os valores que seriam cobrados, de acordo com o regime e a língua estrangeira escolhidos.

<sup>581</sup> O Universal, n. 235, 12/01/1829, p. 4. Anúncio.

<sup>582</sup> D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Cotexto, 2004, p. 228.

<sup>583</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Cotexto, 2004, p. 246.

<sup>584</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 153.

<sup>585</sup> MORAIS, Christianni C., op cit., p. 634.

D. Carlota Joaquina de Paiva Pereira faz ciente aos habitantes desta Capital e Província que se propõe a estabelecer um colégio de educação de meninas quer externas quer pensionistas, onde lhes ensinará ela mesma a ler, escrever, contar, coser, marcar, e bordar.

As discípulas externas que forem jantar à sua casa pagarão mensalmente 1:000

As que quiserem jantar no Colégio 3:000

As pensionistas, isto é, as que permanecerem sempre no Colégio 6:400

A mesma Senhora também ensinará gramaticalmente as línguas Francesa e inglesa levando pelo ensino da Francesa 3:200 e da Inglesa: 4:800<sup>586</sup>

Quando da abertura das escolas públicas, os jornais também divulgavam para o público, e temos notícia de que pouco mais de dois meses após ser aprovada no concurso, Policena Tertuliana de Oliveira abria a escola de Primeiras Letras para meninas em São João del-Rei, em abril de 1829, juntamente com o redator de *O Mentor das Brasileiras*: “José Alcibíades Carneiro Professor público de Gramática Latina e D. Policena Tertuliana de Oliveira, mestra pública de meninas, fazem saber ao público que se acham com suas aulas abertas na Rua Direita n. 392, prontos a receberem com agrado os alunos e alunas que comparecerem.”<sup>587</sup> E ao que tudo indica, a escola pública para meninas de Ouro Preto seria aberta somente no ano seguinte, sendo também anunciada pela imprensa: “A 4 de maio [1830] abriu-se nesta Cidade a Escola Pública de meninas, que está confiada à direção da Professora D. Beatriz Francisca de Assiz Brandão, cuja capacidade e distinto merecimento fazem esperar que o belo sexo aproveitará sobremaneira as suas lições e doutrina. Ela conta já 14 alunas...”<sup>588</sup>

Até o ano de 1830, a província de Minas Gerais contava, então, com 2 escolas públicas de Primeiras Letras privativas de meninas: a de São João del-Rei e a de Ouro Preto. O provimento e abertura das oito restantes, criadas pelo Conselho do Governo em 1828, foram ocorrendo ainda na década de 1830, conforme quadro a seguir.

<sup>586</sup> O Universal, n. 478, 11/08/1830, p. 4. Anúncio.

<sup>587</sup> Astro de Minas, n. 217, 07/04/1829, p. 4.

<sup>588</sup> O Universal, n. 463, 07/07/1830, p. 3

**TABELA 6: Quadro das escolas de meninas da Província de Minas Gerais criadas pelo Conselho do Governo em 28 de março de 1828 e data do provimento**

Freguesia do Ouro Preto	Beatriz Francisca de Assis Brandão (19/04/1830)
Cidade de Mariana	Francisca de Paula Higina de Sa (1832)
Cidade de Sabará	Maria Anna da Assumpção (16/09/1836)
Villa de Tamanduá	Ma. Carlota de S. Miguel (31/01/1834)
Cidade do Serro	Eufrásia Joaquina de Figueiredo (1837)
Cidade de Barbacena	Anna Joaquina de Oliva. Mafra (13/03/1834)
Cidade de X. João d'El Rey	Policena Tertulliana de Oliveira (06/02/1829)
Villa de Baependi	Jacintha Carlota de Oliveira Meirelles (06/02/1829)
Cidade da Campanha	Maria Ricardina de Oliv.a (15/03/1832)
Villa de Pitangui	Maria Fulgencia de Oliveira (07/09/1839)

Fonte: Arquivo Público Mineiro, PP 3/1 cx 13 1832-1849.

Na próxima tabela, foi feito um levantamento das escolas públicas de primeiras letras existentes, seu estado e o número de alunos e alunas, até o ano de 1836. Pode-se perceber que o número de alunas que freqüentavam as escolas próprias para seu sexo correspondia a pouco mais de 10% do número de alunos (1º grau).

**TABELA7: Resumo do Mapa geral das Cadeiras de 1ª letras da Província de Minas Gerais, dezembro de 1836**

		Nº de cadeiras	Numero d' Meninos que as frequentão	Observações
grãos	1º	62	3111	
	2º	22	1476	
Meninas		12	352	
Cadeiras Vagas		23		
Dados de que não existem Mappas ou informações		24		
Totaes		143	4939	

Professores proprietários – 84

Professores interinos, ou substitutos – 13

Professoras proprietárias – 11

Professoras interinas – 2

Fonte: Arquivo Público Mineiro, IP 3/2, caixa 1. 1827-1839: matrícula dos professores de instrução intermediária e primária, pacotilha 46.

Entretanto, somente com esses dados, não é possível ter uma estimativa factível da frequência de alunos e, principalmente, de alunas em processo de escolarização, visto que o número de estabelecimentos privados era superior ao de escolas públicas no ensino das primeiras letras – e do qual não se tinha o mesmo controle - e vários trabalhos e fontes indicam que era comum a co-educação dos sexos nos locais em que inexistiam escolas específicas para meninas. Vide tabela abaixo, no campo “observações”<sup>589</sup>.

640		REVISTA DO		Map			
		DOS ESTABELECIMENTOS LITTERARIOS EXISTENTES NESTA IMPERIAL		CIDADE E SEU TERMO COM ESPECIFICAÇÃO DO NUMERO DE ALUMNOS			
		QUE OS HRE		QUENTÃO			
Povoações onde se achão estabelecidas	Aulas						
	De Primicias Letras	De Grammatica Latina	De Filosofia	De Desenho	De Anatomia	Observações	
Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares	Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares	Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares		
Imperial Cidade do Ouro Preto.....	2	7	1	1	1	1	
Congonhas.....	1	1	1	1	1	1	
S. Bartholomeo.....	2	1	1	1	1	1	
Ouro Branco.....	1	1	1	1	1	1	
Lavras Novas.....	1	1	1	1	1	1	
Itatiaia.....	1	1	1	1	1	1	
Caxoeira do Campo.....	1	1	1	1	1	1	
Itabira.....	1	1	1	1	1	1	
Totalidades.....	2	15	1	1	1	1	

Imperial cidade do Ouro Preto 22 de janr. de 1836. —

641		ARCHIVO PUBLICO MINEIRO		pa			
		CIDADE E SEU TERMO COM ESPECIFICAÇÃO DO NUMERO DE ALUMNOS		QUENTÃO			
Povoações onde se achão estabelecidas	Alumnos						
	De Primicias Letras	De Grammatica Latina	De Filosofia	De Desenho	De Anatomia	Observações	
Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares	Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares	Mantidas a expensas publicas	Mantidas a expensas particulares		
Imperial Cidade do Ouro Preto.....	169	156	21	9	6	3	
Congonhas.....	25	1	1	1	1	1	
S. Bartholomeo.....	28	1	1	1	1	1	
Ouro Branco.....	9	1	1	1	1	1	
Lavras Novas.....	10	1	1	1	1	1	
Itatiaia.....	10	1	1	1	1	1	
Caxoeira do Campo.....	11	1	1	1	1	1	
Itabira.....	15	1	1	1	1	1	
Totalidades.....	169	264	21	9	6	3	Das Escolas de Primeira Letras Algumas ensino assim Alumnos como Meninas, e são regidas por Mulheres.

O Provedor da Comarca, Francisco Garcia Adjuto.  
R. A. P.—12

Figura 9. Relação dos estabelecimentos literários existentes em Ouro Preto e seu termo com especificação do número de alunos que frequentavam. No campo “Observações”, consta a existência de escolas regidas por professoras e frequentadas por meninos e meninas. Fonte: Arquivo Público Mineiro. A Instrução Pública e particular em Minas Gerais nos annos de 1824 e 1825. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, anno III, 1898, p. 640-641.

Menos ainda pode se dizer da população que detinha o conhecimento da leitura e da escrita, pois, conforme a citação da página 186 acima, a resistência das famílias,

<sup>589</sup> Ver também: SILVA, Diana de C. *O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação-UFGM, 2004. Dissertação de Mestrado, p. 109.

principalmente em relação à escolarização de meninas, fazia com que a educação doméstica, pelas próprias mães ou por tutoras e tutores fosse comum. Talvez por essa razão, ainda que defendesse a escola pública, *O Mentor das Brasileiras* se dispunha a dar orientações àquelas leitoras que, mestras ou mães, poderiam tirar proveito delas na educação das meninas.

Uma matéria sob o título “Sobre a instrução dos elementos da Religião”, orienta sobre como proceder no ensino da Religião Católica Romana àquelas pessoas incumbidas da educação da tenra mocidade. Para isso, indica que façam as meninas “trazer de cor algum compêndio abreviado que contenha os elementos da Doutrina Cristã e a explicação dos principais dogmas da nossa Religião; depois irá pouco a pouco explicando metodicamente todas as virtudes cardeais, etc.” Enumera-se uma série de etapas que deveriam ser seguidas para o ensino da doutrina católica, lembrando-se de combater as superstições e orações não autorizadas pela igreja.<sup>590</sup>

Não poderia deixar de citar a compilação de algumas obras que tinham essa mesma finalidade “pedagógica”. A primeira delas, *Cartas sobre a educação das meninas*, de autoria desconhecida, é um pequeno livro de 225 páginas composto por 12 cartas enviadas por uma senhora argentina, quando de seu exílio em Londres, para sua irmã que restara em seu país natal<sup>591</sup>. Essas cartas visavam orientar a irmã na educação de suas filhas que restaram em Buenos Aires; foram publicadas no formato de livro em Londres em 1824 por Rudolph Ackerman, em benefício à Sociedade de beneficência de Buenos Aires, entidade responsável pela instrução das meninas naquela cidade. Traduzido para o espanhol, esse livro foi reimpresso e difundido por vários países da América Latina, sendo utilizado tanto em escolas lancasterianas como nas demais escolas<sup>592</sup>.

No Brasil, tem-se notícia de uma tradução do espanhol para o português por João Candido de Deos e Silva<sup>593</sup> e a impressão em 1838 pela Typographia Nacional no Rio de Janeiro; a partir de 1840, alguns exemplares foram adquiridos e distribuídos entre professoras de primeiras letras de escolas públicas mineiras<sup>594</sup>. Entretanto, o redator de *O Mentor* inseria partes do livro no jornal em 1830 afirmando que a obra fora traduzida por um militar

<sup>590</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 16, 19/03/1830, p. 121-124.

<sup>591</sup> A autora justifica o exílio por motivos políticos; o redator do *Mentor* afirma se tratar de alguém da família Rivadavia; Bernardino Rivadavia foi o primeiro presidente argentino (1826-1827); foi enviado à Europa em 1814 para missões político-diplomáticas e lá ficou até 1820. Existe a possibilidade da autora das cartas ser a esposa de Bernardino Rivadavia, Juana del Pino y Balbastro.

<sup>592</sup> VERA, Eugenia Roldán. *The British Book trade and Spanish American Independence*. Education and knowledge transmission in transcontinental perspective. Aldershot, England: ASHGATE, 2003, p. 174. O livro teria sido usado no México, Peru, Venezuela, Chile, Argentina e Costa Rica.

<sup>593</sup> Responsável por verter outras importantes obras pedagógicas para a língua portuguesa, entre elas o *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras* do filantropo francês J.M. De Gérando, em 1839.

<sup>594</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. Dissertação, p. 88

brasileiro. Pode se tratar de uma mesma tradução reeditada posteriormente, o que indica o sucesso do livro no Brasil, refletindo o mesmo efeito que teve no restante da América Latina. Fato não desprezível é que José Alcibiades Carneiro consta como tendo sido um dos 54 subscritores do livro, nas páginas finais da edição de 1838.

Muito provavelmente, Alcibiades possuiu ao menos um exemplar do *Cartas sobre a educação das meninas* e, de posse dele, pretendia publicá-lo em pequenas parcelas no jornal, afirmando “Temos o prazer de começar a publicar As Cartas sobre a educação do bello sexo...”<sup>595</sup>. Acabou publicando apenas a Carta I<sup>596</sup>, em que se contextualiza sobre o motivo da obra, a importância e influência das mulheres na prosperidade da sociedade e das famílias. Publicou ao todo 8 das 12 páginas dessa Carta, que ocuparam partes de 2 números do jornal. Excluiu todo um trecho intermediário da mesma, em que se discute sobre a relação do clima com os diferentes tratamentos conferidos às mulheres, trecho esse que levaria a conclusões conflitantes com o que se buscava defender até então, se a teoria fosse aplicada ao Brasil, já que nos países de clima mais quente, haveria mais proximidade entre as pessoas e uma maior predisposição à paixão e à luxúria. O argumento segue:

Na Espanha, Itália e Portugal, só olham para as mulheres como objetos daquela paixão terrível em seus efeitos (...). Em Alemanha, França e Inglaterra, as mulheres são amigas dos homens, cooperadoras de seus trabalhos, participantes de sua sorte, reguladoras e como Magistrados da família<sup>597</sup>.

Uma outra obra citada, esta não identificada, discutia sobre as “Escolas da Primeira Infância”, composta pelo filósofo C. Lasteyrie, um dos responsáveis pela criação de escolas de ensino mútuo na França<sup>598</sup>. Extraído do periódico *O Patriota Brasileiro*, faz uma discussão um tanto quanto anacrônica sobre a importância dos estabelecimentos educativos voltados para crianças de idade entre 18 meses e 6 anos, das classes pobres.

O povo, no estado de ignorância e desleixo a que a tanto tempo está abandonado, não poderá nem saberá só por si sair desta triste e queixosa punição. Incumbe aos governos e aos homens que não têm abdicado aos

<sup>595</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 55, 17/12/1830, p. 436

<sup>596</sup> Os temas das outras cartas são: II- Educação moral; III- Educação intelectual; IV- Educação doméstica; V- Educação nas artes; VI- Educação física; VII- Educação religiosa; VIII- Educação do sexo feminino na Inglaterra; IX- Tradução das cartas de uma mãe inglesa a sua filha; X- Máximas para o procedimento de uma senhora; XI- Virtudes próprias da mulher; XII- Vida no campo, sua influência na condição da mulher.

<sup>597</sup> Cartas sobre a educação das meninas por uma senhora Americana. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838, p. 26.

<sup>598</sup> VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, jun/2001, p. 28.

sentimentos de benevolência, gravados em todos os corações pela natureza e pela Religião, animar e sustentar um gênero de instrução que bem como o ensino mútuo, parece ter sido imaginado mais especialmente para as classes da sociedade que não têm nem tempo nem meios de alongar a duração das lições necessárias ao desenvolvimento de suas faculdades intelectuais.<sup>599</sup>

São feitas referências a estabelecimentos dessa natureza na França, Suíça, Inglaterra e Escócia, frequentados por até 400 crianças que, colocados em um anfiteatro, “dirigem todos, sem exceção, os olhos para um objeto que o mestre lhes apresenta, executa[m] atentamente e repet[em] o que se lhe diz, responde[m] todos ao mesmo tempo a uma pergunta que se lhes faz, executa[m] o mesmo movimento a um sinal...”<sup>600</sup> Ordem, asseio e educação moral eram as bases dessas escolas e o propósito de tal discussão parece ser criticar o atraso em que se encontra o Brasil na instrução das novas gerações, “os quais principiam a aprender (quando muito) na idade em que na Inglaterra, França e Suíça, etc., acabam, e tendo aprendido coisas sem comparação mais úteis do que as que ensinam o nossos mestres a rapazes de oito, dez e doze anos.”<sup>601</sup>

Entre críticas e propostas, *O Mentor* dava contribuições no debate em defesa da escolarização da população, contribuindo com temáticas que, no contexto brasileiro, ainda não faziam parte das pautas em discussão, como é o caso das escolas públicas voltadas para a educação da primeira infância das classes pobres.

## 5.2 - Rotinas escolares como rituais urbanos: espetáculo e forma de controle

No processo de institucionalização da escola pública elementar, a imprensa fez circular, além das determinações legais que visavam regulamentar as práticas escolares, notícias sobre algumas das atividades constituintes da rotina dessas instituições. Destaco aqui os exames públicos das escolas de primeiras letras de meninas, que ganhavam visibilidade nas páginas de *O Mentor das Brasileiras* e em outros periódicos mineiros, revelando ao mesmo tempo o controle exercido pela imprensa e pelos habitantes da vila sobre a escolarização das meninas (e também dos meninos), e a transformação dessa prática escolar em “espetáculo”, associado aos grupos político dos liberais moderados.

<sup>599</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 39, 27/08/1830, p. 308-309.

<sup>600</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 42, 17/09/1830, p. 332-333.

<sup>601</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 39, 27/08/1830, p. 308

A exigência da realização dos exames públicos periódicos foi definida em resolução do Conselho Geral da Província em 14 de abril de 1828, que trazia definições sobre a atividade docente nas escolas públicas. Esse documento teria sido enviado pelo Presidente da Província às Câmaras Municipais que por sua vez, foram encarregadas de torná-la pública. O jornal Astro de Minas, o único em circulação em São João del-Rei no período, tratou de publicar a resolução, que segue na íntegra:

O Exm. Conselho do Governo querendo providenciar sobre o exame que hão de fazer os Professores das escolas publicas, sobre o methodo com que hão de ser fiscalisadas, a forma com que hão de cobrar os ordenados, e outras providencias inerentes ao melhor andamento, e conveniências das mesmas, tem resolvido o seguinte.

1. Que ninguém pode exercer o magistério publico, sem que em exame público mostre a necessária idoneidade para o desempenho de tão importantes funções. Que os exames anteriores à Lei de 15 de Outubro de 1827 não escusam novos exames. Que esta regra não compreende os Mestres particulares, que são pagos pelos que os encarregam da instrução primária, os quais podem continuar a ensinar na forma, que lhe permite a Lei.

2. Que para ser admittido à opposição, e examinado, deve o pretendente mostrar 1., que he Cidadão Brasileiro, 2., que está no goso dos seus direitos civis, e políticos, e 3., que é de conduta regular.

3. Que aos exames precederão sempre Editais, que os anunciem pelo menos trinta dias antes do dia em que se devem celebrar.

4. Que os examinadores darão o seu voto por escrito sobre os oppositores que forem examinados, depois do que o Exm. Sr. Presidente em conselho nomeará o que julgar mais hábil.

5. Que os Professores, e Professoras serão obrigados a ter livros de matrícula, nos quais metodicamente assentarão o dia, mês e ano, em que os meninos, ou meninas principiaram a frequentar as aulas, os seus nomes, naturalidades, domicílio, os dos pais, ou pessoas que os educam, e as faltas que tiverem. Estes livros devem ser feitos em estado de poderem ser apresentados ao Exm. Sr. Presidente cada vez que o queira examinar.

6. Que os Professores, e Professoras são obrigados a matricular, e ensinar a todas as pessoas de ambos os sexos, que se quizerem instruir, sejam pobres, ou ricos, descalços, ou calçados. Nos lugares aonde houverem escolas de meninas, não se admitem os dois sexos unidos.

7. Que os castigos permitidos nas escolas em geral são os praticados no método de Lencaster.

8. Que os Mestres, e Mestras são obrigados a participar as faltas dos discípulos aos seus pais, ou educadores.

9. Que os Professores, e Professoras tirarão uma copia fiel dos livros de matrícula, no qual se comprehendera somente os discípulos que frequentaram as aulas no trimestre, de que hão de requerer o pagamento ao Exm. Sr. Presidente da Província.

10. Que para ter lugar o pagamento do ordenado, e vencimento em proporção dos discípulos, a referida copia do livro da matricula virá acompanhada de uma Atestação da Câmara do Distrito, que a declare verdadeira.

11. Que as Câmaras devem antepor as providências necessárias, a fim de virem no conhecimento dos alunos, que frequentam cada uma das aulas.

12. Que quando o Sr. Presidente em Conselho mandar proceder contra algum Mestre, serão remetidas para as Justiças as sobreditas cópias, extraídas dos Livros das matrículas, para serem inquiridas testemunhas à vista delas.

13. Que estas cópias, guardadas no Arquivo da Secretaria, servirão no futuro de prova do número dos discípulos, e seu aproveitamento, para ter lugar a gratificação prometida aos Professores no art. 10 da Lei de 15 de Outubro de 1827.

14. Que os meninos, e meninas farão nas aulas, pelo Natal, e Espírito Santo exames públicos, a que assistirá o Juiz de Paz do respectivo Districto, e em quanto estes não entram em exercício, assistirão, nas capitães os Capitães Mores, e nos outros lugares os Comandantes das Ordenanças, que tiverem Patente, ou um Oficial dos mais vizinhos na falta destes. Nestes atos lerão os Mestres os Livros de matrícula, e as faltas que tiverem tido os discípulos, a fim de que se possa avaliar o seu adiantamento.

15. Que os Professores, ou Professoras serão obrigados a apresentar ao Exm. Sr. Presidente o resultado destes exames com Atestação do Juiz de Paz, ou daquele que o substituir, especificando os meninos examinados, suas matrículas e tempo de frequência nas aulas.

16. Que tanto a cópia extraída dos livros da matrícula, como o resultado dos exames se farão públicos pelo modo possível, a fim de melhor se poder conhecer sua veracidade, ou falsidade.

17. Que quando houver motivo de suspeita contra as sobreditas cópias da matrícula, se mandará proceder às averiguações necessárias, e reconhecida a falsidade, será o Mestre, ou Mestra repreendido, e impresso o Offício de repreensão; além da reposição da parte do ordenado, que tiver de mais percebido em virtude da falsidade.

18. Que tendo-se recomendado às Câmaras desta Província, que vigiem na conduta dos Professores públicos que existirem nos seos respectivos Termos, de maneira que a mocidade colha o proveito desejado na frequência das escolas públicas, se lhes recomende mais, que quando derem sobre este objeto as informações, ou partes, que entenderem convenientes ao em público, as especifiquem de forma, que sendo caso de proceder-se na forma do art. 14 da já citada Lei, possam os Juizes inquirir testemunhas, ou procurar outras provas, em que se assente com justiça a Sentença de conservação, ou demissão do Professor, contra quem se proceder.

19. Que finalmente o Exm. Sr. Presidente faça imprimir esta resolução, enviando hum exemplar, ou mais por ordem sua a cada huma das Câmaras das Províncias; e às mais Autoridades a quem julgar necessário o cumprimento e execução da mesma. Imperial Cidade do Ouro Preto em 14 de Abril de 1828. – O Secretario do Governo, Luiz Maria da Silva Pinto.

E para que chegue á noticia de todos, mandamos passar o presente Edital que indo por nos assignado, e sellado depois de registrado será publicado nos lugares mais públicos desta Villa e Termo, e affixado na do estillo. Dado e passado nesta Villa de S. João d'El-Rei em Câmara de 30 de Abril de 1828. E eu Antonio da Costa Braga Escrivão da Câmara, que o subscrevi. Antonio Felisberto da Costa = Francisco de Paula de Ameida Magalhães = Antonio José Pacheco = José Teixeira Coelho.<sup>602</sup>

<sup>602</sup> Astro de Minas, n. 77, 15/05/1828, p. 3

Essa resolução não só buscava ordenar as atividades dos mestres e mestras como também manter a vigilância em torno de suas práticas. Uma das principais preocupações, aparentemente, era a veracidade em relação à quantidade de alunos, visto que o Conselho do Governo definiu, no mesmo ano, que o salário dos mestres e mestras poderia variar de acordo com a quantidade de alunos para a qual lecionassem. O piso mínimo para os que tinham até 50 alunos era de 200\$000; de 51 a 100 alunos, essa quantia era acrescida de \$500 por cada aluno a mais. O valor aumentava proporcionalmente até que se atingisse o piso máximo possível, que seria de 500\$000.<sup>603</sup> Para auxiliar os membros da Câmara nessa fiscalização, o “tornar público” era um mecanismo que fazia da população, co-responsável por verificar e atestar as afirmações dos mestres/as.

Em cumprimento ao Artigo 14 dessa resolução, mestres e mestras de primeiras letras realizavam os exames públicos semestrais, ao que parece, sempre numa das salas da Câmara Municipal das respectivas vilas e cidades, e a imprensa noticiava, tanto anunciando os exames como o resultado dele. Era esperado que a população comparecesse a esses exames, o que aparentemente acontecia; ao menos os jornais assim o indicavam. Segue um anúncio de exame público de meninas.

D. Policena Tertulliana d’Oliveira, Professora de Meninas desta Vila faz saber ao respeitável público, que no dia 02 do próximo mês de Fevereiro pretende fazer nas casas da Câmara desta Vila os exames de suas Alunas, e espera que estas concorram no maior número possível, para o que roga encarecidamente a seos pais, que tenham a bondade de as fazer aparecer a este ato, a fim de que o Público possa ajuizar os progressos, que as mesmas têm tido.<sup>604</sup>

Certamente, o significado da frequência a esses exames não era o mesmo para as professoras, pais, alunas, e o público expectador. Segundo *O Mentor das Brasileiras*, que publicava os resultados dos exames públicos das escolas de meninas, a quantidade de alunas que compareciam a esses exames era significativamente inferior ao número de alunas matriculadas. Infelizmente nem sempre esses dados numéricos eram apresentados, mas, no caso dos exames realizados em São João del-Rei, é possível acompanhar o aumento do número de alunas matriculadas, ao longo dos semestres e, no entanto, a quase inalteração e

<sup>603</sup> SILVA, Diana de Cássia. *O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2004. (Dissertação), p. 82. Os salários aumentavam na seguinte proporção: de 101 a 150 alunos = piso + \$600 por aluno; de 151 a 200 alunos = piso + \$700 por aluno; de 210 a 250 = piso + \$800 por aluno; a partir de 300 alunos = piso + \$1.000 por aluno.

<sup>604</sup> Astro de Minas n. 393, 27/05/1830, p. 4

até, a diminuição do número de alunas que compareciam aos exames. Era comum a alegação, tanto em São João del-Rei como em Ouro Preto, de que o excesso das chuvas era uma das causas da ausência das alunas no ato do exame.

**TABELA 8: Relação das alunas matriculadas nas escolas públicas de São João del-Rei, Ouro Preto e Baependi, e alunas presentes nos exames públicos**

Localidade/data do exame	N. alunas matriculadas	N. alunas presentes no exame
<b>São João del-Rei</b>		
19/12/1829	43	34
17/06/1830	69	44
13/12/1830	70	40
29/06/1831	76	36
02/02/1832	71	30
<b>Ouro Preto</b>		
14/06/1831	27	19
28/01/1832	?	23
<b>Baependi</b>		
27/12/1828	?	17

Fonte: O Mentor das Brasileiras, números: 04, 30, 55, 64, 81, 113, 116.

Em Baependy, de cuja escola são fornecidos poucos dados, a professora Jacinta Carlota d'Oliveira Meirelles afirma em seu discurso que “algumas [alunas] não quiseram comparecer àquele ato”<sup>605</sup>. E, em certo exame, a professora tenta se justificar pelo reduzido número de alunas que compareciam ao exame indicando que se trata de uma situação que fugia ao seu controle, sendo possível, ainda, perceber seu constrangimento por estar sendo colocada à prova: “Eu lastimo, senhores, que algumas de minhas discípulas tenham se retirado de minha aula prontas, sem a pública aprovação, e que outras tenham demorado este ato, por causa de imensas falhas (como tendes de observar no livro de matrícula)”<sup>606</sup>.

<sup>605</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 64, 25/02/1831, p. 508

<sup>606</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 116, 24/02/1832, p. 915.

Poderíamos especular sobre as razões pelas quais muitas alunas não compareciam aos exames: seria pelo constrangimento de serem examinadas em público? Seriam as condições climáticas, o excesso de chuvas? Seria a carência de vestimentas consideradas dignas de um evento socialmente valorizado? Ou não desejavam revelar um fraco aproveitamento que vinham tendo nas aulas? De qualquer forma, podemos perceber que a *forma escolar* não penetra silenciosamente impondo seus tempos e modos; ela não é incorporada com tanta facilidade e gera resistências e tensões.

A publicação dos resultados dos exames era feita geralmente alguns dias após ocorrido o ato, e não apresenta muitas variações entre cada um deles, trazendo sempre a mesma idéia de que um cidadão presenciou o exame e em seguida relatava o ocorrido. Discorre sobre a quantidade de alunas presentes, os conteúdos examinados, o desempenho das alunas, dando destaque àquelas plenamente aprovadas ou adiantadas e, ao final, segue o discurso feito pela professora na abertura do ato do exame. Essa regularidade confere um ar de que a imprensa cumpria com seu papel nesse processo de estabelecimento da forma escolar, tornando pública essa etapa da rotina escolar.

Neste dia teve lugar o exame público das meninas que freqüentam a Aula de primeiras letras desta Vila na conformidade da resolução do Exm. Conselho do Governo de 14 de Abril de 1828. Às 3 horas da tarde concorreram elas em n. de 44, acompanhadas pela Professora ,e ao entrarem na casa da Câmara, foram recebidas pelo Juiz de Paz, Fiscal e por um numeroso concurso de Cidadãos conspícuos que pareciam tomar não pequeno interesse no progresso das nossas Jovens. Antes de principiar os Exames, recitou a Professora o discurso que adiante transcrevemos, que foi escutado com grande atenção por todo o Auditório, e as alunas ricamente vestidas apresentavam a cena a mais brilhante e arrebatadora. Lendo-se o livro de matrícula, acharam-se matriculadas 69. Principiou-se o exame pela Monitora Geral e seguiram as mais por seu turno, sendo aprovadas nas doutrinas marcadas nos Artigos 6 e 12 da Lei de 15 de Outubro de 1827 as Senhoras D. Francisca Isabel de Noronha, de idade de 14 anos, D. Luisa Carlota Bernardina de Noronha de idade de 13 anos, filhas do Sr. João Bernardes; D. Anna Isabel Belarmina de Jesus de idade de 14 anos, filha do Sr. Manoel Pereira Lopes; D. Maria Ricardina Novaes Campos de idade de 14 anos, filha do Sr. Lucianno Antonio Novaes Campos; D. Anna Candida de Jesus Alves S. Thiago de idade de 13 anos, filha do Sr. Cap. Francisco José Alves de S. Thiago, as quais todas satisfizeram com admirável prontidão e desembaraço as perguntas que lhes fez a Professora, assim como todas as outras, proporcionalmente ao tempo de seus estudos, deram decisivas provas de sua aplicação, lendo com bastante desembaraço a Constituição do Império, respondendo a muitas perguntas sobre a Gramática Brasileiras, taboada, Doutrina Cristã, e fazendo várias espécies de contas e quase todas apresentaram suas escritas com um bom caráter de letra. Findo este ato pelas 6 horas da tarde entre o aplauso geral das pessoas, subiram ao

ar os fogos de artifício, enquanto os pais de famílias ali mesmo se congratulavam pelo adiamento de suas filhas; e alguns até pareciam invejar a sorte destes<sup>607</sup>.

Se considerarmos a fidedignidade dessa descrição, o exame público representava um verdadeiro acontecimento na rotina das vilas e cidades, contando com um público não menos solene que as principais autoridades políticas; não eram raras as referências ao luxo e elegância das vestimentas das alunas que, provavelmente até essa idade, vivenciavam nessa ocasião, uma das poucas aparições públicas em que eram o centro das atenções e que era social e moralmente aceita. O redator critica o luxo excessivo das alunas ao comparecerem aos exames, mas afirma se sentir impotente para mudar tal fato, pois, “dizem alguns pais que fazem gosto que suas filhas compareçam mui bem adornadas; são prestígios que não se desarraigam tão facilmente...”<sup>608</sup>. Ter a cada semestre cinco meninas concluintes nos estudos elementares, era motivo de orgulho para a vila, que celebrava com fogos de artifício e congratulações aos familiares, que viviam momentos de prestígio.

Essa descrição também retifica a preocupação em se apresentar em conformidade com as determinações legais; as constantes referências aos artigos das leis e resoluções, indicam a necessidade de se mostrar conhecedor e fiel, obediente ao que está sendo prescrito. Percebe-se essa mesma preocupação no cumprimento às regras e na prestação de contas à sociedade e às autoridades “vigilantes”, em um anúncio de exame pela professora Policena:

D. Policena Tertulianna de Oliveira, Professora Pública de meninas desta Villa faz saber ao respeitável Publico, que no dia 17 do corrente [junho] há de proceder a exame público de suas alunas na Casa da Câmara pelas 3 horas da tarde, não o tendo feito a mais tempo (como já anunciou no Astro) por se achar doente o Juiz de Paz, que devera presidir a tais exames.<sup>609</sup>

Nesse sentido, será possível considerar que aquilo que a lei prescrevia coincidia com aquilo que realmente aconteceu? Se considerarmos os resultados do exame publicados nos jornais, as alunas plenamente aprovadas dominavam, no ato do exame, todos os conteúdos previstos para seu nível de ensino, levando a pensar que tais conteúdos foram desenvolvidos nas aulas, na conformidade da lei. Há exames em que se afirma que as alunas recitavam de cor alguns artigos da constituição ou respondiam perguntas sobre a mesma; há

<sup>607</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 233-234

<sup>608</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 81, 01/07/1831, p. 642.

<sup>609</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 29, 16/06/1830, p. 232.

também, em outros, a examinação das prendas domésticas, como costura e bordado. Pouco se pode afirmar sobre as práticas escolares, mas as matérias publicadas, quase idênticas entre si, ilustram a imagem que se queria transmitir para um público mais amplo, de progresso da escolarização das meninas, a dedicação das professoras e o entusiasmo da população diante da instrução feminina.

Na abertura dos exames, as professoras proferiam um discurso, às vezes voltado para as alunas, às vezes para o público, que era publicado em *O Mentor das Brasileiras* e outros periódicos. Embora a fidedignidade desses discursos seja discutível, é neles que se pode perceber de forma mais marcante o desconforto, tanto das professoras quanto das alunas, diante da situação de exame público e da sua inevitabilidade, visto que é imposto pela lei, um poder impessoal e incontornável. Na fala da professora Beatriz Brandão, de Ouro Preto,

Ilustre e benigno Auditório. Tendo a honra de apresentar-vos hoje o resultado dos meus trabalhos; pode ser que ele vos pareça limitado em conseqüência das esperanças que havéis concebido, mas posso assegurar que tenho empregado todo o desvelo em aproveitar as felizes disposições das minhas caras Alunas para satisfazer a Lei e a pública expectação. (...) o seu amor à Pátria e às sagradas instituições se manifestam nos seus pueris entretimentos [sic].(...)Devo também lembrar-vos que algumas destas meninas entraram a pouco tempo e por isso não vos admire que apresentem pouco adiantamento; a diferença que vai de talento a talento faz também que umas muito mais novas que outras tenham subido à classe superior. Supostas todas estas razões só me resta pedir-vos a indulgência que merecem umas crianças que vão pela primeira vez falar em público.<sup>610</sup>

A professora Jacinta Carlota de Meirelles, de Baependy, também deixava transparecer a insegurança causada pela situação de exame, atribuindo o seu embaraço a uma educação inadequada que recebera.

Caras alunas, é o dia de hoje o destinado para, na presença do Juiz de Paz desta Paróquia e Cidadãos assistentes, apresentares o fruto das lições que de mim tendes recebido. Respeitáveis Srs., a educação que tive, conseqüência infalível do despotismo com que fui amamentada, tornando-me pouco apta para o Magistério que [ilegível] o natural acanhamento, fruto de um princípio tal e nenhum costume de aparecer em Público, talvez tenham de motivar indulgência em vossos ânimos disfarçando os inevitáveis erros que passo a cometer na perturbação em que me vejo; mas certificaí-vos que a minha assiduidade no desempenho das obrigações que contraí, tomando sobre meus débeis ombros um peso desproporcionado às minhas forças,

<sup>610</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 81, 01/07/1830, p. 644.

supre de alguma sorte a falta de talentos apropriados, como bem conheceis e eu o confesso.(...).<sup>611</sup>

Nesse conjunto de falas atribuídas às professoras, é possível perceber os impactos da imposição da forma escolar de socialização sobre os sujeitos envolvidos. O descompasso indesejável entre os tempos de aprendizagem esperados e a aprendizagem efetiva, indisfarçáveis perante o julgamento público, fazia com que as professoras recorressem a argumentos tais como “diferentes talentos”, ou mesmo ao despotismo da qual foram vítimas. Aliás, atribuir ao antigo regime o atraso em que se encontrava a educação do público feminino constitui a maior parte dos discursos das professoras, pelo desdobramento útil desse argumento, de que é graças ao sistema constitucional e à política liberal que o atraso na instrução dos povos e das mulheres vem sendo superado. Com isso, tem-se a forte impressão de serem as professoras adeptas aos ideais liberais e defensoras da monarquia constitucional. Se não se trata de uma imagem idealizada e construída pelo discurso da imprensa, penso que afirmar afinidade com o pensamento liberal seria, na situação em que estas professoras se encontravam, um posicionamento bastante útil ou talvez até necessário. Segue um discurso atribuído à professora de São João del-Rei, sutilmente ambíguo quanto à sua opinião em relação aos deveres legais, mas fiel ao vocabulário político de uma brasileira patriota.

O Dever que nos impõe a Lei, minhas queridas Alunas, de vir duas vezes no ano a este lugar dar contas ao respeitável Público de nossos trabalhos parece sem dúvida ter servido de um grande estímulo para procurarmos desempenhar com mais assiduidade nossas obrigações. Feliz portanto um tal preceito, quando dele se tira tão belos resultados de nosso aproveitamento! As vantagens que temos obtido destas nossas periódicas reuniões, são bem patentes e não necessitam de mais provas; o Público, que nos observa com tantas demonstrações de interesse, está bastantemente inteirado se não de meu zelo em cumprir tão importantes deveres a que estou ligada, ao menos da vossa atividade, do vosso amor pelos estudos e do natural desenvolvimento do vosso espírito. Eis o que me anima hoje a reiterar com o mesmo gosto os exames das lições que vos hei dado; e suposto que por esta vez eu não possa apresentar muitas de vós com o adiantamento que porventura apresentei nos exames passados, contudo espero que não sereis reputadas por omissas, atendendo o tempo e o atraso, em que vos achaveis, quando principiasteis receber minhas lições; talvez que pelos futuros exames eu possa apresentar algumas de vós completamente aprovadas; entretanto nós faremos criadoras da indulgência do respeitável Público, se fizermos aparecer os nossos trabalhos, livres do temor, que quando se apodera do nosso espírito, costuma tolher o desenvolvimento de nossas idéias. Vós sabeis (e o mesmo Público é testemunha) que eu vos tenho educado não só

---

<sup>611</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 237.

pelos preceitos adotados nas mais escolas mas também segundo o espírito do nosso século pelo Sistema Constitucional, de que vos tenho dado profícuas lições no nosso sagrado Código, o que talvez para o futuro servirá de grande utilidade à Pátria, porque muito convém que as doutrinas liberais se propaguem por todas as classes indistintamente e ainda direi que com preferência no nosso sexo, visto que os homens recebem dele a sua primeira educação, e com o leite podem beber boas ou más doutrinas à proporção do estado de civilização ou embrutecimento em que se achar o sexo feminino; porém, graças sejam dadas ao atual Sistema, porque ora nos governamos por ele é que temos entrado na partilha de uma mais nobre civilização, de que estávamos privados. Não será pois alheio de nosso dever se dermos mostras de gratidão, exclamando com vivo entusiasmo, Viva a nossa Santa Religião = Viva a Constituição = Viva SS. MM. II. = Viva a Assembléa Geral Legislativa = e Viva o Povo Brasileiro.<sup>612</sup>

Quanto à autoria de textos pelas professoras, Beatriz Francisca de Assis Brandão, da escola de Ouro Preto, se destacava em relação às demais professoras, pelo envio de poesias aos jornais. Embora seus escritos poéticos abordassem temáticas variadas,<sup>613</sup> os periódicos traziam apenas aqueles em comemoração à independência do Brasil e em que tratava da realidade política, em formatos de odes, hinos, orações e quadras. Segue um “Hino Patrício Mineiro” de sua autoria, oferecido à Nação:

---

<sup>612</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 55, 17/12/1830, p. 434-435

<sup>613</sup> Destacam-se, de sua autoria, sonetos que tematizavam o amor. Em: VASCONCELLOS, Eliane. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras Brasileiras do século XIX*.

*Hymno Patriótico Modesto, offerecido à Nação pela Senhora  
D. B. F. A. B., natural do Ouro Preto.*

Honra, Leis, Patriotismo  
As prisoes nos tam quebrado.  
Reina Pedro tem lindado  
Despotismo escravidão.

Ao estridor de cadéas  
Estremecem livres almas,  
Lanças, sabres, leiro, palmas....  
Morte embora ferros nao.

Leis estranhas, Leis severas  
Nao recebe o Brasil nobre;  
Cabe o véo que a fraude encobre,  
Dissipou-se a illusao.

Vive Augusto, Vive, Impera;  
O Brasil, a Patria nossa  
Possa livre, e sempre possa  
Dar ao Mundo esta lição.

Abrao-se as portas de Jano,  
Soe da guerra o fragor;  
O ferro so causa horror  
Fabricado em vil grilhaõ.

Sobe ao Throno, que Te offerta  
Grato huta Povo liberal;  
Cinge o Lauro Imperial,  
Salva a gloria da Nação.

A liberdade triunfe,  
Pela Patria o sangue corra,  
Em liberdade se morrá,  
Nunca mais escravidão.

Nossa causa he causa tua.  
Filho, irmão, Monarcha, Amigo,  
He commum nõsso perigo,  
E de Patria a defensao.

*Coro.*

Occupa, Adorna  
O Solio Augusto,  
O Grande, O Justo  
PEDRO sem par.

Figura 10. Hino de autoria da professora Beatriz Francisaca de Assis Brandão. Fonte: O Mentor das Brasileiras, n. 17, 26/03/1830, p. 136

A professora Beatriz contribuía também com outros textos de sua autoria, conforme discutimos no capítulo 3; além disso, publicava em outros jornais, como no *Farol Paulistano*; no *Universal*, protagonizou um tenso debate em que se pode perceber que ela não se intimidava com as críticas veiculadas pela imprensa em relação à sua prática docente, utilizando do espaço do jornal, do qual já estava habituada, para contra-argumentar com o próprio redator:

Respondendo à justa acusação feita ao meu procedimento em conduzir para uma casa particular a Aula de meninas, só posso dizer que razões domésticas e indignas de patentear-se, me obrigaram a não poder continuar o ensino em minha própria casa, aonde não podia conseguir sossego, liberdade e nem decência, e os motivos disto têm sido mais públicos do que

era necessário para minha desculpa. O motivo de não ter mudado de casa é o não ter achado alguma que seja ao alcance das duas freguesias pois, por estar ao lado de Antonio Dias, poucas meninas do outro bairro vêm à escola. Tenho tentado muitas casas e não acho alguma em circunstâncias de poder colocar nela a minha aula, pois todas estão fora do alcance. Se for coadjuvada na diligência somente de descobrir-se uma casa, a alugarei prontamente e passarei para ela a Aula. Quanto à maneira por que ensino, pretendo fazer ver no próximo exame a minha diligência e cuidado. No entanto, sou grata à modesta advertência do sr. Redator, de quem sou Veneradora e obrigada.

*A Professora Pública desta I.C*<sup>614</sup>.

Dessa forma, percebemos como a imprensa foi convocada e assumiu, não sem provocar tensões, o exercício de poder e controle no processo de implementação da *forma escolar*. Além disso, ao ampliar o “raio de ação” dos “espetáculos” em que os exames públicos se tornaram, contribuiu para a produção e difusão da escolarização como meio para a consolidação do Estado e do progresso, ao mesmo tempo em que as elites políticas liberais fortaleciam seus argumentos em que se afirmava o legítimo defensor da instrução feminina.

### 5.3 – Escola, espaço de produção de diferenças

A forma escolar se estabelece, na sua essência, engendrando distinções: através de mecanismos concretos ou simbólicos, determina o acesso – ou a rejeição - dos diferentes grupos de sujeitos aos diferentes espaços; estabelece conteúdos de ensino específicos, se mostrando, inicialmente, extremamente rígida na disciplinação dos sujeitos em função do gênero<sup>615</sup>, não desprezando os pertencimentos de classe, como tem sido discutido até aqui. Além disso, pode-se verificar que o modelo escolar de socialização atua, já no início da instituição da escola pública no período imperial brasileiro, de acordo com mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização, produzindo a desigualdade entre um mesmo grupo escolarizado<sup>616</sup>. Esse processo pode ser percebido inicialmente, nos procedimentos

<sup>614</sup> O Universal, n. 762, 15/06/1832, p. 4. Seriam os motivos da mudança da Aula as sevícias às quais estaria sendo vítima?

<sup>615</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 202.

<sup>616</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de, op. Cit.; LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 57.

exigidos aos professores e professoras para controle do público freqüentador das escolas, quando no Artigo 5º da resolução do Conselho do Governo, determina-se que se produza um Livro de Matrícula em se que conste os dados de identificação dos alunos, tais como idade, filiação, data de início às aulas e número de faltas. No Artigo 9º do mesmo documento, solicita-se que uma cópia fiel do livro de matrícula seja enviada trimestralmente para a Presidência da Província, constando os/as alunos/as freqüentadores das aulas no trimestre, para requerimento do pagamento proporcional ao número de alunos.

A consulta a esse material (ver anexo 1) produzido pelas professoras de Ouro Preto e São João del-Rei, permite verificar, no campo “observações”, o registro de comentários referentes ao nível de adiantamento de cada aluna. Tais registros incluem, desde a descrição do estado em que se encontravam na aprendizagem dos conteúdos, como “lê soletrando e cose liso”, “soletra nomes”, “tem pouco progresso em tudo”, até julgamentos da capacidade das alunas (especialmente pela professora Beatriz): “lê quase corretamente, pouco escreve, tem muito talento”, “lê soletrando, forma algumas letras e tem pouca percepção”, “faz toda a costura; não tem compreensão para estudos”, “aprende pouco; é quase demente”.<sup>617</sup> Esse instrumento, “livro de matrícula”, concebido inicialmente para controle quantitativo, no interior de um processo de normatização das práticas escolares, acaba se transformando num mecanismo de classificação e hierarquização dos educandos, caracterizando a gênese da individualização do aluno<sup>618</sup>. A necessidade de classificar as diferenças individuais leva à produção de um vocabulário baseado no ideal meritocrático, no qual o “talento” e o esforço pessoal são as justificativas para as diferenças nos desempenhos do público em escolarização. Presente na tradição pedagógica moderna, no século XIX, a meritocracia ocupa lugar especial no método mútuo, que pressupunha a hierarquização e o ordenamento de um grande número de alunos e utilizava de recursos, como a recompensa e o castigo, além de promover a emulação.

Essa distinção, que era evidenciada num âmbito mais restrito, para fiscalização da Presidência da Província, se tornava (mais) difundida com os exames públicos; e pela imprensa, era difundida para além das fronteiras locais; a professora de Baependi, em certa

---

<sup>617</sup> Arquivo Público Mineiro, SP IP 3/2 Cx 01, pacotilhas 06, 08, 17, 25, 34.

<sup>618</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da meninice nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 216, 218.

ocasião, conferiu prêmios, preparados às suas custas, para serem entregues às quatro alunas que mais se distinguiram no exame<sup>619</sup>.

Na escola de São João del-Rei, a professora também utilizava alguns elementos do método mútuo, o que se deduz a partir da presença de várias monitoras no ato do exame de 13 de dezembro de 1830, além da monitora geral. As monitoras se distinguiam por serem examinadas no início e também, por utilizarem adereços sobre as roupas: “traziam uma fita verde passada ao ombro, em que se lia em letras de ouro os seus empregos, com enumeração das classes que regiam na Aula”.<sup>620</sup> A monitora geral da professora Beatriz Brandão, Antônia Eulália da Rocha Brandão, na abertura do primeiro exame público da escola, teve a oportunidade de fazer um discurso às colegas, logo após o discurso da mestra, e contava com 10 anos de idade<sup>621</sup>. No próximo exame, realizado em janeiro de 1832, por incômodos de saúde da professora, a então monitora geral Mathilde Brasileira, também aos 10 anos, realizou o exame, sob supervisão da D. Beatriz.<sup>622</sup>

As monitoras, segundo os princípios do método mútuo, eram escolhidas entre as alunas mais adiantadas e, recebendo as orientações das mestras, coordenavam as atividades de uma classe, constituída por um grupo de estudantes em um determinado nível de adiantamento. Seus nomes comumente eram publicados em destaque em *O Mentor*, por serem as alunas com nível de conhecimento mais elevado e por terem bom desempenho nos exames; eram também, muitas vezes, “aprovadas em todas as doutrinas”, significando que concluíram sua educação elementar e foram atestadas publicamente nos exames. Nesses casos, o ato do exame era também o momento da despedida entre discípulas e mestras, em que se presenciava “sentimentos de ternura” e “lágrimas que reciprocamente derramavam, testemunha [do] amor que entre elas havia”.<sup>623</sup>

O destaque recebido pelas monitoras no ato do exame e publicado no jornal, coincide com as observações registradas nas cópias dos livros de matrícula feitos pelas professoras. Essas alunas são sempre avaliadas com bom rendimento, “aproveitadas em todas as doutrinas, e habilidosas.” A trajetória escolar das demais alunas, que tinham “pouco progresso”, não pôde ser acompanhada; a evasão, o pouco investimento ou uma aprendizagem mais demorada que a esperada, provavelmente fizeram parte de suas histórias. Já as

<sup>619</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 64, 25/02/1831, p. 508.

<sup>620</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 55, 17/12/1830, p. 433.

<sup>621</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 81, 01/07/1831, p. 644-645; APM, SP IP 3/2 Caixa 01, pacotilha 8.

<sup>622</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 116, 24/02/1832, p. 915; APM, SP IP 3/2 Caixa 01, pacotilha 17.

<sup>623</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 30, 23/06/1830, p. 234.

expectativas em relação às alunas que recebiam distinção eram as maiores. A instrução elementar serviria de base para uma maior instrução e, “continuando a cultivar o seu espírito com a mesma aplicação, podem chegar até o ponto de prestarem ainda relevantes serviços à Pátria, ilustrando toda a mais mocidade”<sup>624</sup>. A docência era, portanto, uma possível carreira para essas meninas que, em torno dos 12 e 14 anos, concluíam os estudos das primeiras letras.

Em uma correspondência ao redator de *O Mentor*, uma senhora que assina *Huma Campanhense* fazia um apelo para que o jornal solicitasse uma professora para prover a escola pública de meninas de sua Vila.

Sim, é ao Mentor que compete fazer ciente por sua estimável folha a qualquer Senhora, que esteja em circunstâncias de tomar sobre si este ônus, devendo para esse fim demonstrar o quanto isto é honroso; certificar ser o caráter das meninas da Campanha brando, afável e sujeito e dos Pais e Mães, em geral, obsequioso, oficioso e agradecido; o ar salubre, e finalmente expor quanto há de bom para animar a quem venha quanto antes polir os grandes talentos da juventude de minha Pátria. (...) Exultarei quando ela preencha os fins a que me dedico e que em breve eu veja realizados os desejos que nutro, de ver aperfeiçoada a educação moral no belo sexo desta Villa.<sup>625</sup>

O redator comenta a correspondência, dizendo ser incompreensível que numa das maiores vilas da Província e que nas passadas eleições deu tantas provas de adesão ao sistema constitucional, ainda não houvesse uma Professora para a instrução das jovens. E

se em nossas forças estivesse o fazer com que alguma Senhora instruída tomasse sobre si o peso da educação das Campanhenses, nós de muito bom grado nos prestaríamos a essa empresa; porém seremos incansáveis ao menos em mostrar às nossas patrícias o vantajoso prêmio que terão se todas se empenharem na propagação das luzes pelo sexo encantador, que algum dia deve tomar a alta posição para que o criou a Natureza<sup>626</sup>.

Em 03 de maio de 1832, dois anos após essas notícias, era inaugurada a escola pública de meninas de Campanha, provida por Maria Ricardina de Oliveira Novaes<sup>627</sup>, uma das alunas de São João del-Rei que se distinguiu no primeiro exame, com a professora

<sup>624</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 234.

<sup>625</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 240.

<sup>626</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 240.

<sup>627</sup> O Mentor das Brasileiras, n. 128, 03/05/1832, p. 1012.

Policena, e foi aprovada em todos os conteúdos, no segundo exame, concluindo a instrução elementar no exame de 23 de junho de 1830. Quando da abertura de sua aula, contaria com 16 anos<sup>628</sup>. Registros esparsos indicam que teria lecionado em Campanha até o ano de 1837<sup>629</sup> e, em seguida, ocupou uma cadeira na Vila de São José, que foi extinta, sendo então, removida para a da vila de Formiga em 1848; em 1853, entrou em licença<sup>630</sup>. Uma discípula da professora Beatriz também teria seguido a carreira docente, sua primeira monitora geral, Antônia Eulália da Rocha Brandão, que entrou em exercício da cadeira de instrução primária feminina da villa do Mar d’Espanha em 20 de junho de 1854.<sup>631</sup>

Trata-se de dois casos exemplares de apreensão e adaptação à forma escolar de socialização que envolveu, desde o início, a compreensão de suas regras, o domínio de sua linguagem, e possibilita pensar, sugerindo por ora, uma conclusão modesta e despretensiosa, de que pode haver uma relação entre a distinção produzida a partir dos dispositivos que buscavam organizar a instrução pública (a imprensa assumindo um papel imprescindível nesse processo) e o ingresso na carreira docente pelas ex-alunas.

---

<sup>628</sup> Ao que tudo indica, a primeira regulamentação sobre a idade mínima para o exercício do magistério é um decreto Imperial de 07 de agosto de 1832, que define a idade de 21 anos.

<sup>629</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 3/2 Caixa 01, pacotilha 49.

<sup>630</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 05: Livro de matrícula dos professores de instrução intermediária e primária, 1818-1855.

<sup>631</sup> Arquivo Público Mineiro, IP 05.

## CONCLUSÃO

### *Maxima de conducta. para as Senhoras Brasileiras.*

A Religião he o primeiro dever da creatura para com o Creator, esta porem deve ser illustrada isenta do fanatismo e das supersticoes.

O amor do proximo, a que a Religião chama caridade, e os Filozofos filantropia, deve ser a virtude de todo o ente racional.

Suppor todos os homens incapazes de enganar he ser victima de grosseiros enganos.

Desconfiar de todos como capazes de nos illudirem he errar grosseiramente.

Convem conhecer bem as pessoas, e te-las tractado por algum tempo para dellas confiarinos.

A virtude adquire se pelo habito de praticar o bem.

Bem he tudo aquillo que conserva, melhora e aperfeiçoa o nosso corpo, e o nosso espirito.

Servir a Patria e ser lhes uteis por todos os meios ao nosso alcance he o dever de todo o Cidadão.

Bem serve a Patria a mulher zelosa pela boa educaçao de seus filhos dando lhe Cidadãos dignos de seus serviços.

A maior gloria de huma mãe sera o ter dado ao seo paiz filhos que o illustrem com suas açoes.

Não são as excessivas riquezas, mas sim a honesta mediania a que faz a felicidade da vida.

A mulher dissoluta e immoral faz a sua vida desgraçada, e acaba na miseria entregue ao desprezo e aos remorsos.

Longas e immundas enfermidades são o fructo de huma mocidade que se passou no atoleiro dos vicios.

O melhor modo de conservar por longo tempo a formosura e a mocidade he a moderaçao nos prazeres da vida.

A mulher para ser amavel deve ter como primeira qualidade hum genio brando e docil.

Figura 11. Primeira parte das “Máximas” voltadas para as senhoras brasileiras, publicadas em *O Mentor das Brasileiras*, n. 103, 02/12/1831, p. 824.

Essas máximas<sup>632</sup> constituem o primeiro terço de uma longa lista, publicada em *O Mentor das Brasileiras* ao final dos números 103, 104 e 105. Chama a atenção a ênfase na *moderação*, vista como necessária em vários aspectos da vida. Em contraponto, critica-se os posicionamentos e atitudes extremistas voltados para a religião, a relação conjugal, a amizade, o cuidado com a aparência física, o temperamento. Seriam essas virtudes femininas idealizadas, o desdobramento de uma política liberal moderada? Ou o posicionamento político moderado seria um dos aspectos de um “clima cultural” que primava, sobretudo, pela moderação?

<sup>632</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 103, 02/12/1831, p. 824.

Esta pesquisa se encontra aquém de permitir uma discussão mais aprofundada a esse respeito. Entretanto, a *moderação*, tanto no sentido do posicionamento político quanto no sentido mais ampliado, orienta e fundamenta o conteúdo educativo do jornal, tornando-se sua característica mais marcante. Tal pressuposto e os valores religiosos davam um contorno geral a essa permanência, que se sobressaía às ambivalências eventualmente presentes em torno de alguns temas, como as modas, o luxo, a história do Brasil. Esses posicionamentos divergentes eram visivelmente circunstanciados, o que caracterizava o próprio veículo/suporte, objeto deste estudo; o jornal construía sua proposta educativa de acordo com a recepção dos leitores e leitoras e com a interlocução com diversos indivíduos, grupos e periódicos. O *feedback* fornecido por esses leitores e interlocutores era aparentemente o principal parâmetro para se mensurar a aceitabilidade e mesmo a própria sobrevivência do jornal, o que o tornava flexível na sua essência.

A instabilidade no âmbito dos governos era outro fator que levava à oscilação, no posicionamento do jornal, entre apoio e crítica ao Imperador de acordo com o desenrolar dos acontecimentos. Soma-se a isso, a aparente incongruência no fato de José Alcibíades Carneiro ser professor de Latim, cujo ensino vinha sendo criticado por algumas das lideranças liberais. Todo esse quadro constituía a *cultura política* do período, com posicionamentos imprecisos e “sincretismos” nem sempre muito coerentes.

A adaptação de diversas obras para compor as páginas de *O Mentor* indica uma leitura atenta e cuidadosa, e uma censura coerente com os valores veiculados durante aquele periódico. Poderíamos estar nos referindo às práticas de leitura e apropriação do redator José Alcibíades Carneiro, mas a ausência de informações mais precisas em relação a algumas das obras inseridas no jornal amplia as possibilidades para a autoria dessas adaptações. Isso não exclui, no entanto, a tensão envolvendo a circulação, em solo brasileiro, das literaturas inglesa e francesa produzidas entre o século XVII e início do século XIX, visto que os livros analisados nesta tese foram adaptados em algum momento entre sua tradução e a produção do jornal. Isso indica a complexidade envolvida na elaboração de um instrumento educativo voltado para o público feminino, ao se utilizar de elementos originários de outras tradições culturais e religiosas. Desse modo, temas como “adultério”, “canibalismo”, “castidade”, “amor”, “propriedade”, entre outros, deveriam ser banidos ou ser tratados de outra forma em relação a como o eram originalmente.

Se por um lado o jornal veiculava aquilo que os leitores e leitoras esperavam ou estavam preparados para receber, por outro, também era inovador, ao discutir temas que ainda não faziam parte, ou não eram tão comuns no repertório em circulação no período, como o casamento por afinidade, a escolarização da primeira infância das classes pobres e, especialmente, a participação das mulheres nas Sociedades Defensoras da Liberdade e Independência Nacional. Analisados em seu conjunto, o tratamento desses temas indica a forma como a heterogênea sociedade sanjoanense era representada, a partir da referência liberal moderada. Os interesses e reivindicações de uma parcela desse grupo alimentavam a preocupação com a escolarização das crianças das camadas pobres da população, cujas famílias eram vistas como incapazes de proporcionar uma educação adequada. O mesmo se pode dizer a respeito das críticas ao casamento fundado nos valores econômicos e o destaque à atuação mais intensa das mulheres nas atividades ligadas aos grupos políticos.

O uso indiferenciado dos termos *educação* e *instrução*, ao se referir a esse processo de intervenção com a finalidade de fazer das mulheres cidadãs virtuosas, indica a ausência de um “projeto” claro e articulado. A imprecisão no uso dos termos era presente mesmo na escola, onde a educação moral subsistia aos conteúdos e à intenção educativa, não se desprezando, no entanto, o uso do termo *instrução*. A escassez de obras voltadas para esse fim teria feito com que o uso e a adaptação da literatura disponível fosse um importante recurso para a produção de *O Mentor*. Nesse sentido, chama a atenção a ausência (ao menos explícita) do livro *Da educação das meninas*, de 1687, de Fénelon, já que se tratava de um autor bastante conhecido principalmente por *As aventuras de Telêmaco*.

Por fim, ao mesmo tempo em que os valores morais, fortemente ligados à cultura cristã, faziam parte dessa ambiência educativa, a política, no sentido estrito, também constituía e conformava os papéis que os sujeitos, homens e mulheres representariam na sociedade. Ambos estavam imersos no ambiente político, exercendo papéis ora mais semelhantes, outras vezes mais distantes uns dos outros, mas sempre complementares.

## Fontes e Referências Bibliográficas

---

### 1. Fontes documentais manuscritas

#### Arquivo Público Mineiro

IP 05: Livro de matrícula dos professores de instrução intermediária e primária, 1818-1855.

IP 1/6 Caixa 01, pacotilha 01, 1823.

IP 1/33 Caixa 270, 1824-1831, pacotilha 32, 06/02/1828.

IP 1/51 Caixa 01, pacotilha 10, 09/05/1828

IP 3/2 Caixa 01, pacotilha 49.

SP IP 3/2 Caixa 01, pacotilhas 06, 08, 17, 25, 34.

PP 1/7 Caixa 01, pacotilhas 01, 08, 48.

PP 1/8, caixa 17, pacotilha 22.

PP 1/18, Caixa 187, 1829-1834, pacotilha 06, S. João, 10 abril 1831.

PP 1/33 Caixa 270- 1824-1831, pacotilhas 31, 59, 61.

PP 1/33, Caixa 271, pacotilhas 11, 18, 32.

PP 1/54 caixa 03, pacotilhas 10, 11, 34.

### 2. Fontes documentais impressas

#### 2.1- Dicionários, livros e leis

ALMEIDA, Francisco de Assis. Apontamentos biográficos de Batista Caetano d'Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano X, 1905.

Appleton's Cyclopaedia of American Biography. New York: D. Appleton & Co. 1888-1889. Vol VI.

ASSIS, Machado de. A pianista. Publicado originalmente no *Jornal das Famílias*, 1866; versão consultada em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), acessado em maio de 2007.

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil – depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*. Paris: Librairie d'éducation et de jurispendence. D'Alexis Eymery, 1815.

BRASIL. *Coleção das decisões do Governo do Império do Brazil de 1828*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. *Coleção das decisões do Governo do Império do Brazil de 1829*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brazil de 1831*. Lei de 15 de novembro de 1831. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1827*. Lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

CAMPAGNE, E. M. *Diccionario Universal de Educação e Ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886. Tomo I

*Cartas sobre a educação das meninas por uma senhora Americana*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

CHAMBRY, Émile (Org. e Trad.). *Ésope. Fables*. Paris: Sociéte d'édition "les belles lettres"; Collection des Universités de France; publiée sous le patronage de l'association Guillaume Budé, 1927.

*Conversations on Political Economy; in wich the elements of that science are familiarly explained*. By the author of "Conversations on chymistry". Philadelphia, J. Maxwell Printer, 1817.

DELBIAUSSE, Roger. La Fontaine – Fables, Psyché, oeuvres diverses. In: GROOS, René (direction). *Les classiques verts*. Paris: Les éditions nationales, 1947, Livro VIII.

DE LÉRY, Jean. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite amerique*. 1578

Dictionnaire de Biographie Française. Roman D'amat; R. Limouzin-Lamothe. Paris VI. Librairie Letouzey et Ané. 1954. Vol 6, p. 607.

*Fabulas de Phedro*, escravo forro de Augusto Cesar/traduzidas em versos dramaticos; augmentadas com cinco fabulas que não vem em outras muitas edições; e ilustradas com varias notas. Offerecidas ao serenissimo senhor D. Joseph principe do Brasil por Manoel de Moraes Soares. Lisboa: Officina Patricia de Francisco Luiz Ameno, 1785.

*The fables of Phaedrus*, translated into English prose.... London: Printed for Joseph Davidson, at the Angel in the poultry, Cheapside, 1745, p. 123.

FÉNELON. *Aventures de Télémaque*. Texte établi d'après les manuscrits authentiques et publié avec une introduction et des notes par Albert Cahen. Paris, Librairie Hachette, 1920.

FÉNELON, François de Salignac de La Mothe-. *Les aventures de Telemaque, fils d'Ulysse, par Messire François Salignac de la Mothe Fenelon, ...* Nouvelle edition, revuë, corrigée; et enrichie de figures en taille-douce Dublin, 1756. Based on information from *English Short Title Catalogue. Eighteenth Century Collections Online*. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>

FÉNELON, François de Salignac de La Mothe-. *Instructions for the education of a daughter*, by the author of Telemachus. To which is added a small tract of instructions ... Done into English, and revised by Dr. George Hicckes. Edinburgh: 1750. Based on information from *English Short Title Catalogue. Eighteenth Century Collections Online*. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>.

LOCKE, John. *Some thoughts concerning education*. Publish'd at the request of several of the nobility of this kingdom Dublin, 1737. Based on information from English Short Title Catalogue Eighteenth Century Collections Online Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>.

LOCKE, John. *Some Thoughts Concerning Education*. In: PENNIMAN, Howard R (edição). *On Politics and Education*. New York: D. Van Nostrand Company Inc., 1947.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. USP, 1976.

Projectos d'Estatutos para a Organização da Sociedade Phylopolytechnica empreendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio. ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. New York: Lenox Hill Pub. & Dist. Co., 1971, vol 1.

SWIFT, Johnathan. A letter to a very young lady on her marriage. *The beauties of Swift: or, the favourite offspring of wit and genius*. Dublin: Printed by J. and R. BYRN, 1783, pp. 1-13. *Eighteenth Century Collections Online*. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesv do Estado do Brasil: do que obrarão seus filhos nesta parte do novo mundo*. Lisboa, 1663.

VEIGA, J.P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898.

VOLNEY, C.-F. *The law of nature, or principles of morality, decuced from the physical constitution of mankind ang the universe*. London, 1796. *Eighteenth Century Collections Online*. Gale Group. <http://galenet.galegroup.com/servlet/ECCO>.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1985, p. 74.

YOUNG, Edward. *O castigo da prostituição: conto moral traduzido do francez por \*\*\**. Lisboa, na Impressão Régia, 1818. Consultado em [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

## 2.2- Periódicos

*Amigo da Verdade (O)*. São João del-Rei: Typographia de J. Maximiano Baptista & Comp., 08/05/1829 - ?

*Astro de Minas*. São João del-Rei: Typographia do Astro, 1827-1839.

*Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1827-1839.

*Espelho Diamantino (O)*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher-Seignot, 1827-1828.

*Estrella Marianense*. Ouro Preto: Typographia Patrícia do Universal, 1830-?

*Farol Paulistano (O)*. São Paulo: Imprensa de Roa e C., 1827-?

*Luz Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipographia de Lessa & Pereira, 1829-?

*Nova Luz Brasileira*. Rio de Janeiro: várias tipografias, 1829-1831.

*Novo Argos*. Ouro Preto: Officina Patrícia do Universal, 1829-1834.

*Observador Constitucional (O)*. São Paulo: Typographia do Farol Paulistano, 1829-?

*Popular (O)*. Pernambuco: Typographia do Diário, 1830-1831.

*Republico (O)*. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 1830-1855.

*Simplício (O)*. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 1831-1833.

*Tribuno do Povo (O)*. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 1830-?

*Universal (O)*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barboza e Ca.; Officina Patrícia do Universal, 1825-1842.

## 3. Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: ALB, FAPESP, Mercado de Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.

ADRADOS, Francisco Rodríguez. *História de la Fabula Greco-latina*. Introduccion y de los origines a la edad helenistica. Madri: Editorial de la Universidad Complutense, 1979-1987, vol. 1.

ALBANESE Jr., Ralph. *La Fontaine à l'école républicaine: du poète universel au classique scolaire*. Charlottesville, Rookwood Press, 2003.

ALBERT, Pierre; TERROU, Fernand. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.11-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 83-154.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 3.

\_\_\_\_\_. *História Social da Criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Ricardo Marques. Uma idéia de Metrópole no século XIX. *Revista Brasileira de História*. Vol.18, n. 35. São Paulo, 1998, p. 2. Scielo.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BAKER, Keith (org.). *The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture*. Oxford: Pergamon Press, 1987. V.1

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lucia M. B.P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M.B. da C. (Orgs.). *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2006, pp. 60-93.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel. A imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.) *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; EDUFU, 2002.

BAYM, Nina. *American women of letters and the nineteenth-century sciences: styles of affiliation*. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *American women writers and the work of history, 1790-1860*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1995.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BLOCH, Ruth. *Gender and morality in Anglo-American culture, 1650-1800*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.

BOIVIN, Jeanne-Marie; HARF-LANCNER, Laurence (tradition, presentation, notes) *Fables françaises du Moyen Âge: les isopets*. Paris; GF-Flammarion, 1996.

BRÜGGER, Silva M. Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei-séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BUITONI, Dulcélia Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento – de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. A marcha da civilização. As vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844). Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH-UFMG, 1998, dissertação de mestrado.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARLOS, Denise M. & VEIGA, Cynthia G. A produção da opinião pública sobre a educação escolar em Minas Gerais: um estudo do periódico “Correio Oficial de Minas” (década de 50 do século XIX). Anais do III CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. São João del-Rei, 2005.

CARVALHO, José Murillo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Marcus F. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lucia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B da C. (Orgs.) *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2006, pp. 176-199.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.) *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Vol. 3, pp. 413-454.

CHAMBERS, Sarah. *From subjects to citizens*. Honor, gender, and politics in Arequipa, Peru (1750-1854). University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

CHAMON, Carla. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: FAPESP, ABL, Mercado de Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. (Coordenador). *As Utilizações do Objecto Impresso (Séculos XV-XIX)*. Portugal: DIFEL, 1998.

\_\_\_\_\_. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. *A história cultural; entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.) *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. V. 3.

\_\_\_\_\_; BOUREAU, Alain (Orgs.). *The culture of print: power and the uses of print in early modern Europe*. Princeton: Princeton University, 1989.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *The kiss of Lamourette. Reflections in Cultural History*. London; New York: W.W. Norton & Company, 1990.

DAVIDSON, Cathy N. (Org.). *American Literature*, vol 70, n. 3, sept 1998. No more separate spheres! Duke University.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Vol. 2*. Petrópolis: Vozes, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 275-330.

\_\_\_\_\_. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Cotexto, 2004.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: *Estudos Avançados*. USP/São Paulo. Vol 17, n. 49, set/dez 2003, pp. 151-172.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio G.; GALVÃO, Ana Maria de O.(Orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marte T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. De; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 135-150.

\_\_\_\_\_. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria Cecília C. C. de. (Orgs.) *A memória e a sombra*. A escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FRAGONARD, Marie-Madeleine. Comment l'esprit vient aux fables: les reinterpetations du récit (XVIe-XVIIe). In: BIDEAUX, Michel et all (Org.). *Fables et fabulistes*. Variations autour de La Fontaine. Mont-de-Marsan, France, Editions Universitaires, 1992.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. São Paulo: Ed. USP, 1981.

FURTADO, Junia F.; VENÂNCIO, Renato P. Comerciantes, tratantes e mascates. In: Mary del Priore (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de estado*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, v.1, p. 93-113.

GONDRA, José & GARCIA, Inará. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, Rio de Janeiro, Maio-agosto/ 2004.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas na sala de aula: dilemas na escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.). *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. A escolarização da meninice nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRAÇA FILHO, A. A. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: ANNABLUME, 2003. v. 1.

GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. *História das mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Vol. 3. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

GUARDINO, Peter. *The time of liberty*. Popular political culture in Oaxaca, 1750-1850. Durham; London: Duke University Press, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Ed. USP, 2005.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: FAPESP, ABL, Mercado de Letras, 1999, p. 33-78

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. 1789-1848. São Paulo: Paz e terra, 2003.

INÁCIO, Marcilaine S. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano M. de; ROSA, Walquíria M.; SALES, Zeli E. S. de. *Escola, Política e Cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2006.

JINZENJI, Mônica Yumi. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, pp. 3408-3420.

\_\_\_\_\_. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2002. Dissertação de mestrado.

JULIO, Kelly Lislie. Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João del-Rei e São José del-Rei (1808-1840). Belo Horizonte, Faculdade de Educação/UFMG, 2007, dissertação de mestrado.

JULIO, Kelly L. E FONSECA, Thaís Nívia de L. e. Educação através do corpo: dois mundos que se encontram. In: XXIII Simpósio Nacional de História: História, guerra e paz, 2005. Londrina: Editora Midia, 2005. V. 1.

KELLEY, Mary. *Learning to stand and speak*. Women, education, and public life in America's republic. Williamsburg: Published for the Omohundro Institute of Early American History and Culture; Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

KERBER, Linda. *Women of the Republic*. Intellect & Ideology in Revolutionary America. New York; London: W.W.Norton & Company, 1980.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional, 1997, vol 1.

LEITE, Miriam Moreira. Mulheres e famílias. In: SAMARA, Eni (Org.). *Família e grupos de convívio*. *Revista Brasileira de História*. N. 17. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, fev. 1989.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEWIS, Jan. The republican wife: virtue and seduction in the Early Republic.(1763-1815) *The William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> Ser. Vol. 44, n. 04, oct. 1987, pp. 689-721.

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*. Portugal: Tipografia Peres, 2005.

LOPES, Eliane Marta T. Conselhos de Bárbara Heliodora. In: LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 251-268.

LOPES, Marcos A. Um tempo para a história. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel*. Tempo e História. Rio de Janeiro L FGV, s.d.,. pp. 61-100.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. A guerra dos jornalistas na imprensa. 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. O macaco brasileiro: um jornal popular na independência. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil*. Objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, ALB, FAPESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação das mulheres na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. *Almanack Braziliense*.n. 03, maio/2006, pp. 105-122.

MALDONADO, Juan Pablo Conejeros. Libros franceses y educación nacional: componentes de un proceso de transferencia cultural – Chile, 1840-1888. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, no. 28, pp. 43-50, dezembro/1998.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: V SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Belo Horizonte, UFMG: CEDEPLAR, 1990.

MATTOS, Ilmar Rohlof de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MINARD, Philippe. Agitation in the work force. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Editors). *Revolution in Print*. The press in France 1775-1800. Los Angeles; London: University of California Press, 1992.

MORAIS, Christianni C., CALSAVARA, Eliane de L., SILVA, Gisele E.da. Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX, mimeo, p. 14. In: [caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/historiaeromance.pdf](http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/historiaeromance.pdf), acessado em 21/09/2007.

\_\_\_\_\_. Sucesso ou fracasso: a trajetória *literácita* da família da professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado (1803-1881). ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, pp. 632-641.

\_\_\_\_\_. “Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Faculdade de Educação-UFMG, 2002. Dissertação de mestrado.

MOREIRA, Luciano. *Imprensa e Política*: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte: FaFiCH, Departamento de História, 2006. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_. Tipografia e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842). In: SEMINÁRIO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 01, 2004, Rio de Janeiro.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

MORSE, Elizabeth J. Marcet, Jane Haldimand (1769–1858). In: *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004. [http://www.oxforddnb.com/view/article/18029, accessed 22 March, 2007]

MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

\_\_\_\_\_. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas Minas oitocentistas (1834-1889). In: LOPES, Ana Amélia Borges M.; GONÇALVES, Irlen Antônio et al (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, pp. 298-299.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)*. Faculdade de Educação/UFMG, 2004. Dissertação de Mestrado.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1922). Rio de Janeiro: FAPERJ; Ed. Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura política. In: NEVES, Lucia M.B.P. & MOREL, Marco (Orgs.) *Colóquio História e Imprensa*, Rio de Janeiro, Uerj, 1998.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOEL, Thomas. *Theories of the fable in the eighteenth century*. New York; London, Columbia University Press, 1975.

NOVAIS, Fernando. Prefácio e Condições da privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de M. e.(Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol 1.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Caderno de Pesquisa*, n.104, jul. 1998, p.144-161.

\_\_\_\_\_. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 152-153.

PAULA, João A. de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERUGA, Mónica Bolufer. “Ciencia de la salud” y “Ciencia de las costumbres”: Higienismo y educación en el siglo XVIII. In: *AREAS*, Revista de Ciencias Sociales. Higienismo y Educación (ss. XVIII-XX). Universidad de Murcia, n. 20, 2000, p. 25-51.

PETITAT, André. *Produção da escola- produção da sociedade*. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

- POPKIN, Jeremy D. Journals: the new face of news. In: DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Editors). *Revolution in Print. The press in France 1775-1800*. Los Angeles; London: University of California Press, 1992.
- RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 11-44.
- REINASSANCE FABLES: Aesopic Prose by Leon Battista Alberti, Bartolomeo Scala, Leonardo da Vinci, Bernardino Baldi. Tempe, Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2004.
- REMEDIOS, Maria José. O jornal Novidades: sentido(s) do educar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 6, julho/dezembro 2003.
- RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG, 2001. Dissertação de mestrado.
- ROSALDO, M.Z. The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding. *Signs*, vol. 5, n. 3 (spring, 1980), pp. 389-417.
- SALES, Zeli E.S. de. *O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005. Dissertação de mestrado.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As idéias e os números do gênero. Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, DECHAL/FFLCH-USP, 1997.
- SANTOS, apud COSTA FILHO, Miguel; CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS. A imprensa mineira no Primeiro Reinado: independência política, Imperador constitucional e integridade do Império. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.
- SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 107-136.
- SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRS/Faced, v. 15, n.2, 1990.
- SENNET, Richard, *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Diana de C. *O processo de escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2004, dissertação de mestrado.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; ALB, FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; Ed. Da universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lucia M. B. P. Das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa*. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História, 2002. Tese de doutorado.

SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

SONNET, Martine. *L'éducation des filles au temps des Lumières*. Paris: les éditions du cerf, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

THERIOT, Nancy. *Mothers & daughters in nineteenth-century America*. The biosocial construction of femininity. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1996.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 32-33 "Alvarenga Peixoto".

VASCONCELLOS, Eliane. Beatriz Francisca de Assis Brandão. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Volume I. Florianópolis: Editora Mulheres; Edunisc, 2000.

VEIGA, Cynthia G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano M. de. *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. Belo Horizonte, Autêntica, 2004, pp. 35-82.

VERA, Eugenia Roldán. *The British Book trade and Spanish American Independence*. Education and knowledge transmission in transcontinental perspective. Aldershot, England: ASHGATE, 2003.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte, 1953.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê. Língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

\_\_\_\_\_. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. USP, Departamento de História, 1999a, Tese de doutorado.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, jun/2001.

WATTS, Ruth. “Suggestive Books”: the role of the writings of Mary Somerville in science and gender history. In: *Paedagogica Historica*, vol. 38, n. 1, 2002.

#### 4. Dicionários e obras de referência

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Dictionnaire de Biographie Française. Roman D’amat; T. Limouzin-Lamothe. Paris VI. Librairie Letouzey et Ané. Fascicule CIX, 1995. Jean de La Fontaine.

The New Encyclopaedia Britannica, 15a ed., Vol. 2, 1990.

*Paedagogica Historica*, vol. 41, n. 6, dec. 2005. Especial sobre método mútuo.

## Anexo 1

### O Mentor das Brasileiras (1829-1832)

Dia/semana	Número	Data	Páginas
Segunda-feira	1	30/11/1829	1-8
Segunda-feira	2	07/12	9-16
Segunda-feira	3	14/12	17-24
Quarta-feira	4	23/12	25- 32
Quarta-feira	5	30/12	33-39 (falta p. 40)

Quarta-feira	6	06/01/1830	41-48
Segunda	7	11/01	49-56
Segunda	8	18/01	57-64
Segunda	9	25/01	65-72
Segunda	10	01/02	73-80
Segunda	11	08/02	81-88
Segunda	12	15/02	89-96
Segunda	13	22/02	97-104
Sexta	14	05/03	105-112
Sexta	15	12/03	113-120
Sexta	16	19/03	121-128
Sexta	17	26/03	129-136
Sexta	18	02/04	137-144
Sábado	19	10/04	145-152
Sexta	20	16/04	153-160
Sexta	21	23/04	161-168
Quarta	22	28/04	169-176
Quarta	23	05/05	177-184
Sexta	24	14/05	185-192

Sexta	25	21/05	193-200
Sexta	26	28/05	201-208

Sexta	27	04/06	209-216
Sexta	28	11/06	217-224
Quarta	29	16/06	225-232
Quarta	30	23/06	233-240
Quarta	31	30/06	241-248
Quarta	32	07/07	249-256
Quarta	33	14/07	257-264
Quarta	34	21/07	265-272
Quarta	35	28/07	273-280
<b>Falta</b>	36	-	-
<b>Falta</b>	37	-	-
<b>Falta</b>	38	-	-
Sexta	39	27/08	305-312
Sexta	40	03/09	313-320
Sexta	41	10/09	321-328
Sexta	42	17/09	329-336
Sexta	43	24/09	337-344
Sexta	44	01/10	345-352
Sexta	45	08/10	353-360
Sexta	46	15/10	361-368
Sexta	47	22/10	369-376
Sexta	48	29/10	377-384
Sexta	49	05/11	385-392
Sexta	50	12/11	393-400
Sexta	51	19/11	401-408

Sexta	52	26/11	409-416
Sexta	53	03/12	417-424
Sexta	54	10/12	425-432
Sexta	55	17/12	433-440
Sexta	56	24/12	441-448

Sexta	57	07/01/1831	449-456
Sexta	58	14/01	457-464
Sexta	59	21/01	465-472
Sexta	60	28/01	473-480
Sexta	61	04/02	481-488
Sexta	62	11/02	489-496
Sexta	63	18/02	497-504
Sexta	64	25/02	505-512
Sexta	65	04/03	513-520
Sexta	66	11/03	521-528
Sexta	67	18/03	529-536
Sexta	68	25/03	537-544
Sexta	69	08/04	545-552
Sexta	70	15/04	553-560
Sexta	71	22/04	561-568
Sexta	72	29/04	569-576
Sexta	73	06/05	577-584
Sexta	74	13/05	585-592
Sexta	75	20/05	593-598
Sexta	76	29/05	599-608 data errada?
Sexta	77	03/06	609-616
Sexta	78	10/06	617-624

??ilegível	79	??	625-632 ??
Sexta	80	24/06	633-640
Sexta	81	01/07	641-648
Sexta	82	08/07	649-656
Sexta	83	15/07	657-664
<b>Falta</b>	84		
<b>Falta</b>	85		
Sexta	86	05/08	681-688
Sexta	87	12/08	689-696
Sexta	88	19/08	697-704
Sexta	89	26/08	705-712
Sexta	90	02/09	713-720
Sexta	91	09/09	721-728
Sexta	92	16/06	729-736
Sexta	93	23/09	737-744
Sexta	94	30/09	745-752
Sexta	95	07/10	753-760
Sexta	96	14/10	761-768
Sexta	97	21/10	769-776
Sexta	98	28/10	777-784
Sexta	99	04/11	785-792
Sexta	100	11/11	793-800
Sexta	101	11/11 data errada	801-808
Sexta	102	25/11	809-816
Sexta	103	02/12	817-824
Sexta	104	09/12	825-832
Sexta	105	16/12	833-840
Sexta	106	23/12	841-848

Sexta	107	29/12	849-856
-------	-----	-------	---------

Sexta	108	06/01/1832	857-864
Sexta	109	12/01	865-872
Sexta	110	20/01	873-880
Sexta	111	27/01	881-888
Sexta	112	03/02	889-896
Sexta	113	10/02	897-904
Pulou/ erro numeração	114		
Sexta	115	17/02	905-912
Sexta	116	24/02	913-920
Sexta	117	02/03	921-928
Sexta	118	09/03	929-936
Sexta	119	16/03	937-944
Sexta	120	23/03	945-952
Sexta	121	30/03	953-960
Sexta	122	07/04	961-968
Sexta	123	ilegível	969-976
Sexta	124	27/04	977-984
Sexta	125	04/05	985-992
Sexta	126	11/05	993-1000
Sexta	127	18/05	1001-1008
Sexta	128	25/05	1009-1016
Sexta	129	01/06	1017-1024

Fonte: O Mentor das Brasileiras. São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1829-1832. Cópia microfilmada pela Biblioteca Nacional – RJ.

## Anexo 2

### Obras citadas no Mentor das Brasileiras

Autor	Título	Número
-	Anne Lê Fevre Dacier [biografia de escritora europeia]	13
-	Dialogo entre hum Professor, e seo discípulo á mesa	24,26
-	Suzane Education – Educação do Bello sexo	25
-	??? de la raison humaine Not. 12 sur le n. 24 [sobre a liberdade]	1
-	Cartas sobre a educação do bello sexo	55, 56, 57
-	Voyage em Grece de X. Serofani em 1791 e 1795 Tom.1 Paris 1810	78
-	Cartas de dous amantes de S. Christovão, separados pela Revolução do Dia 7 de abril	88 a 93
Adam Smith	Do baile como arte de imitação por Adam Smith	80
Bacon	[Ilegível]	99
Bonnin	[extraído do Manual das Brasileiras, sobre “felicidade doméstica”]	40,41
Bouilly	Conselhos á minha Filha extraída do escritor Bouilly	53
Brissot	Pensamentos ; família, cidadãos	77
Coll. de Pens.	[sobre amizade, família]	98
Diderot	Hum taful aposentado	98
Duarte Nunes de Leão	Chronicas Tom. 1 pág 135	58
Dupaty	[sobre despotismo]	98
Enciclopédia Britânica	[sobre os males da vida]	96
Fenelon	Variedades. Estima, em que o Príncipe dever ter os lavradores	62
Fenelon	Perigos que o luxo resultão ao Estado	126
Gabriel Levougé	[extraído do Manual das Brasileiras]	54
Jouy	Traduzido de Jouy :Contradição na educação da infancia	14
Jouy	Historia de Nero	76
La Fontaine	O macaco e os viandantes perdidos. apologo	8
La Fontaine	Do Thesouro de Meninos	23
-	Thesouro de Meninas	107
Lasteyrie, C.	Escolas da primeira infancia	39,40,41,42,44
Lasteyrie, M. de	Journ. D’educat. Et d’instruct.	2
Le Prevost	Traduzido do Francez de Mr. Lê Prevost d’Exemes Parallelo entre o juizo e a Belleza	15
M. de Suzanne	Tratado de educação publica e privada (redator indica leitura da introdução)	24

Marcet Mrs.	Doutrinas de Mrs. Marcet sobre os Princípios Fundamentais de Economia, Política e excitamento da indústria pela Instituição da Propriedade. "Conversações sobre a Economia Política"; diz que escreveu sobre botânica e química	28,29,31,33
Montesquieu	Esprit des Lois, L. 29 cap 3.	16 (p. 126)
Montesquieu	[governos]	63
Montesquieu	[luxo]	22
Montesquieu	[amor à pátria]	105
Plutarco	As ações virtuosas das mulheres [interpretado pelo redactor]	107
Rousseau	Crítica Emilia de Rousseau [extraído do Manual das Brasileiras]	65
Suzane Education	Educação do Bello Sexo	25
Swift	Carta enviada por Swift á huma Noiva sobre a maneira de se conduzir no estado de casada	3,5
Thomas	Cópia de um artigo de M. Thomas em louvor das mulheres [extraído do Manual das Brasileiras]	49
Thomas Paine	[caráter e costume das mulheres]	66
Thomas Paine	[nem todos dão valor a mulher]	111
Thomaz Paine	[liberdade é 1º direito do homem]	107
Volnei	Da Lei Natural ou princípios físicos da moral deduzidos da organização do homem e do Universo	120 a 129
Voltaire	Preceitos Moraes aos homens do Universo	59
Voltaire	[afirma q maior parte das divergências reduzem-se ao uso da palavra]	101
Young	Conto Moral de Young – clamores da prostituição arrependida	9

## Anexo 3

### PROSPECTO de *O Mentor das Brasileiras*

Em quanto por todos os pontos deste vasto, e riquissimo Imperio se trabalha para se diffundir as luzes na classe dos homens mostrando-lhes os seus principaes direitos, suas obrigações em relação a si, e em relação à sociedade a quem pertencem, em quanto alli se acaba de esmagar a muribunda cabeça do ferrenho despotismo, acolá se apaga a crepitante chama da revoltosa anarchia, aqui se sustenta a Arca santa da constituição, como unico paládio das liberdades publicas, em quanto em fim toda a maquina do corpo social existe em hum perenne movimento para tomar a posição mais conveniente à promover a conservação, e estabilidade de suas partes, seria licito por ventura esquecer-se da parte a mais influente da sociedade? Seria conforme à rasão, que o bello, esta preciosa parte da raça humana, onde se encontra as graças, o espirito, a vivacidade, e a delicadesa fosse condemnado a hum perpetuo despreso, conservado no triste estado de estupidez, que o tornaria pouco acima dos animaes domesticos? De certo que nem a rasão o dicta, e nem a consciencia o persuade; pois o querer que o conhecimento das Senhoras se circunscreva tao somente na curta esfera da economia domestica, e essa mesma talvez administrada sem arte seria huma empresa tanto injusta, como prejudicial ao bem da humanidade; e hum tal genero de educação tem sempre tido funestos resultados nas Nações imprudentes que o tem ensaiado.

As Senhoras supposto não sejam destinadas para as armas, nem para a Magistratura, e Ministério da Igreja não tem com tudo occupaões menos importantes para o bem geral da sociedade. Os homens sobrecarregados de negócios públicos, não podem prover no bem particular de suas casas, se não tem consortes providentes, que lhes ajudem na parte da economia domestica; e nem ellas jamais poderá gosar tranquillamente das doçuras do hymeneo, esta laço indissolúvel pela Igreja, se acaso nas suas companheiras não encontrarem aquelles attractivos, capazes de os desenfadar de suas penosas fadigas.

Hum marido que não vê em sua consorte mais que hum instrumento lúbrico de seus praseres secretos, que nella não observa alguma instrucção mais sublime, que algum'ora surprehenda o seu espirito, não pode sem hum continuado sacrificio pessoal viver no centro de sua família; e este tem sido quase sempre o manancial de desunião, que se tem visto na sociedade conjugal.

As Senhoras pelos deveres, que lhes são inherentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de huma instrucção mais sólida e capaz de promover o bem geral de huma Nação.

He pois para dar maior expansão ao gênio, que tanto se desenvolve nesta *alma da sociedade* (como lhe chamou certo filosofo) que tomamos a árdua, mas interessante tarefa de redigir esta Folha, dedicada tao somente às estudiosas Brasileiras, que algum dia serão collocadas à par, e talvez acima das heroínas tao celebradas nas outras Nações civilisadas.

Este nosso Periodico não tem outro maior merecimento que abrir o caminho para os mais hábeis escriptores, que gratos aos benefícios que de suas Mais receberão hajão de pagar á posteridade com os fructos de sua instrucção: apresentaremos por tanto ao bello sexo as noticias, e novidades dignas de sua attenção, e algumas vezes nos será indispensavel dar algumas lições sobre política, persuadidos de que este sexo he bem capaz de conceber idéas sublimes, e de dar hum realce não pequeno á marcha, e bom andamento do Systema de Governo, que nos rege; a experiência confirma

esta verdade em quanto lemos nos fastos [sic] da Historia as Cornelias, as Porcias, e as Lucrecias, que tanto concorrerão para o bem de sua Patria.

Não deixaremos igualmente de apresentar extratos de algumas Obras, que se dirijao á hum fim moral nas suas narrações interessantes. Transcreveremos alguma parte da Historia principalmente a moderna onde encontrarmos exemplos dignos de imitação, com especialidade as acções virtuosas que tiveram praticado algumas heroínas, acompanhando ‘ estes factos as necessárias reflexões.

As *bellas artes*, que possam entreter proveitosamente a attenção das Senhoras, e que sejam capazes de bem lhes dirigir as potencias intellectuaes, terão não poucas vezes lugar na nossa folha; mas não nos faremos cargo de huma instrucção profunda, que tornaria fastidiosa a leitura, e cançaria o espirito que procura o *útil de mistura com o agradável*.

Será hum de nossos principaes cuidados descrever o estado actual deste sexo amável não so em quanto a sua educação moral se não também em quanto às modas, e enfeites, com que se adorna, bem convencidos de que commetteriamos hum crime á seos olhos se omittissimos esta parte consagrada a *Deosa caprichosa*.

Mas conhecendo, que nos faltao muitos dados para bem desempenharmos esta tao nobre tarefa, rogamos a nossos patrícios nos queirao coadjuvar com suas locubrações, e com especialidade convidamos as Senhoras para que nos dirijao os seos ensaios de literatura, que contenhao materia importante por sua natureza, ficando certas de nosso inviolável segredo quando assim o exijao.

A’ vista pois das matérias, que propomos tratar quanto em nossas forças couber, fica entendido que jamais inseriremos em nossa folha correspondências que contenhao personalidades, ou críticas que possam desmoralisar o brando sexo; e nem tomaremos a empresa de censurar as autoridades, que aberrarem da carreira de seos deveres, ficando essa tarefa á cargo dos Periódicos, que existem semeados por todo este vasto Império; limitamo-nos unicamente a dar succintas noticias do que se passar (e for interessante) nos Tribunaes, nas Assembléas, e nos Gabinetes Nacionaes e Estrangeiros, por ser a politica hoje hum dos objectos da moda, e com que se nutre a maior parte das conversações no meio da sociedade.

Resta-nos agora implorar o perdão de algumas faltas, em que possamos cahir pela imbecilidade de nossa penna; e já de bom grado nos entregarmos a qualquer advertência, que fraternalmente nos queira fazer qualquer escritor, e protestamos pela emenda quando illustrada nossa rasao nos convenceremos da verdade, e nunca defenderemos materia alguma com afinco levados do espirito de capricho, ou do septicismo.

Os Redactores



Lista das Alumnas que tem frequentado a Aula de primeiras letras desde 24 de Dezembro de 1829 até 17 de junho de 1830, às quaes fizeram exame publico na forma do Art. 14 da Resolução do Exmo Conselho do Governo de 14 de Abril de 1828

Nomes	Idades Annos	Naturalidades	Quando se matricularão	Falhas Dias	Que adiantamento tem tido
1. Francisca Isabel de Noronha	14	Filha legitima de João Bernardes	A 22 de Abril de 1829	15	Approvada em todas as doutrinas marcadas nos Artigos 6 e 12 da Lei de 15 de 8bro de 1827
2. Luisa Carlota de Nronha	12	Filha legitima de João Bernardes	A 22 de Abril de 1829	32	Approvada em todas as doutrinas marcadas nos Artigos 6 e 12 da Lei de 15 de 8bro de 1827
3. Rita de Cássia de Assis	8	Filha legitima de Jose Alves	A 30 de Abril de 1829	145	Lê, e escreve mal
4. Anna Cândida de Jesus	13	Filha legitima de Francisco Jose Alves S. Thiago	A 30 de Abril de 1829	11	Approvada nas doutrinas marcadas nos Artigos 6 e 12 da Lei de 15 de 8bro de 1827
5. Joaquina Flora de Ola.	9	Filha legitima de Jose Bonifácio de Oliveira	A 30 de Abril de 1829	13	Lê, escreve, sabe taboada, soma, e sabe princípios de doutrina
6. Carolina Leopoldina	8	Filha legitima de Manoel da Sa. Gouveia	A 8 de maio de 1829	42	Lê, escreve, sabe a taboada, soma e sabe princípios de doutrina
7. Carlota Querubina Teixeira	6	Exposta a Antonio Jose Pacheco	A 8 de Maio de 1829	10	Lê, escreve, sabe a taboada, soma e sabe princípios de doutrina
8. Elisa Fermina de Mello	8	Filha legitima de Jose Pereira de Mello	A 15 de Maio de 1829	28	Lê, escreve, sabe a taboada, soma e sabe princípios de doutrina
9. Beatriz Flausina de Jesus	8	Exposta em casa de Beatriz de Brito Freire	A 15 de Maio de 1829	30	Lê, escreve, sabe a taboada, soma e sabe princípios de doutrina
10. Belarmina Candida de Jesus	6	Filha legitima de Francisco Jose Alves S. Theago	A 16 de Maio de 1829	15	Lê, escreve, sabe taboada, princípios de doutrina
11. Francisca Maria de Jesus	7	Filha legitima de Jose Francisco Lopes	A 18 de maio de 1829	37	Lê, escreve, sabe a taboada, faz duas espécies de contas, e sabe doutrina
12. Joaquina Lopes	6	Filha legitima de Jose Francisco Lopes	A 18 de maio de 1829	31	Lê, escreve, sabe taboada e princípios de doutrina
13. Preta Francisca de Assis	14	Filha legitima de Francisco Bernardes de Sousa	A 18 de maio de 1829	16	Lê, escreve, sabe a taboada, duas espécies de contas, doutrina
14. Delfina Crispina Crispinianna	7	Filha legitima de Jose Joaquim Coelho	A 18 de maio de 1829	29	Lê, escreve, sabe a taboada, doutrina
15. Umbelina Maria da Boa Morte	10	Filha legitima de Francisco Jose Lopes	A 20 de Maio de 1829	3	Lê, escreve, faz quatro espécies de contas, tem adiantamento em Grammatica, sabe doutrina, cose sofrivelmente
16. Maria Ricardina de Oliveira	14	Filha legitima de Lucianno Antonio Navaes Campos	A 21 de maio de 1829	5	Aprovada em todos os quesitos dos Artigos 6, e 12 da Lei de 15 de 8bro de 1827
17. Maria da Conceição	7	Filha legitimade Lucianno Antonio Navaes Campos	A 25 de Maio de 1829	22	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, e doutrina
18. Felicidade Joaquina de Oliveira	14	Filha legitima de Francisco Jose Cardoso	A 25 de Maio de 1829	17	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, dosctrina e cose
19. Maria Francisca de Jesus	7	Exposta à Delfina	A 25 de Maio de 1829	51	Lê mal, e sabe princípios de doutrina
20. Anna Martins	9	Filha natural de Marianna Martins	A 29 de Maio de 1829	16	Lê, escreve mal, sabe taboada, huma especie de contas e doutrina
21. Maria Umbelina	10	Filha legitima de Jose de Carvalho	A 1 de Junho de 1829	13	Lê, escreve, sabe a taboada, faz três espécies de contas, e sabe doutrina
22. Claudina Roza	12	Filha natural de Benedita	A 1 de Junho de 1829	93	Lê mal, e escreve, sabe a taboada, e tem princípios de doutrina
23. Maria Magdalena	10	Filha legitima de Manoel da Vera Cruz	A 30 de Junho de 1829	25	Lê, e escreve mal, sabe a taboada, e princípios de doutrina
24. Elisa de Almeida Magalhaens	10	Filha natural de Francisco de Paula Mages.	A 6 de Julho de 1829	7	Lê, escreve, sabe a taboada, faz duas espécies de contas, tem princípios de Grammatica, e sabe doutrina

25. Maria cândida de Assis	11	Filha legítima de Jose Joaqm d' Assis	A 6 de Julho de 1829	15	Lê, escreve, sabe a taboada, faz duas espécies de contas, e sabe doutrina
26. Anna Izabel Belarmina da Visitação	14	Filha legítima de Manoel Pera. Lopes	A 13 de Julho de 1829	6	Aprovada em todos os quesitos dos Artigos 6, e 12 da Lei de 15 de 8bro de 1827
27. Maria do Carmo de Sene	5	Filha natural de Luisa Maria Dantas	A 20 de Julho de 1829	28	Lê nomes
28. Constança Bernardina	10	Filha natural de Baptista Caetano de Almeida	A 17 de Agosto de 1829	25	Lê, escreve, sabe taboada, faz huma especie de contas, tem princípios de Grammatica, doutrina, e cose mal
29. Maria Ferera ?	6	Exposta a Manoel de Abreu Lobato	A 13 de 8bro de 1829	44	Lê sillabas
30. Maria Francisca de Jesus	9	Filha legítima de Joaquim Chaves	A 19 de 8bro de 1829	66	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, doutrina e cose mal
31. Maria CarolinaVieira	8	Filha legítima de Joaquina Pera. De Castro	A 20 de 8bro de 1829	22	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, doutrina
32. Marianna Clemencia	9	Filha legítima de Jose Teixeira Brandão	A 3 de 9bro de 1829	11	Lê, escreve, sabe a taboada, soma, e sabe doutrina, e cose mal
33. Maria Clementina Coelho	7	Exposta a Germana Nunes Mauricia	A 10 de 9bro de 1829	11	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, tem princípios de doutrina
34. Anna Carolina Joaquina	7	Filha legítima de João Als.	A 11 de 9bro de 1829	35	Lê nomes, escreve mal, tem princípios de doutrina
35. Francisca Xavier de Faria	5	Filha legítima de Joaquim Coelho Chaves	A 16 de 9bro de 1829	12	Lê nomes, escreve mal
36. Maria Luisa	7	Exposta a Rita (Prita?) Pereira Tinoca	A 17 de 9bro de 1829	42	Lê sillabas
37. Marianna Jesuína da Silveira	8	Exposta a Jose Antonio da Costa	A 18 de 9bro de 1829	16	Lê, escreve, sabe a taboada, duas espécies de contas, e doutrina
38. Celestina Maria de Jesus	10	Filha natural de Maria Luisa da Boa Morte	A 23 de 9bro de 1829	27	Lê nomes, escreve mal, sabe a taboada, e tem princípios de doutrina
39. Carlota de Costa	8	Filha natural de Leonor Balbina da Conceição	A 23 de 9bro de 1829	27	Lê nomes
40. Luisa Carlota do Carmo	8	Filha legítima de Manoel Alvez	A 25 de 9bro de 1829	23	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, e doutrina
41. Marianna Eugenia de Madureira	9	Filha legítima de Antonio Pinto de Madureira	A 7 de jano de 1830	2	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, doutrina, e cose mal
42. Marculina Augusta do Nascimto.	9	Filha legítima de Francisco Antonio Glz.	A 7 de Jano. De 1830	2	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, e doutrina
43. Maria Filipa da Conceição	12	Exposta á Paula Tavares de Sgra.	A 11 de Jano. De 1830	5	Lê nomes, escreve, sabe a taboada, e huma especie de contas, tem princípios de doutrina
44. Maria Constantina de Ola.	6	Filha legítima de Antonio Constantino de Ola.	A 11 de Janr. De 1830	8	Lê nomes
45. Anna Constantina de Ola.	6	Filha legítima de Antonio Constantino de Ola.	A 11 de janro de 1830	8	Lê nomes
46. Elidia Antonia de Mesquita	9	Filha legítima de Manoel Lourenço de Mesquita	A 11 de Janro. De 1830	16	Lê, escreve, sabe a taboada, huma especie de contas, doutrina e cose mal
47. Maria Antonia de Mesquita	7	Filha legítima de Manoel Lourenço de Mesquita	A 11 de Janro. De 1830	24	Lê nomes, sabe a taboada, e princípios de doutrina
48. Missias Joaquina de Jesus	12	Filha natural de Joaquim Simões de Almda.	A 18 de Janro. De 1830	8	Lê, escreve, sabe a taboada, três espécies de contas, tem adiamento em Grammatica, e sabe doutrina
49. Anna Palmeira	12	Filha legítima de João Alz. Palmeira	A 18 de Janro. De 1830	76	Lê nomes
50. Anna Maria do Espo. Sto.	8	Filha natural de Fortuosa Maria da Conceição	A 18 de Janro. De 1830	8	Lê nomes, escreve mal
51. Anna Maria Nicolina	6	Filha legítima de Manoel d'Ola.	A 8 de fevero de 1830	9	Lê sillabas

52. Joanna de Cássia Ribra.	12	Filha legítima de João de Sza da Silveira	A 15 de Fevrou de 1830	4	Lê, escreve, sabe a taboada, e trez espécies de contas, tem bastante adiantamento na Grammatica e sabe doctrina
53. Ann Leopoldina da Solidade	6	Filha legítima de Manoel Alz.	A 15 de Fevrou de 1830	36	Lê nomes
54. Gertrudes Fortunata Ribra. <u>Guinta</u>	5	Exposta a Antonio Simoens de Almeida	A 16 de Fevrou de 1830	45	Lê sillabas
55. Francisca de Paula	7	Exposta a Jose Moreira da Rocha	A 5 de março de 1830	24	Lê A.B.C.
56. Anna Geronima Xer de Azevedo Cotrim	9	Exposta a Antonio de Azevedo Cotrim	A 8 de Março de 1830	11	Lê, escreve, sabe a taboada, duas espécies de contas, tem princípios de Grammatica, doctrina
57. Marianna Theresa de Jesus	9	Filha legítima de Maria Vieira de Jesus, viva.	A 8 de Março de 1830	6	Lê, escreve, sabe a taboada, tem princípios de doctrina
58. Elisa Belarmina de Jesus	9	Filha legítima de Manoel Pera. Lopes	A 23 de Março de 1830	4	Lê nomes
59. Maria Isabel Blandina	7	Filha legítima de Manoel Pêra. Lopes	A 23 de Março de 1830	2	Lê nomes
60. Theresa de Jesus	8	Filha legítima de Hilário Fernandes Lopes	A 23 de Março de 1830	vazio	Lê sillabas
61. Marianna Laudilina de Assis	7	Filha legítima de Joaquim Mora.	A 18 de Abril de 1830	4	Lê nomes
62. Berberina Filipa do Sacramento	6	Filha legítima de Joaqm Jose de Sta Anna	A 19 de Abril de 1830	1	Lê sillabas
63. Maria Balbina de Jesus	6	Filha legítima de Je. Pêra. De Rxa.	A 20 de Abril de 1830	29	Lê A.B.C.
64. Cândida Antonina d'Ola	20	Filha legítima de Lucianno Antonio Novaes campos	A 27 de Abril de 1830	24	Lê, escreve, sabe a taboada, doctrina e cose
65. Elisa Francilina	7	Exposta a Germana Nunes Mauricia	A 27 de Abril de 1830	vazio	Lê nomes, escreve mal
66. Maria Jacinta de Almeida Leite	6	Filha legítima de Jose Bento de meirelles	A 27 de Abril de 1830	vazio	Lê sillabas
67. Leonor <u>Brisida</u> Mesquita de Crrro.(carneiro?)	6	Filha legítima de Jose Pedro de Barros de Carro.	A 17 de Maio de 1830	vazio	Lê A B.C.
68. Victoria Emerencianna da Costa	9	Filha legítima de Pedro Pêra. Da Costa	A 7 de junho de 1830	vazio	Lê, escreve.
69. Anna Maria do Nascimento	11	Filha natural de Margarida Maria	A 11 de junho de 1830	1	Lê A B.C.

Policena Tertulliana d'Oliveira

Mapas das alunas que frequentavam a aula da professora Policena Tertulliana d'Oliveira no primeiro semestre de 1830 (São João del-Rei). Fonte: Arquivo Público Mineiro. PP 1/42, caixa 01, pacotilha 34.